



Bruno Gonçalves Rosi

**Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas
dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu
papel nas relações entre os dois países**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Mónica Salomón González

Rio de Janeiro

Maio de 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Bruno Gonçalves Rosi

**Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas
dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu
papel nas relações entre os dois países**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Mónica Salomón González

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. André de Mello e Souza

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. José Flávio Sombra Saraiva

Instituto de Relações Internacionais – UnB

Prof. Leticia Pinheiro

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Bruno Gonçalves Rosi

Graduou-se em História na UFF (Universidade Federal Fluminense) em 2005. É professor horista da Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes.

Ficha Catalográfica

Rosi, Bruno Gonçalves

Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países / Bruno Gonçalves Rosi ; orientadora: Mônica Salomón González. – 2009.

231 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Política externa. 3. Atores transnacionais. 4. História da Igreja. 5. Presbiterianismo. 6. Missões 7. Brasil monárquico. I. Salomón González, Mônica. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Para minha mãe, pelo apoio e encorajamento.

Agradecimentos

Agradeço a minha família por todo o seu apoio ao longo de todos os meus anos de estudos até aqui.

A Nana. Pelo seu amor, compreensão e carinho.

A família Louro.

Aos amigos que estiveram ao meu lado durante estes anos de mestrado.

Aos colegas, amigos, professores, funcionários e toda a equipe do IRI.

A equipe do Arquivo Presbiteriano, Rev. Eliezer, Rev. Enos Moura e família.

Aos vários pesquisadores que antes de mim se dedicaram a tarefa de escrever a história do protestantismo no Brasil, especialmente David Gueiros Vieira e Rev. Alderi Souza de Matos, pela ajuda prestada em diferentes períodos desta pesquisa. Em memória, agradeço aos Revs. Boanerges Ribeiro, Júlio Andrade Ferreira e Vicente Themudo Lessa. Sem o seu trabalho esta dissertação não seria possível. Agradeço também ao amigo e pastor, Rev. Otávio Henrique de Souza.

As professoras Cecília Azevedo e Mônica Herz, por terem me incentivado a ingressar no mestrado de Relações Internacionais. Ao professor Williams Gonçalves, pela ajuda prestada nessa pesquisa e por contribuir no meu interesse pelo estudo das Relações Internacionais.

A minha orientadora, professora Mónica Salomón.

Aos professores que participaram da comissão examinadora.

A PUC-Rio e a CAPES pelo apoio.

E mais do que tudo, agradeço a Deus. *Soli Deo gloria.*

Resumo

Rosi, Bruno Gonçalves; González, Mónica Salomón. **Atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888 e seu papel nas relações entre os dois países.** Rio de Janeiro, 2009. 231p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A análise da participação de atores transnacionais nas dinâmicas internacionais, assim como a análise da política externa dos Estados e do impacto de elementos religiosos sobre as relações internacionais constitui-se em um campo de pesquisa de grande importância no cenário atual da disciplina de Relações Internacionais. Nessa dissertação propomos um olhar inovador sobre a construção da bem fundamentada “aliança não-escrita” entre Brasil e Estados Unidos, investigando a possível participação de missionários presbiterianos norte-americanos na construção da sólida amizade entre esses dois países. A pesquisa é baseada na análise de casos, com acesso a fontes primárias e secundárias, orientada por diferentes recursos teóricos de Relações Internacionais voltados para a análise de atores transnacionais, análise de política externa e análise de normas.

Palavras-chave

Relações Internacionais; Política Externa; Atores Transnacionais; História da Igreja; Presbiterianismo; Missões; Brasil Monárquico.

Abstract

Rosi, Bruno Gonçalves; González, Mónica Salomón (Advisor). **Presbyterian Churches in the United States' missionaries work in Brazil between 1859 and 1888 and their role in the relations between the two countries.** Rio de Janeiro, 2009. 231p. MSc. Dissertation - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The analyses of transnational actors role in international dynamics, as well as foreign policy analyses and the impact of religious elements over international relations is a very important field of studies in today's International Relations disciplines. In this dissertation we propose a new look over the construction of the well based "unwritten alliance" between Brazil and United States, investigating the possible participation of Presbyterian North-American missionaries in the building of the solid friendship between these two countries. The research is based on case specific analyses, with use of primary and secondary sources of study, oriented by different theoretical resources of International Relations directed to the analyses of transnational actors, foreign policy analyses e norms analyses.

Keywords

International Relations; Foreign Policy; Transnational Actors; Church History; Presbyterianism; Missions; Empire of Brazil.

Sumário

1.Introdução	16
2. Bases teóricas para análise da ação missionária presbiteriana no Brasil monárquico e sua possível influência sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos	24
2.1 Religião e Relações Internacionais	28
2.2 Teorias de Política Externa	33
2.3 Atuação dos atores não-estatais	38
2.4 Missionários como atores transnacionais	51
2.5 Origem e natureza do poder dos missionários	53
2.6 Missionários e normas internacionais	58
2.7 Conclusão	62
3. Esboço histórico da ação presbiteriana no Brasil durante o século 19	64
3.1 Antecedentes do presbiterianismo no Brasil	65
3.1.1 Protestantismo no Brasil colonial	65
3.1.1.1 França Antártica (1557-1558)	66
3.1.1.2 Brasil holandês (1624-1654)	67
3.1.2 Protestantismo no Brasil império	67
3.1.2.1 Sociedades Bíblicas e colportores bíblicos	68

3.1.2.2 O doutor Robert Reid Kalley	69
3.1.2.3 “Padres-Protestantes”	75
3.1.2.4 Reformadores sociais	75
3.1.2.5 Protestantismo de imigração	77
3.2 Primórdios do presbiterianismo no Brasil	79
3.2.1 Período de penetração (1859 a 1869): da chegada dos pioneiros do Board de Nova Iorque até a chegada dos pioneiros do Comitê de Nashville	80
3.2.2 Período de expansão (1869 a 1888): da chegada dos pioneiros de Nashville até a organização do sínodo brasileiro	83
3.2.3 Estratégias de evangelização do presbiterianismo no Brasil durante o século 19	85
3.3 Conclusão	87
4. Esboço histórico das relações diplomáticas entre EUA e Brasil durante o século 19	88
4.1 Relações entre EUA e Brasil no período colonial brasileiro	92
4.2 Relações dos EUA com a corte portuguesa no Brasil	93

4.3 Relações dos EUA com o Brasil nos primeiros anos após a independência deste	96
4.4 Temas relevantes nas relações entre EUA e Brasil durante o século 19	98
4.4.1 EUA e tráfico de escravos para o Brasil	99
4.4.2 Estabelecimento de linhas de navios a vapor entre Brasil e EUA	100
4.4.3 Efeitos da Guerra de Secessão sobre as relações entre EUA e Brasil	102
4.4.4 Efeitos da Guerra do Paraguai sobre as relações entre Estados Unidos e Brasil	103
4.4.5 Abertura do Amazonas ao comércio e navegação internacionais	105
4.4.6 Exílio de confederados para o Brasil	110
4.4.7 Visita de Dom Pedro II aos Estados Unidos	114
4.4.8 Missionários	115
4.5 Avaliação geral dos diplomatas norte-americanos no Brasil	116
4.6 Relações entre Brasil e Estados Unidos na passagem do império para a república	119
4.7 Conclusão	120

5. Bases ideacionais da atuação dos missionários da PCUSA e da PCUS junto ao estado e a sociedade	122
5.1 O papel das confissões de fé nas igrejas reformadas	124
5.1.1 Confissão de Fé – definição	125
5.1.2 Origens históricas das confissões de fé	125
5.2 Confissão de Fé de Westminster	127
5.2.1 Origem e formação da Confissão de Fé de Westminster	127
5.2.2 A CFW e o Governo Civil	128
5.3 Uso da CFW no presbiterianismo norte-americano	134
5.3.1 Uso da CFW na organização da PCUSA e da PCUS	134
5.3.2 Cismas no presbiterianismo norte-americano: a controvérsia Nova Escola-Velha Escola e a divisão PCUS-PCUSA	136
5.4 A CFW nos primórdios do presbiterianismo brasileiro	138
5.4.1 Impacto dos cismas norte-americanos sobre os missionários no Brasil	138
5.4.2 Uso da CFW nos primórdios do presbiterianismo brasileiro	139
5.5 Conclusão	143
6. James Cooley Fletcher, pastor, missionário e agente do “progresso”	144

6.1 Dados biográficos de James Cooley Fletcher e seu papel como missionário	146
6.1.1 Dados biográficos	146
6.1.2 O papel missionário de Fletcher	148
6.2 Relação de Fletcher com diplomatas e missionários norte-americanos no Brasil	150
6.2.1 Relação de Fletcher com diplomatas norte-americanos no Brasil	150
6.2.2 Relação de Fletcher com os demais presbiterianos	155
6.3 Principais estratégias de influência de Fletcher	157
6.3.1 Foco em Dom Pedro II	157
6.3.2 Estratégias gerais como propagandista	160
6.4 Posicionamento de Fletcher em relação a temas importantes para o relacionamento EUA-Brasil	167
6.4.1 Fletcher e a Guerra do Paraguai	167
6.4.2 Fletcher e a abertura do Amazonas ao comércio e navegação internacionais	169
6.4.3 Fletcher e os vapores entre Nova Iorque e Rio de Janeiro	176
6.4.4 Fletcher e a imigração de confederados para o Brasil	180

6.4.5 Fletcher, a escravidão no Brasil e outros temas relevantes	182
6.5 Conclusão	184
7. Missionários presbiterianos e diplomacia entre EUA e Brasil	185
7.1 Diplomatas e missionários norte-americanos	186
7.2 A influência dos missionários sobre a política externa brasileira em relação aos Estados Unidos no Império	192
7.2.1 A relação entre os missionários e as autoridades brasileiras	192
7.2.2 A influência dos missionários presbiterianos sobre imigração de confederados para o Brasil	197
7.3 Missionários como disseminadores de normas	207
7.4 Conclusão	215
8. Conclusão	217
9. Referências bibliográficas	222
10. Anexo: comparação entre a CFW (1646) e a CFW (1788)	229

Siglas usadas

CFW Confissão de Fé de Westminster

IGO International Governmental Organization (Organização Governamental Internacional)

INGO International Non-Governmental Organization (Organização Não-Governamental Internacional)

IPB Igreja Presbiteriana do Brasil

PCUS Presbyterian Church in the United States (Igreja do Sul)

PCUSA Presbyterian Church in the United States of America (Igreja do Norte)

TNA Transnational Actor (Ator Transnacional)

Provavelmente não está longe o dia em que o Brasil terá seu lugar entre as nações mais importantes da Terra em população e nos outros elementos de grandeza nacional. É de alta importância para seu presente e para seu bem-estar futuro, que a mente nacional esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretos, e estes deverão proceder, em primeiro lugar, das igrejas evangélicas de nosso país. Talvez jamais tenha havido época mais oportuna que esta para agirmos.

PCUSA, *Proposta de Missão no Brasil*, 1859

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888,¹ procurando compreender seu papel nas relações entre os dois países no mesmo período, especialmente no campo da diplomacia.

O século 19 foi palco de uma série de eventos de importância significativa na formação do mundo contemporâneo, incluindo o surgimento de características do sistema político internacional que influenciaram as relações internacionais durante a maior parte do século 20 e que possivelmente exercem influência sobre estas até os dias de hoje: a formação de uma parte significativa dos estados nacionais modernos, debates em torno da relação Estado-Nação, discussões e movimentos envolvendo nacionalismos, a formação de novos impérios coloniais e o estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho, para citar alguns.

Na presente pesquisa pretende-se dar atenção a dois eventos presentes neste período: a expansão dos interesses políticos e econômicos dos países industrializados e a expansão - ou pelo menos tentativa de expansão - do cristianismo protestante, conforme adotado em vários desses mesmos países. Conforme o historiador Justo Gonzáles escreveu, estes dois elementos estão mutuamente relacionados, mas não de maneira simples:

O século XIX, que foi a época da expansão das potências protestantes, foi também o período do grande avanço das missões protestantes. A relação entre os dois elementos, colonialismo e missões, é demasiado complexa (...). Não é totalmente exato dizer que os missionários foram agentes do colonialismo, pois, em algumas vezes, se opuseram a ele, e em muitíssimos casos criticaram as suas práticas. Tampouco é certo que a grande expansão missionária entrou pela portas abertas pelo colonialismo, pois, se bem seja verdade que muitas vezes as colônias foram a porta de entrada para os missionários, também é verdade que houve lugares em que os missionários chegaram muito antes dos comerciantes e colonizadores e que, em muitos casos, as autoridades coloniais se opuseram à obra missionária.²

¹ Nesta dissertação, quando grafo Igreja começando com letra maiúscula não estou fazendo referência à Igreja Católica Apostólica Romana, como fazem muitos autores populares e mesmo na área acadêmica. Estou referindo-me à Igreja conforme compreendida pela Doutrina Reformada, ou seja, como Corpo Universal de Cristo, em oposição a igrejas específicas (denominações cristãs como a PCUSA, a PCUS, a IPB e a Igreja Católica Apostólica Romana) ou igrejas locais (templos, locais de reunião ou comunidades de cristãos). Ocasionalmente, quando me refiro ao nome próprio de uma denominação (Igreja Presbiteriana do Brasil ou Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos), também grafo Igreja começando com letra maiúscula.

² GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo. Volume 9 – A Era dos Novos Horizontes*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005. pp. 122-123.

A inserção do protestantismo na América Latina foi marcada, sobretudo pelos seguintes fatores: o trabalho de Sociedades Bíblicas, o incentivo à imigração em alguns países e a cooperação de alguns latino-americanos favoráveis ao protestantismo. Outro fator a se destacar é o papel do liberalismo político e econômico neste processo. Os mesmos crioulos que sonhavam com o estabelecimento de repúblicas alicerçadas sobre os ideais da Revolução Francesa, e que criam na livre empresa econômica como base de um capitalismo forte, eram os que estavam mais dispostos a colaborar com a introdução do protestantismo em seus países. Embora eles mesmos não estivessem dispostos ou interessados em se tornar protestantes, não obstante criam que a pregação protestante, e certamente a imigração protestante, abririam o caminho para as promessas do mundo moderno.¹

A penetração do protestantismo na América Latina durante o século 19 fez parte da grande expansão protestante ocorrida naquela época, produto dos mesmos fatores que são verificados ao falar da Ásia ou da África. Igrejas Protestantes passaram neste século por um forte despertar missionário, que impulsionou um grande crescimento desta obra. A atividade missionária na América Latina foi, no entanto, de menor intensidade e mais tardia do que na África ou na Ásia. Para muitos protestantes europeus e norte-americanos, os novos-horizontes geográficos que se abriam para as missões não incluíam a América Ibérica, descoberta e colonizada por cristãos, séculos antes.²

O historiador Justo Gonzáles apresenta três exemplos ou episódios que mostram as diferentes formas pelas quais o protestantismo penetrou e se desenvolveu na América Latina: “a imigração, as missões e o cisma, seja dentro do catolicismo, seja dentro de alguma outra igreja.”³ No caso do Brasil, observamos a influência dos primeiros dois. Durante o período colonial, Espanha e Portugal procuraram manter as suas colônias fechadas para todo contato estrangeiro. Ao fim deste período, no entanto, muitos dos dirigentes das novas nações seguiram uma política diametralmente oposta. Conforme viam as coisas, era necessário fomentar o contato com outros países, especialmente a Grã-

¹ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 204.

² GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 186.

³ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 187.

Bretanha e os Estados Unidos, cujo desenvolvimento industrial e econômico devia ser imitado pelas novas nações.

Para que seus países pudessem ser industrializados, pensavam eles, seria necessário povoar o interior, abrir caminhos, estabelecer contatos com as nações industrializadas e introduzir as idéias e a experiência dessas nações. Por essa razão, durante todo o século 19, os governos mais progressistas da América Latina fomentaram a imigração européia e norte-americana. O resultado dessa política migratória nem sempre obteve o resultado esperado, uma vez que os imigrantes nem sempre eram as pessoas mais progressistas de seus países de origem, como se pode ver no caso dos sulistas norte-americanos que emigraram para o Brasil depois da Guerra de Secessão, e aqui se opuseram mais uma vez à abolição da escravatura.

Para fomentar a imigração, era necessário levar em conta o fato de que muitos dos possíveis imigrantes eram protestantes que não estavam dispostos a abandonar as suas práticas religiosas. Por essa razão era necessário garantir-lhes a liberdade de culto, mesmo em países onde a religião católica era até então a única permitida para o restante dos habitantes. A incongruência em estender aos imigrantes direitos que os nativos não tinham foi logo questionada, e por esse caminho alguns países estenderam a liberdade de culto para toda a população.¹ Portanto, a política de estimular a imigração tornou-se uma importante antecedente para a posterior disseminação do protestantismo em meio à população.²

Muitas vezes os contingentes de imigrantes protestantes em seus novos países traziam consigo os seus pastores, ou os mandavam buscar em seus países de origem. O objetivo dos imigrantes ao virem para novas terras não era, no entanto, pregar aos naturais do país e, por isso, a maioria não realizou trabalho missionário junto aos nativos.³ Algumas igrejas e organizações missionárias norte-americanas chegaram a realizar trabalhos missionários junto aos imigrantes, sem com isso se interessarem em evangelizar os latino-americanos.

¹ O Brasil faz parte deste grupo, embora a plena liberdade de culto, com a extinção do “monopólio” religioso da Igreja Católica Romana, só tenha sido alcançado com a proclamação da república.

² GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. pp. 187-188.

³ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 188.

A falta de interesse em enviar missionários para a América Latina partia de obstáculos na Europa e nos Estados Unidos. Quando as novas condições políticas tornaram possíveis as missões protestantes, nem todos os protestantes europeus e norte-americanos estavam convencidos de que era lícito ou necessário empreender essa obra. Particularmente os anglicanos e episcopais acreditavam que o continente já era cristão por ser católico, e que era um erro empreender missões entre católicos, quando havia tantas pessoas na Ásia e na África que nem sequer haviam ouvido o nome de Jesus.¹

As igrejas presbiterianas nos EUA possuíam uma ala contrária a esta visão. Para eles, o catolicismo era tão cristão como o paganismo encontrado na Ásia ou na África.² Esse grupo teve que enfrentar alguma oposição dentro de sua denominação - o que resultava em relativamente poucos recursos financeiros e de pessoal - mas conseguiu por fim organizar missões para o Brasil e outros países latino-americanos.

Em quase todos os casos os missionários enviados para a América Latina foram antecipados por colportores bíblicos. Os primeiros missionários protestantes que trabalharam entre a população de fala espanhola e portuguesa não procuraram fundar igrejas, mas difundir a Bíblia, preparando o caminho para os que viriam depois.³

Também é importante indicar que, desde o princípio, a maior parte dos missionários protestantes procurou dar testemunho de uma mensagem que se ocupava não apenas da salvação eterna, mas também dos outros aspectos da vida. Por isso, o protestantismo na América Latina destacou-se devido às escolas, hospitais e outras instituições que fundou. Muitas pessoas que nunca abraçaram o protestantismo foram beneficiadas por estes projetos e outros.⁴ De maneira semelhante, os missionários tornaram-se símbolos do progresso que os dirigentes liberais buscavam na Europa e nos EUA. O historiador William Hutchison trabalha essa tensão entre evangelizar e civilizar em seu clássico *Errand to the World: American Protestant Thought and Foreign Missions*. Conforme será visto ao longo deste estudo, o caso do Brasil não foi exceção.

¹ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 190.

² Sobre este assunto ver o relatório do missionário John Boyle, transcrito por Boanerges Ribeiro. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. São Paulo: Livraria O Semeador, 1987. pp. 74-94

³ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. pp. 196-197.

⁴ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 201.

O Brasil em momento algum tornou-se uma colônia norte-americana. Na verdade, as relações entre os dois países parecem ter adquirido um padrão muito diferente daquele metrópole-colônia. Ainda assim, alguns aspectos da história do período nos levam a crer que a análise de Justo Gonzáles pode ser adaptada para as relações Brasil-Estados Unidos. O século 19 foi um período de afirmação dos Estados Unidos como uma potência regional, e também uma época de expansão de seus interesses dentro do Hemisfério Ocidental. Observa-se no recorte cronológico proposto um crescente interesse mútuo entre Brasil e Estados Unidos, partindo da quase indiferença em 1859 para uma definitiva aproximação em 1888 que se confirmaria nos anos seguintes. O século 19 foi também o momento em que pela primeira vez missões protestantes de caráter duradouro foram estabelecidas no Brasil, e a quase totalidade dessas missões provinha dos Estados Unidos. Compreender como a expansão dos interesses norte-americanos no Brasil e o avanço das missões protestantes em nosso território estiveram relacionados é a finalidade de nossa investigação.

Cronologicamente o recorte desta pesquisa compreende principalmente os anos de 1859 a 1888, período que vai da chegada do primeiro missionário enviado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) ao Brasil até o momento em que a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) alcançou sua autonomia, desligando-se das igrejas norte-americanas e passando a se auto-administrar. O período coincide de maneira fortuita com episódios de destaque nas relações Brasil - Estados Unidos durante o século 19,¹ e termina quase no mesmo momento em que o Brasil abole a escravidão em seu território, episódio que serve como importante antecedente da proclamação da república em 1889. A proclamação da República, por sua vez, marca o início de um novo período de relações entre Brasil e Estados Unidos.² Marca também o início de um novo período de relações entre o Estado brasileiro e grupos religiosos diversos.³ Esses eventos nos levam a confirmar a validade do recorte escolhido.

Meu campo de pesquisa limita-se ao presbiterianismo. Não se trata de menosprezar a atuação de outros grupos evangélicos no Brasil, especialmente

¹ A tentativa de imigração de veteranos confederados e a pressão pela abertura do rio Amazonas ao comércio internacional são dois importantes exemplos.

² FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. Stanford: AEI-Hoover Policy Studies, 1974.

³ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. p. 370.

durante o recorte cronológico que estou adotando. Faço das palavras de Boanerges Ribeiro, que fez o mesmo recorte temático, as minhas:

...não significa isso inconsciência da presença dos Reformados europeus, dos Luteranos, dos Congregacionais, dos Metodistas e dos Batistas. Os europeus e sua situação “colonial” foram estudados por Emilio Williems. Os Congregacionais, ao terminar o período a que me limito neste volume, ainda se encontravam restritos a dois centros urbanos, Rio e Recife. Metodistas e Batistas iniciam sua implantação efetiva entre brasileiros somente em 1878 e 1882 respectivamente.¹

Acrescento ainda que Batistas e Metodistas se organizaram em nível nacional efetivamente somente em 1907 e 1930, respectivamente. O crescimento e possivelmente o impacto de ambos no período esteve bastante abaixo daquele observado entre presbiterianos. Luteranos mantiveram-se voluntariamente isolados da realidade nacional durante um período semelhante; esse isolamento já havia sido constatado por missionários presbiterianos ainda no século 19; além disso, sua ligação mais clara seria com a Alemanha, não com os Estados Unidos. Por outro lado, todos estes grupos podem ser de interesse periférico na pesquisa, tendo em vista o ecumenismo praticado entre os grupos protestantes em atuação no Brasil naquele período.²

Dentro dos recortes propostos pretendemos fornecer ao menos respostas preliminares para questões que podemos deduzir da análise de Justo Gonzáles sobre a relação entre expansão das potências protestantes e avanço das missões protestantes: os missionários foram agentes de alguma tentativa de expansão de interesses norte-americanos no Brasil? A expansão missionária norte-americana no Brasil entrou pelas portas abertas por algum plano expansionista ou de aproximação mais amplo? Ou os missionários chegaram aqui antes que qualquer plano desta natureza tenha sido estabelecido? Ou ainda, teriam os missionários se oposto a interesses norte-americanos no Brasil, ou mesmo entrado em choque contra esses?

A análise de Justo Gonzáles parte do quadro bastante amplo da ação de missionários em diferentes partes do mundo durante o século 19. É possível que algumas destas questões se apliquem ao caso específico do Brasil durante o

¹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 11.

² Acredito que é desnecessário dizer que grupos Pentecostais (como a Assembléia de Deus, Deus é Amor e Congregação Cristã no Brasil) e Neopentecostais (Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e comunidades diversas) possuem origens mais recentes e não entram no recorte cronológico dessa pesquisa.

Segundo Reinado melhor do que outras. A terceira em especial parece ter maiores chances de corresponder à realidade: os missionários demonstraram um profundo interesse no Brasil antes que o Estado norte-americano tivesse um interesse análogo.¹

Esta dissertação parte, portanto, da seguinte pergunta: qual foi o papel das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil nas relações entre estes dois países? Como resposta para esta pergunta, oferecemos a hipótese de que as Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil foram incentivadoras de melhores relações entre Brasil e Estados Unidos, tendo como objetivo a criação de um ambiente favorável à sua atuação. Com isso contribuíram para a aproximação entre os dois países.

A base teórica utilizada, conforme será exposto no primeiro capítulo, busca oferecer uma visão do papel dos atores no Sistema Internacional, e não o contrário, ou seja, a influência do sistema nos atores. É importante notar, portanto, que esta não é uma análise sistêmica ou de influência behaviorista. Pretende-se realizar uma análise centrada na identidade dos atores e suas possíveis contribuições para a identidade e as ações de outros atores, assim como para o sistema.

A metodologia da dissertação segue o estudo de casos. Os casos escolhidos são a atuação do missionário James Cooley Fletcher e a atuação dos missionários ligados à formação da Igreja Presbiteriana do Brasil. Além de englobar basicamente todo o universo de missionários presbiterianos em atuação no Brasil no período cronológico selecionado, essa seleção de casos permite a análise de missionários com estratégias diferenciadas: Fletcher privilegiando reformas sociais e os demais conversões individuais a Cristo, dentro da cosmovisão reformada ou calvinista. Em outras palavras, segue-se a sistematização observada por William Hutchison mencionada anteriormente. O estudo dos casos será efetuado através da análise histórica das fontes disponíveis a respeito das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19, bem como da atuação de missionários presbiterianos no Brasil no mesmo período. Na ausência de fontes primárias são utilizadas fontes secundárias: obras

¹ Lawrence Hill observa que as relações entre Brasil e Estados Unidos durante a maior parte do século 19 variavam entre longos períodos de indiferença e breves momentos de profunda tensão. Exemplos de interesse mútuo foram raros. Ver HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932.

consagradas a respeito desses temas. Utilizando estas fontes esperamos encontrar subsídios para traçar o quadro histórico da relação dos missionários presbiterianos norte-americanos em missão no Brasil com seu país de origem, este representado especialmente pelo corpo diplomático em atuação no Brasil no mesmo período. Acreditamos que qualquer relação entre a atuação missionária presbiteriana norte-americana e a expansão de interesses norte-americanos no Brasil seria alvo de registro por parte dos diplomatas norte-americanos em ação no Brasil. De maneira semelhante, esperamos encontrar nos diversos documentos produzidos por missionários presbiterianos em atuação no Brasil indicações sobre a relação entre este grupo e seu país de origem enquanto estavam em missão.

2

BASES TEÓRICAS PARA ANÁLISE DA AÇÃO MISSIONÁRIA PRESBITERIANA NO BRASIL MONÁRQUICO E SUA POSSÍVEL INFLUÊNCIA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

O objetivo geral desse capítulo é apresentar as bases teóricas a serem utilizadas ao longo dessa dissertação na análise da ação missionária presbiteriana no Brasil monárquico e sua possível influência nas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19.

Citando Alister McGrath, gostaria de introduzir este capítulo afirmando o seguinte:

Talvez seja inevitável que muitos historiadores modernos, familiarizados com um sistema religioso privado, partam do pressuposto de que a religião não desempenha qualquer papel além da esfera da espiritualidade pessoal. No entanto, não era esse o caso no século 16.¹

Parafraseando Alister McGrath, penso ser possível colocar o comentário da seguinte maneira: “talvez seja inevitável que muitos pesquisadores da área de Relações Internacionais (assim como pessoas em geral) partam do pressuposto de que a religião não desempenha qualquer papel além da esfera da espiritualidade pessoal”.

McGrath faz seu comentário dentro de um contexto de análise da Reforma Protestante do século 16, utilizando o arcabouço teórico da História Intelectual ou História das Idéias. Ele parte do pressuposto, empiricamente embasado, de que a Reforma foi um movimento originado a partir de idéias religiosas e com conseqüências econômicas e sociais, e não a visão contrária, segundo a qual a Reforma foi “uma fase crítica no desenvolvimento da revolução burguesa européia”.² Daí o fechamento de seu comentário que afirma que “não era esse o caso no século 16”. No entanto, não vejo porque não se possa afirmar que “não era esse o caso no século 19” ou mesmo que esse não é o caso no início do século 21. Infelizmente, influenciados ao que parece pela visão modernista (ou iluminista) de que religiões são fenômenos a serem superados pelo “progresso”

¹ MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007. p. 12.

² MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. p. 14.

intelectual e material do mundo “moderno”, muitos pesquisadores tendem a encarar a questão de outra forma.¹ Consciente disso, McGrath faz outro comentário pertinente para o presente estudo:

A preocupação de diversos historiadores da Reforma com questões sociais se deve, em boa parte, ao fato de muitos sociólogos ocidentais da segunda metade do século 20 terem adotado abordagens à história que, em última análise, dependiam da análise marxista das origens das idéias, defendendo que as ideologias – como as teologias da Reforma – não passavam de uma superestrutura conceitual levantada sob uma subestrutura socioeconômica.²

Embora McGrath esteja escrevendo a respeito da Reforma Protestante do século 16, penso que o comentário seja também válido para a evangelização do Brasil no século 19. Ainda usando o mesmo autor, acredito que a solução para a análise estrutural (equivocada) apresentada seria “cultivar um senso de empatia histórica com o papel conferido à religião no passado, ao invés de projetar suas características posteriores sobre um período anterior”.³ Em relação a essa opção epistemológica, faria ainda mais um comentário citando McGrath: “Não se trata de ser vítima de uma interpretação idealista antiquada – mas de observar a importância da Teologia para muitos daqueles que se envolveram em conjunturas críticas do movimento de Reforma”,⁴ e, por que não dizer, daqueles que no passado se envolveram nas primeiras tentativas bem-sucedidas de evangelização do Brasil.

Portanto, não penso que a opção epistemológica que serve de pressuposto para toda essa dissertação – de que idéias (especialmente religiosas) podem afetar realidades econômicas, políticas e sociais,⁵ muitas vezes de maneiras não previstas pelos formadores e pelos propagadores destas idéias – seja “uma interpretação idealista antiquada”. Por outro lado, também não se trata absolutamente de dizer que aquilo que a análise marxista chama de “subestrutura” não possa ter qualquer influência sobre a “superestrutura” ideológica (ou, como

¹ Ver FOX, Jonathan, “Religion as an Overlooked Element of International Relations”, *International Studies Review*, vol. 3, no. 3, 2001; FOX, Jonathan & SANDLER, Samuel. *Bringing Religion into International Relations*. New York: Palgrave-Macmillan, 2004.

² MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. p. 14.

³ *Ibidem*.

⁴ *Ibidem*.

⁵ A tríade “política, economia e social” utilizada aqui quer dizer simplesmente a sociedade humana em seus mais variados aspectos.

colocou Alexander Wendt, não se trata de colocar “ideas all the way down”).¹ Se trata de, a partir da melhor análise empírica que os métodos permitem, concluir que determinadas idéias simplesmente fogem (e muito) da direção que as condições estruturais sociais e econômicas sugerem.

Ainda amparando-me no campo da História (e também da Sociologia), gostaria de citar a clássica obra de Max Weber, *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, como inspiração teórica para a presente dissertação. Como é bastante conhecido, Weber segue em seu estudo um caminho diametralmente oposto à análise marxista, afirmando que as idéias religiosas protestantes – e especialmente aquelas ligadas ao calvinismo puritano – tiveram uma relação causal sobre o desenvolvimento do capitalismo moderno, e não o contrário. Sem postular uma causalidade estrita, ele demonstra haver uma afinidade entre protestantismo (especialmente calvinismo) e capitalismo. Desse ponto de vista, influenciado pelo calvinismo, o capitalismo moderno surgiu primeiro justamente nos locais onde esse fenômeno seria mais improvável segundo a visão marxista. É muito importante frisar que, de acordo com Weber, este foi um encadeamento causal jamais pretendido pelos reformadores religiosos. Em suas palavras:

Não deve ser compreendido como se esperássemos que algum dos fundadores ou representantes dessas comunidades religiosas tivesse como *objetivo* de seu trabalho na vida, seja em que sentido for, o despertar daquilo que aqui chamamos de “espírito capitalista”. Impossível acreditar que a ambição por bens terrenos, pensada como um fim em si, possa ter tido para algum deles um valor ético. E que fique registrado de uma vez por todas e antes de mais nada: programas de reforma ética não foram jamais o ponto de vista central para nenhum dos reformadores. (...) A salvação da alma, e somente ela, foi o eixo de sua vida e ação.²

É muito importante frisar também que em seu estudo Weber não tem qualquer intenção de “culpar” o calvinismo pelo surgimento do capitalismo. Pelo contrário: em sua obra ele “santifica” ambos, calvinismo e capitalismo, afirmando no final das contas que o calvinismo foi ao menos indiretamente responsável pelo desenvolvimento de sociedades capitalistas mais dinâmicas, prósperas e com mais oportunidade para o avanço individual.

¹ Acredito que os historiadores da Escola dos Annales seguiram um caminho válido a respeito dessa questão, valorizando tanto as idéias (ou mentalidades) quanto o ambiente socioeconômico no qual são formadas.

² WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 81.

É bem verdade que a obra de Weber aborda um processo de “longa duração” (para usar o conceito do historiador francês Fernand Braudel), enquanto que nessa dissertação está sendo abordado um período de apenas 30 anos aproximadamente. Ainda assim, fica registrado aqui que Weber demonstrou de maneira bastante convincente que atores e idéias religiosas podem ter profunda influência sobre a organização social em geral, até mesmo de maneiras imprevistas.

Faço essa discussão inicial para afirmar que, colocando de maneira bastante geral, o objetivo dessa dissertação (e desse capítulo em especial) é avaliar de que forma idéias (especialmente religiosas) e seus promotores podem afetar realidades políticas, econômicas e sociais, muitas vezes de maneiras não previstas pelos formadores e pelos propagadores destas idéias. A partir desse pressuposto estão divididas as seções desse capítulo.

Na primeira seção do capítulo será realizada uma breve avaliação a respeito do estudo de fenômenos religiosos dentro da disciplina de Relações Internacionais. Serão apresentadas algumas vertentes teóricas voltadas para o estudo de fenômenos religiosos e seu impacto sobre o ambiente internacional presentes na disciplina atualmente e a abordagem pretendida nessa dissertação.

Na segunda seção serão apresentadas bases teóricas para a análise da diplomacia norte-americana em relação ao Brasil durante o século 19. Concluindo-se a respeito de um modelo teórico adequado para a análise da diplomacia norte-americana, o capítulo direciona-se para a análise dos missionários. Assim, as seções seguintes são direcionadas para a avaliação teórica desses atores.

A terceira seção do capítulo é direcionada para algumas tarefas relacionadas ao tratamento teórico dos missionários em si: sua classificação como atores em Relações Internacionais, suas formas de atuação em relação ao Estado e suas formas de atuação em relação à Sociedade Civil. A quarta seção avalia as possíveis origens do poder dos missionários, ou a forma como teoricamente eles podem influenciar outros atores, participando da construção de valores que permeiam todo o ambiente internacional. Conectado a esse último ponto, a quinta seção avalia qual seria teoricamente a contribuição dos missionários na formação e propagação de normas internacionais.

2.1 RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Uma definição convencional e durante muito tempo amplamente aceita daquilo que a disciplina de Relações Internacionais estuda define os Estados-Nacionais como principais atores de um sistema internacional anárquico, marcado por disputas de poder político, econômico ou militar. Dentro desta definição, se há uma teoria de Relações Internacionais, esta é o balanceamento desse poder.¹

Partindo-se da definição de Relações Internacionais acima, não seria de se espantar que a disciplina deixasse de lado fenômenos religiosos, quando muito definindo-os como fatores periféricos. De fato, em um levantamento recente realizado com alguns dos principais periódicos da área (*International Organization, Foreign Policy, International Studies Quarterly, International Affairs* e *Review of International Studies*, tomados de 1998 a 2003), pesquisadores constataram que identidade, cultura e religião foram o tema principal de somente 13 artigos, contra, por exemplo, 179 artigos focados em segurança e 88 sobre economia.²

Os autores do levantamento citado no parágrafo anterior não mencionam quantos dos 13 artigos tratam *especificamente* sobre religião (e não identidade ou cultura) ou quantos destes 13 são de fato independentes dos temas Segurança e Economia, os “campeões” da lista. O ponto que quero colocar aqui é que associar religião em Relações Internacionais primariamente com terrorismo internacional (uma associação que, sem especular muito, pode-se supor estar presente em pelo menos alguns dos artigos mencionados) não seria exatamente um avanço.

Ao longo das últimas três décadas, diferentes escolas de Relações Internacionais, dentro de diferentes padrões epistemológicos, estabeleceram críticas à definição do campo de estudos da disciplina apresentado no início dessa seção. Isso não significa, no entanto que questões relacionadas à segurança entre os Estados tenham sido colocadas em segundo plano, sendo substituídas por pesquisas a respeito do impacto de fenômenos religiosos sobre uma sociedade transnacional, onde Estados sejam vistos como atores periféricos. Portanto, pode-se partir com segurança do princípio de que o impacto de fenômenos religiosos

¹ Faça aqui uma apresentação muito geral do Neo-Realismo de Kenneth Waltz. Ver WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill. 1979.

² THOMAS, Caroline & WILKIN, Peter. “Still Waiting After All These Years: ‘The Third World’ on the Periphery of International Relations”. In: BJPIR: 2004 Vol 6. p. 245.

sobre o ambiente internacional permanece um tema secundário dentro da disciplina.

Essa opção por outros temas não deve ser atribuída, no entanto, a definições impostas por escolas teóricas específicas ou a opções epistemológicas mais ou menos reflexivistas. Fenômenos religiosos têm sido igualmente estudados ou ignorados por diferentes escolas teóricas dentro da disciplina, independentemente da relação que estas guardam com os debates teóricos dentro desta. Fenômenos religiosos podem ser estudados por abordagens convencionais, assim como podem ser deixadas de lado por abordagens críticas.

Hasenclever e Rittberger¹ observam especificamente as diferentes abordagens encontradas na literatura de RI voltadas para a análise do papel de fenômenos religiosos em conflitos internacionais.² Embora os autores usem em seu artigo uma abordagem já criticada aqui (abordar religião *em conexão* com o mais “tradicional” tema de Segurança, e não por seus méritos próprios), sua abordagem teórica apresenta méritos que justificam seu aproveitamento. Será realizada aqui uma tipologia de aproximações teóricas ao fenômeno religiosos em RI partindo-se destes autores.

De acordo com os autores mencionados, abordagens de RI em relação a fenômenos religiosos podem ser divididas em três grupos: Primordialistas, Instrumentalistas e Construtivistas.

Primordialistas consideram que fenômenos religiosos podem ser uma das principais causa de conflitos internacionais, especialmente em um mundo onde as distâncias tendem a diminuir e o contato entre grupos orientados por diferentes religiões tende a aumentar. Para este grupo de estudiosos, a religião ocupa o espaço de variável independente, e as guerras de religião e realinhamentos baseados em cultura são expectativas razoáveis para o futuro próximo das relações internacionais. Destaca-se nesse primeiro grupo o estudo *Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington.

Realinhamentos políticos nos Estados Unidos e eventos internacionais de grande impacto como o 11/09, a Guerra Contra o Terrorismo, a Guerra do

¹ HASENCLEVER, Andreas & RITTBERGER, Volker. “Does Religion Make a Difference: Theoretical Approaches to the Impact of Faith on Political Conflict.” In: *Millennium: Journal of International Studies* 29, no. 3, 2000.

² O fato de os autores analisarem o papel de religiões em conflitos, e não em outro fenômeno, pode ser visto em si como uma sutil demonstração do papel das religiões na teoria de RI.

Afeganistão e a Guerra do Iraque tornaram a visão dos Primordialistas popular durante os anos 1990 e início da presente década, pelo menos dentro da academia norte-americana. Aquilo que no livro de Huntington poderia parecer pessimismo adquiriu um aspecto bem mais plausível no quadro de ataques terroristas e aparente bipolarização entre oriente islâmico e ocidente judaico-cristão. A postura Primordialista apresenta características inovadoras (a valorização da cultura e da religião nas relações internacionais – teoria e prática) e conservadoras (pessimismo em relação à cooperação entre Estados, disputa de poder, anarquia internacional).

Os estudiosos Instrumentalistas são radicalmente contrários às teses primordialistas. Para este grupo, fatores socioeconômicos são a principal base de conflitos internacionais no mundo atual e deverão permanecer assim no porvir (assim como a literatura convencional positivista, e especialmente a Realista, coloca, da mesma forma que os marxistas). Segundo os Instrumentalistas, identificar religião e conflitos internacionais é correlação espúria. A expectativa para o mundo globalizado (ou globalizando-se) é de clivagens socioeconômicas e guerras civis. Vemos, portanto que Instrumentalistas são estudiosos convencionais, que entendem que considerar religião e cultura como variáveis independentes ou mesmo intervenientes na correlação entre Política e Religião é na pior das hipóteses apenas uma instrumentalização desses fatores com vistas a objetivos escusos.

Em uma posição intermediária entre Instrumentalistas e Primordialistas estariam, segundo Hasenclaver e Rittberger, os estudiosos Construtivistas. Para estes, a causa básica de conflitos internacionais continua sendo socioeconômica (como definem os Instrumentalistas). No entanto, na correlação entre Política e Religião, esta última adquire o status de variável interveniente. A expectativa de Construtivistas para o futuro próximo das relações internacionais é de que clivagens socioeconômicas, conflitos políticos e violência e militância contingentes estejam ligados à religião e política no plano internacional.

Hasenclever e Rittberger também analisam três abordagens normativas empregadas na resolução de conflitos onde a variável religiosa aparentemente se faz presente. A primeira delas é a supressão e intimidação; a segunda, políticas de desenvolvimento e democratização; a terceira, o estabelecimento ou

aprimoramento de diálogo. Cada uma delas será apresentada separadamente a seguir.

Supressão e intimidação têm como foco o comportamento conflitivo de grupos específicos. Contra este comportamento é designado o uso de força militar, com o objetivo de tornar o uso da violência inviável ou mesmo irracional (combinando com os pressupostos daqueles que usualmente adotam ou defendem estas medidas: sistema internacional composto por atores racionais).

Políticas de desenvolvimento e democratização focam seus esforços em combater aquilo que enxergam como conflitos socioeconômicos, utilizando-se para isso de incremento no bem estar material das sociedades envolvidas. O objetivo dessas medidas é tornar o uso da violência desnecessário. Estas políticas partem do pressuposto de que fatores culturais e religiosos não têm de fato um papel central em conflitos internacionais. Para aqueles que advogam ou adotam estas medidas, religião e cultura são fatores espúrios, elementos instrumentalizados por lideranças políticas e militares. O mecanismo causal do desenvolvimento e da democratização passa por três etapas ou suposições: (i) o bem-estar material diminui a identificação com comunidades religiosas; (ii) o bem-estar material diminui a mobilização e o apoio popular a estratégias violentas; (iii) com esses fatores, cresce a expectativa pelo uso de práticas não violentas na resolução de conflitos. O que vemos, portanto, é que as políticas de desenvolvimento e democratização partem do pressuposto de que conflitos religiosos podem se tornar irrelevantes em um quadro de desenvolvimento econômico.

Políticas de diálogo estão baseadas no pressuposto de que a religião não é um fator secundário em um mundo de estados racionais, e sim uma parte integrante de culturas nacionais ou de grupos específicos, sendo, portanto um fator com o qual é necessário lidar, não pela sua negação, mas por sua inclusão e valorização na análise de conflitos.

Para aqueles que defendem a política do diálogo contra o impacto de fatores religiosos sobre conflitos políticos, estes fatores religiosos de fato tem algum peso nos conflitos internacionais. Relacionar religião e conflito não é visto como uma prática espúria ou uma instrumentalização (também não é visto como uma relação causal estrita). O foco do diálogo está nas atitudes envolvidas em conflitos específicos. O objetivo nestas políticas é tornar o uso da violência

ilegítimo, adotando para isso o esclarecimento moral como contramedida. O mecanismo causal utilizado no diálogo consiste em três pontos: (i) expor a instrumentalização política de tradições religiosas; (ii) enfatizar o valor intrínseco de todos os seres humanos; (iii) permitir a cooperação através do fortalecimento da confiança mútua e do monitoramento de tratados.

Considero que as três abordagens, a Primordialista, a Instrumentalista e a Construtivista, possuem méritos. A Construtivista, porém, por seu equilíbrio entre questões materiais e ideacionais, parece englobar uma realidade maior, e daí possuir uma aplicação mais ampla.

Neste estudo pretendo realizar uma abordagem interdisciplinar, fazendo uso tanto da teoria de Relações Internacionais como da Teologia Histórica e da História da Igreja para avaliar a possível influência de missionários sobre as relações entre Brasil e EUA. Na definição de Alister McGrath, a Teologia Histórica (ou História da Teologia, ou ainda, História da Doutrina) “é o ramo da investigação teológica que objetiva explorar o desenvolvimento histórico das doutrinas cristãs e identificar os fatores que influenciaram sua formulação”.¹ Em outras palavras, a Teologia Histórica aborda as respostas às grandes perguntas do pensamento cristão (questões filosóficas, éticas, políticas e sociais) e os fatores que contribuíram para a elaboração dessas respostas.² Insere-se no campo mais amplo da História das Idéias ou História Intelectual.

A História da Igreja possui um campo de pesquisa mais amplo do que a Teologia Histórica, abordando basicamente tudo aquilo que se refere ao passado da Igreja e ao desenvolvimento do cristianismo através dos tempos, como missões, culto, organização, vida cristã, etc. Insere-se nos campos mais amplos da História Social e da História Institucional.³

O uso dessas duas disciplinas, a Teologia Histórica e a História da Igreja, faz parte do processo de “cultivar um senso de empatia histórica com o papel conferido à religião no passado, ao invés de projetar suas características posteriores sobre um período anterior”.

¹ MCGRATH, Alister. *Historical Theology: An Introduction to the History of Christian Thought*. p. 9, 16. Citado em MATOS, A. S. *Fundamentos da Teologia Histórica*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2008. p. 17.

² MATOS, A. S. *Fundamentos da Teologia Histórica*. p. 17.

³ MATOS, A. S. *Fundamentos da Teologia Histórica*. p. 15.

2.2 ENTENDENDO O FUNCIONAMENTO DA DIPLOMACIA NORTE-AMERICANA

Um primeiro enfoque desta pesquisa diz respeito à diplomacia norte-americana em relação ao Brasil durante um período aproximadamente equivalente à segunda metade do século 19 (contextualizado, porém, no século 19 como um todo). Dentro da teoria de Relações Internacionais, a sub-disciplina de Análise de Política Externa caracteriza-se como uma sub-área de especial interesse na análise desse tipo de fenômeno internacional, a diplomacia de um determinado Estado.

A sub-disciplina de Análise de Política Externa, pelo seu próprio objeto de estudos, encontra-se em um vértice disciplinar entre Relações Internacionais e análises de políticas públicas. O estudo englobado pela sub-disciplina envolve tanto questões domésticas quanto internacionais, o que por si só já torna nublada a diferenciação entre fenômenos internos aos Estados e outros que pertenceriam ao ambiente internacional externo a estes, questionando a percepção dos Estados como “black boxes”, tradicional em RI. Dentro dessa percepção (“black boxes”), de influência behaviorista, a análise do ambiente doméstico é preterida no estudo da relação entre os Estados. Assim, pode-se dizer que desde as suas origens esta sub-disciplina possui a peculiaridade de questionar alguns pressupostos centrais de teorias do *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais.¹

Um desses questionamentos diz respeito à Teoria de Escolha Racional (*Rational Choice Theory*), utilizada tanto por realistas quanto por liberais e representada em Análise de Política Externa pelo Modelo de Ator Racional. Enquanto parte dos analistas de política externa utilizam este modelo, outros oferecem abordagens baseadas em modelos alternativos.

Os autores de APE que utilizam o modelo do Estado como ator unitário e racional partem do pressuposto teórico de que o Estado realiza suas escolhas racionalmente com base no estabelecimento de objetivos, consideração de opções e conseqüências e, sobretudo maximização de utilidade. Estas características do Modelo de Ator Racional são exemplos da influência da economia neoclássica (e do positivismo, de maneira mais ampla) sobre os estudos de RI. Este modelo

¹ Ver HILL, Ch. *The changing politics of foreign policy*, Houndmills: Palgrave Macmillan, 2003; HUDSON, V., “Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations”, *Foreign Policy Analysis*, vol., 1, no. 1, 2005; CARLSNAES, W., “Foreign Policy”, in: CARLSNAES, W., RISSE, Th. & B. Simmons (eds.), *Handbook of International Relations*, Sage, Londres, 2002.

sofreu críticas dentro da sub-disciplina, sendo propostas variadas alternativas para ele, por exemplo, o Modelo de Política Burocrática (*bureaucratic politics model*) e o Modelo de Processo de Organização (*organizational process model*), ambos propostos por Graham T. Allison em seu artigo “Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis”, de 1969, e expandidos em seu livro *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*, de 1971.

Allison apresenta o Modelo de Ator Racional utilizando as seguintes características: (i) os governos são tratados como o ator principal da Política Externa; (ii) o governo avalia seus objetivos através do critério de maximização de utilidade; (iii) o governo faz escolhas buscando o melhor “payoff”. Allison observa que conquanto o Modelo de Ator Racional possa superficialmente oferecer uma explicação a respeito dos eventos ligados à Crise dos Mísseis (o caso específico analisado em seu artigo e posteriormente em seu livro), esta explicação deve ser feita ignorando-se uma série de fatores que questionariam a solução oferecida pelo modelo teórico.

O segundo modelo oferecido por Allison, o Modelo de Processo de Organização (*organizational process model*), foca-se nas esferas burocráticas do Estado e suas implicações para a política externa. De acordo com este modelo teórico, a resposta do Estado a um incentivo externo é limitada ou mesmo determinada por sua burocracia interna.

O Modelo de Processo de Organização apresenta as seguintes proposições: (i) diante de uma crise, o governo de um país não a responde como um ator monolítico. A resposta à crise é feita em partes, de acordo com linhas de organização burocrática pré-estabelecidas; (ii) em função de suas limitações de tempo e recursos, governos não buscam de fato a decisão que lhes oferece o melhor “payoff”. Em lugar disso, as decisões são tomadas favorecendo a primeira opção satisfatória apresentada, que possa rapidamente solucionar as incertezas provocadas pela situação de crise; (iii) limitada pelas necessidades de tempo e recursos, a organização burocrática tende a responder à crise de acordo com um repertório pré-estabelecido (e nem sempre adequado).

O terceiro modelo teórico apresentado por Allison, o Modelo de Política Burocrática (*bureaucratic politics model*), lida com a influência de disputas políticas internas sobre a política externa efetuada pelo governo. As proposições desse modelo teórico podem ser resumidas da seguinte maneira: (i) a política

externa de um Estado é melhor compreendida como o resultado de debates e disputas políticas internas entre seus principais líderes do que uma resposta de um ator unitário, monolítico e racional; (ii) ainda que os líderes envolvidos no desenvolvimento da política externa concordem com o objetivo geral a ser perseguido por essa política, eles podem discordar em uma série de outros fatores envolvidos no processo que os impeça de atingir um consenso; (iii) mesmo um líder que possua em teoria poder absoluto sobre a formação da política externa corre o risco de ter suas ordens confundidas ou mesmo abertamente desobedecidas. Em contraposição, mesmo um líder geralmente democrático pode, diante de circunstâncias específicas, agir de maneira isolada ou contra o conselho ou a vontade de assessores e opositores; (iv) os assessores de um líder podem afetar profundamente suas decisões; (v) igualmente, as características pessoais e as decisões de um líder podem afetar as pessoas ao seu redor envolvidas na formulação da política externa; (vi) um líder sem suficiente apoio de um círculo próximo pode ser mais facilmente atacado por opositores.

Mesmo diante da dificuldade de obter fontes primárias em quantidade suficiente para apreciar todos os detalhes de um modelo teórico complexo como este último, Allison pôde demonstrar através de algumas informações chave que as proposições do Modelo de Política Burocrática permitiam uma compreensão de detalhes da Crise dos Mísseis que os outros modelos não contemplam. Este, aliás, é um detalhe importante a ser considerado a respeito do Modelo de Política Burocrática: sua necessidade por informações detalhadas da política empreendida nos gabinetes de altos escalões do governo pode ser um empecilho a sua aplicação. Ainda assim, com o passar dos anos e com a liberação de informações, as proposições de Allison através de seus modelos teóricos foram de modo geral confirmadas.

Não é difícil encontrar exemplos históricos que se encaixem nas proposições dos modelos teóricos de Allison. O ataque japonês a Pearl Harbor durante a 2ª Guerra Mundial seria um, assim como a resposta norte-americana no mesmo caso (ou a falta dela). O Modelo de Ator Racional não dá conta da atitude japonesa, aparentemente irracional e estrategicamente falha, de atacar os EUA naquele momento. Igualmente, esse modelo não explica a ausência de resposta norte-americana, apesar da quantidade claramente suficiente de informações a respeito da ameaça de um ataque japonês iminente. A ausência de uma resposta

preventiva dos EUA contra o ataque pode ser explicada por uma “teoria da conspiração” ou pelo Modelo de Processo de Organização de Allison, segundo o qual a obtenção de informações não é necessariamente garantia de uma resposta eficaz. A mesma observação parece ser válida para os recentes ataques de 11 de Setembro.

De maneira semelhante, o Modelo de Política Burocrática parece explicar a estratégia vacilante dos EUA durante a Guerra da Coreia. Pela aplicação desse modelo teórico, as alterações na estratégia norte-americana seriam resultado de disputas internas entre grupos liderados pelo general Douglas MacArthur e pelo presidente Harry Truman, e não de uma mudança racional das intenções dos EUA como um ator monolítico e unitário.

Em resumo, pode-se dizer que o Modelo de Ator Racional, embora possua uma aplicabilidade (limitada), simplesmente não dá conta da realidade. Um último ponto importante a observar é que os modelos alternativos ao Modelo de Ator Racional propostos por Allison não são necessariamente auto-excludentes, embora o autor faça uma opção clara pelo modelo de política burocrática (que em trabalhos posteriores incluía o modelo organizacional).

Os modelos teóricos de Allison são apresentados aqui em razão de sua importante contribuição na área de Análise de Política Externa. Longe de adequar-se a um modelo teórico baseado na teoria de escolha racional, a política externa de um país parece ser melhor representada por modelos alternativos, que contemplem sobretudo as disputas políticas internas e as estratégias pré-estabelecidas (ou limitações organizacionais) que aparentemente definem até um nível muito elevado a política externa de uma país (e supostamente as políticas externas de Brasil e EUA no período aqui estudado).

Porém, ainda que os modelos de Allison sejam altamente válidos, uma ressalva fundamental precisa ser feita. Um aspecto central a ser investigado por essa pesquisa corresponde à suposta influência de missionários sobre a diplomacia norte-americana. Em linguagem teórica, isso corresponde a se perguntar a respeito da influência de um ator (ou atores) não-estatal em decisões que cabem em última instância ao Estado. Esse é um aspecto abordado somente de maneira muito periférica por Allison, quando faz referência ao *background* dos tomadores de decisão, e não desenvolvido em seus modelos.

O modelo da política burocrática de Allison deu lugar a toda uma corrente dentro de APE, influenciando autores como Halperin (1974), Hilsman (1987), Kozac e Keagle (1988), Wiarda (1990), Posen (1984) e Korany (1986).¹ A necessidade de abordar a participação de atores primariamente externos à burocracia governamental está presente na abordagem de APE de outros autores, entre eles Helen V. Milner.² Assim como Allison, Milner é até certo ponto crítica de pressupostos convencionais da teoria de RI a respeito do Estado. Ela busca em sua abordagem de APE construir um modelo abstrato da relação entre a política doméstica e internacional, partindo do conceito de jogo de dois níveis de Putman.³ Sua abordagem mantém pressupostos e predições básicos de realistas e neoliberais a respeito do funcionamento das relações internacionais, centrados especialmente em torno da racionalidade “positivista” (ou inspirada em pressupostos da economia neoclássica) dos atores. Ao mesmo tempo, porém, questiona que os Estados sejam atores unitários, introduzindo a idéia do Estado como um ator “plural” (ou polyarchic, no original em inglês) com três pressões internas: o executivo, o legislativo e grupos de interesse.

Tanto no caso de Allison quanto no de Milner, as críticas aos pressupostos convencionais da teoria de RI a respeito do Estado (e as relações internacionais de modo geral) são moderados. Especialmente no caso de Milner, os atores internacionais ainda são em larga medida estudados sob a ótica de uma racionalidade definida pela economia neoclássica: o comportamento social e seus resultados são um produto de escolhas racionais de indivíduos que buscam maximizar sua satisfação (utilidade) manipulando os meios necessários para alcançar os fins desejados.⁴

Os elementos convencionais na teoria de Milner a impedem de oferecer explicações sobre porque atores sociais aderem a normas sociais mesmo em situações onde estas normas podem ir contra seus próprios interesses materiais.⁵

¹ HUDSON, V., “Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations” p. 8.

² MILNER, Helen V. *Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

³ Robert D. Putnam. “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games”. In: *International Organization*, 42, 1988.

⁴ KOWERT, Paul & LEGRO, Jeffrey. “Norms, Identity, and their Limits: a Theoretical Reprise” In: KATZENSTEIN, P. (ed.). *The Culture of National Security*. NY: Columbia University Press, 1996. p. 456.

⁵ KOWERT, Paul & LEGRO, Jeffrey. “Norms, Identity, and their Limits: a Theoretical Reprise”.... pp. 454-455.

Nesse aspecto a professora Mônica Herz oferece uma crítica pertinente à tendência de marginalização da dimensão cultural na subárea de política externa observadas em estudos como esse.¹ Por outro lado, a apresentação da Política Externa influenciada por diferentes grupos realizada por Milner oferece em alguma medida um avanço à teoria de ator racional e unitário. O que foi observado até aqui demonstra o quanto se faz necessário, especialmente para os fins dessa pesquisa, uma discussão teórica a respeito da possível influência de atores de fora da burocracia governamental sobre a diplomacia.

Caminhando para responder a esta questão, uma primeira pergunta a ser respondida a respeito da influência dos missionários sobre as relações entre EUA e Brasil é a seguinte: que tipo de ator internacional é um grupo de missionários? E o que faz? Estas são perguntas que começarão a ser respondidas na próxima seção.

2.3 ENTENDENDO A ATUAÇÃO DOS ATORES NÃO-ESTATAIS

Tradicionalmente a teoria de Relações Internacionais classifica os Estados como os principais atores das relações internacionais. Esta é uma observação válida para as mais variadas escolas de RI, independentemente de suas opções epistemológicas. Uma questão mais complexa e debatida diz respeito à participação de outros atores nas relações internacionais.

Embora a participação de um número variado de atores que não os Estados nas relações internacionais seja uma realidade antiga, esse fenômeno nem sempre foi contemplado pela teoria da disciplina. Conexões entre ativistas variados através de fronteiras nacionais estiveram abundantemente presentes durante o século 19. São exemplos disso o movimento abolicionista internacional, o movimento sufragista, o sionista, o socialista e diversos outros.² Mesmo antes desse período, ações coletivas internacionais podem ser identificadas, por exemplo, na Reforma Protestante do século 16.³

¹ HERZ, Mônica. “Análise Cognitiva e Política Externa” In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 16, nº 1, jan/jul 94, pp. 75-89.

² Alguns desses movimentos tiveram importantes elementos religiosos, ou mesmo reformados, para ser mais específico. Este é um detalhe importante a ser observado.

³ TARRROW, Sidney. *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*.

Conforme é bastante conhecido, reagindo contra o Liberalismo do período entre-guerras, o Realismo de E.H. Carr e Hans Morgenthau adotou uma postura basicamente Estado-cêntrica. A variável do poder - conforme entendido pelo Realismo Clássico - é a chave para a compreensão da perspectiva desta escola teórica a respeito dos atores não-estatais. De acordo com Morgenthau, a política internacional (assim como qualquer política) é uma luta pelo poder. Mais do que isso, o objetivo de qualquer política é a manutenção, o aumento, ou a demonstração de poder.¹ Uma vez que somente os Estados possuem os recursos necessários para exercer esse tipo de poder, estes são os atores internacionais mais importantes. Uma vez que, dentro dessa perspectiva, os Estados são os únicos atores significativos em assuntos internacionais, os realistas consideram que o campo de estudos da disciplina é melhor definido em termos de relações entre Estados.²

De acordo com a perspectiva dos realistas, outras entidades que não os Estados não podem ser consideradas tão autônomas e distintas quanto estes por não apresentarem três características fundamentais (presentes nos Estados): soberania, reconhecimento de sua posição como Estados e controle sobre um território e uma população.³ Organizações Internacionais, como a ONU, são vistas como instrumentos ou extensões dos Estados, com pouca influência efetiva sobre os Estados.⁴ Outras entidades não estatais, sejam elas corporações transnacionais ou grupos agindo através de fronteiras nacionais, são dificilmente considerados.⁵

Enquanto os Realistas Clássicos pouco fizeram para contemplar a ação de atores não-estatais nas relações internacionais (embora ao mesmo tempo não tenham necessariamente negado a participação desses atores), novas escolas de Relações Internacionais buscaram justamente compreender o impacto desse fenômeno sobre o cenário internacional. Transformações ocorridas, sobretudo na segunda metade do século 20 cooperaram grandemente para esse processo, ou ao menos o justificaram.

¹ MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations*. pp. 13, 21.

² GRIECO, Joseph. "Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism". *International Organization*, 42(3), 1988.

³ GEERAERTS, G.. "Analyzing Non-State Actors in World Politics". *Pole-Papers*, vol. 33, no. 4., 1994.

⁴ GEERAERTS, G.. "Analyzing Non-State Actors in World Politics".

⁵ GEERAERTS, G.. "Analyzing Non-State Actors in World Politics".

Entre as transformações observadas no cenário internacional na segunda metade do século passado estavam a intensificação das atividades de organizações não-governamentais (ONGs, como o Greenpeace e a Anistia Internacional), organizações internacionais (IGOs, como a ONU e a UE), grandes empresas transnacionais, etc.¹ Esse fenômeno foi observado por Robert Keohane e Joseph Nye, que em *Transnational Relations and World Politics* (1971) deram um primeiro passo para a criação de uma nova escola teórica de RI, o Neoliberalismo ou Institucionalismo (a nomenclatura para a escola criada por esses dois autores é discutida até por eles mesmos).

Robert Keohane e Joseph Nye, mantendo as opções epistemológicas básicas dos realistas, advogaram através de seus trabalhos a necessidade de compreender a influência de atores não-estatais sobre as relações internacionais. Na obra citada, os autores apresentam o conceito de *Relações Transnacionais*, incluindo todos os tipos de interações no âmbito não-doméstico, com exceção da interação entre os Estados. Em uma definição mais elaborada, as relações transnacionais referem-se aos atores não-governamentais, distinguindo-se de relações trans-governamentais, entre sub-unidades dos governos não controladas ou monitoradas de perto pela política estipulada pelos altos escalões do poder executivo.² Portanto, na definição destes autores, relações transnacionais consistem em contatos, coalizões e interações através de fronteiras estatais que não são controladas pelos órgãos governamentais centrais de política externa. Keohane e Nye concluíram que os Estados não são necessariamente os únicos atores importantes na política mundial, e que certamente não são "[the] gatekeeper between intra-societal and extra-societal flows of actions".³

Em seu clássico estudo *Power and Interdependence* (1977) os mesmos autores procuraram oferecer uma perspectiva mais científica da análise dos atores não-estatais.⁴ Neste trabalho eles procuraram construir um novo modelo de relações internacionais conhecido como *Interdependência Complexa* (*complex interdependence*, no original), baseado em três assunções básicas: (i) os Estados não são os únicos atores competindo na política global e também não são

¹ GEERAERTS, G.. "Analyzing Non-State Actors in World Politics".

² O conceito de relações trans-governamentais, de modo semelhante aos modelos teóricos de Allison, questiona a idéia do Estado como um ator unitário e monolítico. Ver "Transgovernmental Relations and International Organizations," *World Politics*, vol. 27, no. 1 (October 1974).

³ NYE, J. & KEOHANE, R.. *Transnational Relations and World Politics*. pp. 722-24.

⁴ KEOHANE, R. & NYE, J.. *Power and Interdependence*. p. 4.

necessariamente os atores unitários propostos pelo Realismo, uma vez que são compostos por burocracias complexas e possivelmente internamente competitivas; (ii) o uso da força pode ser ineficaz como instrumento político; (iii) a hierarquia tradicional oferecida pelo Realismo, com questões militares e de segurança sobrepujando questões econômicas e sociais, foi substituída por uma nova agenda onde uma hierarquia de prioridades precisa não existe.¹ Ademais, os autores argumentam que a presença de atores transnacionais tais como empresas, bancos privados e outras organizações tornaram-se uma parte normal das relações internacionais.²

As condições da Interdependência Complexa expressam ainda que os Estados nem sempre poderão controlar o comportamento de atores não-estatais, uma vez que estes freqüentemente apresentarão outro comportamento: “resist having their interests traded off”.³ Os autores prevêm através de seu modelo teórico que os Estados irão freqüentemente barganhar com atores não-estatais, usando-os como instrumentos alternativos à força militar para obter poder. Eles ressaltam, no entanto, que as condições da Interdependência Complexa nem sempre se efetivarão: a maior parte das situações analisadas na política global estará em um meio-termo entre o ideal Realista e a Interdependência Complexa; ou seja, haverá situações onde os pressupostos teóricos do Realismo permanecerão válidos.⁴

Outros autores transnacionalistas como James Rosenau, Richard W. Mansbach, Yale H. Ferguson, Donald E. Lampert e John A. Vasquez dedicaram-se a aprimorar a conceitualização de atores internacionais e desenvolver seu estudo. De acordo com estes liberais, um paradigma alternativo ao Realismo era necessário para analisar a complexificação e as transformações da política mundial contemporânea.⁵ De acordo com eles, o Realismo oferecia apenas “a narrow and incomplete description and explanation of world affairs”.⁶

Além dos trabalhos teóricos, pesquisadores liberais realizaram diversos estudos empíricos com o objetivo de testar a assunção a respeito da crescente

¹ KEOHANE, R. & NYE, J.. *Power and Interdependence*. pp. 24-25.

² KEOHANE, R. & NYE, J.. *Power and Interdependence*. p. 26.

³ KEOHANE, R. & NYE, J.. *Power and Interdependence*. p. 31

⁴ KEOHANE, R. & NYE, J.. *Power and Interdependence*. pp. 24-25.

⁵ GEERAERTS, G.. “Analyzing Non-State Actors in World Politics”.

⁶ MANSBACH, R.W. & VASQUEZ, J.A.. *In Search of Theory: Toward a New Paradigm for Global Politics*. p. 6.

importância de atores não-estatais. Um exemplo desse tipo de obra é *The Web of World Politics: Non-state actors in the Global System* (1976), de Richard W. Mansbach, Yale H. Ferguson e Donald E. Lampert. Neste estudo os autores argumentam que o modelo estado-cêntrico de Relações Internacionais tornou-se obsoleto diante do crescente envolvimento de atores não-estatais na política mundial.¹

Trabalhando com John A. Vasquez, Mansbach produziu ainda *In Search of Theory: A New Paradigm for Global Politics* (1981). Nesta obra Mansbach e Vasquez realizaram um estudo semelhante ao anterior, argumentando a favor da necessidade de um novo paradigma de pesquisa baseado na importância e crescente atividade de atores não-estatais. Os autores procuraram demonstrar ainda que atores não-estatais poderiam possuir comportamento mais belicoso do que Estados, tornando seu estudo essencial em questões de segurança (tão caras para os realistas).² O estudo aponta ainda para a importância de agências burocráticas como atores independentes dos Estados, com comportamentos particulares fora da área de agência estatal.³

Concluindo, Mansbach e Vasquez argumentam que o Realismo provê um retrato incorreto da política mundial. Com isso, a criação de um novo paradigma de pesquisa tornar-se-ia imperativa:

the neglect of actor variation and diversity within the realist paradigm leads to distortions that not only make that paradigm something less than complete, but also theoretically unsatisfactory. An alternative paradigm will be scientifically promising only if it can offer variables that will be more fruitful than those encountered in the power politics paradigm in explaining global behavior.⁴

A posição do Neo-Realismo a respeito de atores não-estatais não difere muito daquela do Realismo Clássico, já apresentada aqui. A teoria desenvolvida por Kenneth Waltz concentra-se não nos atores da política internacional, mas sim na estrutura à qual estão ligados.⁵ Nesta teoria, são os constrangimentos estruturais do sistema internacional que explicam o comportamento das unidades desse sistema, e não o contrário.

¹ MANSBACH et al. *The Web of World Politics: Nonstate Actors in the Global System*. p. 273.

² MANSBACH, R.W. & VASQUEZ, J.A.. *In Search of Theory*. pp. 17-19.

³ MANSBACH, R.W. & VASQUEZ, J.A.. *In Search of Theory*. p. 21.

⁴ MANSBACH, R.W. & VASQUEZ, J.A.. *In Search of Theory*. p. 26.

⁵ WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. pp. 69-72.

Waltz argumenta que os Estados devem ser colocados como as unidades do seu sistema teórico em razão de serem os principais atores do sistema internacional.¹ De acordo com ele, são as unidades de maior capacidade (*capability*) que irão estabelecer "the scene of action for others as well as for themselves".² Em outras palavras, os atores com maior poder irão definir a estrutura do sistema internacional. Waltz coloca a questão da seguinte forma:

States set the scene in which they, along with non-state actors, stage their dramas or carry on their humdrum affairs. Though they may choose to interfere little in the affairs of non-state actors for long periods of time, states nevertheless set the terms of the intercourse, whether by passively permitting informal rules to develop or by actively intervening to change rules that no longer suit them. When the crunch comes, states remake the rules by which other actors operate.³

Respondendo às tentativas de criação de paradigmas alternativos ao Realismo nos anos 1970, Waltz argumenta que, embora a importância dos atores não-estatais e a extensão das atividades transnacionais sejam óbvias, isso não quer dizer que a concepção estado-cêntrica do Realismo tenha se tornado obsoleta. Em suas palavras:

states are the units whose interactions form the structure of the international-political systems. They will long remain so. The death rate among states is remarkably low. Few states die; many firms do. Who is likely to be around 100 years from now -the United States, the Soviet Union, France, Egypt, Thailand, and Uganda? Or Ford, IBM, Shell, Unilever, and Massey-Fergusson? I would bet on the states, perhaps even on Uganda.⁴

O Neo-Realismo de Waltz, conforme se pode observar, reitera basicamente as mesmas assunções do Realismo Clássico, porém, em um formato mais científico.

Em tempos mais recentes, em uma tentativa mais efetiva de prover uma teoria de Relações Internacionais onde atores estatais e não-estatais sejam igualmente contemplados, James Rosenau publicou o trabalho *Turbulence in World Politics* (1990). Este estudo é, segundo o autor, uma tentativa de romper as limitações conceituais do paradigma estado-cêntrico.⁵ Com seu livro, Rosenau levou mais adiante as tentativas anteriores de prover um "modelo de atores

¹ WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. p. 93.

² WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. p. 72.

³ WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. p. 94.

⁴ WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. p. 95.

⁵ ROSENAU, James N.. *Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity*. Princeton: Princeton University Press, 1990. pp. 5-6.

variados” (mixed actor model), assim como os demais estudos pluralistas mencionados aqui. Para isso ele apresenta um paradigma integrado para análise do sistema internacional, onde atores não-estatais são participantes diretos.¹

Rosenau argumenta que o modelo realista tradicional não pode mais dar conta das profundas transformações do sistema internacional acentuadas na era pós-industrial surgida com o final da Segunda Guerra Mundial: novas tecnologias e uma classe maior de pessoas analiticamente capazes, elementos capazes de alterar a política global. O novo paradigma por ele apresentado procura justamente contemplar estas mudanças.²

De acordo com Rosenau, observam-se no sistema internacional contemporâneo dois mundos políticos autônomos: um mundo descentralizado (*multi-centric*) composto por atores independentes de soberania (*sovereignty-free actors*) coexistindo, competindo e interagindo com o antigo mundo estado-cêntrico caracterizado pelos Estados e suas interações.³

Rosenau não classifica os atores do sistema internacional e lhes confere importância de acordo com seu status legal ou por sua soberania, e sim de acordo com sua capacidade para iniciar e sustentar ações. Essa classificação lhe permite demonstrar a existência e a importância do mundo de atores independentes.⁴ Embora estejam localizados dentro da jurisdição dos Estados, a aderência dos atores independentes de soberania às regras do mundo estado-cêntrico é meramente uma formalidade. Estes são, portanto, atores capazes de escapar de constrangimentos dos Estados e seguir objetivos independentes destes.⁵

Embora analiticamente observáveis e distinguíveis, os dois mundos do modelo de Rosenau não são excludentes. O mundo estado-cêntrico pode ocasionalmente ser caracterizado somente por interações entre Estados. O mundo descentralizado também pode ocasionalmente não apresentar qualquer vestígio da ação dos Estados.⁶ Usualmente, no entanto, os dois mundos irão afetar-se mutuamente. Um exemplo dessa interação pode ser observado na crescente competição dos Estados por mercados mundiais, forçando os países a barganhar com empresas transnacionais para que estas centrem seus negócios nos territórios

¹ GEERAERTS, G.. “Analyzing Non-State Actors in World Politics”.

² ROSENAU, J. N.. *Turbulence in World Politics*. p. 244.

³ ROSENAU, J. N.. *Turbulence in World Politics*. p. 247.

⁴ ROSENAU, J. N.. *Turbulence in World Politics*. p. 253.

⁵ ROSENAU, J. N.. *Turbulence in World Politics*. p. 249.

⁶ ROSENAU, J. N.. *Turbulence in World Politics*. pp. 271-72.

deles e a barganhar com empresas nacionais para que não se mudem para outros países. Esta forma de barganha pode ser vista como uma nova forma de diplomacia.¹

Uma grande falha do trabalho de Rosenau (e dos transnacionalistas antigos em geral) é a ausência de uma tipologia clara de atores transnacionais. Poucos acadêmicos ocuparam-se em elaborar uma classificação clara do que são atores não-estatais.² Huntington, outro autor a abordar teoricamente os atores transnacionais, observa quatro características básicas desse tipo de ator: (i) burocracia altamente coordenada e organizada a partir de um órgão central; (ii) performance de funções especializadas; (iii) performance dessas funções através de fronteiras internacionais; (iv) um alto grau de integração entre suas unidades globais.³ Vernon observa que embora possam ser parte de um Estado-Nação em particular, atores transnacionais operam supra-nacionalmente. Geralmente sua afiliação maior não é aos Estados onde residem, e sim aos seus objetivos e funções. Atores transnacionais vêem o mundo como um tabuleiro de xadrez, onde os países são casas.⁴

Embora o debate entre neo-realistas e neoliberais (o debate neo-neo) tenha sido acusado de estagnação, ou até mesmo monotonia,⁵ as discussões sobre o transnacionalismo foram resgatadas na década de 90, com o fim da Guerra Fria, e com isso uma nova acentuação de fenômenos transnacionais ocorreu na disciplina. Entraram em cena novas escolas de RI, críticas do debate neo-neo: pós-modernos, teóricos críticos, construtivistas. Nesse novo contexto observou-se uma preocupação da parte dos teóricos em relação ao papel e relevância dos atores não-estatais, paralelamente à percepção sobre a emergência de uma sociedade civil global e um projeto de governança global.⁶

¹ GEERAERTS, G. "Analyzing Non-State Actors in World Politics".

² GEERAERTS, G. "Analyzing Non-State Actors in World Politics".

³ HUNTINGTON, Samuel. "Transnational Organizations in World Politics". In: *World Politics* 25, 3, 1973. p. 333.

⁴ VERNON, R. *In the Hurricane's Eye: the Troubled Prospects of Multinational Enterprises*. Cambridge: Harvard University Press, 1998. p. 22.

⁵ Ver por exemplo WEAVER, Ole. "The rise and fall of the inter-paradigm debate". In.: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZELEWSKI, Marysia (Orgs.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.169.

⁶ A atual crise financeira internacional é um exemplo da importância dos atores transnacionais: a falência de alguns bancos pode prejudicar seriamente os rumos da economia global. Já o boicote de oito anos da Igreja Batista do Sul dos Estados Unidos a Walt Disney Co. (1997-2005) pode ser colocado como exemplo da importância de atores transnacionais orientados primariamente por questões religiosas.

Utilizando alguns dos autores já mencionados, Christopher Hill oferece uma reflexão atual sobre o tema dos atores não-estatais, em grande parte sistematizando o que foi visto até aqui.¹ De especial validade é a tipologia de atores transnacionais por ele realizada. Para começar, Hill define as relações transnacionais a partir dos já mencionados Robert Keohane e Joseph Nye. A partir desta definição, ele apresenta os atores transnacionais (*transnational actors*, TNAs) como aqueles grupos privados, ou mesmo indivíduos, os quais embora necessitem de instalações físicas dentro dos Estados, não necessitam dos governos para conduzir relações internacionais. Estes atores agem diretamente sobre outros TNAs ou sobre governos. Hill considera que apenas um pequeno número destes atores são relevantes em questões de política externa, mas que eles representam um amplo espectro de atividades da sociedade global (*world society*).²

Hill procura diferenciar o ambiente internacional no qual Estados e TNAs interagem das principais definições de globalização propostas pelas escolas existentes, as quais ele pretere em favor de uma coexistência de Estados e TNAs caracterizada por constantes mudanças, níveis complexos de atuação (*mixed actorness*) e ausência de estrutura, naquilo que denomina de ambiente transnacional (*transnational environment*, diferente de *international society*, a Sociedade dos Estados).³

A principal característica do ambiente transnacional é, portanto sua ausência de estruturas claras, o que leva a um fluxo constante gerado pelas ações dos atores em si, o que dificulta a identificação e diferenciação do que é estrutural e do que é efêmero. Neste ambiente de constante mudança, tanto Estados quanto TNAs necessitam lidar com a grande variedade de atores. TNAs dificilmente tem a possibilidade de ignorar os Estados – na realidade, seu objetivo é em geral transformar as políticas estatais. Estados por sua vez podem esperar reflexos negativos de uma política que ignore os TNAs.⁴

Ao fazer uma taxonomia dos TNAs, a primeira característica salientada por Hill é sua grande variedade. Ele salienta que embora sejam todos TNAs, a Igreja Católica Romana, a Ford Motor Company e a Anistia Internacional, por

¹ HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

² HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. p. 189.

³ HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. p. 193.

⁴ HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. p. 193.

exemplo, possuem características peculiares que tornam uma comparação em termos de poder ou tamanho, por exemplo, inviável. Tendo isto em vista, ele divide e classifica os TNAs em três grupos, de acordo com seu tipo de atuação e sua relação com os Estados: (i) territoriais; (ii) ideológicos/culturais; (iii) econômicos. Cada um destes grupos apresenta, entre suas características, objetivos e estratégias diferentes. Nosso foco se concentrará no segundo grupo, TNAs ideológicos/culturais.

TNAs ideológicos/culturais são atores cujo comprometimento primordial é promover idéias e formas de pensar através das fronteiras nacionais. São caracterizados também por um relativo desinteresse em questões territoriais e bases convencionais de poder. São, portanto ao mesmo tempo competidores dos Estados e focalizados em influenciá-los, uma vez que seus fins nem sempre podem ser alcançados por conta própria.

Os atores ideológicos/culturais proselitistas - como é o caso das igrejas - são caracterizados, entre outras coisas, por sua antiguidade e persistência. Promovem visões de mundo apesar das resistências que possam encontrar ou justamente por causa da resistência que encontram (especialmente por parte de Estados). Sua promoção de valores e práticas coopera na construção de discursos comuns através das fronteiras dos Estados.

Algumas Igrejas estão entre os atores transnacionais (ou internacionais) mais antigos em atuação hoje (a Igreja Católica Romana, por exemplo). Igrejas possuem extensas correntes transnacionais e pedem de seus adeptos a lealdade mais profunda - lealdade à igreja antes do Estado. Igrejas, portanto têm o objetivo de promover o cristianismo, e sua estratégia em relação ao Estado consiste geralmente em evitar conflitos ou mesmo busca de apoio. Porém, em alguns casos específicos, igrejas podem entrar em conflito com os Estados, caso estes sejam opositores da difusão das idéias defendidas por elas.

Hill aponta ainda que tomadores de decisão, particularmente os ocidentais, de pensamento secularizado, menosprezam as qualidades transnacionais da religião. Aquilo que falta aos TNAs ideológicos/culturais, conforme Hill indica, é algo que caracteriza os Estados: bases convencionais de poder. Igrejas e outros grupos religiosos não podem ser avaliados, neste aspecto, com base nos critérios convencionais das teorias de RI. Este tipo de ator não tem acesso direto aos mesmos mecanismos de poder convencional de que dispõem os Estados, e por

essa razão seus objetivos (espalhar idéias) devem ser alcançados competindo com os Estados ou influenciando-os (mais adiante será retomada a discussão sobre “poder”).

É importante observar que TNAs podem interagir com Estados de diferentes formas, estabelecendo um número variado de estratégias. Até certo ponto essa interação ocorre independentemente da natureza dos TNAs em questão (territoriais, ideológicos/culturais ou econômicos). Mais uma vez fazendo uso da aproximação teórica de Hill, pode-se distinguir entre três formas de relação entre TNAs e Estados.¹

A primeira forma seria um relacionamento normal, ou de barganha mútua. O termo “normal” aqui é utilizado não porque essa relação represente uma norma ou padrão, mas sim porque caracteriza uma relação funcional entre TNAs e Estados. Nesse modelo de relacionamento, TNAs buscam seus interesses junto aos governos procurando alterar suas políticas, sobretudo através da prática do lobby político. Não há da parte dos TNAs um confronto direto com Estados, mas uma “convivência pacífica”. Em resposta, os Estados agem de forma semelhante, estabelecendo diálogo e buscando soluções onde interesses mútuos sejam beneficiados, ou mesmo procurando incluir os TNAs em seus próprios planos, visando benefícios próprios, fazendo-se valer das vantagens comunicativas oferecidas por TNAs. A natureza do relacionamento é, portanto, cooperativa, com vantagens balanceadas para os dois lados. Exemplos desse tipo de relacionamento podem ser observados na assistência de TNAs em processos de transição política em lugares como Bósnia e África do Sul ou no monitoramento de eleições domésticas realizado por agências independentes.

A segunda forma de relacionamento é a competitiva, ou de disputa de poder. TNAs se engajam em uma disputa de poder com o Estado, contestando muitas vezes sua legitimidade. Podem utilizar ferramentas de ação que variam entre o pacífico pressionamento da opinião pública e a ação armada, passando pela movimentação de Estados uns contra os outros através de sua influência. Os Estados por sua vez podem responder aos TNAs de diversas formas, desde ignorá-los até fazer uso de força. Como se vê, este é um relacionamento de natureza hostil. Os Estados, com seu acesso a mecanismos tradicionais de poder, possuem

¹ HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. pp. 203-208.

a vantagem sobre os TNAs (embora exemplos como a presente Guerra no Iraque demonstrem que essa afirmação é dúbia). Outros exemplos podem ser vistos nos conflitos entre Estados e grupos que se pretendem Estados (os recentes casos da Geórgia contra a Ossétia do Sul ou da Somália contra a Somalilândia).

A terceira e última forma de relacionamento entre TNAs e Estados é a transcendente. Conforme Samuel Huntington aponta, a real força dos TNAs está justamente no fato de que estes “transcendem” as relações inter-estatais. TNAs e Estados, Huntington afirma, operam em dimensões diferentes.¹ Neste caso, os TNAs possuem pouco ou nenhum interesse em lidar com o Estado, e podem optar por simplesmente ignorá-lo, não o considerando como um interlocutor preferencial. Os Estados, por sua vez, podem fazer uma opção semelhante e ignorar os TNAs que procedem dessa maneira. Essa é uma opção nem sempre possível, uma vez que TNAs agindo dessa forma podem sutilmente (ou não tão sutilmente assim, no caso de extremistas religiosos ou grandes corporações, por exemplo) representar uma ameaça. No caso analisado na presente pesquisa, a presença de missionários protestantes no Brasil poderia ser interpretado como uma ameaça ao relacionamento entre o Império e a Igreja Católica, ou ao próprio Estado Católico Brasileiro (e de fato, sob um certo ponto de vista, o foi). No caso de uma ameaça ser identificada, o Estado pode optar por transferir as relações com o TNA para uma das duas primeiras categorias. Essa opção, porém, nem sempre é possível, uma vez que a própria natureza da relação apresentada aqui pode significar da parte do TNA um completo desinteresse em negociações *ou* conflito. Os TNAs possuem, portanto, vantagens em relação ao Estado nesse tipo de interação. O relacionamento dos Estados com diferentes grupos religiosos é *geralmente* um bom exemplo para esta categoria.

Uma outra forma de interação (ou mesmo de influência) de TNAs e Estados está ligada à interação dos TNAs diretamente com a sociedade civil. Percebe-se nesse caso que TNAs podem ter um profundo impacto sobre os Estados mesmo quando não têm isto em foco primariamente. James N. Rosenau denomina essa forma como TNAs interferem diretamente na Sociedade Civil, ao mesmo tempo preterindo e embaraçando os Estados, de *linkage politics* (algo como “políticas interligadas”). Utilizando o modelo de Rosenau pode-se distinguir

¹ HUNTINGTON, Samuel. *Transnational Organizations in World Politics*.

entre três tipos de correlação entre TNAs e Sociedade Civil: reativa, emuladora e penetradora.¹

Quando fala a respeito de *reactive linkages* (correlações reativas), Rosenau refere-se a eventos em uma sociedade que levam a reações espontâneas em outras sem aviso prévio para os governos. É o caso das reações negativas do público de um país diante de um evento em outro país, tal como a reação do público norte-americano contra o seqüestro de americanos no Vôo 847 da TWA por terroristas libaneses, em 1985. Embora genuinamente independentes dos governos, essas reações podem afetá-los, positiva ou negativamente. Uma reação negativa da Sociedade Civil pode transmitir uma mensagem clara de repúdio a um governo estrangeiro sem a necessidade dos canais mais comprometedores da diplomacia. Pode também repercutir negativamente para as relações entre dois Estados cujos governos em sua política externa procuram seguir caminhos diferenciados daqueles externalizados por seus cidadãos.

Uma segunda categoria compreende os *emulative linkages* (correlações emuladoras). Neste caso, cidadãos de um dado país emulam o comportamento dos cidadãos de outro país, como uma onda que se espalha. É o caso da derrocada do comunismo na Alemanha, em 1989, gerando uma onda anti-totalitarista no Leste Europeu nos anos seguintes que levou ao fim dos regimes socialistas naquela região. A Reforma Protestante do século 16 pode ser classificada na mesma categoria: as ações de Martinho Lutero na Alemanha em 1517 logo encontraram eco por toda a Europa, gerando movimentos reformadores em diversas regiões, mesmo onde reis e rainhas mantinham-se ao lado do Papa. Mais uma vez, os efeitos sobre o governo, a princípio um ator não considerado dentro da equação, são óbvias.

A terceira categoria, *penetrative linkage* (correlação penetradora) ocorre quando há uma intenção deliberada de elementos de uma sociedade de penetrar as fronteiras de um Estado e influenciar membros de outra sociedade, a princípio a despeito dos governos. É o caso de missionários, comerciantes e atores epistêmicos variados. A ação de um desses grupos em um país pode não ter qualquer intenção de afetar a relação de cidadãos e governo, mas pode ser entendida dessa forma pelo Estado. O caso pode ser mais sensível quando se trata

¹ ROSENAU, J. N. (ed.). *Linkage Politics*. New York: Free Press, 1969, citado em HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*.

da relação entre súditos e monarca, como possivelmente seria o caso do Brasil nessa dissertação.¹ Pode-se exemplificar essa categoria usando a influência cultural norte-americana, que se faz sentir através da música, do cinema e de outros meios em muitos países onde os governos adotam políticas contra os Estados Unidos. Observa-se nessa categoria que a ação de TNAs sobre a Sociedade Civil pode ter profundas conseqüências sobre as relações entre Estados, a princípio não considerados.

Resumindo as diferentes formas de correlação apresentadas, pode-se dizer que TNAs nem sempre tem a estratégia de afetar governos, mas mesmo nesses casos atuam sobre cidadãos que podem por sua vez agir sobre governos.

2.4 MISSIONÁRIOS COMO ATORES TRANSNACIONAIS

À luz do que foi visto até aqui, o grupo de missionários enviados ao Brasil pelas Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos pode ser classificado dentro da teoria de Relações Internacionais como um ator não-estatal. Mais especificamente, o cristianismo protestante professado por este grupo os torna atores trans-estatais (ou transnacionais, *transnational actors*, ou TNAs), em alguma medida acima ou indiferentes a fronteiras entre Estados-Nação e possuidores de um relativo desinteresse em bases convencionais de poder.

Como TNAs ideológicos/culturais, seu principal comprometimento seria promover idéias e formas de pensar através das fronteiras nacionais. Aliado as estes pontos, sua interação com o Estado e sua possível influência sobre este ator podem ocorrer de formas variadas. Sendo um ator de comprometimento ideológico (e mais do que isso, religioso), poderia-se esperar do grupo de missionários um relacionamento transcendente com Estado, com pouco ou mesmo nenhum contato com este. Porém, um relacionamento normal, de relativa independência mútua e ao mesmo tempo busca de amparo entre os dois visando fins particulares e outros de interesse comum, ou mesmo um relacionamento competitivo, de contestação mútua de legitimidade, não devem ser descartados por ora.

¹ Não afirmo que seja esse o caso. Esta é apenas uma observação teórica. O caso em si e a validade da observação poderão ser avaliados em outros capítulos.

Há que se considerar ainda a possibilidade de influência dos missionários sobre o Estado através de *linkages* com a Sociedade Civil. Nesse caso, todas as três possibilidades, reativa, emuladora e penetradora devem ser levadas em consideração quando atores transnacionais de natureza religiosa são abordados. No caso específico de missionários, a opção de *penetrative linkage* parece a princípio ser a mais válida para reações do governo brasileiro à atuação de missionários estrangeiros em seu território, e a opção de *reactive linkage* pode corresponder à possibilidade de reações norte-americanas à atuação de missionários oriundos dos EUA no Brasil. Conforme pode ser observado, a ação dos missionários pode ser bastante complexa à luz da teoria de RI.

Outra categoria na qual um grupo de missionários pode ser identificado é a de Organização Não-Governamental (ONG).¹ O termo “organização não-governamental” entrou em uso em 1945, em função da necessidade da ONU de diferenciar em sua Carta entre os direitos de participação de agências intergovernamentais especializadas e organizações internacionais privadas. Dentro dos parâmetros da ONU virtualmente qualquer tipo de organização privada pode ser reconhecido como uma ONG (incluindo igrejas e outros grupos religiosos). Nos critérios estabelecidos em 1945, uma ONG necessita seguir somente alguns poucos princípios: ser independente de controle governamental; não buscar desafiar governos, seja assumindo o papel de um partido político, seja por uma visão estreita de direitos humanos; ser não-lucrativa; e não ser criminosa.

Diferente do que ocorre com muito do jargão especializado, o termo “ONG” não se manteve somente no vocabulário da ONU. Ao contrário, seu uso tornou-se bastante popular, especialmente da década de 1970 em diante. Atualmente muitos grupos diferentes podem ser descritos como ONGs. Não existe uma definição plenamente aceita do que seja uma ONG, e o termo em si pode ser utilizado de formas variadas, de acordo com as circunstâncias. Apesar disso, as características fundamentais do que seja uma ONG continuam válidas: uma ONG precisa ser independente do controle direto de qualquer governo; não ser um partido político; ser não-lucrativa; e não ser criminosa ou fazer uso da violência.

Pode ser observado que a definição acadêmica de ator transnacional e a definição política de ONG não são as mesmas. A definição de ator transnacional

¹ A respeito de ONGs ver WILLETTS, Peter. “What is a Non-Governmental Organization?” IN.:UNESCO Encyclopedia of Life Support Systems.

exclui todas as ONGs que operam somente em nível doméstico. Por outro lado, inclui uma série de atores não-governamentais que não seriam definidos como ONGs. É incomum usar o termo “transnacional” associado a “ONG”, possivelmente porque presume-se que ONGs são por natureza transnacionais, tornando a associação redundante.

ONGs podem envolver-se de diferentes maneiras em questões econômicas e comerciais e adotar diferentes abordagens em relação a partidos políticos, movimentos sócias, a sociedade civil, minorias étnicas e governos. Mas é certo que diferentes ONGs podem envolver-se com estas e outras questões, além de envolver-se em diferentes formas de interação com esses atores, a despeito das características fundamentais anteriormente apresentadas. Deve ser mencionado também que ONGs podem compor movimentos sociais, mas não são sinônimos dos mesmos e nem antagônicos dos mesmos.

Outro ponto no qual ONGs podem se diferenciar profundamente entre si diz respeito a suas formas de organização. ONGs podem variar grandemente em suas formas de organização individual e em grupos, formando diferentes tipos de coalizões de ONGs. Em relação a este último ponto, pode ser ressaltado que ONGs não precisam agir individualmente. Sua organização em grupos é um fenômeno largamente observado.

Concluindo, pode ser também mencionado que a legitimidade de ONGs pode por vezes ser questionado. Outro ponto a destacar é que, a despeito do que possa parecer a princípio, ONGs podem ser grupos com pouca militância política. Apesar dessas duas ressalvas, deve ser mencionado que para muitos indivíduos a participação em ONGs é uma forma privilegiada de participação em sociedade, incrementando a importância desse tipo de ator nas relações internacionais.

2.5 ORIGEM E NATUREZA DO PODER DOS MISSIONÁRIOS

Tendo feito na última seção uma análise a respeito da maneira como missionários podem ser classificados e estudados dentro da teoria de Relações Internacionais, nesta seção o presente estudo se concentra na análise do poder de influência dos missionários. Partindo da premissa de que os missionários não teriam acesso aos mesmos mecanismos de poder dos Estados, essa seção parte da

seguinte pergunta: qual autoridade os missionários poderiam exercer sobre os Estados, levando-os a defender questões de seu interesse?

Complementando a meu ver a análise de atores transnacionais da seção anterior temos a aproximação teórica de John Boli e George M. Thomas a respeito de INGOs¹ que parece oferecer respostas para a pergunta do parágrafo anterior.

Assim como os atores transnacionais (e os TNAs ideológicos/culturais na taxonomia de Hill, mais especificamente), os INGOs na análise de Boli e Thomas não possuem a autoridade racional-legal dos Estados, baseada em recursos de poder convencionais, ou os recursos econômicos de corporações globais. Estes atores dispõem na verdade de recursos limitados para atingir seus objetivos: estabelecer padrões de comportamento, regular princípios e representar indivíduos diante dos Estados e outros atores internacionais.²

Conforme dito anteriormente, Estados possuem autoridade racional-legal. Os INGOs na análise de Boli e Thomas, assim como os TNAs ideológicos/culturais na análise de Hill, possuem por sua vez um tipo especial de autoridade, baseada em outro tipo de racionalidade, uma autoridade racional voluntarista.³ A atuação desses atores pode exercer, através dessa autoridade, profunda influência sobre Estados e outros atores, no limite cooperando na construção de uma cultura global.⁴

Em acordo com a análise da seção anterior (e com a taxonomia de Hill, mais especificamente), Boli e Thomas consideram INGOs um tipo de ator mais difícil de caracterizar do que os Estados, Organizações Internacionais (IGOs) ou Corporações Transnacionais (TNCs). No entanto, uma característica comum pode ser considerada: estes atores possuem como objetivo principal promulgar, codificar, modificar e propagar estruturas e princípios culturais globais.⁵

Praticamente todos os INGOs se originam e sobrevivem através de ação voluntária de indivíduos que os compõem. Possuem objetivos explícitos e racionalizados, e operam debaixo de normas rígidas de associação e execução de decisões. Buscam, de maneira geral, estender alguma forma de “progresso” ao

¹ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

² BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 14.

³ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 14.

⁴ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 15.

⁵ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 19.

mundo. Para atingir seus objetivos enfatizam a comunicação, conhecimento, valores consensuais, execução de decisões e comprometimento individual.

De acordo com Boli e Thomas, INGOs refletem cinco temas culturais fundamentais.¹ Em outras palavras, INGOS são a personificação desses temas:² (i) universalismo – ou seja, qualquer pessoa interessada é convidada a tornar-se membro, sem aceção; (ii) individualismo – seus membros, em geral, são indivíduos; (iii) autoridade racional voluntarista – uma autoridade informal, cultural, e não organizacional, quer dizer, indivíduos responsáveis agindo coletivamente, sem submeter-se a autoridades externas ou requerê-las; (iv) progresso – não somente crescimento econômico, mas também satisfação pessoal, segurança coletiva e justiça; (v) cidadania global – a produção conjunta dos quatro princípios anteriores: “everyone has the right and the obligation to participate in the grand human project”.³

Em outro texto George M. Thomas define com maior clareza a cultura global e a autoridade racional voluntarista. Sobre o segundo conceito ele escreve:

Rational-legal authority monopolized by nation-states and their associated institutions are well analyzed; there is, however, an additional type of authority: rational-moral or rational-voluntaristic (Boli and Thomas 1999). Rational-voluntaristic authority morally obligates individuals and their associations to implement institutionalized principles: it is immoral to leave a people or type of person out of history, or to preclude their development, or to exclude them from education. Rational-voluntarism, moreover, endows individuals and their associations with agency to identify inequalities and problems and to take collective action to solve them.⁴

Já o conceito de cultura global pode ser observado no trecho a seguir:

The increasingly dense set of actors, actions, and institutions carry underlying assumptions about reality, some implicit and taken-for granted and others contested and thereby explicit. They thereby constitute a *world culture* which depicts one humanity in one place and with one time (Robertson 1992) and includes themes of universalism, individualism, and rationalistic progress (Meyer et al. 1997). In a sense, then, there is a world proto-state that is cultural and organizationally decentralized (Steinmetz 1999).⁵

A descentralização da autoridade global entre os Estados ao mesmo tempo facilita a organização transnacional - uma vez que barreiras centralizadas contra o

¹ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 35.

² BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 45.

³ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. pp. 35-40.

⁴ THOMAS, George M. “Religions in Global Civil Society” In: *Sociology of Religion: A Quarterly Review*. Association for the Sociology of Religion, 2001.

⁵ THOMAS, George M. “Religions in Global Civil Society”

voluntarismo racional são fracas – e força organizações transnacionais a focar sua atenção nos Estados. INGOs tornam-se grupos de interesse junto de legisladores (*lobby*) e através do discurso procuram convencer o Estado a agir dentro de seus princípios. Em certos setores e dentro de determinados assuntos, INGOs claramente obtêm sucesso nisto, convencendo os Estados a usar seu aparelho burocrático e sua autoridade a favor de si e de seus princípios e regras.¹

Colocando de maneira simples, ONGs internacionais e atores transnacionais em geral procuram disseminar determinados valores, e para isso sua estratégia consiste em persuadir os Estados. Ou, menos comumente ao que parece, entrar em choque com eles.

Em seu texto “Development INGOs” (uma aplicação da aproximação teórica de Boli e Thomas), Colette Chabbott faz uma análise sobre como INGOs preocupados com desenvolvimento desempenham um papel em institucionalizar uma cultura global sobre desenvolvimento internacional e sobre ampliar o exercício de autoridade voluntarista racional.² Segundo a autora, INGOs cooperaram de forma decisiva no desenvolvimento através dos últimos séculos de uma noção de desenvolvimento baseada em direitos humanos aliada a progresso científico. Esse movimento pode ser observado em ascensão durante o período de Guerra Fria.³

O conceito de desenvolvimento internacional (*International Development*) se caracteriza pela noção de que países mais desenvolvidos devem ajudar os países mais pobres a se desenvolver. Esta regra segundo Chabbott foi instituída a partir de dois fatores: a legitimação do Estado Ativista e o crescimento do internacionalismo. Ambos os fatores tiveram influência decisiva da atuação de INGOs.⁴

O poder desempenhado por INGOs desenvolvimentistas pode ser exemplificado pela soma dos recursos financeiros por elas movimentado. De acordo com os dados analisados por Chabbott, durante a década de 1990 INGOs desenvolvimentistas movimentaram mais dinheiro do que a ONU em prol de programas desenvolvimentistas. Chabbott tem em seu artigo o objetivo de

¹ BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture*. p. 46.

² Os conceitos utilizados por Chabbott são os mesmos de Boli e Thomas. CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, p. 222.

³ CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, pp. 222-223.

⁴ CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, p. 224.

compreender de que forma atores sem os mesmos recursos de poder que os Estados ou que organizações internacionais como a ONU podem exercer tal influência, a ponto de criarem uma cultura global de desenvolvimento.¹ Para isso, a autora faz uma retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento deste tipo de ator internacional.

De acordo com a retrospectiva histórica de Chabbott, anteriormente à Primeira Guerra Mundial, as INGOs anteciparam-se aos conceitos modernos de “desenvolvimento internacional” e “assistência para desenvolvimento internacional”. As INGOs desse período pré-primeira guerra eram de modo geral orientadas por programas de ação baseados em princípios morais e religiosos (vale dizer, cristãos e protestantes). Exemplos primitivos desse tipo de organização citados por Chabbott incluem os Irmãos Morávios (de 1734) e a *British and Foreign Anti-Slavery Society* (1839):

One of the oldest INGOs that does not mention religion in its name was nonetheless created by individuals, many of them Quakers, motivated by a common moral framework. The British and Foreign Anti-Slavery Society (founded 1839), now known as Anti-Slavery International (ASI), is the oldest INGO to focus on a specialized humanitarian task.²

E assim foi até a Primeira Guerra Mundial. As INGOs desse período eram em geral total ou parcialmente cristãs (um exemplo de INGO parcialmente cristã em sua fundação citado por Chabbott é a Cruz Vermelha). Somente após esse período cresce a participação de filantropos e instituições não-missionárias.³

Embora Chabbott não coloque de forma explícita, fica claro em sua análise que grupos missionários protestantes foram ao menos em parte responsáveis pelo surgimento dos conceitos de universalismo, individualismo, autoridade racional voluntarista, progresso e cidadania global identificados por Boli e Thomas.⁴ Ao longo do século 20, os valores desenvolvimentistas desses grupos tornaram-se uma cultura global.⁵

¹ CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, p. 226.

² CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, p. 228. Williams Gonçalves considera esta a INGO mais antiga, contrariando a classificação feita por Chabbott a respeito dos Irmãos Morávios. GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p. 22.

³ CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, p. 228-229.

⁴ CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”, p. 228.

⁵ Escrevendo com Jackie Smith, Kathryn Sikkink faz algumas observações relevantes a respeito do papel de grupos religiosos em transformações sociais transnacionais. As autoras classificam a Anti-Slavery Society for the Protection of Human Rights (1839) como a mais antiga ONG

Concluindo essa seção, pode-se afirmar que atores transnacionais podem exercer importante influência sobre outros atores nos níveis transnacional e internacional. Parece estar empiricamente embasado que grupos religiosos agindo através de fronteiras estatais são capazes de, a médio e longo prazo, moldar até mesmo o comportamento dos Estados, ao menos em relação a assuntos específicos. E fazem isso com base em um poder de características distintas daquele possuído prioritariamente por Estados.

2.6 MISSIONÁRIOS E NORMAS INTERNACIONAIS

Conectada à idéia apresentada na seção anterior, de que missionários são teoricamente capazes de influenciar outros atores, participando da construção de valores que permeiam todo o ambiente internacional, esta sexta (e última) seção avalia qual seria teoricamente a contribuição dos missionários na formação e propagação de normas internacionais.

Martha Finnemore e Kathryn Sikkink definem normas como padrões de comportamento para os atores dentro de uma dada identidade.¹ A difusão de normas é um tema bastante desenvolvido na teoria de Relações Internacionais pelos construtivistas em geral, e em especial por construtivistas ligados à virada lingüística. Apesar disso, a análise das normas em Relações Internacionais não é em si uma inovação construtivista. A chamada Escola Inglesa (e especialmente Hedley Bull) já havia demonstrado interesse pela análise das normas, especialmente na opção feita por Bull pela tradição grotiana, na qual as normas internacionais e o direito são os principais objetos de análise.

Com a publicação do livro *Rules, Norms and Decisions* (1989), o construtivista Friedrich V. Kratochwil deu continuidade aos estudos sobre normas

internacional. Consideram, no entanto, que maioria das ONGs internacionais comprometidas primariamente com transformações sociais surgiu há menos de cinquenta anos. Procurando suprir dificuldades de taxonomia existentes na disciplina, Smith criou uma categoria de IONGs voltadas especificamente para a promoção de transformações sociais e políticas. O interesse de Smith e Sikkink é observar o papel desse tipo de ator em movimentos transnacionais focados em transformações sociais. De acordo com elas, igrejas e grupos religiosos em geral podem tomar parte nesse tipo de movimento, mas este não é seu enfoque principal. Assim, a princípio a categoria de IONGs não seria a ideal para os missionários. Ver SIKKINK, Kathryn & SMITH, Jackie. "Infrastructures for Change: Transnational Organizations 1953-93". In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER James V. & SIKKINK, Kathryn. *Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

¹ FINNEMORE, M. & SIKKINK, K. "International Norm Dynamics and Political Change". p. 891.

dentro da disciplina. Kratochwil afirma que as normas informam os agentes tomadores de decisão, limitando os contextos dentro dos quais escolhas podem ser tomadas. Partindo dessa perspectiva, a análise das regras e normas seria, portanto, mais primordial do que o estudo das ações tomadas sob orientação destas. Segundo o autor, normas justificam, legitimam e tornam certos atos possíveis. Logo, as normas tornam certas ações e decisões aceitáveis e outras não.

Em outro momento, os construtivistas Ronald L. Jepperson, Alexander Wendt e Peter J. Katzenstein apresentam a idéia de que normas, instituições e ambientes culturais domésticos e internacionais têm a capacidade de afetar algo não problematizado e considerado estático nas perspectivas acerca de normas tanto de realistas como de neoliberais: as identidades dos atores estatais.¹ Os autores mencionados oferecem uma abordagem que destaca a possibilidade de problematização de identidades estatais que vão condicionar interesses e por fim as ações desses atores. Normas como a soberania e a presença de instituições internacionais formais e regimes internacionais podem, segundo esse tipo de abordagem construtivista, afetar não só o comportamento dos Estados, mas também suas prioridades e sua própria existência como atores.² Percebe-se que de acordo com essa perspectiva a importância das normas é fundamental. Normas moldam identidades e interesses, que por sua vez vão moldar estruturas normativas, e por fim então se tem a idéia de que atores e estruturas normativas se influenciam mutuamente, havendo a co-constituição permanente entre atores e estrutura. Fica evidente então nessa perspectiva a idéia de que “normas, identidades e cultura importam”,³ e importam essencialmente, uma vez que normas não apenas regulam como também definem e constituem identidades.⁴

As igualmente construtivistas Martha Finnemore e Kathryn Sikkink analisam pontos de debate teórico enfrentados por interessados em pesquisa empírica e por aqueles que estudam processo de construção social e a influência de normas sobre a política internacional. As autoras se empenham em responder o que são normas, qual diferença essas fazem na política, sua origem, e como

¹ Ver JEPPELSON, Ronald L., WENDT, Alexander, & KATZENSTEIN, Peter J.. “Norms, Identity, and Culture in National Security”. In: KATZENSTEIN, Peter (ed.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in International Politics*. New York: Columbia University Press, 1996.

² JEPPELSON, R. L., et al. “Norms, Identity, and Culture in National Security”. p. 41.

³ JEPPELSON, R. L., et al. “Norms, Identity, and Culture in National Security”. p. 65.

⁴ JEPPELSON, R. L., et al. “Norms, Identity, and Culture in National Security”. p. 54.

mudam. Elas estão especialmente interessadas no papel das normas em transformações políticas, tanto nas transformações das próprias normas quanto nas mudanças que estas podem provocar em outros aspectos da política.¹ Por falta de fundamentação macroteórica apropriada, as autoras o fazem a partir de múltiplas fontes disciplinares.²

Finnemore e Sikkink partem da constatação de que questões normativas e ideacionais sempre fizeram parte dos estudos de política internacional, mesmo entre autores realistas como E. H. Carr (1892-1982) e Hans Morgenthau (1904-1980). Somente com a influência do behaviorismo, de métodos economicistas e da classificação da busca do poder como maximização de utilidade os estudos deixaram de lado as normas e as questões normativas.³ Este afastamento, no entanto foi progressivamente revertido por estudiosos de relações transnacionais na década de 1970, pelo estudo de regimes no início dos anos 1980 e finalmente pela virada ideacional do final da década de 1980. O afastamento do estudo de normas coincidiu com um período de busca de maior precisão científica nos estudos de relações internacionais, e assim, a volta aos estudos das normas trás consigo esta nova característica dos estudos da área.⁴

Conforme foi mencionado anteriormente, ao definir normas, as autoras partem do consenso de que estas são padrões de comportamento para os atores dentro de uma dada identidade.⁵ Esta definição básica, no entanto necessita ser confrontada com algumas questões. Estudiosos das normas em diferentes disciplinas reconhecem diferentes categorias ou tipos de normas, e no entender das autoras, o estudo das normas envolve dimensões intersubjetivas e estimativas.⁶ Dada esta discussão as autoras apresentam o argumento de definição de normas a partir das evidências deixadas por estas. Uma vez que as autoras defendem que normas existem somente na crença dos atores, a melhor forma de identificá-las seria indiretamente, através de evidências deixadas pela

¹ FINNEMORE, M. & SIKKINK, K. "International Norm Dynamics and Political Change". p. 888.

² Ibidem. p. 888.

³ Ibidem. pp. 887, 889.

⁴ Ibidem. pp. 889-890

⁵ Ibidem. p. 891.

⁶ Uma afirmação partindo de um raciocínio por si mesmo questionável, mas que não afeta a compreensão do argumento do texto, ao contrário, reforça a necessidade de definições ontológicas precisas. FINNEMORE, M. et al. "International Norm Dynamics and Political Change". pp. 891-892.

maioria das outras motivações para ação política. Normas carregam um sentido de obrigação moral, e assim o rompimento destas geralmente envolveria uma espécie de justificativa e um rastro de comunicações rastreáveis para estudo.

Em conexão com o último comentário as autoras levantam a questão a respeito de quantos atores devem compartilhar de um determinado princípio para que este seja chamado de norma. Esta é uma pergunta de grande importância ao se estudar as relações entre dois países – Brasil e Estados Unidos, como é o caso desta dissertação – mas as autoras não fornecem uma resposta definitiva para a questão. Limitam-se a deixá-la para o campo empírico.¹

De acordo com as autoras, as normas passam por um longo processo, de sua formação até sua pela aceitação internacionalmente. Este processo é dividido em três etapas, conforme é colocado a seguir:

“Norm emergence”. Defensores de normas (*Norm Entrepreneurs*) surgem com a convicção de que mudanças são necessárias. Estas novas normas são advogadas a partir de normas e organizações já existentes. Em um primeiro estágio, Estados adotam normas em razão de conjunturas domésticas. Caso um número suficiente de Estados adote uma nova norma, um ponto de virada é alcançado, e ocorre a mudança para o próximo estágio.

“Norm cascade”. Neste segundo estágio os Estados adotam novas normas em função da pressão internacional para fazê-lo – mesmo que não exista pressão doméstica correspondente. Os Estados agem deste forma em busca de legitimidade, conformidade e avaliação positiva de seus pares.

“Norm internalization”. A última etapa ocorre quando as normas são internalizadas. Eventualmente perde-se a necessidade de defendê-las, pois as normas encontram-se naturalizadas.

As autoras sustentam também que determinados fatores podem sustentar uma nova norma e tornar sua adoção mais provável. Esses fatores são: a Legitimidade, a Proeminência, Qualidades intrínsecas da norma e Reivindicação Adjacente ou Trajetórias Dependentes destas, além do Contexto no qual a promoção da norma se insere. Esses fatores são explicados da seguinte maneira:

Legitimidade: Estados tendem a adotar normas quando a legitimidade da ordem doméstica vacila, e nova fonte de estabilidade torna-se necessária.

¹ FINNEMORE, M. et al. “International Norm Dynamics and Political Change”. pp. 892-893.

Proeminência: normas adotadas por Estados considerados importantes têm adoção mais provável (Ex: o liberalismo ou o capitalismo após o fim da Guerra Fria).

Qualidades intrínsecas: determinadas qualidades intrínsecas de uma norma podem tornar sua adoção mais provável. Aqui as autoras fazem menção à emergência de uma cultura global observada por Boli e Thomas. Normas associadas aos elementos dessa cultura (universalismo; individualismo; autoridade voluntarista; progresso racional; cidadania global), por exemplo, seriam, em teoria, de adoção mais provável neste mesmo mundo.

Reivindicação Adjacente ou Trajetórias Dependentes: caso uma nova norma possa ser associada a uma norma já existente, sua adoção é mais provável (Ex: falar contra a mutilação genital feminina é mais eficaz do que falar contra a circuncisão feminina).

Contexto ou Cronologia Global: eventos de grande impacto como guerras ou depressões severas podem levar os Estados a buscar novas normas, preferencialmente normas opostas aos valores associados aos reveses recentes.

As autoras procuram demonstrar ainda a incorreção da dicotomia geralmente adotada na academia de Relações Internacionais entre racionalismo/materialismo de um lado e questões ideacionais/construtivismo de outro. De acordo com elas, ontologias ideacionais podem fazer uso de escolha racional (rational choice), por exemplo, uma vez que isto corresponde claramente a fenômenos observáveis em pesquisas empíricas.

Concluindo, pode ser observado que TNAs ideológicos (ou missionários, para ser mais específico) poderiam ter um importante papel como defensores ou promotores de normas. A adoção dessas normas, conforme pode ser deduzido, dependerá tanto de ações ligadas às estratégias desses atores quanto de fatores ligados ao contexto em que estão inseridos e aos atores com os quais interagem.

2.7 CONCLUSÃO

Daquilo que foi analisado ao longo desse capítulo, alguns pontos podem ser destacados. Em primeiro lugar, grupos e idéias religiosas continuam sendo importantes no mundo contemporâneo, e há uma necessidade de contemplar-se esse fenômeno dentro das pesquisas em RI, possivelmente em uma ação que

envolva insights de outras disciplinas. Em segundo lugar, a política externa de um país é um fenômeno complexo, possivelmente não analisável com base nos modelos “tradicionais” da disciplina, influenciados por pressupostos da economia neoclássica. Um modelo mais abrangente se faz necessário para esse tipo de estudo. Também foi observado nesse capítulo que grupos de missionários são teoricamente atores importantes no cenário mundial, agindo paralelamente ou transversalmente aos Estados, e potencialmente influenciando o comportamento destes, seja através de interações diretas, seja pela disseminação de normas que eventualmente irão constranger os tomadores de decisão em tempos futuros.

A discussão teórica realizada aqui servirá como esquema básico daquilo que será apresentado nos próximos capítulos, quando serão estudados os seguintes assuntos: a chegada dos primeiros missionários presbiterianos ao Brasil, as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19, e a possível influência dos missionários sobre a essas relações.

3

ESBOÇO HISTÓRICO DA AÇÃO PRESBITERIANA NO BRASIL DURANTE O SÉCULO 19

No início do século 19, não se observava no Brasil qualquer vestígio de protestantismo. Ao final do século, porém, diversos grupos protestantes encontravam-se em atividade no país, alguns dos quais em nível avançado de organização. Durante esse período, missionários provenientes especialmente dos Estados Unidos estabeleceram relações com autoridades brasileiras, inseriram-se no cenário nacional e envolveram-se em diferentes questões brasileiras, como a escravidão, o republicanismo e a liberdade religiosa. Esse fenômeno já foi muito bem documentado e analisado por alguns autores, dos quais destaco Boanerges Ribeiro e David Gueiros Vieira. Ambos analisaram, por exemplo, a maneira como os “crioulos” brasileiros ofereceram proteção aos missionários crendo que nisto havia uma porta aberta para o mundo moderno.

A presente dissertação, por sua vez, tem seu enfoque nas relações entre missionários presbiterianos e as autoridades estatais, em busca do aprimoramento das relações entre EUA e Brasil. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre as relações entre estes dois grupos, tendo como ponto de partida a informação de que missionários buscaram junto às autoridades norte-americanas e brasileiras a proteção contra grupos inflamados por líderes católicos romanos.¹

O tema específico da relação entre missionários e autoridades norte-americanas será desenvolvido ao longo da dissertação. O presente capítulo especificamente tem a finalidade de apresentar a maneira como os protestantes e especialmente os presbiterianos tiveram sua inserção no Brasil monárquico. Ao escrever sobre o assunto parto do princípio de que estudos que investiguem o protestantismo no Brasil ainda são uma raridade fora do meio protestante (embora o protestantismo seja um fenômeno de crescente importância no cenário nacional), assim como estudos que analisem as relações entre Estado, Religião e Sociedade de modo geral.² Por essa razão procuro oferecer aqui uma análise abrangente, narrando alguns dos episódios mais relevantes dessa inserção e ao mesmo tempo salientando as condições que favoreceram esse processo.

¹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. 109-119.

² Ver SILVA, Wilson Santana. “Memórias de Uma Ausência: História da Igreja – Disciplina Ausente nos Manuais de História do Brasil” In: *Fides Reformata* X, Nº 2 (2005): 89-114.

A narrativa e análise realizadas neste capítulo são feitas de acordo com a literatura a respeito do assunto já existente, devendo especialmente ao historiador Alderi Souza de Matos. Diversos autores, entre os quais Émile - G. Leonard, Vicente Themudo Lessa, Júlio Andrade Ferreira, Boanerges Ribeiro, Antonio Gouvêa Mendonça, David Gueiros Vieira, Osvaldo Henrique Hack e o próprio Alderi, já ofereceram excelentes narrativas e análises a respeito da inserção do protestantismo no Brasil durante o período da monarquia. Esses autores analisam ainda a interação do presbiterianismo com diversos fenômenos históricos observados no mesmo período. Não é objetivo deste capítulo fazer uma história completa da inserção do presbiterianismo no Brasil, apenas destacar aquilo já salientado pelos autores citados anteriormente.

O capítulo segue a seguinte estrutura: em primeiro lugar faço uma análise dos fenômenos que ao nível cultural, político e social antecederam e possivelmente favoreceram a inserção do presbiterianismo no Brasil. Nesse processo são mencionados diferentes episódios e personagens, selecionados com base na relevância a eles atribuída pela literatura a respeito do assunto. A seguir faço uma narrativa esquematizada da inserção do presbiterianismo em si, acompanhada de considerações a respeito. A conclusão recupera alguns dos pontos mais relevantes.

3.1

ANTECEDENTES DO PRESBITERIANISMO NO BRASIL

3.1.1

PROTESTANTISMO NO BRASIL COLONIAL

Quase desde o início da história de sua colonização européia, o Brasil teve em seu solo a presença de calvinistas. Esta presença, no entanto se deu de maneira esporádica, em episódios isolados uns dos outros e sem uma permanência a longo prazo. Os episódios mais conhecidos de presença calvinista em solo brasileiro foram provavelmente a França Antártica (1557-1567) e os holandeses no Nordeste (1630-1654). No entanto, estes projetos do período colonial foram combatidos pelos portugueses e, ao chegar às vésperas do período Imperial, não se via no

Brasil qualquer vestígio de protestantismo.¹ Embora os episódios da França Antártica e do Brasil Holandês não tenham uma ligação direta com a implantação permanente do protestantismo no Brasil durante os séculos 19 e 20, eles foram diversas vezes mencionados por missionários posteriores como sinais da Providência sobre o Brasil.²

3.1.1.1

FRANÇA ANTÁRTICA (1557-1558)

A presença de calvinistas na França Antártica (1557-1558), colônia criada pelos franceses na Baía de Guanabara, foi narrada por Jean de Léry, sapateiro e estudante de Teologia, membro de um grupo de franco-suíços sob a liderança dos pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier enviado por Genebra para a colônia fundada e liderada por Nicolau Durand, cavaleiro de Villegaignon. A França Antártica havia sido fundada com apoio do almirante huguenote Gaspard de Coligny, que seria morto no massacre do dia de São Bartolomeu (24-08-1572), a fim de tornar-se um refúgio para calvinistas perseguidos na Europa.³

Não apenas a colônia fracassou diante dos ataques portugueses como também os calvinistas foram obrigados a retornar para a França, acusados de heresia por Villegaignon, que aparentemente transitava entre o catolicismo e a religião reformada visando fins políticos. Aqueles que ficaram foram martirizados. Jesuítas portugueses que participaram da resistência contra a colônia francesa expressaram também sua repulsa pelos calvinistas.⁴ Há boas razões para crer que o jesuíta José de Anchieta tenha pessoalmente executado um missionário huguenote remanescente, Jacques Le Balleur, embora este episódio seja contestado por Hélio Abranches Viotti, biógrafo de Anchieta, na obra *Anchieta, o Apóstolo do Brasil*.⁵

¹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973. p. 15.

² Ver por exemplo a "Proposta de Missão no Brasil" mais adiante.

³ Ver LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972 e CRESPI, Jean. *A Tragédia da Guanabara*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

⁴ Ver ANCHIETA, José de. *Informações e Fragmentos Históricos*, p. 11; ANCHIETA, José de. Carta de 1º de junho de 1560.

⁵ POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1935, vol. 3, p. 514; REIS, Álvaro. *O Martyr Le Balleur*. Rio de Janeiro: s/Ed, 1917; "A Presença dos Reformados Franceses no Brasil Colonial". FERREIRA, Franklin. Disponível em http://www.monergismo.com/textos/historia/presenca_reformadores_franceses.pdf. Acesso em 2 de outubro de 2008.

3.1.1.2

BRASIL HOLANDÊS (1624-1654)

Disputas comerciais, militares e políticas entre Espanha e Holanda tornaram-se assunto de Portugal durante o período da União Ibérica (1580-1640) e trouxeram para o nordeste do Brasil além das empresas de comércio de açúcar da Holanda a igreja calvinista daquele país.

A Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621, conseguiu em 1630 tomar Recife e Olinda e depois boa parte do nordeste brasileiro. De 1630 a 1654 os holandeses controlaram a região, chegando a fundar vinte e duas igrejas locais e congregações, dois presbitérios (Pernambuco e Paraíba), e até mesmo um sínodo, o Sínodo do Brasil (1642-1646).

Ao contrário do que havia acontecido com o precário projeto francês na baía de Guanabara, muitos anos se passaram entre a chegada e a expulsão definitiva da Companhia das Índias Ocidentais, permitindo um trabalho de catequização dos índios, que chegou a incluir os projetos inacabados de tradução da Bíblia e futura ordenação de pastores indígenas.

Tanto o enfraquecimento do projeto holandês por razões internas quanto a resistência portuguesa varreram praticamente qualquer traço da influência reformada holandesa daquele período.¹

3.1.2

PROTESTANTISMO NO BRASIL IMPÉRIO

Boanerges Ribeiro observa que os presbiterianos no Brasil se beneficiaram de terem sido precedidos por outros grupos protestantes: as Sociedades Bíblicas, Britânica e Americana, imigrantes protestantes, e o doutor Robert Reid Kalley abriram caminho para presbiterianos e outras denominações fundarem igrejas entre os brasileiros. Além disso, havia em nossa cultura elementos favoráveis à

¹ CRESPIAN, Jean. *A Tragédia da Guanabara*. pp. 15-18 e HACK, Osvaldo Henrique. *Sementes do Calvinismo no Brasil Colonial*. São Paulo: cultura Cristã, 2007. pp. 92-107.

introdução de denominações protestantes no sistema religioso: reformadores sociais e “padres-protestantes”.¹

3.1.2.1

SOCIEDADES BÍBLICAS E COLPORTORES BÍBLICOS

As Sociedades Bíblicas não se limitaram a oferecer as Escrituras Sagradas (embora este por si só já tenha sido um passo fundamental). A campanha de alguns bispos e de alguns padres contra as bíblias que chamavam de “falsificadas” chamou a atenção de políticos e elementos populares para a causa protestante. Paralelamente, dois grandes agentes dessas sociedades, Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, foram muito além da distribuição de bíblias, buscando nas autoridades do Estado a defesa legal dos protestantes.

James Cooley Fletcher, um missionário presbiteriano norte-americano, esteve no Brasil em diferentes momentos entre os anos de 1851 e 1869. Fletcher era pastor da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, e sua presença no Brasil pode ser considerada um antecedente da chegada de diversos outros missionários que para cá se dirigiram nos anos seguintes. Ele tornou-se amigo de muitos membros da alta sociedade brasileira, entre eles vários letrados e políticos liberais. Frequentou a mansão imperial de Dom Pedro II, de quem se tornou amigo também. Atuou como secretário interino da legação norte-americana no Rio de Janeiro e promoveu uma exposição industrial de produtos norte-americanos na mesma cidade. Um dos destaques de sua atuação entre os dois países foi a autoria do livro *O Brasil e os Brasileiros: Esboço Histórico e Descritivo* (1857), uma versão ampliada do livro *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* (1845), de Daniel Parish Kidder, onde expõe seus planos e ideais sobre as relações Brasil-Estados Unidos. Através de seu livro foi um propagandista dos valores protestantes e anglo-saxões como instrumentos para alcançar o “progresso.”²

O caso de Fletcher assemelha-se ao menos em parte com a atuação de outros missionários em outras partes do mundo. O inglês William Carey, missionário batista na Índia, cooperou para o despertar de um interesse pelos indianos antes não observado na Inglaterra. O que antes eram apenas relações

¹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira: Aspectos Culturais da Implantação do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981. p. 13.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 61-94.

comerciais tornou-se também uma espécie de compromisso civilizatório.¹ Ambos, Fletcher e Carey, chamaram a atenção de seus contemporâneos para partes distantes do mundo e para a possibilidade de uma interação mais profunda com estas. Este é um padrão de ação missionária dos séculos 18 e 19 observado por Justo Gonzáles.²

Em obra recente, o historiador e membro da Academia Brasileira de Letras José Murilo de Carvalho classificou James Cooley Fletcher como o cupido de um caso de amor entre D. Pedro II e os Estados Unidos.³ Outros autores, como David Gueiros Vieira e Boanerges Ribeiro, observaram em suas produções bibliográficas a influência ou participação de missionários norte-americanos em eventos da política nacional do Segundo Império, tais como a Questão Religiosa ou Questão dos Bispos e o processo de abolição da escravidão. A meu ver existe um lapso entre David Gueiros Vieira e Boanerges Ribeiro de um lado e José Murilo de Carvalho de outro. Os primeiros demonstram a influência dos missionários no plano doméstico. O segundo procura demonstrar o caráter internacional deste fenômeno.

3.1.2.2

O DOUTOR ROBERT REID KALLEY

Robert Reid Kalley (1809-1888) é geralmente aceito como o missionário que estabeleceu a mais antiga igreja evangélica com serviços religiosos em português no Brasil. Nascido em Mount Florida, próximo a Glasgow, Escócia, Kalley estudou medicina e farmácia na Escola de Medicina e Cirurgia de Glasgow, onde formou-se em 1829. Defendeu teses em medicina em Glasgow (1838), Lisboa (1839) e Rio de Janeiro (1859).

Eventualmente Kalley converteu-se ao cristianismo e foi ordenado ministro pela Igreja Livre da Escócia⁴ em 1839. Decidiu ser missionário na China, mas devido a problemas de saúde de sua esposa, retirou-se em definitivo para a

¹ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo. Volume 9 – A Era dos Novos Horizontes*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005.. pp. 129-139.

² Ver de maneira ampla GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo*.

³ CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp. 157-158.

⁴ A Igreja da Escócia é presbiteriana. O próprio Kalley foi formalmente um presbiteriano por toda a sua vida.

Ilha da Madeira, estação de repouso de ingleses abastados na época, onde se estabelecera em 1838. Ali Kalley trabalhou como médico junto à população pobre e criou uma igreja de teologia calvinista. Convém assinalar que Kalley embora ordenado por uma igreja, trabalhava de maneira independente, sem qualquer apoio formal de uma agência missionária.

O movimento religioso liderado por Kalley na Ilha da Madeira ganhou força e notoriedade, angariando com isso inimigos, entre os quais o próprio governador da ilha e membros do clero católico. Nos anos de 1843 e 1844 os calvinistas madeirenses sofreram dura perseguição, havendo membros encarcerados (entre eles o próprio Kalley), espancados, pilhados e violentados. Kalley era o alvo principal dos perseguidores.

A igreja calvinista madeirense não esmoreceu diante da perseguição, e assim, em 1846, uma turba enfurecida, aparentemente instigada pelo próprio governador, decidiu assaltar a casa da família Kalley. Avisados antecipadamente, os Kalley conseguiram escapar. O missionário fugiu para um navio britânico, e sua esposa para a casa do cônsul inglês. A maioria dos madeirenses evangélicos fugiu da ilha com a família Kalley (estima-se que mais de dois mil evangélicos deixaram a ilha na perseguição de 1846).¹ Parte dos madeirenses se dirigiu para as Índias Ocidentais e parte para os Estados Unidos, onde se estabeleceram em Illinois e formaram igrejas presbiterianas portuguesas, que eventualmente ligaram-se à PCUSA. Essas igrejas deram uma importante contribuição para os trabalhos presbiteriano e congregacional no Brasil, conforme será analisado mais adiante.

Através da intervenção do Governo Britânico, Kalley foi indenizado pela Coroa Portuguesa por suas perdas na Ilha da Madeira. Ele usou o dinheiro para financiar seus trabalhos em outros países, especialmente no Brasil.

Conforme o professor Gueiros afirma, “a experiência de Kalley na Madeira é citada aqui apenas porque teve um efeito profundo sobre sua personalidade e foi a causa de sua grande desconfiança e temor da Igreja

¹ “No dia 25 de janeiro de 1999, em uma cerimônia ecumênica que contou com a presença de representantes de todas as confissões cristãs existentes na Ilha da Madeira, o bispo de Funchal, D. Teodoro de Faria, se penitenciou em nome da igreja católica pelos episódios de intolerância contra os calvinistas ocorridos mais de um século e meio antes. Ver <http://www.presbiterianismo.com.br/Historia/Funchal.htm>. MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley: Pioneiro do Protestantismo Missionário na Europa e nas Américas”.

Católica”.¹ O professor Gueiros afirma ainda que “A *English Protestant Association* e os políticos a ela ligados parecem ter usado os problemas de Kalley para seus próprios fins políticos”² e que “baseado na sua experiência da Madeira, Kalley nutria profunda suspeita e desdém pelos políticos protestantes ingleses e pelos clérigos políticos”.³ Kalley desconfiava ainda dos políticos brasileiros “que utilizavam o protestantismo como arma para combater o governo...[e que] mudavam de atitude e perseguiam os protestantes, uma vez obtido o poder que aspiravam”.⁴ Alderi Souza de Matos destaca que durante as perseguições sofridas na Ilha da Madeira “os apelos [de Kalley] ao cônsul britânico e às autoridades locais foram recebidos com frieza”.⁵

Os acontecimentos na Ilha da Madeira foram amplamente divulgados, e afetaram também a maneira como Kalley foi recebido pelos ultramontanos no Brasil. “Parece ter havido mais medo dele e, conseqüentemente, mais rancor dirigido a sua missão do que a dos outros missionários protestantes no Brasil”.⁶

Após algum tempo na Escócia e na Inglaterra, Kalley dirigiu-se para a Ilha de Malta, onde trabalhou como médico missionário durante dois anos. Dali partiu para a Palestina, onde passou outros dois anos (1850-1852) e organizou em Safed uma pequena igreja na qual metade dos participantes era constituída de judeus convertidos e a outra metade de ex-muçulmanos e nestorianos. Sua primeira esposa, Margaret, veio a falecer no início de 1852. No final daquele ano, ele contraiu segundas núpcias com Sarah Poulton Wilson (1825-1907), de origens congregacionais, a quem conhecera na Palestina. Sarah tornou-se uma valorosa e operosa cooperadora do marido. Esse casamento contribuiu para que Kalley eventualmente se afastasse de suas raízes presbiterianas e se voltasse para o congregacionalismo.

Entre 1853 e 1854 Kalley foi visitar os amigos madeirenses em Illinois. Passando por Nova York, esteve na Sociedade Bíblica Americana, onde conversou a respeito dos refugiados portugueses. Poucos dias depois, o dirigente da Sociedade Bíblica recebeu uma carta do Rev. James Cooley Fletcher, pedindo-

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 115.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley: Pioneiro do Protestantismo Missionário na Europa e nas Américas”.

⁶ VIEIRA, D. G.. Loc. Cit.

lhe o envio de alguns refugiados madeirenses para trabalharem no Brasil como colportores da Sociedade Bíblica. Kalley foi informado sobre isso e decidiu ele mesmo vir para o Brasil no ano seguinte.¹

O missionário escocês chegou ao Brasil em 1855. Após uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro ele e Sarah optaram por se estabelecer em Petrópolis. Viram que poderiam receber auxílio dos colonos alemães ali. Os Sr. Webb, embaixador americano,² lhes cedeu espaço para que realizassem a primeira Escola Bíblica Dominical do Brasil.

A presença do missionário escocês a princípio foi bem aceita. Desde que chegou a Petrópolis ele procurou relacionar-se com as autoridades civis, inclusive com o imperador Pedro II, do qual se tornou amigo. Como seu vizinho, este foi visitá-lo várias vezes para ouvir sobre as suas viagens através da Palestina.³ No entanto, as experiências negativas na Ilha da Madeira tornaram Kalley extremamente cauteloso, levando-o a manter-se criteriosamente dentro dos limites impostos pela lei brasileira. O missionário procurou pregar somente a estrangeiros, adotando como modelo básico de evangelização o “culto doméstico”.⁴

Toda a cautela adotada por Kalley não lhe salvou de perseguições. O clima religioso ao tempo de sua chegada ao Brasil havia se tornado tenso. Nos meses seguintes, começaram a surgir artigos na imprensa do Rio revelando preocupação com a propaganda protestante e a distribuição de “Bíblias falsas”. Um motivo a mais de inquietação para os líderes católicos eram as discussões sobre a instituição do casamento civil e outras medidas de caráter liberal pelo governo imperial.⁵

Embora o missionário tenha evitado pregar abertamente aos brasileiros, não se furtou de realizar o batismo de duas senhoras de alta posição, Gabriela Augusta Carneiro Leão e sua filha Henriqueta Soares do Couto, ocorrido em Petrópolis no dia 7 de janeiro de 1859. Dona Gabriela era irmã do Marquês do

¹ MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley...”.

² Não parece se tratar de James Watson Webb, ministro norte-americano no Brasil entre 1861 e 1869, que será abordado em muitos momentos nessa dissertação.

³ MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley...”.

⁴ DUNCAN, Alexander Reily. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1993, p. 103.

⁵ MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley...”.

Paraná e do Barão de Santa Maria. Elas não haviam sido evangelizadas por Kalley, mas sim pelo crente pioneiro José Pereira de Souza Louro.

O batismo de duas senhoras brasileiras parece ter contribuído para desencadear as perseguições contra o médico escocês. Em 26 de maio daquele ano Kalley foi proibido de clinicar pelo subdelegado de Petrópolis, e mediante pressão do núncio, o governo imperial fez chegar à Legação Britânica um comunicado com diversas queixas contra Kalley, entre elas propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado e tentativa de conversão de católicos à fé protestante.

Kalley reagiu às perseguições formulando uma série de questões sobre as suas atividades e apresentando-as simultaneamente aos Drs. Joaquim Nabuco, Urbano S. Pessoa de Melo e Caetano Alberto Soares, juristas de destaque no período. Em resposta às questões de Kalley, eles emitiram pareceres altamente satisfatórios a favor da liberdade de pregação aos brasileiros.¹ No dia 16 de julho Kalley enviou à Legação Britânica uma resposta ao comunicado do Ministro do Governo e uma carta particular ao cônsul William Stuart explicando as suas atividades e os tipos de pessoas que freqüentavam as suas reuniões. Concluiu que a liberdade por ele exercida estava dentro dos limites da lei. Acrescentou que, caso o governo insistisse nas suas tentativas de silenciá-lo, se sentiria na direito de publicar os motivos para tanto e fazê-los conhecidos em todos os países de onde o Brasil esperava colonos.²

A perseguição de Kalley em Petrópolis e sua reação foram um marco fundamental na inserção de todas as denominações protestantes no Brasil. Conforme Boanerges Ribeiro analisa o caso, Kalley consolidou a fundamentação jurídica para a pregação protestante no Brasil:

...pouco confiante nas autoridades consulares britânicas, [Kalley] aproximou-se de grandes juristas brasileiros, provocou o estudo das condições para proteção do culto protestante no país, e fixou bases legais para o pluralismo de denominações no sistema religioso nacional; graças a seu trabalho as nascentes igrejas protestantes se viram amparadas por doutrina legal defendida pelas melhores mentes jurídicas do país.³

¹ Kalley apresentou o resultado de sua consulta jurídica a Ashbel Green Simonton. Ver SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866) 2ª Edição revisada e ampliada com mapas e fotos*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002. p. 140.

² MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley...”.

³ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 14.

Assim, o Dr. Kalley preparou o caminho para outros missionários. Concluindo esta seção, cabe ressaltar que embora tenha sido o introdutor do congregacionalismo no Brasil, as contribuições de Kalley para o presbiterianismo foram notáveis. Em primeiro lugar, houve o relacionamento pessoal e direto entre Kalley e o pioneiro do presbiterianismo brasileiro, Ashbel Green Simonton. No mesmo mês em que chegou ao Brasil (agosto de 1859), Simonton visitou a igreja do bairro da Saúde fundada por Kalley e conversou com o colega, que em tom paternal o incentivou e lhe transmitiu conselhos e advertências.¹ Divergências surgidas entre os dois pregadores foram solucionadas de forma positiva, levando Simonton a testemunhar que vira no colega mais idoso um espírito profundamente humilde e generoso.²

Em um sentido mais amplo, Kalley cooperou com o presbiterianismo no Brasil através de pessoas originalmente ligadas ao seu trabalho. Quatro líderes das igrejas portuguesas de Illinois foram notáveis missionários presbiterianos no Brasil: Emanuel N. Pires (1866-1869), Hugh Ware McKee (1867-1870), Robert Lenington (1868-1886) e João Fernandes Dagama (1870-1891).³ Outro pioneiro presbiteriano ligado a Kalley foi William Dreaton Pitt, um inglês que estudou na escola dominical de Sarah Kalley em Torquay. Pitt trabalhou junto aos portugueses em Illinois e foi a primeira pessoa a vir para o Brasil em resposta a um apelo de Kalley, ligando-se posteriormente aos presbiterianos. O ministro presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), ex-sacerdote e primeiro pastor protestante brasileiro, trabalhou durante oito meses entre 1867 e 1868 nas igrejas portuguesas de Illinois, com as quais se correspondeu até o final da sua vida. Além destes, diversos colportores ligados a Kalley precederam os presbiterianos em diferentes localidades e cooperaram na conversão de futuros pastores e líderes presbiterianos. As ligações entre congregacionais e presbiterianos no Brasil se explicam pelo fato de, por muitos anos, esses terem

¹ SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866)*. p. 127 (entrada de 31/08/1859). Simonton achou que não precisava ser tão cauteloso quanto aos seus objetivos e métodos evangelísticos como recomendava o missionário mais idoso.

² SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton*. pp. 134-135 (entrada de 19/12/1859). Alguns meses depois, Simonton passou duas semanas em Petrópolis, participando todas as tardes dos cultos realizadas na residência dos Kalley, que o convidaram a ficar com eles no final da sua estadia. Ver anotações de 11/04/1860.

³ As datas referem-se ao período em que eles trabalharam como missionários da PCUSA no Brasil.

sido os únicos representantes do protestantismo missionário no país, bem como pelas suas afinidades históricas e doutrinárias.¹

3.1.2.3

“PADRES-PROTESTANTES”²

“Padres-protestantes” é a denominação utilizada por Boanerges Ribeiro para descrever os sacerdotes da Igreja Católica Romana que por diferentes razões favoreceram a inserção do protestantismo no Brasil ou que aderiram ao protestantismo movidos por intensa aspiração de reformas religiosas.

Boanerges Ribeiro faz distinção entre dois tipos de “padre-protestante”. Em primeiro lugar estão os sacerdotes heterodoxos da Igreja Católica Romana que favoreceram o protestantismo através de instrumentos políticos. O grande expoente desse primeiro grupo foi Diogo Antonio Feijó, que aspirava por reformas no catolicismo brasileiro e recebeu de braços abertos os missionários protestantes.

O segundo grupo de “Padres-protestantes” é composto por sacerdotes que propunham a Reforma Religiosa com instrumentos religiosos, não políticos. Esse grupo é formado por ex-padres, que abandonando a Igreja de Roma aderiram ao protestantismo. Seu primeiro representante foi José Manuel da Conceição, o primeiro ministro do evangelho brasileiro. Através do contato com imigrantes protestantes, Conceição já havia desenvolvido idéias reformadas. Com a chegada dos primeiros missionários presbiterianos aos Brasil, ele aderiu ao novo grupo, sendo o primeiro de uma série.

3.1.2.4

REFORMADORES SOCIAIS

Além dos “padres-protestantes” Boanerges Ribeiro observa a existência de expoentes de Reformas Sociais que buscaram a separação entre Igreja e Estado: “Ruy Barbosa, Saldanha Marinho, Abreu de Lima, entre dezenas.”³

¹ MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley...”.

² RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 15.

³ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 15.

O fato que observamos é que voluntariamente ou não, os missionários foram tomados por setores liberais da sociedade brasileira como reformadores sociais em potencial, ou “apóstolos do progresso.” Parte dos missionários, entre eles Fletcher e a ala *New School* da PCUSA, viam a igreja como um modelador social.¹ Estes defendiam a formação de uma elite brasileira com base nos valores progressistas norte-americanos, o que passava em boa parte pela educação (a criação da Universidade Presbiteriana Mackenzie muito tem a ver com esta visão). Outra parte dos missionários - o grupo majoritário, aliás – vinha de uma formação mais conservadora. Tratava-se da ala *Old School*, presente na PCUSA e especialmente na PCUS, a chamada Igreja do Sul. Para estes, o foco da ação missionária estava na evangelização propriamente dita, de cidade em cidade e de casa em casa. A transformação social pertenceria deste ponto de vista ao Estado, e assim este tipo de transformação deveria ser algo esperado a longo prazo, e não por atuação direta visando este fim.²

A análise dos autores já mencionados aqui nos leva a crer que ironicamente as elites liberais do Império ignoravam estas divisões, enxergando os missionários indistintamente como apóstolos do progresso. É certo que tanto missionários conservadores quanto progressistas fizeram uso deste fato, buscando nas elites liberais as garantias legais para uma maior liberdade religiosa no Brasil.

Entre os reformadores sociais destacou-se sem dúvida o advogado, político, escritor e jornalista alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875). Tavares Bastos estudou Direito em São Paulo, onde estabeleceu algumas das relações políticas que o acompanhariam durante sua carreira: Ferreira Viana, Paulino de Souza e Gaspar da Silveira Martins, entre outros.

Em 1860 Bastos foi eleito deputado pela então Província de Alagoas. No ano seguinte foi demitido do cargo de oficial da secretaria da Marinha, em represália contra um discurso que proferiu, criticando seus superiores. Em protesto, publicou naquele ano no *Correio Mercantil* uma série de artigos de cunho liberal, as chamadas “Cartas do Solitário”, nas quais criticava diversas políticas do Império. A esta altura Bastos já havia publicado um panfleto

¹ Sobre a separação da PCUSA em *Old e New School*, além de PCUSA e PCUS trataremos melhor mais adiante.

² Uso aqui a obra *Igreja Presbiteriana no Brasil da Autonomia ao Cisma* de maneira bastante ampla.

intitulado *Os males do presente e as esperanças do futuro*, com o pseudônimo de “Um Excêntrico”.

Em 1864 Tavares Bastos foi reeleito deputado. Durante a década seguinte publicou diversos livros defendendo reformas políticas de cunho liberal, tais como *A Província, A Situação e o Partido Liberal e Estudos sobre a Reforma Eleitoral*. Foi reeleito também em 1867.

Seus textos e sua carreira política tratam de diversos assuntos progressistas para a época, tais como a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, a liberdade da navegação de cabotagem, maiores comunicações com os Estados Unidos, a escravidão, a imigração, a educação e a questão religiosa (não confundir com – ou reduzir somente à - *Questão Religiosa* ou *Questão dos Bispos*, de meados da década de 1870). Conforme será visto em outro momento, as idéias de Bastos foram ao menos em parte influenciadas pelo missionário norte-americano James Cooley Fletcher. Tavares Bastos agiria ainda como advogado e até mesmo amigo pessoal de alguns dos primeiros missionários presbiterianos no Brasil, destacando-se Alexander Latimer Blackford.¹

3.1.2.5

PROTESTANTISMO DE IMIGRAÇÃO

Dentre os antecedentes enumerados pelo Rev. Boanerges resta mencionar a imigração de protestantes. Começando pela chegada da família real portuguesa (1808), alguns grupos protestantes começaram a aportar no Brasil, protegidos pelo *Tratado de Aliança e Amizade* assinado por Portugal e Inglaterra em 1810, que em seu artigo XII concedia tolerância religiosa aos imigrantes protestantes.

A partir de 1810, Anglicanos passaram “a celebrar o culto protestante a bordo de seus navios de guerra que ancoravam no porto do Rio de Janeiro ou em residências particulares, inclusive a de Lord Strangford.”² Locais de culto voltados para a capelania sujeitos às restrições do Tratado de Comércio de não

¹ A respeito de Tavares Bastos ver VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 95-112.

² RODRIGUES, J.C. *Religiões Acatólicas no Brasil, 1500 - 1900*. Rio de Janeiro: Escripório do "Jornal do Commercio", 1904. pp. 95-96.

terem forma exterior de templo foram construídos a partir de 1819 no Rio de Janeiro, Recife e Bahia.¹

A constituição de 1824 promulgada por D. Pedro I mantinha em seu artigo 5 aspectos da liberdade religiosa concedida por D. João VI:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.²

Dentre os primeiros imigrantes protestantes a se fixarem no Brasil em números expressivos, se destacam os luteranos, a partir de 1824. Em maio desse ano um grupo de 324 imigrantes alemães luteranos acompanhados do seu pastor, Friedrich Oswald Sauerbronn (1784-1864) ocupou a colônia de Nova Friburgo, oferecida a eles por suíços católicos que iniciaram sua ocupação em 1820.

Em junho de 1827 foi fundada no Rio de Janeiro, por iniciativa de Wilhelm von Thiermin, cônsul da Prússia, a Comunidade Protestante Alemã-Francesa, uma igreja composta tanto de luteranos quanto calvinistas franceses, alemães e suíços, pastoreada por Ludwig Neumann.³ A maior parte dos imigrantes alemães foram para o sul do país: cerca de 4.800 entre 1824 e 1830, 60% deles protestantes.

Embora não tivessem o objetivo primordial de evangelizar brasileiros, esses primeiros imigrantes protestantes ajudaram a criar as condições que facilitaram a introdução do protestantismo missionário no Brasil. Conforme observou Erasmo Braga, historiador presbiteriano, à medida que os imigrantes alemães exigiam garantias legais de liberdade religiosa, estadistas liberais criaram “a legislação avançada que, durante o longo reinado de D. Pedro II, protegeu as missões evangélicas da perseguição aberta e até mesmo colocou as comunidades não-católicas sob a proteção das autoridades imperiais”.⁴

3.2

¹ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1993. p. 25.

² Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de Março de 1824).

³ REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil* p.39.

⁴ BRAGA, Erasmo & GRUBB, Kenneth G. *The Republic of Brazil: A Survey of the Religious Situation*. Londres: World Dominion Press, 1932. p. 49.

PRIMÓRDIOS DO PRESBITERIANISMO NO BRASIL¹

A implantação do presbiterianismo no Brasil resultou dos esforços de igrejas norte-americanas. A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA),² cuja Assembléia Geral foi organizada em 1789, criou a sua Junta de Missões Estrangeiras, sediada em Nova York, em 1837. Dentro de poucos anos essa junta enviou missionários para a Índia, Tailândia, China, Colômbia e Japão. O Brasil foi o sexto país a receber missionários da Junta de Nova York, através da criação da Missão do Brasil (*Brazil Mission*). Começando com o pioneiro Ashbel Green Simonton, que chegou ao Rio de Janeiro em Agosto de 1859, o Brasil recebeu em dez anos cerca de sete missionários.³

Poucos anos após a chegada de Simonton, eclodiu nos Estados Unidos a Guerra Civil (1861-1865). Uma das conseqüências desse conflito foi a divisão das denominações norte-americanas, inclusive a presbiteriana. Surgiu em 1861 a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), conhecida como Igreja do Sul. Essa nova denominação criou de imediato uma junta missionária voltada para o exterior, que recebeu o nome de Comitê de Missões Estrangeiras e ficou sediada em Nashville, no Tennessee. Em 1867 essa agência enviava para a China os seus primeiros missionários.⁴

Após a guerra, com a vinda de imigrantes americanos sulistas para o Brasil, surgiu o interesse de se implantar uma missão neste país. O Rev. Robert Lewis Dabney, teólogo e autor de compêndios teológicos, foi o primeiro a sugerir uma missão no Brasil se valendo desta situação.⁵ O local escolhido foi a cidade de Campinas, em virtude de sua proximidade da principal colônia norte-americana, em Santa Bárbara. Em 1869, dez anos após a vinda de Simonton, chegaram os primeiros missionários do Comitê de Nashville, Edward Lane e George N. Morton.⁶

¹ Sobre este assunto ver, sobretudo MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900): Missionários, Pastores e Leigos do Século 19*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

² Posteriormente, com a divisão da Igreja Presbiteriana dos EUA em norte e sul, de acordo com a Guerra Civil, PCUSA passou a designar somente a chamada Igreja do Norte. Esses eventos serão analisados logo a seguir.

³ MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. pp. 13-14.

⁴ *Ibidem*.

⁵ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. pp. 247-248.

⁶ MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. pp. 13-14.

Em *História da Igreja Presbiteriana do Brasil, Volume 1*, Júlio Andrade Ferreira divide a obra presbiteriana no Brasil entre os anos de 1859 a 1888 em dois períodos: Período de penetração (1859 a 1869), indo da chegada dos pioneiros do Board de Nova Iorque até a chegada dos pioneiros do Comitê de Nashville e Período de expansão (1869 a 1888), indo da chegada dos pioneiros de Nashville até a organização do Sínodo Brasileiro. Alderi Souza de Matos utiliza a mesma periodização em seus trabalhos. Seguindo estes historiadores, utilizo aqui a mesma divisão cronológica.

3.2.1

PERÍODO DE PENETRAÇÃO (1859 A 1869): DA CHEGADA DOS PIONEIROS DO BOARD DE NOVA IORQUE ATÉ A CHEGADA DOS PIONEIROS DO COMITÊ DE NASHVILLE

Em sua reunião de maio de 1859, a Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América aprovou o seguinte, como parte do Relatório da Junta de Missões Estrangeiras:

PROPOSTA DE MISSÃO NO BRASIL

Já há algum tempo que a comunidade cristã tem tido sua atenção voltada para o Brasil como campo atraente de trabalho missionário, com apelo especial às igrejas deste país. O território brasileiro é mais vasto que o nosso; o clima é igualmente variado e saudável; o solo se presta tanto a produtos de clima temperado como de clima tropical; a população ainda é relativamente pequena; os recursos, ricos e vários, ainda estão em grande parte inexplorados. Mas há forças em ação, tanto na Europa como no Brasil, que rapidamente atraem ao último grande número de imigrantes. Provavelmente não está longe o dia em que o Brasil terá seu lugar entre as nações mais importantes da Terra em população e nos outros elementos de grandeza nacional. É de alta importância para seu presente e para seu bem-estar futuro, que a mente nacional esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretos, e estes deverão proceder, em primeiro lugar, das igrejas evangélicas de nosso país. Talvez jamais tenha havido época mais oportuna que esta para agirmos. É certo que o catolicismo romano é a religião oficial do país, mas o governo é liberal, e também o é grande parte das classes mais inteligentes; ao mesmo tempo, a tolerância religiosa é garantida por textos legais. É também digno de nota que a primeira tentativa de colonizar o país foi de um grupo Huguenote, obrigado a deixar a pátria pela perseguição religiosa, mais ou menos na mesma época em que os Dissidentes ingleses e escoceses encontravam asilo aqui.

Já foi nomeado um missionário, o Rev. A. G. Simonton, membro do Presbitério de Carlisle, e há pouco diplomado pelo Seminário Teológico de Princeton. Espera embarcar para esse novo campo missionário no começo do Verão. Sem dúvida a missão será um tanto experimental. Seus primeiros objetivos serão: explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso a mente dos naturais da terra, e testar até que ponto a legislação favorável à tolerância religiosa será mantida. Se o resultado dessas investigações for positivo – e temos plenas razões para supor que sim – a missão poderá depois ser ampliada em termos que as circunstâncias justifiquem.¹

¹ Citado por Boanerges Ribeiro em *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 17-18.

Conforme já foi mencionado, o primeiro missionário enviado pela PCUSA ao Brasil foi o Rev. Ashbel Green Simonton (1833-1867). Nascido em West Hanover, na Pensilvânia, Simonton estudou no Colégio de Nova Jersey e após a conclusão de seu curso universitário em 1852 passou algum tempo dedicando-se ao magistério em estados do sul dos EUA e aspirando à carreira de advogado. Neste mesmo período iniciou um diário, a partir do qual é possível acompanhar sua trajetória a partir de então.

Embora demonstrasse profundos sentimentos cristãos e viesse de uma família tradicionalmente protestante,¹ Simonton não era ele mesmo um cristão protestante de maneira formal.² Durante certo período, aproximadamente a partir de sua graduação, ele passou a sentir a necessidade de uma conversão a Cristo. Alcançado por um reavivamento em 1855, fez a sua profissão de fé e pouco depois ingressou no Seminário de Princeton. Um sermão pregado por seu professor, o famoso teólogo Charles Hodge, levou-o a considerar o trabalho missionário no estrangeiro. Três anos depois, candidatou-se perante a Junta de Missões da PCUSA, citando o Brasil como campo de sua preferência. Dois meses após a sua ordenação, embarcou para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1859, aos 26 anos de idade.

A princípio Simonton trabalhou junto aos norte-americanos residentes no Rio de Janeiro, porém desde o início seu objetivo foi pregar aos brasileiros. Para isso procurou aprender o português, idioma que passou a dominar com o passar do tempo. Em abril de 1860, Simonton dirigiu o seu primeiro culto em português. Em janeiro de 1862, recebeu os primeiros conversos, sendo fundada a Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. No breve período em que viveu no Brasil, Simonton, auxiliado por alguns colegas, fundou o primeiro periódico evangélico do país (*Imprensa Evangélica*, 1864), criou o Presbitério do Rio de Janeiro (1865) e organizou um seminário (1867). O Rev. Simonton morreu vitimado pela febre amarela aos 34 anos, em 1867 (sua esposa, Helen Murdoch, havia falecido três anos antes).

¹ Seu avô materno, Rev. James Snodgrass, era ministro presbiteriano.

² No presbiterianismo a adesão ao cristianismo não é visto como algo familiar ou tradicional, e sim individual, dependendo de uma pública profissão de fé e adesão a uma igreja local para ser formalizada.

Os principais colaboradores de Simonton no período de penetração do presbiterianismo no Brasil foram seu cunhado Alexander L. Blackford, que em 1865 organizou as Igrejas de São Paulo e Brotas; Francis J. C. Schneider, que trabalhou entre os imigrantes alemães em Rio Claro, lecionou no seminário do Rio e foi missionário na Bahia; e George W. Chamberlain, grande evangelista, operoso pastor da Igreja de São Paulo e fundador do embrião da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

Ao longo desses dez primeiros anos os missionários organizaram algumas igrejas, além de Rio de Janeiro, São Paulo e Brotas: Lorena, Borda da Mata (Pouso Alegre) e Sorocaba. Contribuiu decisivamente na organização destas igrejas o Rev. José Manoel da Conceição (1822-1873), o ex-sacerdote católico ao qual já fizemos referência. Ordenado ministro do evangelho em 1865, pelo presbitério organizado para este fim, Conceição visitou incansavelmente dezenas de vilas e cidades no interior de São Paulo, Vale do Paraíba e sul de Minas, pregando o evangelho para seus antigos paroquianos.¹

Além dos pastores já mencionados, outros obreiros ingressaram no campo brasileiro nesta primeira década: Emanuel N. Pires, Hugh Ware McKee e Robert Lenington. Juntos, esses missionários marcaram a fase de implantação do presbiterianismo no Brasil.² Os trabalhos nesse primeiro período parecem ter sido fiéis à proposta de missão: explorar o território, verificar os meios de alcançar os brasileiros e averiguar a eficácia da legislação favorável à liberdade religiosa. O sucesso alcançado, no entanto, parece ter permitido uma rápida expansão, indo mesmo além dos objetivos iniciais.³

A primeira década de presbiterianismo no Brasil foi marcada, portanto apenas por missionários da Igreja do Norte (PCUSA). A partir de 1869 começaram a atuar também missionários da Igreja do Sul (PCUS), dando início a uma segunda fase do presbiterianismo no Brasil, o período da expansão.⁴

3.2.2

¹ “Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil”. MATOS, Alderi Souza de. Disponível em: <http://www4.mackenzie.com.br/7102.html>. Acesso em 2 de outubro de 2008.

² MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. pp. 13-14.

³ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 118.

⁴ MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. pp. 13-14.

PERÍODO DE EXPANSÃO (1869 A 1888): DA CHEGADA DOS PIONEIROS DE NASHVILLE ATÉ A ORGANIZAÇÃO DO SÍNODO BRASILEIRO¹

Conforme foi mencionado, todos os missionários presbiterianos enviados ao Brasil no período de penetração eram da Igreja Presbiteriana do norte dos Estados Unidos (PCUSA). Em 1869 chegaram os primeiros missionários da igreja do sul (PCUS), George Nash Morton e Edward Lane. Eles fixaram-se em Campinas, região onde residiam muitas famílias sulistas que vieram para o Brasil após a Guerra Civil.

Em 1870 Morton e Lane fundaram a igreja de Campinas, com auxílio dos confederados exilados. Eles destacaram-se na área educacional, fundando o Colégio Internacional (1873), de existência breve, porém marcante.²

Os missionários da PCUS concentraram seus esforços nas regiões de Mogiana, oeste de Minas, Triângulo Mineiro, sul de Goiás, nordeste e norte do Brasil (de Alagoas até a Amazônia). Morton e Lane logo receberam o auxílio de novos missionários, entre os quais o incansável Rev. John Boyle, falecido em 1892 e pioneiro em várias dessas regiões; John Rockwell Smith, fundador da igreja do Recife (1878); DeLacey Wardlaw, pioneiro em Fortaleza; e o Dr. George W. Butler, o “médico amado” de Pernambuco. Os missionários da PCUS também ordenaram pastores brasileiros, entre os quais o Rev. Belmiro de Araújo César, patriarca de uma grande família presbiteriana.

Ao mesmo tempo, os missionários da Igreja do norte dos Estados Unidos, auxiliados por novos colegas, davam continuidade ao seu trabalho. Seus principais campos neste período eram Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Paraná e especialmente São Paulo. Na capital desta província o casal Chamberlain fundou em 1870 a Escola Americana, que mais tarde veio a ser o Mackenzie College. Além dos missionários já presentes no Brasil, destacavam-se John Benjamin Kolb, John M. Kyle, Robert Lenington, George A. Landes e João Fernandes Dagama, português da Ilha da Madeira. No Rio Grande do Sul, trabalhou por algum tempo o Rev. Emanuel Vanorden, um judeu holandês.

¹ “Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil”. MATOS, Alderi Souza de. Disponível em: <http://www4.mackenzie.com.br/7102.html>. Acesso em 2 de outubro de 2008.

² Sobre o Colégio Internacional ver RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 199-221.

Os missionários da PCUSA continuaram ordenando pastores brasileiros, destacando-se Eduardo Carlos Pereira, José Zacarias de Miranda, Manuel Antônio de Menezes, Delfino dos Anjos Teixeira, João Ribeiro de Carvalho Braga e Caetano Nogueira Júnior. A Igreja do Norte enviou também ao Brasil missionárias educadoras, entre as quais Mary Parker Dascomb, Elmira Kuhl, Nannie Henderson e Charlotte Kemper.¹

Cerca de trinta anos após a chegada de Simonton, o presbiterianismo no Brasil alcançava a sua etapa final de consolidação. Um marco de grande significado foi a criação do Sínodo do Brasil, em 1888. Por muitos anos havia existido apenas o Presbitério do Rio de Janeiro, que era filiado ao Sínodo de Baltimore, nos Estados Unidos.² Os missionários da PCUS, por sua vez, organizaram dois presbitérios: São Paulo, existente de 1872 a 1877 e re-organizado em 1887 com o nome de Presbitério de Campinas e Oeste de Minas; e Pernambuco (1888).

A existência de três presbitérios, Rio de Janeiro, Campinas e Oeste de Minas, e Pernambuco, possibilitou a organização do Sínodo da Igreja Presbiteriana do Brasil, no dia 6 de setembro de 1888. O Sínodo representou a autonomia eclesiástica do presbiterianismo brasileiro, até então jurisdicionado às igrejas-mães norte-americanas.

Na época da organização do Sínodo, a Igreja Presbiteriana do Brasil contava com cerca de 60 igrejas locais, 20 missionários, 12 pastores nacionais, 3 mil membros professos e não menos que 10 mil assistentes.³

3.2.3

¹ “Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil”. MATOS, Alderi Souza de. Disponível em: <http://www4.mackenzie.com.br/7102.html>. Acesso em 2 de outubro de 2008.

² Nas Igrejas Presbiterianas, diversos cristãos reúnem-se em igrejas locais, dirigidas por um conselho misto de pastores e líderes “leigos”, os presbíteros – uma vez que no presbiterianismo não há clero, o uso da palavra leigo aqui é uma concessão ao melhor entendimento. Um conjunto de igrejas locais próximas umas das outras formam um presbitério. Igrejas locais se fazem representar nos presbitérios através de seus pastores e presbíteros. Um conjunto de presbitérios próximos uns dos outros forma um sínodo. Presbitérios se fazem representar nos sínodos através de pastores e presbíteros, em geral escolhendo para isso os presidentes dos presbitérios. O conjunto dos sínodos forma uma igreja nacional, representada por sua Assembléia Geral ou Supremo Concílio. Em outras palavras, pode-se fazer a seguinte comparação: igrejas correspondem a bairros; presbitérios a cidades; sínodos a estados; assembléias gerais a países. Sobre esse assunto ver NASCIMENTO, Adão Carlos & MATOS, Alderi Souza de. *O que todo presbiteriano inteligente deve saber*. Santa Bárbara d’Oeste, SP: SOCEP, 2007. p. 78.

³ MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. pp. 15-16; Imprensa Evangélica, 5 de janeiro de 1889. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 320.

ESTRATÉGIAS DE EVANGELIZAÇÃO DO PRESBITERIANISMO NO BRASIL DURANTE O SÉCULO 19

Ao longo de *Protestantismo e Cultura Brasileira* Boanerges Ribeiro destaca práticas dos missionários relacionadas com a evangelização: a criação de igrejas locais; a pregação de casa em casa e de lugar em lugar; a divulgação de material impresso (jornais, livros, panfletos, bíblias); *o estabelecimento de relações com autoridades brasileiras e norte-americanas visando proteção*, sobretudo contra grupos inflamados por líderes católicos romanos; a criação de escolas – escolas de dois tipos: pequenas, ao lado de cada igreja, voltadas para a instrução dos filhos dos crentes; e grandes projetos, como a Escola Americana e o Instituto de São Paulo,¹ voltadas para a instrução de uma elite nacional nos moldes norte-americanos.

Um testemunho contemporâneo de grande valor a respeito dos meios empregados pelos missionários no século 19 pode ser encontrado no sermão “Os meios necessários e próprios para plantar o Reino de Jesus Cristo no Brasil”, pregado pelo Rev. Ashbel Green Simonton perante o Presbitério do Rio de Janeiro em 15 de julho de 1867.² Simonton disse: “... temos em vista evangelizar no Brasil a paz que é fruto da paixão, morte e intercessão de Jesus Cristo, a fim de que todos os seus habitantes venham a crer nele para a salvação.”³

Segundo o Rev. Simonton, os meios necessários e próprios para plantar o Reino de Jesus Cristo no Brasil eram:

I. Vida santa — nas palavras de Simonton, “A influência do seu exemplo se propaga constantemente e torna-se irresistível. Toda pregação feita por palavras quer anunciadas do púlpito, quer impressas em uma folha ou livro, pode ser rebatida por outras palavras. Mas uma vida santa não tem réplica. A experiência de todos os tempos prova que o progresso do Evangelho depende especialmente da conduta e da vida do que são professos”;⁴

II. Disseminação da Bíblia e de livros e folhetos religiosos – Simonton demonstra grande apreço pela palavra impressa, e deposita grandes esperanças no seu uso.

¹ Embrião do *Mackenzie College*, atual Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² Para a análise deste sermão utilizo em parte o texto “Quase Um Século e Meio de História”. BARBOSA, Geraldo. *Quase Um Século e Meio de História*. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/11872.html>. Acesso em 6 de agosto de 2008.

³ O referido sermão pode ser encontrado no Diário de Simonton. SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866) 2ª Edição revisada e ampliada com mapas e fotos*.

⁴ SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866)*. p. 180.

Prova disso foi o jornal *Imprensa Evangélica*, criado por ele em 1864 (cerca de somente cinco anos após sua chegada no Brasil) e publicado por 28 anos;¹

III. Amizade — outro meio para a evangelização é conversar com amigos, conhecidos e vizinhos e convidá-los para ir à Igreja;

IV. Pastores Bem Instruídos nas Escrituras e Aptos para Ensinar Publicamente — “Neste século importa que os ministros de Cristo sejam instruídos não só nas doutrinas da salvação, mas também nas ciências, a fim de que sejam capazes de dar uma razão de sua fé em resposta aos que contradisserem a verdade. Todo conhecimento é útil para o pregador do Evangelho, e, quanto é possível, devemos esforçar-nos para não ficar aquém dos que nos rodeiam”;²

V. Estabelecimento de Escolas — com o intuito de instruir e educar as novas gerações.

O ponto máximo desse documento é a declaração final de Simonton: “O resultado do emprego destes meios, como também as forças precisas, depende de Deus. Ficarmos no emprego dos meios sem pedir a Deus que opere por eles e com eles seria um erro fatal. Vigíemos, oremos e trabalhemos, e Deus velará por nós e por sua Igreja.”³

3.3 CONCLUSÃO

Realizamos aqui um breve resumo da inserção do presbiterianismo no Brasil durante o século 19. Nesse momento estaremos destacando alguns pontos daquilo que já foi escrito que nos levam mais diretamente ao objeto de estudos e à finalidade de nossa dissertação.

Em primeiro lugar, destacamos “que o interesse dos protestantes da Europa e dos Estados Unidos, em relação à América Latina, foi menor do que o demonstrado para com outras regiões, e, em muitos casos, posterior a ele”.⁴ Em segundo lugar, que “ao terminar a época colonial, muitos dos dirigentes das novas nações [compreendiam que] era necessário fomentar o contato com outros países,

¹ Boanerges Ribeiro documenta abundantemente que a *Imprensa Evangélica* foi um dos principais meios de divulgação e consolidação do presbiterianismo no Brasil durante o século 19.

² SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866)*. pp. 183-184.

³ SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866)*. p. 184.

⁴ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 186.

especialmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, cujo desenvolvimento industrial e econômico devia ser imitado pelas novas nações.”¹

Destes dois pontos conclui-se o seguinte: a posição de missionários protestantes na América Latina a princípio não era totalmente segura. Robert Reid Kalley, por exemplo, tratou de consolidar a fundamentação jurídica para a pregação protestante; pouco confiante nas autoridades consulares britânicas, aproximou-se de grandes juristas brasileiros.²

Em alguns casos, o apoio por parte das igrejas para com os missionários se mostrou inconstante. “Por outro lado, não devemos nos esquecer do fator comum que durante todo o século 19 contribuiu para o sucesso alcançado pelo protestantismo. Esse fator foi o liberalismo político e econômico que nessa época chegou ao seu apogeu. Os mesmos crioulos que sonhavam com o estabelecimento de repúblicas alicerçadas sobre os ideais da Revolução Francesa, e que criam na livre empresa econômica, que é a base do capitalismo, eram os que estavam mais dispostos a colaborar com a introdução do protestantismo em seus países.”³ Assim, outro fator importante para a implantação do protestantismo no Brasil foi a proteção oferecida por políticos liberais às igrejas e missionários.

Um último fator a destacar, e que será melhor desenvolvido em outros momentos dessa dissertação é que havia entre os missionários diferentes estratégias evangelísticas. Alguns concentravam-se no evangelismo pessoal, através da exposição da Bíblia. Outros favoreciam projetos sociais, como escolas, estimulando não apenas a evangelização, mas também o “progresso”. A maneira como isso afetava as relações de missionários com diplomatas norte-americanos será avaliada na última parte da dissertação.

Em todo caso, é importante concluir esse capítulo destacando que o presbiterianismo teve uma rápida e bem sucedida inserção no sistema religioso brasileiro durante o século 19, favorecida certamente pelos méritos dos próprios missionários, mas também pelas circunstâncias que os precediam e que se instalaram no Brasil ao longo do período analisado na presente dissertação.

¹ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. pp. 187-188.

² RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 14.

³ GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra*. p. 204.

4

ESBOÇO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE EUA E BRASIL DURANTE O SÉCULO 19

O objetivo deste capítulo é semelhante ao anterior: realizar, a partir de alguns autores consagrados, um breve histórico das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos no século 19. Os autores utilizados são citados freqüentemente ao longo do texto.

Uma primeira observação a ser realizada a respeito do assunto é que, tanto quanto me foi possível averiguar, as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos neste período não foram e não tem sido um objeto privilegiado de um grande número de estudos acadêmicos de peso. Embora trabalhos de grande qualidade já tenham sido produzidos (utilizo alguns deles neste capítulo), a quantidade de obras parece ainda ficar a dever.

O trabalho mais amplamente consultado para a realização do presente capítulo foi *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*, de Lawrence F. Hill. Embora seu enfoque sejam as relações diplomáticas entre os dois países (conforme o título de seu livro menciona), Hill utiliza também material a respeito de questões comerciais e financeiras, conforme este possa cooperar para a melhor compreensão de questões diplomáticas. Ele baseia-se principalmente em fontes primárias (em grande quantidade) produzidas por seções diplomáticas norte-americanas, além de jornais, publicações oficiais dos dois países e algumas fontes secundárias.

Em alguns momentos a obra de Hill é bastante crítica para com os agentes norte-americanos no Brasil. De acordo com ele, isso é apenas resultado da análise das fontes, ou seja, Hill afirma que suas críticas apenas refletem os fatos. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* é um trabalho altamente descritivo e minucioso. Seu caráter é predominantemente narrativo, ainda que diversas análises estejam espalhadas ao longo do texto. Hill pauta suas afirmações em uma grande amostragem de fontes, deixando aparentemente pouco espaço para questionamentos.

Outros trabalhos consultados incluem *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)* de Moniz Bandeira. Este é também um trabalho bastante completo a respeito das relações diplomáticas entre Brasil e Estados

Unidos. Não será feito aqui uma resenha completa do livro, uma vez que Moniz Bandeira não oferece informações muito diferentes dos demais autores a serem citados. Cabe apenas ressaltar que a obra de Moniz Bandeira difere dos demais em suas conclusões, uma vez que apresenta um viés claramente economicista e nacionalista. Utilizei também *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*, de E. Bradford Burns, e *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*, de Roger W. Fontaine. Para aquilo que interessa à presente pesquisa, ambos se baseiam em grande parte em Lawrence Hill, além de fontes particulares a seus trabalhos individuais.

Uma característica em especial das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19 ressaltada ao longo do capítulo é seu caráter pouco amistoso, algo estranho ao atual estado de tradicional cooperação entre os dois países.

Em meados da década de 1960, ao publicar seu livro *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*, E. Bradford Burns caracterizou as relações entre Brasil e Estados Unidos como uma amizade íntima, ou ainda, um relacionamento “tradicional”. Porém, conforme ele próprio declara, a história das relações diplomáticas entre os dois países durante o século 19 falha em prover subsídios que comprovem esta amizade. Sem entrar em maiores detalhes de sua obra, pode-se dizer que Burns defende a idéia de que EUA e Brasil não eram grandes aliados durante o século 19.¹

Escrevendo menos de dez anos após Burns, Roger W. Fontaine também faz uma breve recapitulação das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos ao longo de cerca de 150 anos de história sem caracterizar como amistosas as relações entre os dois países no século 19.²

Burns e Fontaine não têm em seus livros o objetivo de escrever extensamente a respeito das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos no século 19. O primeiro dedica-se, sobretudo a demonstrar que a amizade “tradicional” entre Brasil e Estados Unidos deve ser datada principalmente a partir do final do século 19, com o advento da república no Brasil, especialmente como

¹ BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. New York and London: Columbia University Press, 1966. p. ix. Burns considera Lawrence Hill a principal referência a respeito das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos no séc. 19.

² FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. Stanford: AEI-Hoover Policy Studies, 1974. p. 8. Fontaine igualmente faz referência a Hill como obra de referência.

resultado da política externa do Barão do Rio Branco. O segundo procura apenas oferecer um panorama geral, ao qual seu estudo principal, as relações entre Estados Unidos e Brasil na década de 1970, possa se conectar.

Tanto Fontaine quanto Burns fazem referência a Lawrence Hill como a principal autoridade a respeito do assunto sobre o qual eles escrevem apenas brevemente. O livro de Hill cobre um vasto período, indo da independência do Brasil até bem próximo da época de sua publicação, na década de 1930, e igualmente qualifica como pouco amistosas as relações diplomáticas entre os dois países no período já mencionado.

De acordo com Lawrence F. Hill, as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19 foram marcadas pela posição relativamente periférica de ambos os países em relação um ao outro. Seu convívio variava entre a indiferença e alguns momentos de maior rivalidade, embora declarações reivindicando maior aproximação possam ser observadas em alguns momentos vindas de ambas as partes.¹ Os títulos de alguns dos capítulos da obra de Hill podem dar uma idéia das relações entre os países no período: “An Inauspicious Beginning”; “Some Improvement”; “Confusion and Misunderstanding” (nesta ordem).

Fontaine divide a história das relações EUA-Brasil em dois períodos: o primeiro, indo de 1808 até praticamente o final do século 19, no qual os dois países ocupavam posição relativamente periférica em relação um ao outro; e o segundo, indo do final do século 19 até o período em que o livro estava sendo escrito (e presumivelmente, até nossos dias), no qual houve um crescimento vertiginoso, porém assimétrico, do interesse mútuo dos dois países, com os EUA tornando-se prioridade da política externa brasileira.²

Durante o primeiro período, os Estados Unidos tinham como prioridades internacionais sua expansão continental rumo ao Oeste, a manutenção da coesão interna, ameaçada pelos conflitos norte-sul, e o isolacionismo em relação a problemas europeus. Já o Brasil havia emergido do período colonial com um grande território, cujas fronteiras procurou manter. Procurou também reforçar as relações com a Inglaterra, igualmente herdadas de Portugal. Estas prioridades,

¹ Faço aqui uma análise bastante ampla do livro de HILL, *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932.

² FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. p. 8.

segundo Fontaine, explicam a importância relativamente baixa dos dois países um em relação ao outro.¹ Fontaine destaca em primeiro lugar que, em comparação com outros países do Hemisfério Ocidental, as relações entre Estados Unidos e Brasil foram sempre relativamente amistosas. Reforçando este ponto, ele destaca os exemplos opostos de Estados Unidos e Argentina, e Brasil e Argentina.²

Burns destaca diversos aspectos positivos das relações entre os dois países no início do século 19: o Brasil foi o primeiro país latino americano a ter um diplomata norte-americano designado para seu território. Foi também o primeiro país a aprovar a Doutrina Monroe, propondo inclusive uma aliança entre os dois países, rejeitada pelos EUA. O Brasil teve ainda sua independência reconhecida em primeiro lugar pelos Estados Unidos. Em 1828 os dois países assinaram entre si um tratado de aliança, navegação e comércio.³ Segundo Burns, este início auspicioso não teve prosseguimento por culpa de uma série infeliz de diplomatas inaptos e sediciosos: Condly Raguet (1825-1828), Henry A. Wise (1844-1847) e General James Watson Webb (1861-1869). Estes enviados de Washington com seu comportamento por vezes rude e arrogante deram fim às relações amigáveis entre os dois países. Sua atuação poderia somente refletir de maneira negativa sobre o governo dos Estados Unidos. A pobreza geral da diplomacia norte-americana em relação ao Brasil durante o século 19 é constantemente observada ao longo do presente capítulo.

Outro problema recorrente nas relações entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19, este apontado por Fontaine, foram as dificuldades encontradas por ambos os países em fazer valer suas declarações de neutralidade em conflitos: houve ocasiões em que navios norte-americanos foram atacados por ingleses em águas brasileiras, assim como ocasiões em que navios uruguaios, em guerra contra o Brasil, foram reaparelhados em portos norte-americanos. Nestes casos, a análise aponta para a possibilidade de que faltava a ambos os países a força necessária para fazer cumprir a lei.⁴ Este é mais um tema de destaque nas próximas páginas.

¹ FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. pp. 8-9.

² FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. p. 8.

³ BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 58.

⁴ Fontaine remete aqui a análise de Lawrence Hill sobre o caso. FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. p. 12.

Outros episódios de destaque no período incluem os seguintes: a abolição do tráfico de escravos no Brasil e seu impacto sobre as relações entre os dois países;¹ a abertura de rios brasileiros ao comércio internacional² e o exílio de ex-confederados para o Brasil.³ As subdivisões deste capítulo são feitas em primeiro lugar de acordo com esses temas e secundariamente respeitando a cronologia dos eventos. O objetivo principal é escrever apenas a respeito de questões diplomáticas, sem incluir aqui o trabalho missionário no Brasil. Sempre que necessário chamo a atenção para eventos ou questões que serão abordadas novamente, com outro enfoque, quando os missionários presbiterianos voltarem a ser os protagonistas principais desta dissertação. Por último, cabe dizer que a natureza do presente capítulo é predominantemente narrativa, com o objetivo de tornar familiar o quadro diplomático no qual os missionários possivelmente se inseriram. A análise mais aprofundada dos eventos será realizada em outros capítulos dessa dissertação. Permeando o capítulo, nas entrelinhas, deve estar sempre a pergunta: teriam os missionários presbiterianos influenciado nas relações entre EUA e Brasil apontadas aqui, e de que maneira?

4.1

RELAÇÕES ENTRE EUA E BRASIL NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO

Na opinião de alguns historiadores, o início das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos pode ser identificado ainda no século 18. Dentro dessa perspectiva, o marco fundador das relações diplomáticas entre os dois países seria a Conjuração Mineira de 1789.

Essa perspectiva é defendida por historiadores que corroboram com a idéia, defendida por diversos pesquisadores, de que a Conjuração Mineira de 1789 teve por influência ou modelo a Independência dos Estados Unidos, ocorrida não muitos anos antes. Nesse sentido E. Burns destaca um episódio de 1786 em que José Joaquim da Maia, um estudante brasileiro na França, pediu a Thomas Jefferson que apoiasse o movimento de independência em Minas Gerais. Ele destaca ainda que a classe ilustrada do Brasil no final do século 18 tinha acesso a

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 110-145.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 214-238.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 239-258.

panfletos políticos norte-americanos, tais como o Federalista, ou a própria constituição norte-americana, traduzida para o português em 1789. De acordo com Burns, a derrota da Conjuração não apagou entre os brasileiros o interesse pelas idéias políticas norte-americanas.¹

Ao tratar sobre o mesmo episódio Moniz Bandeira não narra nada que difira do relato de Burns sobre o mesmo assunto. Apenas em suas conclusões surgem as diferenças. De acordo com Moniz Bandeira a recusa de Thomas Jefferson em oferecer ajuda ao movimento mineiro deveu-se ao fato de “a burguesia, realista, pragmática e fechada no seu egoísmo nacional, [ter] o interesse da liberdade dos povos (...) na razão direta do interesse do capital”.² Em outro momento Moniz Bandeira afirma que os Estados Unidos “representavam os interesses do capital mercantil e, desde que pudessem realizar bons negócios e auferir seus lucros, pouco se importavam com o sistema sob o qual vivesse o país”³, informação que claramente difere de tudo o que os demais autores apresentam sobre o desejo expresso por diferentes grupos e indivíduos norte-americanos de instituir a República no Brasil. De modo semelhante, Moniz Bandeira afirma ainda que “os brasileiros olhavam para os Estados Unidos como exemplo (...). Os líderes americanos (...) viam o Brasil (...) em termos de comércio”.⁴ Fica claro portanto que Moniz Bandeira parte de um viés economicista ao abordar as relações entre Brasil e Estados Unidos e este episódio em especial.

4.2

RELAÇÕES DOS EUA COM A CORTE PORTUGUESA NO BRASIL

Fontaine avalia que as relações entre Estados Unidos e Brasil durante o Império foram marcadas prioritariamente por aquilo que os Estados Unidos escolheram *não* fazer, e não por aquilo que efetivamente fizeram. A primeira ação relevante dos EUA em relação ao Brasil identificada por Fontaine e Hill é a acolhida de Dom João VI ao continente por Thomas Jefferson. Ao invés de

¹ Infelizmente Burns falha ao não dar imediatamente exemplos que comprovem esta afirmação.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 58.

² BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 17.

³ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. p. 19.

⁴ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. p. 19.

condenar o que poderia ser visto como uma revitalização da monarquia ou até mesmo permanecer calado, Jefferson escolheu estabelecer relações cordiais com a corte portuguesa no Rio. Enviou Henry Hill, um mercador, para ser cônsul no Rio de Janeiro, o primeiro diplomata norte-americano enviado para a América Latina. O presidente previa a formação de um Estado irmão, dentro de sua política pan-americana. Dom João respondeu a Thomas Jefferson com cordialidade, estendendo aos norte-americanos uma série de prerrogativas em solo brasileiro, entre as quais a liberdade de culto. Fontaine avalia que Jefferson escolheu não alienar o Brasil em função de seu regime, atitude que teria conseqüências pelos 65 anos seguintes.¹

Já James Monroe, prossegue Fontaine, escolheu não reconhecer a República Pernambucana de 1817, resistindo a fortes pressões para fazê-lo. Monroe permaneceu neutro em relação ao conflito, concedendo status de beligerantes aos pernambucanos (esta última atitude gerou protestos do Rio de Janeiro). Monroe também foi responsável por reconhecer a independência brasileira em 1822. O reconhecimento de uma monarquia independente no continente americano poderia ser entendido como uma contradição em sua doutrina, mas Monroe preferiu seguir os conselhos de seu gabinete – incluindo aí os conselhos de John Quincy Adams (Adams tinha forte esperança de que o Brasil eventualmente se tornasse uma república).² Assim como Burns, Fontaine destaca que o Brasil, por sua vez, foi o único país latino-americano a apoiar a Doutrina Monroe, e que José Rebello, representante em Washington, propôs uma aliança entre os dois países em caso de tentativas de recolonização.³

Hill prossegue a análise destacando que o Brasil herdou de Portugal relações privilegiadas com a Inglaterra, quadro que desde o princípio de suas relações diplomáticas com o país, os Estados Unidos procuraram reverter, buscando aumentar suas relações comerciais com o Brasil. A pressão diplomática atuaria em favor disso ao longo de todo o século 19.⁴ Fontaine dá especial atenção ao mesmo caso, corroborando com as observações de Hill. Ele destaca ainda que ao menos em alguns episódios a centralidade inglesa foi um problema para o

¹ FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. pp. 10-11; HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 3-4.

² FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. p. 11.

³ FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. p. 12.

⁴ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 5; pp. 105-109.

Brasil limitando ou até mesmo determinando suas escolhas. A intervenção inglesa dando origem ao Uruguai e a pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos no Brasil são citadas como exemplos disso.¹

James Madison, o sucessor de Jefferson não possuía um pan-americanismo tão ambicioso quanto seu antecessor, mas procurou manter-se próximo ao Brasil, buscando facilidades comerciais. Madison enviou ao Brasil Thomas Sumter Jr. para ocupar o cargo de ministro na corte portuguesa. Sumter não chegou ao Brasil rápido o suficiente para questionar os acordos feitos entre a corte portuguesa e a Inglaterra, que prejudicariam seriamente as pretensões comerciais dos Estados Unidos. Apesar disso, as exportações dos EUA para o Brasil experimentaram crescimento vertiginoso entre 1808 e 1811. Sumter limitou-se a informar seu governo sobre as movimentações portuguesas e espanholas na região do Prata.²

Thomas Sumter Jr. também pode ser lembrado como o inaugurador de uma série de gafes diplomáticas que marcariam muitos enviados dos Estados Unidos ao Brasil. Por decreto real, todos os transeuntes na corte deveriam descobrir suas cabeças e descer de seus cavalos diante da passagem de algum membro da família real. Sumter se recusou a cumprir com esta formalidade, um ato que Dom João preferia relevar, mas Carlota Joaquina não. A princesa mais de uma vez ordenou que o diplomata descesse de seu cavalo, ordem a que ele respondeu sacando suas pistolas e ameaçando de morte quem tentasse obrigá-lo a cumprir com a reverência. Sob protestos de sua esposa, Dom João optou por desobrigar ministros estrangeiros de tais formalidades. O próprio Sumter acabou perdoado pela princesa e os incidentes esquecidos.³ Outras gafes se seguiriam no futuro, como por exemplo, a falha dos Estados Unidos ao ser o único país a não parabenizar Dom Pedro II oficialmente por sua maioridade e subida efetiva ao trono, em 1841.⁴

Entre 1812 e 1822 as relações entre Estados Unidos e a corte portuguesa no Brasil caminharam para uma tensão cada vez maior. Entre as questões de maior dificuldade estavam o status de neutralidade em conflitos (o que, aliás,

¹ Deve ser lembrado que o papel inglês também teve importantes repercussões na inserção do protestantismo no Brasil. FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. pp. 9-10.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 6.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 7.

⁴ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 94; 96.

ocorreria em futuros episódios, de maneira recorrente¹). Portugal declarou-se neutro durante a Guerra de 1812, entre Estados Unidos e Inglaterra. A Revolução Pernambucana de 1817 teve efeito semelhante, com os Estados Unidos declarando-se neutros. Em ambos os casos, a neutralidade dos países significava ao menos em parte complacência com navios beligerantes que utilizavam seus portos ou realizavam ataques em seus mares.² Hill considera que as dificuldades oriundas da Revolução Pernambucana aproximaram perigosamente os dois países de uma hostilidade real.³

4.3

RELAÇÕES DOS EUA COM O BRASIL NOS PRIMEIROS ANOS APÓS A INDEPENDÊNCIA DESTA

O título do segundo capítulo do livro de Hill, “An Inauspicious Beginning”, diz muito sobre a passagem das relações EUA-Portugal para EUA-Brasil. Embora os Estados Unidos, sob o gabinete de James Monroe, tenham decidido reconhecer a independência do Brasil – sendo inclusive o primeiro país a fazê-lo – as tensões herdadas pelo Brasil das relações entre EUA e Portugal não desapareceram imediatamente. Os membros do Partido Português, por exemplo, questionavam a validade do reconhecimento vindo de uma república, principalmente uma república sem importância como os Estados Unidos.⁴ Essa diferença de regimes ainda foi alvo de discussão e afastamento entre os dois países em diversas outras ocasiões.⁵

Durante o novo estado de coisas, a diplomacia dos Estados Unidos permaneceu voltada para a eventual substituição da Inglaterra nas relações externas brasileiras,⁶ condição que os EUA continuaram perseguindo ao longo do século.⁷ Já o Brasil teve sua atenção voltada principalmente para questões com seus vizinhos na região do Prata.⁸

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 65-68.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 10-25.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 25.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 30.

⁵ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 91-93; 96; p. 100.

⁶ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 33.

⁷ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 86; pp. 90-91.

⁸ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 33-34.

Condy Raguet, sucessor de Thomas Sumter Jr., e outros oficiais norte-americanos em serviço no Brasil, reclamavam a respeito das condições da alfândega brasileira, prejudiciais para as pretensões comerciais norte-americanas com o Brasil.¹ Protestos ainda mais veementes eram feitos a respeito das condições de vida dos marinheiros norte-americanos em serviço em terras brasileiras.²

Outro caso de dificuldade, este apontado também por Fontaine, ocorreu durante a guerra entre Brasil e Argentina, na década de 1820, com o bloqueio do Prata por navios brasileiros. O bloqueio brasileiro regularmente barrou e investigou navios norte-americanos, prendendo seus marinheiros. O caso gerou inúmeros protestos e só foi resolvido com intervenção direta do imperador.³ As declarações de Raguet ao governo brasileiro diante de tal situação criaram uma situação tensa em meados de 1826. Dirigindo-se ao ministro brasileiro de relações exteriores, Raguet declarou que caso o Brasil desejasse evitar uma guerra contra os Estados Unidos, deveria respeitar os direitos de navegação de navios e marinheiros norte-americanos para a região do Prata, ainda em tensão com o Brasil.⁴ Com o passar dos meses, Raguet tornou-se cada vez mais insatisfeito com com os brasileiros, a quem considerava pessoas incivilizadas.⁵

John Quincy Adams, então presidente dos EUA, aprovou o zelo do diplomata em defender os interesses norte-americanos, mas reprovou sua maneira pouco diplomática de lidar com os brasileiros, uma vez que nenhuma nação auto-proclamada cristã e civilizada poderia escutar pacientemente ser chamada de incivilizada. Raguet foi destituído de seu cargo, e chamado de volta aos EUA. Adams fez ainda uma avaliação bastante negativa da atuação deste diplomata no Brasil. Em uma avaliação geral da permanência de Raguet no Brasil, Hill considera que os interesses ingleses foram beneficiados pela má atuação norte-americana.⁶

No capítulo “Some Improvement” Hill descreve um breve período de melhorias durante a atuação de William Tudor (1827-1830) como Chargé

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 39-40.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 41. Marinheiros norte-americanos tiveram ainda outras dificuldades em território brasileiro. Ver p. 84

³ Mais uma vez Fontaine remete a Lawrence Hill. FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. pp. 12-13.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 43.

⁵ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 47.

⁶ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 53-56.

d'Affaires no Rio de Janeiro. Tudor conseguiu desfazer algumas incorreções de seus antecessores, e surpreendentemente obter privilégios em relação à França e Inglaterra ao lidar com autoridades brasileiras. Ele conseguiu ainda melhorar as condições comerciais a favor dos EUA, recebendo aprovação imaculada de John Quincy Adams.¹ Ainda assim, suas ações não eram suficientes para modificar o fato de que os EUA eram uma república jovem buscando espaço entre antigas monarquias, às quais o Brasil tendia a dedicar maior atenção.² Desejoso de aposentar-se para cuidar de problemas de saúde, ele foi requisitado a permanecer no cargo por Andrew Jackson, sucessor de Adams. Neste período Tudor lidou com a usurpação do trono português por Dom Miguel. Ele aconselhou a seu governo que não reconhecesse o governo de Miguel, atitude que a seu ver prejudicaria as relações com o Brasil. Suas recomendações foram ignoradas, e como resultado a posição dos Estados Unidos recebeu a desaprovação de Dom Pedro I. As relações entre Brasil e Estados Unidos sofreram por vários anos com os resultados.³

O capítulo seguinte de Hill, “Confusion and Misunderstanding”, retoma a partir do título, as relações “tradicionais” do período. O período regencial, entre a abdicação de Dom Pedro I e a ascensão definitiva de Dom Pedro II ao trono, foi marcado no Brasil por uma política externa mais oportunista do que planejada, reflexo do estado de quase anarquia reinante no Brasil.⁴ A atuação de Tudor foi ao ao ver de Hill um mero interregno. Após seu falecimento (1830) até o início da Guerra Civil Americana (1861), quase nada digno de nota ocorreu nas relações entre os dois países. É interessante notar que Hill considera o período de menos de dois anos de atuação de Tudor como sendo o mais satisfatório nas relações entre Brasil e Estados Unidos em todo o século 19.⁵

4.4

TEMAS RELEVANTES NAS RELAÇÕES ENTRE EUA E BRASIL DURANTE O SÉCULO 19

4.4.1

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 70-71.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 63-64.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 71-73.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 77.

⁵ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 73.

EUA E TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL

É interessante notar também que Hill considera o tráfico de escravos como o tema mais importante das relações entre Brasil e Estados Unidos e Brasil durante o século 19.¹ Ele destaca que em sua campanha internacional contra o tráfico, a Inglaterra recebeu oficialmente ajuda dos Estados Unidos e da França. No entanto as evidências colhidas demonstram que contraditoriamente não haveria tráfico de escravos para o Brasil sem a participação maciça de norte-americanos no processo.² Quanto à ação oficial dos EUA, Hill a considera irrisória, um compromisso não colocado em prática.³

Hill relata de maneira altamente detalhada a forma como navios com a bandeira norte-americana eram utilizados para burlar as barreiras contra o tráfico de escravos (na lei, irrepreensíveis, mas na prática não muito fortes).⁴ Henry A. Wise, ministro americano no Brasil (1844-1847) e David Tod, seu sucessor (1847-1851), demonstram revolta contra a participação direta de cidadãos norte-americanos no tráfico de escravos para o Brasil, enquanto esta prática era proibida nos EUA.⁵ A julgar pela narrativa de Hill, pode-se supor que boa parte da população norte-americana no Rio de Janeiro era composta por pessoas de conduta duvidosa. Conforme será observado em momento oportuno, a convivência de missionários com cidadãos norte-americanos no Rio de Janeiro nem sempre foi amistosa.

Embora seja quase sempre crítico dos diplomatas norte-americanos no Brasil, Hill os defende e absolve na questão do tráfico de escravos. A seu ver, estes diplomatas não podem ser responsabilizados pela participação de norte-americanos no tráfico. George H. Proffit (1843-1844), Henry A. Wise (1844-1847), David Tod (1847-1851) e Robert C. Schenck (1851-1853), ministros durante o período de violações mais flagrantes, forneceram a seus superiores grande volume de informação a respeito desta atividade ilegal. Wise chegou a ir além de suas prerrogativas ao combater o tráfico, o que lhe valeu severa

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 110.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 121-122; p. 130.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 136.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 121-127.

⁵ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 127-129; p. 135; pp. 140-141.

repreensão por seus superiores.¹ Martin Van Buren, John Tyler e Zachary Taylor, presidentes no mesmo período, usaram sua influência e através de suas comunicações presidenciais lutaram para combater o tráfico. Hill liga a falha norte-americana em combater o tráfico a outros fatores: não aplicação das leis existentes referentes ao tráfico e descompromisso em aplicar estas mesmas leis. A seu ver, Secretários de Estado, o poder executivo de modo geral e o Congresso falharam em agir para combater o tráfico. O mesmo pode ser visto em relação ao poder judiciário.²

A razão por trás da conivência ou falta de ação das autoridades norte-americanas explica-se em primeiro lugar pelo fator distância. O Brasil era encarado como uma terra remota, onde a aplicação da lei dependeria de um envolvimento direto na fonte, o que não acontecia.³ Em segundo lugar, este envolvimento não era desejado em função das disputas dos Estados Unidos com a Inglaterra visando à predominância sobre a América do Sul. O combate ao tráfico era um programa predominantemente britânico, que parecia aumentar o prestígio e poder da Inglaterra no Hemisfério Ocidental. As autoridades norte-americanas não desejavam cooperar com esse quadro.⁴

4.4.2

ESTABELECIMENTO DE LINHAS DE NAVIOS A VAPOR ENTRE BRASIL E EUA

As controvérsias em torno do estabelecimento de linhas de navios a vapor ligando Brasil e Estados Unidos constituíram-se em um dos temas de maior destaque nas relações entre EUA e Brasil durante o século 19. Propostas rivais partindo de personagens como James Watson Webb, diplomata em serviço no Brasil, e Thomas Rainey, empresário, disputaram as atenções de brasileiros e norte-americanos em longas e penosas disputas pelo favor dos governos de ambos países. De grande importância para a presente dissertação é notar o intenso envolvimento do missionário presbiteriano James Cooley Fletcher neste processo,

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 139-140.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 135-138.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 140.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 143-144.

conforme será analisado em momento oportuno. Nesse momento será focalizado o processo de estabelecimento da linha de vapores destacando-se o papel de Webb.

A proposta de Webb possuía dois argumentos a seu favor, um político e um comercial. O argumento político trazia à tona um apelo primordial: o antigo plano pan-americano de aproximação não só entre Brasil e Estados Unidos, mas de todos os países americanos em oposição ao velho continente, e especialmente à Inglaterra. Este argumento tirava vantagem do mal estar entre Brasil e Inglaterra surgido em meados do século. Hill destaca, no entanto que este aspecto de união política possuía invariavelmente uma natureza mais ideológica do que prática. O caso de Webb não foge a regra.¹

O segundo argumento a favor da linha de vapores era de natureza comercial, e possuía mais apelo, ao menos entre os norte-americanos. Os ingleses já possuíam uma linha de navios a vapor ligando-os ao Brasil, o que havia produzido efeitos catastróficos para o comércio entre Brasil e Estados Unidos. Para os EUA era imperativo recuperar-se deste golpe.

Webb apresentou sua proposta para estabelecimento de uma linha de vapores na qual seu filho, Robert S. Webb, seria o concessionário – embora na forma original, o próprio general fosse apresentado como tal. Estes detalhes não eram conhecidos pela administração de Lincoln. Temendo oposição do Congresso, o general procurou aliados políticos que favorecessem seu projeto, entre os quais destaca-se William H. Seward, secretário de Estado dos EUA, sobre o qual ele depositou grande confiança. Em sua correspondência com seus aliados Webb esclarece seu desejo – a seu ver legítimo - de lucrar com o projeto.²

Infelizmente para o general, seu esquema não funcionou como planejado. Por alguma razão Seward decidiu expor os planos de Webb a Lincoln. O presidente, que até aquele momento havia se mostrado favorável ao projeto, recusou-se a submeter a proposta de Webb ao Congresso. A expectativa do general em lucrar com o projeto foi considerada ilegítima e indefensável.³

Incrivelmente Webb não desistiu de suas pretensões comerciais diante do primeiro revés. Escreveu a Seward, lembrando-lhe da ajuda muitas vezes prestada pelo general para beneficiar politicamente seus amigos. Ofereceu a “Willie”, filho

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 163.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 165-166.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 166-167.

de Seward, uma das agências da linha de vapores a ser estabelecida, com um generoso salário. Webb declarou ainda que em última instância ficaria satisfeito com uma compensação menor com a linha, empregando seu filho em um cargo secundário.

Lincoln mais uma vez recusou a proposta do general. Para piorar, a demora em enviar a proposta ao congresso norte-americano levou o governo brasileiro a um sentimento de desconfiança, e eventualmente a voltar atrás em seu apoio inicial à linha de vapores. A abertura de uma linha de navios a vapor teve que esperar até que uma nova proposta fosse levada ao congresso dos Estados Unidos e ao Senado brasileiro.¹

Diante das novas circunstâncias, Webb buscou mais seus interesses pessoais do que o aprimoramento das relações entre Estados Unidos e Brasil. Insatisfeito com a derrota de sua proposta, o general procurou desacreditar junto ao senado brasileiro a proposta adversária, já aprovada pelo congresso norte-americano. Com a proposta rival recusada pelo Senado do Brasil, ele apresentou uma nova proposta, mais uma vez com seu filho Robert como agente. A nova proposta não encontrou melhor recepção do que a antiga. Com grande relutância ele consentiu, considerando que seu país era de fato ingrato por seu grande serviço.²

Em 1865, ano da conclusão da Guerra Civil nos EUA, um novo projeto de linha de vapores foi aprovado pelos dois países e entrou em operação. Este feito eventualmente facilitou as comunicações entre os países, e diminuiu sua dependência para com a Europa. Ainda que relativamente pequeno, foi um primeiro passo para o fim do monopólio comercial europeu sobre o Brasil.³

4.4.3

EFEITOS DA GUERRA DE SECESSÃO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE EUA E BRASIL

Dentre as diversas situações de crise vivenciadas pelos dois países Burns parece ter sua atenção voltada principalmente para as complicações geradas pela Guerra Civil Americana, uma vez que outros importantes momentos citados por

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 168-169.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 169-170.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 170-171.

Hill, por exemplo, são deixados de lado por ele. Em relação a este caso especificamente, Burns avalia que o *status* de beligerantes cedido pelo Brasil aos Estados Confederados e o uso de portos brasileiros para reparo de navios de guerra tidos como rebeldes por Washington azedaram as relações entre os dois países por muitos anos.¹ Hill faz uma avaliação semelhante, destacando, no entanto que a atitude brasileira deveu-se mais à impossibilidade de fazer valer seu status de neutralidade do que a uma ação propositada.²

Fontaine destaca que a atitude de neutralidade brasileira foi exatamente a mesma dos EUA em relação à Revolução Pernambucana de 1817. Para piorar, o General James Watson Webb agiu desastrosamente durante a guerra, afastando ainda mais os dois países. Assim como Burns e Hill, Fontaine avalia que as relações entre Brasil e Estados Unidos permaneceram abaladas mesmo muitos anos após o conflito.³ Na sua avaliação, a Guerra Civil Americana constituiu-se em um problema muito mais sério do que os conflitos brasileiros anteriores.⁴

Hill destaca ainda que com a proximidade do final do conflito, o Brasil refutou seu decreto de neutralidade de 1861 e se colocou ao lado dos nortistas (uma tentativa de aproximação com Washington, seria possível dizer). No entanto, esta atitude tardia não impediu os danos do conflito nos anos seguintes.⁵

4.4.4

EFEITOS DA GUERRA DO PARAGUAI SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ESTADOS UNIDOS E BRASIL

Hill dedica o sétimo dos onze capítulos de seu livro para descrever e analisar as repercussões da Guerra do Paraguai sobre as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. O conflito envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ocorreu durante a segunda metade da missão do General Webb no Rio de Janeiro, e envolveu os Estados Unidos em diferentes momentos.⁶

¹ Infelizmente, mais uma vez, Burns não entra em maiores detalhes. Não é possível saber o que ele entende por resultados bons e ruins da imigração de confederados para o Brasil. BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 59.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 152-153.

³ FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. p. 13.

⁴ Fontaine e Burns parecem estar de pleno acordo nesta avaliação.

⁵ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 158-159.

⁶ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 177.

Assim como outros historiadores, Hill destaca que os aliados do Brasil não tinham a força necessária para fazer frente ao Paraguai. Esta foi uma guerra em que o Brasil – embora não fosse uma potência militar - esteve basicamente por conta própria contra o exército inimigo. As conseqüências e os custos da Guerra do Paraguai são difíceis de calcular, porém Hill destaca alguns pontos relevantes para as relações internacionais entre os países sul americanos decorrentes desse conflito: a abertura dos rios do Prata para navegação internacional e a redução da rivalidade entre Brasil e Argentina.¹

Tratando sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos, ele destaca diferentes efeitos da guerra. Destaca, por exemplo, que era desejo de Webb agir como mediador entre os países em conflito, mesmo que não solicitado pelos beligerantes ou pelos Estados Unidos. O governo em Washington, no entanto, instruiu o general a não oferecer uma mediação não solicitada, embora os Estados Unidos se mostrassem dispostos a intervir no caso de tal solicitação se efetivar. Eventualmente, no entanto, a oferta de mediação foi feita em 1867. Enquanto o Paraguai a aceitou, o Brasil, representado pelo então Marquês de Caxias, declinou a oferta. Caxias informou que era o objetivo dos brasileiros a eliminação completa do ditador Francisco Solano López e de seu regime. Webb foi perspicaz o bastante para compreender a razão por trás da oposição à mediação: a paz sem a vitória completa significaria um golpe mortal para Dom Pedro II e a monarquia.²

Do lado paraguaio, Charles A. Washburn, ministro norte-americano no Paraguai, passou por grandes dificuldades nas mãos do regime de López. Sem entrar em muitos detalhes aqui, pode-se dizer que López e Washburn bateram de frente diversas vezes, com o ditador paraguaio chegando a acusar o ministro norte-americano de chefiar um complô contra sua vida, auxiliado nisto por James Webb. Washburn se declarou inocente diante de tal acusação. Hill prefere não ser categórico em relação a esta questão ao julgar os dois lados. Norte-americanos residentes nas áreas de conflito tiveram prejuízos em função da guerra, situação que levou Webb a pressionar o governo brasileiro em busca de compensações.³

Concluindo sua análise a respeito da Guerra do Paraguai Hill destaca que este foi um episódio no qual mais uma vez a diplomacia dos dois nova-iorquinos,

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 183-186.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 195-196.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 197-206.

Webb e Seward, mostrou algumas de suas características marcantes. Durante o período crítico da Guerra Civil norte-americana, Webb, seguindo instruções de Washington, evitou pressionar o governo brasileiro com reclamações de seus conterrâneos. Durante tal crise, correr o risco de ofender e afastar nações amigas não parecia ser uma atitude sábia. Porém, quando o Brasil encontrava-se em uma crise semelhante, o mesmo ministro – e mais uma vez seguindo instruções – pressionou assiduamente o Brasil pelo acerto de reivindicações. Nas palavras de Hill “esta era a ética da diplomacia norte-americana sob controle dos dois novi-iorquinos”.¹ Por algumas décadas os brasileiros ainda se lembrariam do período de oito anos em que Webb esteve encarregado de representar seu país no Brasil, período que abalou seriamente o prestígio dos Estados Unidos.²

Conforme será analisado em outro capítulo, a Guerra do Paraguai foi mais um episódio a chamar a atenção de missionários presbiterianos no Brasil, especialmente James C. Fletcher.

4.4.5

ABERTURA DO AMAZONAS AO COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO INTERNACIONAIS

Conforme já foi colocado, Roger Fontaine atribui grande importância para os efeitos da Guerra Civil Americana sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos. Porém, mais importante do que este conflito em sua avaliação foi o início das controvérsias entre Brasil e Estados Unidos em torno do rio Amazonas. De acordo com Hill, os debates envolvendo a abertura dos rios brasileiros – sobretudo os rios na Bacia do Prata e do Amazonas – à navegação e ao comércio internacionais foram um dos últimos temas a ocupar a pauta das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos antes da república. Hill destaca ainda os interesses comerciais norte-americanos envolvidos no processo.³

De acordo com Fontaine e Hill, os interesses populares e governamentais norte-americanos no Amazonas foram em grande parte resultado dos esforços incansáveis de Matthew Fontaine Maury em promover a abertura do rio. O tenente Maury começou a divulgar suas idéias sobretudo a partir do final de 1851

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 207.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 213.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 214-218.

(mesmo ano em que o missionário James Cooley Fletcher chegaria ao Brasil). Sua sugestão era de que a abertura do Amazonas redundaria em progresso para a região de Nova Orleans, para o Sul dos Estados Unidos e por fim para todo o país. Segundo Maury, as correntes faziam do Amazonas nada mais do que uma continuação do Mississipi, e abrir o rio sul-americano teria sobre os Estados Unidos o mesmo impacto da compra da Louisiana (propostas do general Webb a respeito da compra da Guiana Francesa, realizadas entre 1865 e 1869, parecem ecoar parcialmente os argumentos de Maury).¹

O reconhecimento de Maury e a valorização de suas idéias em nível regional, no Sul dos Estados Unidos, garantiram-lhe o apoio necessário para que levasse seus projetos ao Congresso norte-americano. Ao descrever suas idéias aos congressistas, Maury imaginou a Bacia do Amazonas ocupada por mais de seiscentos milhões de pessoas. Ele preparou um relatório para a Câmara dos Representantes, que no início de 1854 o remeteu para seu comitê de relações externas.²

De acordo com Hill, as idéias do tenente Maury também tiveram influência sobre o poder executivo dos Estados Unidos. Ainda em 1850, John M. Clayton, Secretário de Estado, levou ao secretário da Marinha norte-americana planos de abertura do Amazonas que claramente ecoavam as teses de Maury. Clayton solicitou que a Marinha enviasse uma expedição para explorar o Amazonas e seus afluentes.³ O resultado da solicitação de Clayton foi uma expedição a partir dos Andes, realizada em 1851 e liderada pelos tenentes William L. Herndon e Lardner Gibbon. O objetivo da exploração seria observar a viabilidade de comunicação marítima entre Estados Unidos e Amazonas.⁴

No início de 1853, o relatório da expedição, escrito pelo tenente Herndon, foi submetido ao Congresso pelo presidente Millard Fillmore. O relatório foi publicado e teve ampla circulação nos Estados Unidos, exercendo uma importante – embora indireta - influência na abertura do Amazonas. Hill observa que logo após a publicação do relatório o comércio entre Estados Unidos e Brasil através

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 218-220.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 220-221.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 221.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 221-222.

do porto do Pará teve um grande salto, quase dobrando de valor. Enquanto esses eventos se desenrolavam, Maury mantinha sua propaganda pela abertura do rio.¹

Hill informa que a diplomacia norte-americana, encabeçada pelo Departamento de Estado, teve um início auspicioso em sua empreitada em favor da abertura do rio, fechando acordos com Peru em favor da navegação e do estabelecimento de linhas de navios a vapor norte-americanas através do rio, em águas peruanas. Infelizmente, segundo Hill, esse início auspicioso não teve prosseguimento, uma vez que o governo brasileiro, suspeitando das táticas norte-americanas, decidiu bloquear seus planos. Assim que a expedição de Herndon tornou-se conhecida no Rio de Janeiro, representantes brasileiros foram enviados ao Peru, Bolívia, Equador, Nova Granada e Venezuela para negociar tratados que excluíssem os Estados Unidos da navegação do Amazonas. O resultado disto foi uma série de novos acordos assinados ora entre Brasil e Peru, ora entre Peru e Estados Unidos, que faziam oscilar o nível de sucesso dos planos norte-americanos e brasileiros.²

Eventualmente os norte-americanos concluíram que a abertura do Amazonas ao comércio internacional dependia fundamentalmente de um acordo com o Brasil, possuidor da foz do rio e da maior parte de seu percurso. As negociações com o Brasil pela abertura do rio tiveram início em Abril de 1853. Carvalho Moreira, ministro brasileiro em Washington, fez uma consulta a William Learned Marcy, o Secretário de Estado na ocasião, concernente a rumores de expedições norte-americanas no Amazonas. Moreira claramente se baseava em relatos de jornais, e não em conhecimento direto. Marcy procurou tranquilizá-lo, argumentando que embora seu país não pudesse monitorar a movimentação de todos os seus navios, não haveria violação dos direitos brasileiros com consenso de Washington.³

Os argumentos de Marcy não tranquilizaram o ministro brasileiro. Novos rumores em jornais, em agosto do mesmo ano, o levaram de novo ao gabinete do Secretário de Estado. Os rumores davam conta de preparações para uma entrada forçada de navios norte-americanos no Amazonas. Marcy mais uma vez procurou tranquilizar Moreira, argumentando que seu país jamais aprovaria uma expedição

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 222.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 223-225.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 226.

de caráter hostil contra o Brasil. Em novembro, Moreira voltou a procurar o Secretário de Estado norte-americano, mais uma vez motivado por notícias em jornais. Marcy lhe respondeu reafirmando os argumentos anteriores, e ao mesmo tempo lembrou ao brasileiro que as convicções dos cidadãos dos Estados Unidos deveriam ser julgadas a partir de suas ações públicas, e não rumores de jornais.¹

Hill argumenta que as suspeitas aparentemente exageradas de Moreira tinham sua razão de ser. O clima geral nos Estados Unidos da década de 1850 era de grande excitação após a derrota do México e a conquista de grande parte de seu território. Havia grande expectativa pela conquista de novos territórios. William Trousdale, o novo ministro norte-americano no Brasil (1853-1857), chegou ao seu posto com as instruções explícitas de que seu objetivo mais importante seria assegurar aos cidadãos dos Estados Unidos o uso do rio Amazonas. Suas instruções esclareciam que havia grandes interesses comerciais de cidadãos norte-americanos com repúblicas situadas no alto Amazonas, interesses impossibilitados de serem efetivados em função da postura brasileira, egoísta e injustificável, de fechar o acesso.²

As instruções de Trousdale prosseguiam fornecendo os argumentos necessários para a negociação. A base legal a ser utilizada era retirada de *Elements of International Law*, de Henry Wheaton (1785–1848).³ O argumento básico era de que, uma vez que o Brasil não era o único detentor do território englobando o rio Amazonas, não poderia impedir a passagem de navios endereçados ao comércio com outros países alcançáveis pelas águas do rio. Com este argumento Trousdale deveria reclamar o direito dos Estados Unidos de realizar comércio com Equador, Peru, Bolívia, Nova Granada e Venezuela através do Amazonas. Um argumento adicional era o uso deste princípio pelas nações soberanas do Congresso de Viena de 1815.⁴

Os argumentos de Trousdale não receberam uma resposta imediata. A questão foi protelada por cerca de um ano. Autoridades brasileiras se recusavam a classificar o Amazonas dentro das categorias sugeridas pelas fontes teóricas

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 228-229.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 229.

³ Henry Wheaton foi um jurista e diplomata. Em sua carreira diplomática foi *chargé d'affaires* na Dinamarca (1827-1835) e na Prússia (1835-1846). *Elements of International Law* (1836) foi seu principal trabalho. O livro teve várias edições e foi traduzido para diversos idiomas, tornando-se uma referência em Direito Internacional durante o século 19.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 230.

defendidas pelo governo dos Estados Unidos. O ministro ainda tentou reabrir o debate sobre a questão do Amazonas na segunda metade de 1855, mas ao final de sua missão no Brasil estava convencido de que os brasileiros eram por demais sensíveis ao assunto, e assim, qualquer esperança deveria ser abandonada, ao menos por então. Seu sucessor Richard Kidder Meade (em serviço no Brasil entre 1857-1861) ainda em 1857 chegou à mesma conclusão.¹

A questão de abertura do Amazonas ao comércio internacional permaneceu abandonada durante toda a missão de Meade. Hill atesta que a Guerra de Secessão (1861-1865) e outros eventos adiaram ainda mais a discussão do assunto. Ele considera ainda que o adiamento pode ter sido benéfico, uma vez que um maior tempo foi oferecido para a mudança de sentimentos entre os brasileiros. Embora ele considere que os detalhes desta mudança de disposição brasileira – de oposição quase unânime para vigorosa aprovação – esteja fora do escopo de seu trabalho, detalhes de grande importância para a presente dissertação são fornecidos. Para começar, Hill atribui a mudança de sentimentos entre os brasileiros principalmente ao trabalho de Tavares Bastos,² importante defensor dos protestantes (especialmente presbiterianos) no Brasil.

Tavares Bastos já defendia a abertura do Amazonas em 1853, quando as notícias a respeito do tenente Maury e suas idéias começaram a ser conhecidas pelo público brasileiro. Naquele momento as opiniões de Bastos divergiam radicalmente da maioria dos brasileiros. Era a opinião de Bastos que a abertura do Amazonas seria a única maneira de favorecer a exploração das riquezas naturais da região. Porém, somente após quase uma década suas idéias começaram a render fruto, quando no início dos anos de 1860 alguns políticos brasileiros começaram a apoiá-lo. Sua defesa da abertura do Amazonas tornou-se conhecida nos Estados Unidos através do *Journal of Commerce*, de Nova Iorque. Mais importante foram suas *Cartas do Solitário*, publicadas no *Correio Mercantil*, através das quais procurou mover a opinião pública tornando-a favorável à abertura.³

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 231-234.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 235.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 235-236. Maiores detalhes sobre a relação entre Tavares Bastos e os presbiterianos serão fornecidos quando James Cooley Fletcher (principalmente) e os demais missionários (em sua relação com autoridades brasileiras e norte-americanas) forem abordados de maneira mais direta.

Em 1866, quando os debates entre Bastos e políticos contrários à abertura encontravam-se em seu ápice, um “incidente fortuito”, conforme Hill o chama, modificou o rumo das discussões, favorecendo a abertura. Este incidente foi a expedição do professor Louis F. Agassiz, de Harvard, ao Amazonas.¹ O próprio Dom Pedro II ofereceu apoio formal e ajuda efetiva à expedição. Às vésperas de sua partida para o Amazonas, no Rio de Janeiro, Agassiz defendeu a abertura do rio. Importantes brasileiros, entre eles o Marquês de Olinda, ministro do Império na ocasião, não apenas concordaram com Agassiz como tornaram-se defensores da abertura.² Em 7 de Dezembro de 1866, apenas cinco meses após a partida de Agassiz, era determinada legalmente a abertura do Amazonas ao comércio, que se efetivaria no ano seguinte.

Em resumo, as agitações iniciadas pelo tenente Maury, a expedição de Gibbon e Herndon, a diligência dos ministros norte-americanos no Rio de Janeiro, a perseverança de políticos brasileiros liberais – sobretudo Tavares Bastos – e a expedição de Agassiz (também o tempo, segundo Hill coloca) cooperaram para a abertura do Amazonas.³

Fontaine avalia que a questão da abertura do Amazonas, no entanto permaneceu extremamente sensível por cerca de meio século. Segundo ele, a inviolabilidade do Amazonas tornou-se uma idéia fixa entre os brasileiros.⁴ Fontaine parece demonstrar algum ressentimento pelos desdobramentos negativos dessa questão, mas não fica claro se ele culpa Maury ou os brasileiros por isso. Conforme será analisado em momento apropriado, Fletcher teve muito que dizer sobre este assunto.

4.4.6

EXÍLIO DE CONFEDERADOS PARA O BRASIL

O exílio de veteranos confederados no Brasil é um dos últimos episódios abordados por Lawrence Hill antes do advento da república no Brasil. Hill

¹ Agassiz era filho de um pastor protestante e sua esposa filha de um pastor calvinista (Ver RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 9). Conforme será visto ao longo deste estudo, contribuiu decisivamente com o processo de aproximação entre EUA e Brasil patrocinado por alguns missionários em algumas esferas.

² HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 236-237. Mais uma vez, a participação de Fletcher demonstrou-se essencial, conforme será analisado mais adiante.

³ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 237-238.

⁴ FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. pp. 13-14.

estabelece um importante gancho entre este episódio e a abertura do Amazonas: o primeiro sinal de interesse de sulistas norte-americanos pelo Brasil se deu com a propaganda do tenente Maury a favor da abertura do Amazonas. No entanto que este interesse tornou-se bem menos popular, até os anos que se seguiram à Guerra Civil Americana. Já Burns vê a imigração de veteranos confederados para o Brasil simplesmente como um desdobramento da Guerra Civil. Ele considera que esta imigração tanto ajudou como atrapalhou as relações entre os dois países.¹

De fato o exílio dos confederados parece ter intensificado os contatos entre brasileiros e norte-americanos, sem cooperar, no entanto, de maneira decisivamente positiva ou negativa nesse processo. Por um lado, podia-se observar no Brasil a presença de um grande grupo, formado especialmente por liberais, ansioso pela vinda dos sulistas. Por outro lado, a perspectiva da presença de um grande número de norte-americanos no Brasil preocupava parte dos brasileiros. Esperava-se que os sulistas, bem educados e conscientes de seus direitos políticos, certamente trariam conseqüências muito mais sérias para o Brasil do que os rústicos camponeses alemães recebidos em tempos anteriores.²

De acordo com Hill, após a derrota dos Estados Confederados cerca de 8 a 10 mil ex-combatentes sulistas exilaram-se em diversos países da América Latina. Sua principal motivação era o desconforto com a derrota e com os valores defendidos pelos “novos” Estados Unidos. Um pequeno número de veteranos buscou o exílio apressadamente, logo após o término do conflito, mas a grande maioria agiu com maior cautela, criando companhias ou sociedades de imigração encarregadas de realizar os ajustes necessários para a mudança.³

No caso brasileiro, os encarregados pela imigração confederada receberam boas vindas entusiásticas da parte de autoridades e setores da sociedade civil. As autoridades civis brasileiras concordaram em fornecer importantes facilidades aos imigrantes, incluindo cessões de terra e empréstimos em dinheiro. O interesse em imigrantes era suficiente para que o governo brasileiro enviasse aos Estados Unidos seus próprios agentes de imigração, encarregados de angariar o maior

¹ Infelizmente, mais uma vez, Burns não entra em maiores detalhes. Não é possível saber o que ele entende por resultados bons e ruins da imigração de confederados para o Brasil. BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 59.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 216-217.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 239.

número possível de descontentes que desejassem um novo começo.¹ Havia especialmente uma grande expectativa de que ex-combatentes da Guerra de Secessão pudessem prestar ajuda na Guerra do Paraguai. Esta esperança foi frustrada ao longo dos anos, uma vez que os veteranos norte-americanos não demonstraram qualquer interesse em participar de um novo conflito.²

Qualquer que tenha sido o número de imigrantes é certo que este foi muito inferior às expectativas de ambos os lados. Os sulistas em lugar de se distribuírem uniformemente pelo território brasileiro preferiam a concentração em algumas colônias.³ Destas Hill analisa algumas de maior importância: Santarém, Rio Doce, Ribeira e Santa Bárbara.

Da colônia de Santarém, fundada pelo major Lansford Warren Hastings, próxima a Belém vieram notícias díspares ou mesmo contraditórias a respeito de seu sucesso. Houve grande número de insatisfeitos, assim como de entusiásticos. De acordo com Hill, imigrantes com a expectativa de encontrarem somente facilidades logo se desiludiram e retornaram para seus lares nos EUA. Porém, aqueles com melhores recursos e mais dispostos a enfrentar as dificuldades iniciais logo se adaptaram e chegaram a prosperar.⁴

A colônia de Rio Doce, no Espírito Santo, fundada pelo coronel Charles G. Gunter teve maior prosperidade do que a de Santarém. Hill especula que o sucesso desta colônia esteve ligado a uma seleção mais criteriosa de seus membros. Ainda assim ele encontra indícios de que o sucesso inicial da colônia pode não ter se perpetuado pelos anos seguintes, uma vez que algumas famílias abandonaram Rio Doce e se dirigiram para São Paulo.⁵

A então província de São Paulo recebeu o maior número de imigrantes, e abrigou as colônias mais prósperas a longo prazo, especialmente a do Rio Ribeira, próxima de Iguape, e a de Santa Bárbara. Nestas Hill destaca a participação do Reverendo Ballard S. Dunn (Episcopal), antigo soldado confederado e reitor da St. Phillip's Church de Nova Orleans. Hill atribui à personalidade magnética e ao talento literário de Dunn (observado em seu livro *Brazil, Home for Southerners*) a facilidade com que seu lote - chamado Lizzieland - atraiu colonos. Ele destaca

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 241-243.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 257-258.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 243-244.

⁴ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 244-248.

⁵ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 248-249.

também outra colônia do Ribeira, liderada por Frank McMullen e William Bowen, do Texas. Em busca de colonos, McMullen e Bowen enviaram anúncios aos Estados Unidos, nos quais destacavam que lhes interessavam somente aqueles que pudessem se qualificar moralmente e politicamente – isto é, aqueles que fossem sulistas e favoráveis à escravidão. Apesar da prosperidade inicial, ambas as colônias, Lizzieland e McMullen-Bowen, perderam a maior parte dos colonos a longo prazo. Alguns partiram para outras colônias e a maioria retornou para os EUA.¹

Dentre as colônias de confederados Hill destaca a de Santa Bárbara pelo seu sucesso. De fato, até a década de 1930, quando Hill publica seu livro, Santa Bárbara ainda mantinha traços – mesmo que remotos - de sua colonização norte-americana (uma afirmação que permanece verdadeira hoje).²

Concluindo seu capítulo a respeito do exílio de confederados para o Brasil, Lawrence Hill destaca alguns pontos. Em primeiro lugar, o nível de sucesso da imigração confederada foi de modo geral baixo. Mesmo que alguns milhares de exilados tenham alcançado prosperidade no Brasil, muitos outros rapidamente se desapontaram e decidiram retornar para sua pátria.

Em segundo lugar, ao procurar o retorno e buscar auxílio de diplomatas de seu país para isso, estes desapontados encontraram durante algum tempo resistência. A resistência segundo Hill não era fruto de qualquer capricho dos diplomatas, mas do próprio desejo de Washington de punir de alguma forma aqueles que caíram vítimas de seus próprios planos. Neste mesmo assunto, o governo norte-americano também temia ser acusado de oferecer ajuda a traidores.

Terceiro, o governo brasileiro, a despeito dos fracassos, continuou exercendo uma política francamente liberal em relação aos imigrantes, procurando ainda promover a vinda de novos colonos, indo mesmo além de suas prerrogativas inicialmente estabelecidas.³

Em sua conclusão Hill também analisa alguns destaques do exílio de confederados. Primeiro, um fato irônico sobre a escolha do Brasil como destino dos veteranos sulistas: aqueles que abandonaram seu país em razão da igualdade de raças que ali se estabelecera buscaram o exílio em um país onde os negros

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 250-252.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 252-255.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 255-257.

livres tinham paridade legal com brancos, e até mesmo maiores liberdades do que brancos estrangeiros. Além disso, destaca-se o fato de que claramente um movimento pela abolição se fortalecia no Brasil.

Segundo, Hill destaca a questão da cidadania dos sulistas. Embora a naturalização no Brasil fosse uma questão relativamente simples, a maior parte dos imigrantes não a buscou, desinteressados em tornarem-se súditos de um governo imperial, e mais ainda, de serem enviados para o combate no Paraguai. Mas essa questão não sofreu modificações com o fim da Guerra ou com a mudança de regime político no Brasil. Mesmo trinta anos após a chegada dos primeiros confederados, descendentes dos imigrantes iniciais ainda mantinham no Brasil a cidadania de seus pais, aparentemente mais em busca de proteção diante de qualquer eventualidade do que qualquer outra razão. Assim, mais uma vez a impressão deixada pelos exilados é de inconsistência em seu posicionamento.¹

Avaliando aquilo que Hill narra a respeito do exílio de confederados, pode-se concluir, portanto que a imigração dos sulistas para o Brasil não exerceu influência especial na forma como brasileiros e norte-americanos se relacionavam e se enxergavam mutuamente. Não é neste movimento que vamos encontrar o início da “amizade tradicional” de Burns, mas é importante frisar que o exílio de confederados intensificou as relações entre os dois países. Também é importante frisar que a imigração de confederados é mais um evento no qual missionários presbiterianos estiveram envolvidos. Hill ignora este detalhe ou ao menos não o considera relevante dentro de seu trabalho.

4.4.7

VISITA DE DOM PEDRO II AOS ESTADOS UNIDOS

Em uma espécie de resumo de sua avaliação histórica, Burns atesta que “não há razão para lembrar-se com alegria a respeito de relações amigáveis entre Estados Unidos e Brasil durante os anos de 1825 a 1875”.² Conforme ele entende, é a partir de 1876 que podemos observar o “ponto de virada”: a visita de D. Pedro II aos Estados Unidos naquele ano. Assim Burns relata e analisa o episódio:

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 257-258.

² BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 59.

Em uma visita aos Estados Unidos em 1876, o imperador Pedro II descobriu o vizinho do Brasil ao norte e vice-versa. Americanos curiosos deram as boas-vindas ao imperador-filósofo dos trópicos. Um imperador igualmente curioso examinou o colosso norte-americano em progresso. Ambos gostaram do que viram e a visita de Dom Pedro foi um grande sucesso. Aquela visita imperial preparou o cenário para o início das “tradicionalis” relações amigáveis alguns anos depois.¹

Embora a Inglaterra ainda monopolizasse o papel principal na diplomacia e na economia do Brasil e os Estados Unidos estivessem mais preocupados com sua ocupação do Oeste e sua industrialização do que em estabelecer melhores relações com o Brasil, a visita ajudou na aproximação dos dois países. Ao tornaram-se mais conscientes um do outro, os países esqueceram-se das dificuldades passadas. As relações entre os dois tornaram-se cordiais, mesmo que não extraordinariamente. Pavimentou-se uma estrada para o que viria mais tarde, com a proclamação da república no Brasil em 1889. A tese de Burns privilegia o papel de Rio Branco na aproximação entre EUA e Brasil.² Ele não inclui ou desconhece o detalhe de que a visita de Dom Pedro II aos Estados Unidos teve papel crucial de James Cooley Fletcher.³ Voltaremos a esse ponto em momento oportuno, no capítulo dedicado a este missionário.

Diferentemente de Burns, Hill considera a visita de Dom Pedro II aos Estados Unidos mais uma evidência da crescente cordialidade entre os dois países, e não um ponto de partida ou de mudança por si só. Ele reconhece a importância da visita imperial, mas parece colocá-la em paridade com outras supostas evidências de uma maior cordialidade, tais como a construção de uma linha de telégrafo submarina entre Brasil e Argentina por uma companhia norte-americana (em lugar de uma inglesa) ou o estabelecimento de linhas de navios a vapor norte-americanas ligando diferentes pontos do Brasil, entre uma série de outros eventos.⁴

4.4.8

MISSIONÁRIOS

Um importante ponto a destacar em Moniz Bandeira é que ele, ao contrário dos demais autores, menciona a presença de missionários norte-

¹ Tradução minha para trecho em BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 59.

² BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. pp. 59-60.

³ Ao menos ao ver de José Murilo de Carvalho. Ver CARVALHO, J. M. *Dom Pedro II*. pp. 157-159.

⁴ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 260-262. Fletcher ou qualquer outro missionário mais uma vez não são mencionados.

americanos no Brasil. Esta menção, no entanto, é feita dentro do mesmo viés que as demais informações fornecidas pelo autor. Moniz Bandeira assim escreve:

Os americanos, àquele tempo [o final do período monárquico], intensificavam a penetração no Brasil, estabelecendo várias cabeças-de-ponte, através de missões religiosas. Os episcopais chegaram em 1859, os presbiterianos em 1862 (*sic*), e o missionário Nash Morton fundou, por volta de 1869, a primeira escola protestante, denominada Colégio Internacional. Desde então o fluxo de missões evangélicas para o Brasil não mais cessou.

Em 1870, o missionário Chamberlain fundou a Escola Americana de São Paulo, que progrediu e se transformou no Mackenzie College, graças à herança deixada por um capitalista (*sic*) americano. Os metodistas chegaram em 1876 e fundaram o Colégio Piracicabano. O Colégio Morton apareceu em São Paulo (1880) e o Bispo Granberry (*sic*) fundou (1882) a Escola do Alto, no Rio de Janeiro. O Colégio Mineiro surgiu em 1891 e o Colégio Americano (fluminense) existiu de 1892 a 1915. O Bispo E. R. Hendriks instalou, em 1889, o Colégio Metodista de Ribeirão Preto.

Não havia lugar no Brasil onde os missionários não se fixassem. Os jesuítas fizeram o trabalho de catequese para os colonizadores portugueses, através da religião e do ensino. Os protestantes, para os americanos. A ofensiva religiosa era também um prenúncio da expansão imperialista dos Estados Unidos.¹

Um dos detalhes chamando a atenção neste breve trecho de Moniz Bandeira é a ausência das fontes. Conforme Boanerges Ribeiro escreveu “Se V. Quer fazer História Protestante no Brasil, documente, cite suas fontes”.² Outro detalhe chamativo é a falta de informação do autor. Colocar 1862 como a data de chegada dos presbiterianos ao Brasil, por exemplo, é uma demonstração tênue, porém clara disso. Um último detalhe é o caráter claramente enviesado das informações. Em outros capítulos desta dissertação, por comparação, poderá ser visto até que ponto o viés de Moniz Bandeira comprometeu seu trabalho.

Cabe aqui destacar que a presença de missionários norte-americanos no Brasil e as possíveis conseqüências disto para as relações entre EUA e Brasil não são assuntos privilegiados (ou até sequer mencionados) pelos autores analisados. Esta dissertação visa justamente, entre outros objetivos, suprir essa lacuna.

4.5

AVALIAÇÃO GERAL DOS DIPLOMATAS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL

Conforme já foi dito, Burns considera que o início auspicioso das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos não teve prosseguimento por culpa de

¹ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. p. 124.

² RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. I.

uma série infeliz de diplomatas inaptos e sediciosos que os Estados Unidos enviaram ao Brasil - destacando-se Condly Raguet (1825-1828), Henry A. Wise (1844-1847) e General James Watson Webb (1861-1869) – com graves conseqüências para a imagem dos EUA no Brasil.

De acordo com Burns, pequenos incidentes que normalmente formam as tarefas cotidianas da carreira diplomática tinham o hábito de se tornarem sérias crises nas mãos destes enviados.¹ Não fica totalmente claro se ele culpa somente Raguet, Wise e Webb ou também o governo em Washington, responsável pelo envio e monitoramento da atuação destes diplomatas. A análise mais ampla de Hill indica que os dois aspectos tinham sua importância: os enviados ao Brasil não eram os melhores, e o governo dos EUA não parecia ter maior interesse em modificar isto.

Burns prossegue analisando que enquanto os EUA enviavam ao Brasil diplomatas de caráter e aptidão questionáveis, o Brasil por sua vez guardava seu melhor em termos de diplomacia para a Europa, preterindo os EUA. Para Washington o Brasil enviava diplomatas que, embora não fossem sediciosos como os norte-americanos enviados ao Brasil, não constituíam aquilo que o país tinha de melhor em termos de habilidade diplomática e preparo para lidar com os Estados Unidos.²

Hill dedica um capítulo exclusivo para narrar a atuação do General James Watson Webb no Brasil (1861-1869). Segundo ele, Webb figura com certo destaque na triste lista de diplomatas inaptos ou sediciosos enumerados tanto por ele próprio quanto por Fontaine e Burns.³

Webb foi escolhido em função de sua relação próxima com William H. Seward, secretário de estado dos Estados Unidos. Os dois compartilhavam o fato de serem nova-iorquinos, daí o título do capítulo de Hill, “The Diplomacy of Two New Yorkers”. Hill menciona de passagem que Webb foi recebido no Brasil por Alexander Latimer Blackford, sem informar maiores detalhes a respeito do missionário além do fato de ter sido o secretário da legação sob Richard Kidder Meade (1857-1861) e Webb. Blackford informou ao general que Meade, seu

¹ BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. pp. 58-59.

² BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance*. p. 59.

³ Um bom exemplo de “gafe” diplomática pode ser visto na forma como Webb conduziu as relações entre Brasil e Estados Unidos durante a Guerra de Secessão. Ver HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 156.

antecessor, havia demonstrado simpatia pelos confederados, o que provocou uma reação particularmente negativa da parte do novo ministro contra seu antecessor.¹

O general James Webb esteve em serviço no Brasil durante o difícil período da Guerra Civil Americana. Após a Guerra o general Webb permaneceu em serviço no Brasil, e Hill destaca algumas de suas propostas ao governo dos EUA durante este período. Embora rejeitadas, estas propostas e suas conseqüências tiveram profundo alcance. A primeira delas foi a da criação de uma colônia para negros libertos na Amazônia. A idéia do general partiu da sugestão de Abraham Lincoln em uma mensagem ao Congresso de comprar terras visando a libertação dos escravos. Webb entendia que a Amazônia serviria bem a este propósito. A sua proposta foi rapidamente rejeitada pelo governo dos Estados Unidos, evitando com isso que problemas com o Brasil viessem a surgir a partir dos planos apresentados pelo general.²

Uma última preocupação de Webb estava na ameaça de Napoleão III sobre o México. Sua preocupação neste caso excedia suas prerrogativas. Uma sugestão do general para lidar com o caso consistia em formar uma aliança com nações européias contra a França. Outra sugestão consistia em aliar-se com a França em uma guerra contra a Inglaterra. A guerra contra a Inglaterra, ele argumentava, retiraria a França do México.³

Aparentemente Webb considerava que mais importante do que retirar a França do México era declarar guerra contra a Inglaterra, nação contra a qual nutria desavenças pessoais. Ele havia desenvolvido controvérsias com diplomatas ingleses no Rio de Janeiro, e estas se encontravam no caminho de seus projetos pessoais. O general planejava inclusive desafiar o ministro inglês para um duelo, atitude desaprovada pessoalmente pelo presidente Lincoln.⁴

Os planos de Webb em relação à França e à Inglaterra certamente podem parecer absurdos à primeira vista, mas Hill destaca que o general recebia neles apoio explícito de Seward. Os dois nova-iorquinos compartilhavam dos mesmos pontos de vista em relação à França e Inglaterra, e confiança suficiente para que Seward permitisse que o general negociasse com Napoleão III a retirada do México em Paris em 1865.

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 147.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 159-162.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 171-172.

⁴ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 173-174.

Deste encontro com Napoleão III nasce um último projeto de Webb - fracassado assim como os demais. Consistia em convencer o governo de seu país a adquirir a Guiana Francesa.¹ Nem mesmo Seward apoiou esse último projeto. Anos depois, em 1869, o general tentou trazer o assunto para a discussão novamente, escrevendo a Ulysses S. Grant, recém eleito presidente. Em sua carta ele foi auxiliado pelo Coronel J. W. Fabens, antigo cônsul norte-americano na Guiana Francesa. Fabens e Webb procuraram demonstrar as várias vantagens que poderiam ser obtidas com a compra, entre elas a navegação do Amazonas.² Hill não sabe informar qual foi a reação de Ulysses S. Grant diante da proposta, mas sabe-se que, como as outras idéias de Webb, esta foi esquecida com o passar dos anos.³

Infelizmente Webb parece ser um exemplo emblemático do que foi a diplomacia norte-americana para o Brasil durante o século 19. Embora exceções tenham havido, de diplomatas com conduta muito diversa, o quadro geral apontado pelos analistas do período é de uma diplomacia que mais afastava do que aproximava Estados Unidos e Brasil.

4.6

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA PASSAGEM DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

De acordo com Hill, a partida de James Watson Webb do Brasil em 1869 marca um ponto de virada nas relações entre os dois países. Os desagradáveis incidentes que freqüentemente prejudicavam o convívio das duas nações tornaram-se quase ausentes nos anos que se seguiram. Hill considera que a razão desta mudança pode estar ligada a um contato mais próximo entre o escritório de relações externas dos Estados Unidos e seus agentes no Brasil, em parte devido à melhora das comunicações entre Rio de Janeiro e Washington e em parte devido a um maior interesse na América Latina. Apesar disso, as razões por trás das políticas norte-americanas em relação ao Brasil continuaram as mesmas: promover no Hemisfério Ocidental os valores norte-americanos contra os valores

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 174-175.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 175-176.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 176.

do Velho Continente, incluindo o desafio de substituir a Inglaterra na pauta de comércio exterior brasileira.¹

Webb foi substituído por Henry T. Blow (1869-1870), de St. Louis. Logo ao assumir seu posto Blow pode perceber a falta de interesse com que os norte-americanos eram vistos pelos brasileiros. Ao perguntar aos oficiais brasileiros sobre a razão pela qual a admiração de décadas anteriores havia se transformado em frieza, ele recebeu a resposta de que Webb era responsável pelo novo estado de coisas. Como resultado de sua atuação durante a Guerra do Paraguai e nas negociações após o conflito, o sentimento de que os Estados Unidos preferiam relacionar-se com repúblicas e menosprezavam o Brasil monárquico havia sido despertado novamente entre os brasileiros. De sua parte, Blow procurou reverter o quadro deixado por seu antecessor.²

Fica claro que Hill observa nos anos imediatamente precedentes à proclamação da república um crescente clima de cordialidade entre os dois países. Embora ele considere a “amizade tradicional” entre os dois países como uma característica do período republicano brasileiro, certamente pode-se dizer que as raízes deste relacionamento já se encontram estabelecidas na monarquia. Hill apenas não estabelece para elas um marco dominante, da forma como Burns faz em relação à visita de Dom Pedro II aos Estados Unidos. Roger W. Fontaine igualmente observa que as relações entre os dois países sofreram uma melhora significativa nos anos finais do Império e no início da República.

4.7 CONCLUSÃO

Conforme foi visto ao longo deste capítulo, as principais características da diplomacia entre Brasil e Estados Unidos no século foram a indiferença e a hostilidade. Já a “amizade tradicional” que marcou as relações entre os dois países, embora ausente no período, possui algumas raízes no século 19, assim como o americanismo que viria a ser um marco paradigmático da política externa brasileira ao longo de boa parte do século seguinte. O mais importante a destacar aqui é que os eventos e assuntos de maior importância destacados pela literatura de referência utilizada tiveram em grande parte alguma participação de

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 259.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. pp. 259-260.

missionários, especialmente aqueles que contribuíram para lançar a semente do bom relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, como o aumento das comunicações entre os dois países por linhas de vapores e a visita de Dom Pedro II aos EUA. Em outros capítulos essa participação dos missionários na aproximação entre os dois países será destacada de maneira mais direta.

5

BASES IDEACIONAIS DA ATUAÇÃO DOS MISSIONÁRIOS DA PCUSA E DA PCUS JUNTO AO ESTADO E A SOCIEDADE

O objeto de estudos desse capítulo serão as idéias dos missionários presbiterianos, relacionadas direta ou indiretamente com sua atuação junto ao Governo Civil e a Sociedade. Missionários enviados ao Brasil a partir dos Estados Unidos apresentaram diferentes estratégias de atuação junto a esses atores. Ao que tudo indica, essas estratégias foram colocadas em prática em concordância com a visão teológica desses missionários a respeito do papel da Igreja e das missões. Assim, a tarefa a ser realizada nesse capítulo é estudar quais eram teoricamente as bases ideacionais da atuação dos missionários da PCUSA e da PCUS junto ao Estado e a Sociedade.

Outra questão já observada nessa dissertação foi a divisão da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos em dois grupos, a PCUSA (Norte) e a PCUS (Sul). Esse não foi o único cisma experimentado pelo presbiterianismo norte-americano ao longo do século 19. As separações das igrejas presbiterianas norte-americanas em diferentes grupos deveu-se prioritariamente a debates teológicos, e esses debates provocaram desdobramentos nas missões no Brasil. Considerando-se o que foi colocado, uma segunda tarefa a ser realizada nesse capítulo consiste em analisar mais de perto o estado da Teologia presbiteriana utilizada pelos missionários no período analisado e sua aplicação em questões práticas de interesse dessa dissertação, tais como o relacionamento dos missionários com autoridades civis e sua participação em eventos das relações diplomáticas entre EUA e Brasil já mencionados nesse estudo.

O presbiterianismo faz parte da família das Igrejas Protestantes. Mais especificamente, é parte do grupo das Igrejas Reformadas ou Calvinistas. Assim sendo, a teologia presbiteriana (ao menos quando ortodoxa) é derivada de uma tradição doutrinária iniciada por Lutero e mais especificamente por Zuínglio e Calvino. Com a morte prematura de Zuínglio e a crescente influência de Calvino, o que viria a ser chamado de calvinismo tornou-se a influência teológica principal

das igrejas reformadas na Suíça e além.¹ Partindo da cidade de Genebra o calvinismo alcançou a Inglaterra, a Escócia e a Irlanda, e destes os Estados Unidos.² Sobretudo na Escócia o calvinismo influenciou o surgimento das igrejas chamadas presbiterianas, assim chamadas por sua ênfase na forma de governo presbiteriana em detrimento do governo episcopal.³ Partindo principalmente dos Estados Unidos, o calvinismo alcançou o Brasil.

Em todo esse processo documentos teológicos chamados Confissões de Fé foram produzidos expressando a ortodoxia teológica reformada, inclusive em questões relacionadas à visão bíblica da Igreja, do Estado, da Sociedade, e das relações entre eles. Como primeira tarefa nesse capítulo, será realizada uma análise das origens desses documentos teológicos e uma análise da ortodoxia teológica neles presente, sobretudo no que diz respeito às questões acima mencionadas. Será analisado também o caminho seguido por essa teologia, através desses documentos, até sua chegada no Brasil.

Outro ponto de esclarecimento necessário para a compreensão do movimento missionário no Brasil diz respeito à tensão observada pelos missionários entre a tarefa de converter indivíduos ao cristianismo e a necessidade (ou não) de associar a expansão da cultura norte-americana a essa tarefa. Essa tensão é observada por William Hutchison em seu clássico *Errand to the World: American Protestant Thought and Foreign Missions*. Hutchison dirige o foco de seu estudo para as relações entre cristianismo e cultura, missão cristã e missão civilizatória. Seu enfoque não são os missionários em si, mas as ideologias missionárias que os guiavam, ideologias essas formuladas em grande parte dentro da realidade norte-americana, em diálogo com as tendências políticas, sociais e religiosas do plano doméstico dos EUA. Ele observa que mesmo precursores (e fontes de inspiração) do movimento missionário protestante norte-americano como John Eliot (1604-1690) e David Brainerd (1718-1747), voltados para o

¹ MCGRATH, Alistar. *A Vida de João Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004. pp. 223-248; REID, W. Stanford. “A Propagação do Calvinismo no Século XVI”. In: REID, W. Stanford (Ed.). *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.

² MARSDEN, George M.. “Origens “Cristãs” da América: A Nova Inglaterra Puritana como um Caso de Estudo”. In: REID, W. Stanford (Ed.). *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*; SINGER, C. Gregg. “Os Irlandeses-Escoceses na América” In: REID, W. Stanford (Ed.). *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*.

³ HUGHES, Philip Edcumbe. “Calvino e a Igreja Anglicana”. In: REID, W. Stanford (Ed.). *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*; DOUGLAS, J.D.. “A Contribuição do Calvinismo na Escócia”. In: REID, W. Stanford (Ed.). *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*.

trabalho missionário entre os nativos americanos, já esbarravam na questão de conciliar evangelização com civilizar. Nas palavras de Hutchison, “they found that civilizing was a prerequisite for converting, and that it required much more emphasis than they would have liked”.

Outra fonte de inspiração para os missionários pode ser encontrada no pós-milenismo de Cotton Mather e Jonathan Edwards, uma visão escatológica que enfatiza o crescimento do Reino de Deus na Terra. intencionalmente ou não o pós-milenismo parece ter servido para legitimar os esforços civilizatórios dos missionários. A diferença crucial entre as antigas e novas missiologias, de acordo com Hutchison, estava no fato de que estas viam o esforço civilizatório como inerentemente bom, enquanto aquelas o viam como um infeliz pré-requisito para a pregação do evangelho.

O autor citado observa também que apenas os últimos anos do século 19 assistiram a exacerbação da nova visão missionária, em associação com a nova onda de liberalismo dentro do protestantismo norte-americano. Nos anos anteriores (e que mais importam para essa dissertação), a tensão entre “evangelizadores” e “civilizadores” foi um elemento importante do movimento missionário. Parte dos missionários via qualquer envolvimento com a cultura (ou política) local como um desvio de sua missão crucial. Outros viam nesse envolvimento uma parte necessária e até intrínseca de sua missão. Ironicamente, a despeito dessas diferenças, reformadores sociais e evangelizadores podiam reunir esforços em um zelo missionário sem precedentes. Embora não estivessem plenamente de acordo a respeito do que a evangelização do mundo significava, estavam plenamente certos de que proliferar a cultura ocidental era uma tarefa necessária para a expansão do Cristianismo naquele momento.

As informações desse capítulo serão utilizadas nos próximos dois, nos quais serão abordados dois grupos distintos de missionários presbiterianos: aqueles envolvidos reformas sociais e aquelas voltados principalmente para conversões individuais, a que faremos referência respectivamente como “civilizadores” e “evangelizadores”.

5.1

O PAPEL DAS CONFISSÕES DE FÉ NAS IGREJAS REFORMADAS

5.1.1

CONFISSÃO DE FÉ - DEFINIÇÃO

Um credo pode ser definido do ponto de vista cristão reformado como “uma elaboração científica daquilo que cremos com base na Escritura Sagrada”¹, ou ainda, “uma afirmação concisa daquilo que alguém deve crer a fim de ser um cristão.”² Philip Schaff diz que “um credo, regra de fé ou símbolo é uma confissão de fé para uso público, ou uma forma de palavras colocadas com autoridade (...) que são consideradas como necessárias para a salvação, ou, ao menos, para o bem-estar da igreja cristã.”³ Já Paul Wooley definiu credo como “uma série de afirmações conectadas que são cridas como verdadeiras e que são derivadas de fontes de informação tais como os registros dos acontecimentos na história.”⁴

Basicamente a definição de Confissão de Fé não difere da definição de credo, senão na forma. Uma confissão contém basicamente os mesmos elementos de um credo, mas de forma bem mais elaborada, com detalhes que um credo não possui, por ser mais conciso. Uma confissão aborda mais assuntos do que um credo, e os apresenta de forma mais sistemática.⁵ Assim como os credos, Confissões de Fé podem ser de autoria individual ou o resultado do trabalho de diversas pessoas. No segundo caso, pode-se estar falando de alguns indivíduos ou de grandes assembleias de teólogos,⁶ o que foi o caso da Confissão de Fé de Westminster.

5.1.2

ORIGENS HISTÓRICAS DAS CONFISSÕES DE FÉ

Historicamente, enquanto os credos possuem sua origem nos primeiros séculos da igreja cristã, especialmente durante as controvérsias dos séculos 4 e 5,⁷

¹ CAMPOS, H. C. . “A Relevância dos Credos e Confissões”. Fides Reformata, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 97-128, 1997.

² Bruce A. Demarest, "Christendom's Creeds: Their Relevance in the Modern Word," Journal of the Evangelical Theological Society 21 (December 1978), 345.

³ Philip Schaff, The Creeds of Christendom (Grand Rapids: Baker, 1990), vol. 1, 3. (tradução de Heber Carlos de Campos em CAMPOS, H. C. . A Relevância dos Credos e Confissões. Fides Reformata, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 97-128, 1997.).

⁴ Paul Wooley, "What is a Creed For? Some Answers from History," em Scripture and Confession, ed. John H. Skilton (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1973), 96.

⁵ CAMPOS, H. C. . “A Relevância dos Credos e Confissões”.

⁶ MATOS, A. S. . “Os 67 Artigos de Ulrico Zuínglio (1523)”. In.: *Brasil Presbiteriano*. Ano 49 / Nº 617, Fevereiro de 2006.

5,¹ confissões de fé possuem uma origem bem mais tardia, datando da Reforma Protestante do século 16.² As Igrejas Reformadas, da tradição de Zuínglio e especialmente de João Calvino, sempre primaram pela elaboração de credos e confissões, sendo característica das mesmas serem confessionais.³ Conforme o historiador Alderi Souza de Matos escreveu:

A Reforma Suíça caracterizou-se pela grande quantidade de declarações doutrinárias que produziu, com objetivos confessionais, apologéticos e didáticos. Num contexto de intensas controvérsias, os reformados entenderam que era necessário expor de modo claro e incisivo as suas convicções, com base nas Escrituras. As confissões reformadas são uma das principais expressões e fontes da teologia desse ramo protestante. Algumas de suas ênfases são comuns ao protestantismo em geral e outras, específicas da tradição reformada.⁴

As primeiras confissões reformadas foram escritas na Suíça, o berço do movimento. Várias delas foram elaboradas no contexto de debates teológicos que levaram à aceitação do protestantismo em diversas cidades daquela confederação.⁵ confederação.⁵ João Calvino, o grande teólogo reformado e principal referência teológica do presbiterianismo, foi ele mesmo autor de algumas confissões de fé.⁶ Em 1536, poucos meses após sua chegada à cidade suíça de Genebra, de onde iria exercer grande parte de sua influência sobre o movimento reformado, ele compôs um pequeno catecismo para instruir os moradores, principalmente crianças e jovens.⁷ A partir desse texto foi elaborada a primeira Confissão de Genebra (1536), que todos os cidadãos deviam subscrever mediante juramento.⁸ Não se sabe exatamente se a Confissão de Genebra foi escrita por Calvino, Guilherme Farel ou ambos, mas certamente observam-se nela os temas centrais do

¹ Destacando-se entre os credos o *Credo Apostólico*, provavelmente do século segundo, o *Credo de Nicéia* (325), o *Credo de Constantinopla* (381) e o *Credo de Calcedônia* (451), entre outros.

² CAMPOS, H. C. . “A Relevância dos Credos e Confissões”.

³ CAMPOS, H. C. . “A Relevância dos Credos e Confissões”; COSTA, Hermisten Maia Pereira da. “Os Símbolos de Fé na História”. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IX, n. 1, , 2004. p. 52

⁴ MATOS, A. S. . “Os 67 Artigos de Ulrico Zuínglio (1523)”.

⁵ MATOS, A. S. . “As Dez Conclusões de Berna (1528)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano 49 / N° 618, Março de 2006.

⁶ COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. pp. 59-62.

⁷ Um catecismo é semelhante a um credo ou a uma confissão, diferindo destes em sua estrutura, organizada em perguntas e respostas, o que lhe confere um caráter mais pedagógico. Geralmente catecismos são destinados ao público mais jovem ou menos instruído, enquanto que Confissões de Fé pretendem ser documentos mais elaborados. “Embora tecnicamente distintos das confissões de fé, os catecismos também foram documentos através dos quais os reformados declararam e confessaram a sua fé”. MATOS, A. S. . “Instrução na Fé (1537)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano 49 / N° 624, Setembro de 2006.

⁸ MATOS, A. S. . “A Confissão de Genebra (1536)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano 49 / N° 623, Agosto de 2006.

pensamento do reformador francês, incluindo uma visão cristã reformada sobre o Estado e a Sociedade.¹

5.2

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

5.2.1

ORIGEM E FORMAÇÃO DA CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER²

A Assembléia de Westminster (1643-1648) constituiu o ponto culminante da elaboração confessional reformada. Os documentos teológicos que dela resultaram, a *Confissão de Fé*, o *Catecismo Maior* e o *Breve Catecismo*, foram não apenas uma das principais contribuições teológicas dos puritanos, os calvinistas ingleses, como também tornaram-se os padrões doutrinários mais aceitos pelos reformados (e presbiterianos) ao redor do mundo.

A Assembléia de Westminster e seus documentos teológicos foram também o ponto culminante de quase um século de controvérsias entre puritanos e anglicanos de tendências mais romanistas dentro da Igreja da Inglaterra. Conforme é bastante conhecido, na década de 1640 os puritanos ganharam o controle do Parlamento inglês e entraram em guerra contra o rei Carlos I, naquilo que se tornou a Revolução Puritana ou Guerra Civil Inglesa (1639-1660). Em 12 de junho de 1643 esse Parlamento calvinista promulgou o ato convocando a assembléia que escreveria a confissão na abadia de mesmo nome.

Embora tenham sido auxiliados de maneira decisiva pelos presbiterianos escoceses, Oliver Cromwell e seu exército, partidários do congregacionalismo, expulsaram os presbiterianos do Parlamento inglês em 1648.³ Com o falecimento de Cromwell em 1658 e a restauração da monarquia dois anos depois, o

¹ MATOS, A. S. . “A Confissão de Genebra (1536)”.

² Nessa seção utilizo basicamente os seguintes textos: MATOS, A. S. . “Confissão de Fé de Westminster (1646)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano 50 / Nº 635, Agosto de 2007; “The Origin and Formation of the Westminster Confession of Faith”. Obtido em http://www.pcanet.org/general/cof_origin.htm. Acesso em 15 de Dezembro de 2008; MATOS, A. S. . “História da Confissão de Fé de Westminster”. Obtido em <http://www4.mackenzie.com.br/7060.html> Acesso em 15 de Dezembro de 2008; KERR, Guilherme. *A Assembléia de Westminster*. São José dos Campos: Fiel, 1992.

³ Posteriormente os congregacionais produziram sua própria confissão de fé a partir da CFW, a chamada Declaração de Savoy, de 1658. Esta é basicamente uma repetição da CFW com pequenas adaptações referentes às doutrinas congregacionais a respeito do governo da Igreja (presbiteriano no caso da CFW e independente ou congregacional no caso da Declaração de Savoy).

episcopado foi restaurado na Igreja da Inglaterra, sendo aprovadas rígidas leis que impunham submissão ao governo e ao culto da igreja nacional. Os presbiterianos foram duramente perseguidos, sendo expulsos de suas igrejas e residências. Seguiu-se um longo período de perseguições, e assim, somente em 1876 pode ser organizada uma Igreja Presbiteriana da Inglaterra.

Enquanto isso, na Escócia, os padrões doutrinários de Westminster foram prontamente aceitos e adotados pela Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana Escocesa, em 27 de Agosto de 1647. Com isso, a CFW substituiu na Igreja Escocesa os antigos documentos formulados durante a vida de John Knox, patriarca do presbiterianismo escocês. A atitude dos presbiterianos escoceses, além de refletir os méritos intrínsecos da CFW, fazia parte de uma política de promoção da unidade entre os presbiterianos das Ilhas Britânicas. Através da imigração e de esforços missionários, esses padrões foram levados para a Irlanda do Norte, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, e mais tarde, Brasil.

Assim, embora tenha sido utilizada pela Igreja da Inglaterra somente durante um breve período, a CFW tornou-se o principal padrão doutrinário de presbiterianos e reformados de maneira geral ao redor do mundo. Foi a última das grandes confissões e certamente a que veio a apresentar as definições mais precisas da doutrina reformada.¹

5.2.2

A CFW e o Governo Civil ²

Até aqui foi demonstrada a grande importância das confissões de fé para os reformados em geral e da CFW para os presbiterianos especificamente. Tendo chegado a esta conclusão, cabe perguntar o que a CFW e seus catecismos (e os teólogos de Princeton) ensinam a respeito do Governo Civil e da relação dos cristãos com este (ao final da dissertação, em anexo, consta uma tabela

¹ CAMPOS, H. C. . “A Relevância dos Credos e Confissões”.

² Para uma apreciação completa ver HODGE, A.A. *Confissão de Fé de Westminster comentada por A.A. Hodge*. São Paulo: Editora Os Puritanos, 1999. Os comentários aqui são feitos a partir de uma versão online obtida em <http://www.rtrc.net/documents/wcf/hodge/wcftoc.htm>. Acesse em 2 de janeiro de 2009.

comparando a CFW em sua versão original com a versão da PCUSA nas partes que sofreram modificações).¹

Teologicamente a CFW segue as principais ênfases da teologia reformada ou calvinista, especialmente no que diz respeito à sua subordinação à Bíblia e ao destaque dado à soberania de Deus.² Seu formato foi influenciado pelos *Artigos Irlandeses* (1615), e seu esquema teológico geral foi a Teologia Federal ou Teologia do Pacto (pacto das obras e pacto da graça).

Nas doutrinas referentes à vida do cristão na sociedade (especialmente suas relações com o Governo Civil) e à igreja (especialmente seu governo), a CFW mais uma vez representa o ponto culminante de quase um século de controvérsias entre puritanos e anglicanos de tendências mais romanistas dentro da Igreja da Inglaterra, com uma vitória decisiva dos primeiros.

Henrique VIII, enquanto sancionou a separação entre a Igreja da Inglaterra e o Papa, continuou em seu íntimo um romanista. No reinado de seu filho Eduardo VI uma reforma religiosa moderada foi permitida, apenas para ser radicalmente reprimida no reinado de Maria I. Elizabeth I, embora ela mesma um mistério a respeito de suas convicções religiosas pessoais, favoreceu o protestantismo. A reforma religiosa debaixo do reinado de Elizabeth foi de linha moderada, sendo a linha defensora de uma reforma completa combatida. Jaime I, o sucessor de Elizabeth, embora tutelado como presbiteriano, manteve o apoio aos moderados. Finalmente, Carlos I chegou ao trono e reinou levantando suspeitas de que favorecia a restauração do catolicismo na Inglaterra. Obviamente os partidários da reforma completa foram preteridos em seu reinado.

O partido favorável à reforma religiosa completa possuía características peculiares à realidade inglesa, mas também recebeu fortes influências do calvinismo continental, sobretudo durante o reinado de Maria I (1553-1558), quando diversos reformadores perseguidos exilaram-se em Genebra, onde

¹ Ao longo dessa seção as referências bibliográficas principais são as seguintes: MATOS, A. S. . “Confissão de Fé de Westminster (1646)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano 50 / Nº 635, Agosto de 2007; “The Origin and Formation of the Westminster Confession of Faith”. Obtido em http://www.pcanet.org/general/cof_origin.htm. Acesso em 15 de Dezembro de 2008; MATOS, A. S. . “História da Confissão de Fé de Westminster”. Obtido em <http://www4.mackenzie.com.br/7060.html> Acesso em 15 de Dezembro de 2008.

² Estou bastante consciente de que alguns autores como R.T. Kendall e Justo Gonzáles questionam o caráter calvinista da CFW. No entanto, coloco-me em posição diversa desses autores nessa questão e considero que a CFW é uma expressão fidedigna da Teologia Reformada ou Calvinista. Nisto sou apoiado pelas opiniões de Franklin Ferreira e Paulo R. B. Anglada, explicitamente críticos da tese defendida por Kendall.

estudaram diretamente com Calvino.¹ Esses retornaram à Inglaterra durante o reinado de Elizabeth, e daí em diante defenderam a reforma completa da Igreja da Inglaterra, especialmente no que dizia respeito às relações entre a Igreja e o Estado, favorecendo o presbiterianismo e combatendo o governo episcopal então regente. Logo receberam o apelido de Puritanos.

Jaime I e seu filho Carlos I, respectivamente filho e neto da católica Maria I, da Escócia, defenderam em seus reinados um retorno radical à teoria do Direito Divino dos reis. Ademais, as inclinações romanistas de pai e filho geraram controvérsias entre os súditos. O pai restaurou o regime episcopal em 1610, e o filho, com auxílio do arcebispo William Laud, procurou conformar a Igreja da Escócia ao mesmo modelo de governo eclesiástico. Essas e outras medidas de reforma romanista na Igreja Escocesa foram duramente repelidas, levando à Guerra dos Bispos (1639 e 1640).

Em linhas gerais, esse era o clima religioso às vésperas da Guerra Civil Inglesa – e às vésperas da criação da Confissão de Fé de Westminster. De um lado um grupo de reformadores radicais, os chamados puritanos, influenciados pelo calvinismo e em grande medida pelo presbiterianismo. De outro, reformadores moderados, que se contentariam com uma igreja Anglicana de moldes romanistas.

Dentro da Assembléia de Westminster os cerca de 120 clérigos convocados encontravam-se razoavelmente distribuídos entre episcopais, presbiterianos, independentes e erastianos. Os episcopais em grande número recusaram a convocação, permanecendo submissos ao rei. Os presbiterianos formaram assim a maioria da assembléia e tornaram-se seu grupo mais influente. Auxiliando-os estavam os escoceses convocados para auxiliar nos trabalhos. Venceram na assembléia aqueles que defendiam que Jesus era o único rei e cabeça da Igreja, apontando para ela um governo espiritual colocado nas mãos de representantes.

Os independentes tornaram-se minoria na assembléia, e sua visão a respeito da autonomia das igrejas locais foi recusada na redação final da confissão. Os erastianos defendiam a supremacia eclesiástica do governo civil em todas as questões de disciplina, e com isso tornavam a Igreja um departamento do Estado. Nesta visão, os clérigos são apenas professores, e o poder para governar a

¹ Um notável exemplo foi John Knox, o grande líder do presbiterianismo escocês.

Igreja pertence aos magistrados civis. Para os erastianos, a decisão a respeito da forma de governo da Igreja pertencia ao Estado. Embora numericamente inferiores, os erastianos exerciam forte influência sobre a assembléia em virtude do apoio que recebiam do Parlamento.

Convém lembrar que a assembléia que escreveu a CFW o fez por convocação do Parlamento inglês, para aconselhar esse mesmo parlamento em questões de fé, política e culto. Por outro lado, observa-se que o Parlamento procurou encorajar os escritores da confissão a realizarem o trabalho mais independente possível, conforme suas consciências ordenassem. Conclui-se que a CFW constitui-se na melhor confissão que seu tempo poderia produzir. Seu caráter, nas questões referentes ao governo da Igreja e de sua relação com o Governo Civil, era predominantemente presbiteriano e calvinista.

Neste momento é pertinente destacar também algumas questões relacionadas ao próprio nome “presbiteriano”. Enquanto que na Europa continental os seguidores da teologia de João Calvino ficaram conhecidos pelo nome de “reformados”, um dos nomes utilizados para os seguidores dessa mesma teologia nas Ilhas Britânicas foi “presbiterianos”. Essa nomenclatura se deve especialmente ao fato de que parte dos calvinistas da Inglaterra, Irlanda e Escócia ficaram especialmente marcados por sua oposição ao sistema episcopal de governo eclesiástico, e conjuntamente à sua defesa do sistema presbiteriano. Essa opção pelo presbiterianismo tinha profundas implicações políticas: os monarcas ingleses e escoceses davam preferência a uma igreja governada por bispos e arcebispos que eles pudessem indicar, exercendo assim um maior controle sobre a igreja. Já uma igreja presbiteriana, com líderes (os presbíteros) escolhidos pela própria comunidade e reunidos em concílios significava um governo mais democrático e autônomo em relação aos governantes civis.¹

No mais, é importante destacar mais uma vez que, embora um produto autônomo de seus redatores, a CFW carrega em si uma herança calvinista. Embora, conforme foi visto aqui, a reforma religiosa na Inglaterra tenha tido suas peculiaridades, (refletidas no texto da CFW), este não foi um movimento dissociado dos acontecimentos na Europa Continental. Dessa forma, a teologia da

¹ NASCIMENTO, Adão Carlos & MATOS, Alderi Souza de. *O que todo presbiteriano inteligente deve saber*. Santa Bárbara d'Oeste, SP: SOCEP, 2007. p. 12.

CFW em relação ao governo da Igreja e ao Governo Civil reflete ao menos em parte a teologia de João Calvino sobre os mesmos assuntos.

Conforme será demonstrado aqui, o teólogo A.A. Hodge e seu pai Charles Hodge estavam entre os autores mais respeitados pelos missionários no Brasil.¹ Em seus comentários a respeito da CFW, A.A. Hodge faz numerosas observações tratando do Governo Civil (ou Magistrado Civil, na linguagem da confissão), dos quais destaco alguns:

O Governo Civil, afirma Hodge, é uma instituição ordenada por Deus, e assim a obediência aos governantes civis legitimamente ordenados é um dever para com Deus e para com o próximo. A origem da autoridade do governo Civil não está no “consenso dos governados”, “na vontade da maioria”, ou em um “contrato social” (desnecessário dizer que A.A. Hodge dialoga aqui com algumas das teorias políticas mais importantes do mundo ocidental moderno), mas na vontade de Deus que ordenou o Governo Civil. Semelhantemente, o dever de obedecer aos governantes provém do dever de obedecer à Deus, que os ordenou.

Hodge prossegue afirmando que Deus não prescreveu uma forma de governo civil específica para os homens. Ele determinou a regra geral da necessidade do governo e deixou às pessoas a escolha da forma de governo mais adequada às suas necessidades e realidades particulares. Independentemente da forma de governo escolhida por cada povo, Jesus Cristo, como mediador entre Deus e os homens e Rei do Universo, sempre será o Governador do Universo e Rei sobre todas as nações. Todas as nações, leis e governantes devem reconhecê-lo como tal e servi-lo. O objetivo primário dos governantes civis é a promoção do bem público, e seu objetivo final é a promoção da Glória de Deus. A forma como os governantes civis devem promover a Glória de Deus é através da promoção do bem-comum em questões temporais (não espirituais), tais como educação, moral, prosperidade física, proteção da vida e da propriedade e preservação da ordem.

¹ Archibald Alexander Hodge (1823-1886) foi um teólogo presbiteriano norte-americano e diretor do Seminário de Princeton (1878-1886). Seu pai, Charles Hodge (1797-1878) foi diretor do mesmo seminário (1851-1878) e professor de vários dos missionários enviados pela PCUSA ao Brasil. Certamente foi professor do Rev. Simonton, e conforme já foi observado nessa dissertação o influenciou a buscar o trabalho missionário no estrangeiro (Ver SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866) 2ª Edição revisada e ampliada com mapas e fotos*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002. p. 96-97). Ambos, pai e filho, foram grandes defensores do calvinismo durante o século 19. O Rev. John Beatty Howell, outro missionário enviado ao Brasil, batizou um de seus filhos de Archibald Alexander. Ver MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. p. 83.

Governantes cristãos (A.A. Hodge reconhece que os governantes nem sempre serão cristãos) não devem assumir as funções da Igreja ou tentar dominá-la de qualquer forma, e sim seguir as regras gerais apresentadas anteriormente, promovendo também a piedade, e não apenas a ordem. Devem também permitir e abrir espaço para que a Igreja faça seu próprio trabalho. Decorrendo da última observação, torna-se óbvio que cristãos são autorizados e até mesmo encorajados a buscarem cargos como governantes civis. Na verdade, melhor será se os cristãos o fizerem, dada a responsabilidade que pesa sobre os governantes.

Hodge observa ainda que é permitido aos governantes civis entrar em guerras, tanto como é permitido ao indivíduo matar em legítima defesa. Ou seja, a guerra só é legítima quando a própria existência da nação está em jogo. As circunstâncias em que essa decisão será tomada, no entanto, não são as mais fáceis. A.A. Hodge destaca que a guerra é um mal incalculável, e que poucas serão as circunstâncias em que este princípio de guerrear poderá ser legitimamente evocado.

A caminho de concluir seus comentários a respeito do Governo Civil na CFW, A.A. Hodge destaca que a Igreja e o Estado são ambas instituições ordenadas por Deus, tendo porém diferentes objetivos, diferentes esferas de atuação, diferentes governos e oficiais, e assim, embora sendo ambas boas instituições, são independentes um do outro. Esta doutrina se opõe a diferentes visões alternativas, conforme segue:

A doutrina católica romana (especialmente em sua vertente ultramontana), segundo a qual a Igreja possui predominância sobre o Estado. A.A. Hodge compreende que a CFW ensina que o Estado, em sua esfera de ação, é totalmente independente da Igreja, jurisdicionando inclusive todas as pessoas ligadas à Igreja da mesma forma que faz às demais.

A doutrina erastiana, segundo a qual o Estado possui predominância sobre a Igreja. Essa doutrina ensina que o Estado deve prover todas as necessidades do homem, inclusive as espirituais, e foi adotada em alguns países protestantes da Europa, onde a religião é imposta pelo Estado. A.A. Hodge compreende que, em oposição a isso, a CFW ensina que a liberdade religiosa é uma prerrogativa inalienável de todos os homens. Assim, o cristianismo não pode ser adotado por coerção. Decorrendo deste mesmo ponto está o fato de que o governo civil - embora instituído do dever de proteger o culto cristão em seus direitos peculiares

– não possui qualquer jurisdição sobre os assuntos da Igreja. Um mesmo indivíduo pode inclusive assumir posições de comando tanto na Igreja quanto no Estado, mas sua jurisdição em cada um desses casos permanecerá independente da outra em todos os aspectos.

Por fim, A.A. Hodge declara que a obediência aos governantes civis não pode ser maior do que a obediência a Deus. Porém, enquanto os governantes se mantiverem dentro das prerrogativas ordenadas por Deus para seu ofício, o respeito a eles não é apenas uma condescendência, mas um mandamento para os cristãos. A desobediência aos governantes só pode ser aceita quando estes ordenam algo condenado por Deus; ou quando seu governo tornou-se de tal forma corrupto que deixou de cumprir os deveres para os quais foi instituído. Neste caso, pode até mesmo vir a ser o caso de os cristãos terem o dever e o privilégio de mudar o governo – pacificamente, se possível, à força se necessário.

5.3

USO DA CFW NO PRESBITERIANISMO NORTE-AMERICANO¹

A continuidade da influência das confissões reformadas sobre as diferentes igrejas ligadas a essa tradição varia com a orientação teológica desses grupos. Igrejas de teologia progressista tendem a negligenciar as posições doutrinárias das confissões, enquanto que igrejas de teologia mais conservadora tendem a apegar-se firmemente às antigas confissões e catecismos.² Conforme será visto aqui, o presbiterianismo norte-americano dos séculos 18 e 19 (especialmente aquele que desenvolveu missões no Brasil) foi basicamente orientado pelos padrões doutrinários de Westminster.

5.3.1

USO DA CFW NA ORGANIZAÇÃO DA PCUSA E DA PCUS

Em 1729, o Sínodo da Filadélfia – o primeiro sínodo presbiteriano na América do Norte – em seu “Adopting Act” adotou a CFW e seus catecismos como seus padrões doutrinários. Conforme já foi escrito a respeito desse assunto:

¹ “The Origin and Formation of the Westminster Confession of Faith”. Obtido em http://www.pcanet.org/general/cof_origin.htm. Acesso em 15 de Dezembro de 2008

² MATOS, A. S. . “O Legado Duradouro das Confissões”.

Este Ato de Adoção convocava também os presbitérios a providenciarem para que nenhum candidato ao ministério fosse admitido sem subscrever todos os artigos essenciais e necessários da Confissão ou dos Catecismos. Providenciava também para que, caso qualquer ministro do Sínodo não pudesse aceitar algum artigo julgado necessário e essencial pelo presbitério, este presbitério o declarasse impossibilitado de continuar como membro daquele corpo.¹

Embora os teólogos da Assembléia de Westminster tenham excluído da confissão tudo aquilo que identificavam com o erastianismo, sua visão a respeito das relações entre Igreja e Estado possuía aspectos não aceitos pelos pais do presbiterianismo norte-americano. Dessa maneira, em seu “Adopting Act”, o Sínodo da Filadélfia escolheu não adotar determinadas cláusulas da confissão concernentes a esse assunto presentes nos capítulos 20 e 23 desta. O objetivo do Sínodo era retirar da confissão qualquer princípio doutrinário afirmando que o governo civil poderia exercer controle sobre os sínodos da igreja com respeito ao exercício de sua autoridade ministerial, ou que o governo civil possuía poder para perseguir pessoas por motivo de religião.

Em 1787, quando se preparava para a organização da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, o Sínodo fez uma revisão na confissão, modificando cláusulas nos capítulos 20, 23 e 31 concernentes às relações entre Igreja e Governo Civil. Com essas alterações a CFW e seus catecismos foram adotados como padrão doutrinário pela PCUSA. Em 1861 os mesmos padrões doutrinários com as mesmas modificações foram adotados pela PCUS, a Igreja do Sul, e dessa maneira utilizados pelos missionários de ambas as igrejas no Brasil.

Em conexão com o que foi afirmado logo acima, convém lembrar algo observado no segundo capítulo desta dissertação; o presbiterianismo norte-americano passou por um cisma enquanto realizava missões no Brasil. Esse cisma levou à divisão da PCUSA em duas igrejas, a PCUS (Sul) e a PCUSA (Norte). Este não foi, no entanto o único cisma do presbiterianismo norte-americano ao longo do século 19, sendo acompanhado pela controvérsia entre Nova e Velha Escola. A seguir será analisado o impacto desses cismas sobre a adoção da CFW pelos presbiterianos.

5.3.2

¹ C. Gregg Singer, “Os Irlandeses-escoceses na América”: In: W. Stanford Reid, editor. *Calvino e Sua Influência no Mundo Ocidental*, p. 333-334.

CISMAS NO PRESBITERIANISMO NORTE-AMERICANO: A CONTROVÉRSIA NOVA ESCOLA-VELHA ESCOLA E A DIVISÃO PCUS-PCUSA

Em 1788, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos estava plenamente formada, com a criação da sua Assembléia Geral. No início do século 19 a denominação era composta por aproximadamente 13.500 membros comungantes em cerca de 500 igrejas; em 1820, 70.000 membros em 1.300 igrejas, e em 1837 (o ano da criação da Junta de Missões Estrangeiras), 226.000 membros em 2.865 igrejas, números que supostamente poderiam ter sido ainda mais expressivos, como aconteceu com os metodistas e os batistas, se a preparação dos pastores presbiterianos não fosse tão rigorosa e prolongada.¹ Nas décadas seguintes, no entanto, uma série de acontecimentos iria favorecer uma divisão. Em primeiro lugar, o fenômeno dos avivamentos, particularmente o chamado Segundo Grande Despertamento, contribuiu para o extraordinário crescimento da igreja. Em segundo lugar, houve uma polarização na igreja entre dois grupos: a “Velha Escola” e a “Nova Escola”.

A polarização Velha/Nova Escola tem sua origem no Plano de União de 1801, estabelecido entre presbiterianos e congregacionais.² Pelos termos desse plano haveria livre intercâmbio de pastores entre as duas denominações, visando à hercúlea tarefa de evangelização de pioneiros no Oeste norte-americano. Do Plano de União resultou o apoio de presbiterianos e congregacionais a associações religiosas não-denominacionais que surgiam e se consolidavam: Junta de Síndicos (Commissioners) para Missões Estrangeiras (1810); Sociedade Americana de Educação (1815); Sociedade Bíblica Americana (1816); União Americana de Escolas Dominicais (1824); Sociedade Americana de Missões domésticas (1826).³

Com a criação da Junta de Missões domésticas da PCUSA (1819) e a reorganização da Junta de Educação da mesma igreja (1829), uma competição por fundos e pessoal com as organizações não-denominacionais citadas anteriormente surgiu. O resultado foi um crescente mal estar entre presbiterianos e congregacionais. Além disso, o intercâmbio de pastores levava à aceitação de

¹ MATOS, Alderi S. “A Pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: Uma Análise Preliminar”, In.: *Fides Reformata* IX, Nº- 2 (2004). pp. 60-61 e notas.

² Ver http://www.americanpresbyterianchurch.org/the_plan_of_union.htm. Acesso em 5 de Dezembro de 2008.

³ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 195-196.

congregacionais votantes nos concílios presbiterianos, a despeito das diferenças teológicas existentes.¹

A diferença teológica mais visível entre presbiterianos e congregacionais (e entre presbiterianos e outros presbiterianos) resultava da ênfase revivalista no poder decisório do homem para a própria redenção, diversa do ensino calvinista onde a redenção resulta da graciosa e soberana ação divina. À posição revivalista aderiram, de modo geral, os congregacionais e os presbiterianos denominados “New School”, (Nova Escola). À posição calvinista “clássica” aderiam os presbiterianos “Old School” (Velha Escola).²

Os presbiterianos “Nova Escola” concentravam-se principalmente em Nova York; os “Velha Escola” em Nova Jersey, na Pensilvânia e no sul. As preocupações com desvios doutrinários levaram a Velha Escola a criar, em 1812, o Seminário de Princeton, cujo primeiro professor foi Archibald Alexander (1772-1851).³ Alexander foi de 1812 a 1840 o primeiro de uma série de professores e diretores que tornaram Princeton um centro de defesa do calvinismo e da Confissão de Fé de Westminster.

Os grupos Nova e Velha Escola conviveram de maneira tensa dentro da PCUSA até 1837, quando o grupo Velha Escola obteve maioria na Assembléia Geral Presbiteriana e fez um expurgo radical, a que seus opositores responderam, retirando-se da reunião e estabelecendo sua própria Assembléia Geral.⁴ Os grupos Nova e Velha Escola não se reuniram outra vez até 1870. Enquanto isso, em 1861, um novo cisma deu origem à divisão PCUSA-PCUS.

A divisão entre norte e sul na Igreja Presbiteriana norte-americana possui alguma conexão com a divisão Nova e Velha Escola somada a outros novos fatores. Esta divisão surgiu em 1861, quando os presbiterianos do sul, todos do tipo Velha Escola, não compareceram à Assembléia Geral, em Filadélfia.

Nos anos anteriores à 1861 as igrejas do norte e do sul vinham se distanciando em seus posicionamentos a respeito do Estado e da Sociedade, especialmente na questão da escravidão. As igrejas do sul sustentavam a legitimidade da escravidão e defendiam uma maior distância entre Igreja e Estado.

¹ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 195-196.

² RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 195-196.

³ MATOS, Alderi S. “A Pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: Uma Análise Preliminar”, In.: *Fides Reformata IX*, Nº- 2 (2004). pp. 60-61.

⁴ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 195-196.

Formaram uma nova denominação, a chamada Igreja do Sul (PCUS), do tipo Velha Escola. Os grupos Velha Escola e Nova Escola restantes reuniram-se em 1870, formando a chamada Igreja do Norte (PCUSA), contrária a escravidão e mais envolvida em questões políticas.¹

5.4

A CFW NOS PRIMÓDIOS DO PRESBITERIANISMO BRASILEIRO

Resumindo o que foi visto até aqui, o presbiterianismo norte-americano entre 1861 e 1870 estava dividido em dois grupos no eixo norte/sul, a PCUS e a PCUSA. Esta última por sua vez estava dividida entre a Nova e a Velha Escola, enquanto a outra era adepta da Velha Escola. Procurou-se destacar também que a Confissão de Fé de Westminster e seus catecismos, especialmente na leitura calvinista ortodoxa do presbiterianismo norte-americano, eram possivelmente a principal referência teológica dos missionários enviados ao Brasil. Estes pastores talvez não lessem as próprias *Institutas da Religião Cristã*, a grande obra de João Calvino, mas certamente liam e estudavam avidamente os documentos da Assembléia de Westminster, enxergados especialmente através da Teologia de Princeton, onde destacavam-se teólogos como Charles Hodge e A.A. Hodge. Nessa seção serão avaliadas as repercussões dessas informações na atuação de missionários no Brasil propriamente dita.

5.4.1

IMPACTO DOS CISMAS NORTE-AMERICANOS SOBRE OS MISSIONÁRIOS NO BRASIL

Conforme já foi observado nesta dissertação, o Brasil recebeu missionários tanto da PCUSA (Norte) quanto da PCUS (Sul). Apesar das divisões na pátria, os missionários enviados ao Brasil cooperavam livremente entre si, com aval de suas igrejas. As questões que levaram ao cisma de 1861 não foram trazidas para o campo missionário, tornando essa questão relativamente indiferente para o trabalho dos pastores no Brasil.² Já a divisão entre Nova e Velha Escola -

¹ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 196-197.

² RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 199-200.

justamente a divisão que com o tempo traria maiores conseqüências políticas e sociais para a igreja no Brasil - se faria presente de maneira mais sensível.¹

Os missionários enviados ao Brasil eram de modo geral adeptos do presbiterianismo do tipo Velha Escola.² Esta era uma opção aparentemente aprendida ou reforçada nos anos de preparação para o ministério, uma vez que a maioria dos primeiros missionários presbiterianos da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA) que trabalharam no Brasil receberam a sua formação teológica no Seminário de Princeton ou em escolas teológicas de convicções doutrinárias semelhantes.³ A própria *Brazil Mission* era fruto do desejo de John Leighton Wilson, secretário da Junta de Missões Estrangeiras da PCUSA antes da Guerra Civil e “um Velha Escola apaixonado por missões”.⁴

Enquanto o Velha Escola nortista Blackford foi a principal liderança dentro da *Brazil Mission* as divisões entre PCUSA e PCUS pouco influenciaram o presbiterianismo no Brasil. Mas essa liderança foi sendo sutilmente transferida para Horace Lane, teologicamente suspeito e de maiores interesses sociais e políticos.⁵ A tensão, porém, não parece ter atingido seu ápice antes de 1888. Assim, o presbiterianismo no Brasil entre 1859 e 1888 era predominantemente Velha Escola e conservador na questão de envolvimento político da igreja. Preferia evangelizar a “americanizar”.⁶ Isso não quer dizer, porém, que algumas tensões referentes aos cismas e reuniões norte-americanos não estivessem presentes, embora fossem marginais até então.

5.4.2

USO DA CFW NOS PRIMÓDIOS DO PRESBITERIANISMO BRASILEIRO

Conforme foi visto até aqui, o uso de confissões de fé foi uma característica de grande importância para as igrejas reformadas dos séculos 16 e

¹ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 218-219.

² Quanto aos missionários da PCUS é desnecessário repetir: eram Velha Escola. O Presbitério do Rio de Janeiro era vinculado ao Sínodo de Baltimore (PCUSA), do tipo Velha Escola. Em 1869, quando este presbitério foi chamado a votar contra ou a favor da reunião Velha e Nova Escola, votou contra. Ver RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. pp. 197-198.

³ MATOS, A. S. “A Pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: Uma Análise Preliminar”. p. 62.

⁴ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 199.

⁵ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 198.

⁶ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 198.

17, assim como para suas igrejas filhas nos Estados Unidos durante os séculos 18 e 19. Nesse momento será avaliado o uso da CFW e seus catecismos especificamente pelos missionários norte-americanos nos primórdios da Igreja Presbiteriana no Brasil. Os missionários da PCUSA formaram no Brasil um concílio, o Presbitério do Rio de Janeiro, ligado ao Sínodo de Baltimore, do tipo Velha Escola. Já os missionários da PCUS estavam ligados a uma denominação definitivamente Velha Escola. Com a organização do presbitério nacional subordinado ao Sínodo norte-americano de Baltimore, vinha automaticamente, entre outras coisas, a aceitação dos padrões doutrinários daquele sínodo: a CFW e seus catecismos. Essa foi a situação até o Sínodo de 1888.¹ O mesmo pode ser dito a respeito dos presbitérios ligados à PCUS. Ou essa era a definição legal a ser defendida. Vamos procurar avaliar aqui até que ponto esta era apenas uma definição legal e até que ponto os missionários se deixavam influenciar pelos padrões doutrinários de Westminster.

Em primeiro lugar, vejamos o uso dos padrões doutrinários de Westminster em questões organizacionais, mais especificamente na ordenação de pastores e outros oficiais brasileiros. Ao ser ordenado pelo recém-criado Presbitério do Rio de Janeiro no dia 16 de Dezembro de 1865, o ex-padre José Manuel da Conceição fez os exames usuais para tal ocasião, entre os quais declarar sua aceitação da CFW como padrão doutrinário.² De maneira semelhante em 1870, o Presbitério do Rio de Janeiro decidiu que Modesto Perestrelo Barros de Carvalhosa, Miguel Gonçalves Torres e Antônio Bandeira Trajano, três dos primeiros pastores brasileiros ordenados pelos missionários, se preparassem para a próxima reunião do Presbitério (1871) com vistas à sua ordenação ao pastorado, estudando os capítulos 1 a 14 da Confissão de Fé de Westminster.³ O presbitério recomendou também que os candidatos utilizassem em seus estudos os livros *Commentary on the Confession of Faith* e *Outlines of Theology*,⁴ ambos de Archibald Alexander Hodge. Conforme a nova igreja se organizava, adotou-se o procedimento de pastores, presbíteros e diáconos, ao serem ordenados,

¹ COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. p. 67-68; RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*, p. 164, nota.

² COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. p. 67.

³ Esses três pastores pioneiros foram também três dos quatro alunos do seminário primitivo criado pelo Rev. Simonton. Ver MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. p. 319-320.

⁴ COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. p. 69.

responderem afirmativamente à pergunta “Recebeis e adotais sinceramente a Confissão de Fé e Catecismos desta Igreja, como fiel exposição do sistema doutrinário ensinado nas Santas Escrituras?”¹

Em segundo lugar, as evidências apontam para o fato de que os padrões doutrinários de Westminster desempenhavam um importante papel na evangelização dos brasileiros. Ainda na primeira década de trabalhos no Brasil os missionários concluíram que havia a necessidade de literatura evangélica em português para evangelização. Em 1869 o Presbitério do Rio de Janeiro reunido em São Paulo pediu à Junta de Nova Iorque que publicasse, em português, entre outros livros, a CFW.² Em 1876, a Igreja Presbiteriana publicou em português a Confissão, um dos primeiros livros publicados pelos missionários no Brasil.³

Simonton faz menção em seus relatórios e em seu diário do uso de outros catecismos que não os de Westminster em seu pastorado, especialmente em atividades com crianças. Mas faz menção também do uso do *breve catecismo*, possivelmente se referindo ao *Breve Catecismo de Westminster*.⁴ Em 6 de setembro de 1865, um domingo, Blackford anota em seu diário: “Palestra às 4 sobre Perguntas 16 e 17 do Breve Catecismo”.⁵ Nas igrejas que iam sendo organizadas no interior, o Catecismo também se fazia presente nos estudos ministrados pelos missionários.⁶

Nas pequenas escolas geralmente fundadas junto às igrejas para compensar as deficiências do sistema de ensino vigente ensinava-se além das primeiras letras (para os reformados o conhecimento das letras é fundamental, dado o papel central da leitura da Bíblia na vida do crente) a Bíblia e o Breve Catecismo.⁷ Na Escola Americana de São Paulo, um projeto educacional que viria a superar as escolas paroquiais em tamanho e abrangência, utilizava-se também o Breve Catecismo no curso.⁸

¹ COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. p. 69-70.

² FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume I*. p. 101.

³ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 107; RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 10

⁴ COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. p. 68-69.

⁵ Blackford. *Journal Record*. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 166-167.

⁶ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 267-272.

⁷ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 189, 196.

⁸ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 233, 239.

Em terceiro lugar, cabe ressaltar que a CFW e seus catecismos desempenharam um importante papel na formação da primeira geração de pastores brasileiros. Alguns dos primeiros pastores nacionais ordenados pelos missionários estudaram em um seminário primitivo criado por Simonton em 1867 (citado anteriormente nesse estudo), e utilizavam em seus estudos a CFW, assim como livros de A.A. Hodge. Esse seminário formou alguns dos mais notáveis líderes do presbiterianismo brasileiro em sua fase pioneira, mas teve curta duração: suas aulas foram encerradas em 1870. Daí em diante, até que um novo seminário fosse organizado em Nova Friburgo, em 1892, os candidatos ao ministério tiveram sua formação em regime preceptorial.

As Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos davam grande importância à instrução dos seus pastores, e essa atitude transferiu-se para o Brasil, o que tornava o regime preceptorial preocupante. Os missionários, especialmente Blackford, insistiam na necessidade de criar-se um curso teológico permanente. Para remediar a situação, em sua reunião de 1878 o Presbitério do Rio de Janeiro adotou um plano curricular de estudos, que uniformizaria o preparo individual dos candidatos junto a seus preceptores. O currículo incluía, ao longo de seus seis anos de duração, estudos da CFW e seus catecismos. Dentro da biografia utilizada estavam livros de teologia de A.A.Hodge e Charles Hodge, incluindo a CFW comentada por A.A. Hodge. Os presbitérios de Campinas e Oeste de Minas e de Pernambuco tomaram medidas semelhantes em 1887 e 1888 respectivamente. O currículo do Presbitério de Campinas e Oeste de Minas é mais enxuto, possui menos informações. O currículo do Presbitério de Pernambuco incluía *Outlines of Theology* de Hodge e “pede permissão para acrescentar com mais vagar aos autores”.¹

Finalmente, observa-se que a CFW confirmou-se na IPB como padrão doutrinário. Durante o ano de 1881 saiu publicado em vários fascículos, na *Imprensa Evangélica*, o “Livro de Ordem da Igreja Presbyteriana no Brazil”. No capítulo VII, da Primeira Parte, o livro dizia:

A Constituição da Igreja Presbiteriana no Brasil consiste de seus Símbolos Doutrinários compreendidos na Confissão de Fé, nos Catecismos Maior e Breve, juntamente com o Livro de Ordem Eclesiástica, que abrange a Forma de Governo, as Regras de Disciplina, e o Diretório do Culto.

¹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 257-264; 355-361.

No Sínodo de 1888 a CFW e seus catecismos foram confirmados como símbolos de Fé da Igreja Presbiteriana do Brasil.¹ No Ato Constitutivo desta igreja, em seu, Art 1º, § 2º, lê-se:

Os símbolos da igreja assim constituída serão a Confissão de Fé e os Catecismos da assembléia de Westminster, recebidos atualmente pelas igrejas presbiterianas nos Estados Unidos, e o Livro de Ordem publicado na Imprensa Evangélica de 1881, com as emendas já adotadas pelos presbitérios.²

Conclui-se, portanto, que a CFW não era do ponto de vista dos missionários da PCUSA e da PCUS uma “ortodoxia morta”, e sim um padrão doutrinário válido, utilizado e reproduzido, como pode ser especialmente notado na organização eclesiástica, na evangelização dos brasileiros e na formação dos pastores nacionais.

5.5 CONCLUSÃO

Esta é, portanto, tanto quanto se pode conjecturar, a doutrina observada pelos missionários da PCUSA e da PCUS em suas relações com o Estado, seja brasileiro, seja norte-americano – incluindo aí, até que se prove o contrário, os diplomatas: a separação entre a Igreja e o Estado, mas também a cooperação entre as duas instituições em algumas instâncias. Igreja e Estado são duas instituições distintas, igualmente criadas por Deus, com esferas de atuação bastante específicas. O Estado não pode de forma alguma interferir sobre os negócios da Igreja, sendo a recíproca verdadeira. Isso não quer dizer, no entanto que a Igreja, representada por qualquer um de seus membros, não possa influenciar o Estado. Esta seria inclusive uma tarefa necessária, sempre que o Estado estiver inconsciente ou negligente de seu mandato divino.

Quanto a tarefa da evangelização, fica claro que Igreja e Estado podem estabelecer parcerias, embora a evangelização em si seja competência da Igreja. Cabe ao Estado propiciar um meio benéfico para essa tarefa.

¹ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 202.

² COSTA, H. M. P. “Os Símbolos de Fé na História”. p. 70-71.

6

JAMES COOLEY FLETCHER, PASTOR, MISSIONÁRIO E AGENTE DO “PROGRESSO”

Ao longo deste capítulo serão estudadas as possíveis contribuições do missionário James Cooley Fletcher para o estabelecimento de melhores relações (especialmente diplomáticas) entre Brasil e Estados Unidos ao longo da segunda metade do século 19, aproximadamente.

Dedicar um capítulo exclusivo para o estudo da atuação deste missionário pode ser justificado de diferentes formas. Em primeiro lugar, embora presbiteriano e contemporâneo de outros missionários, Fletcher não fazia parte do mesmo projeto missionário a que pertenciam os demais missionários que serão analisados nessa dissertação. Conforme será explicado ao longo dos próximos capítulos, sua presença no Brasil não obedecia aos mesmos parâmetros estratégicos e não possuía os mesmos objetivos iniciais dos demais missionários (evangelizar brasileiros). Estudar Fletcher como um precursor do presbiterianismo no Brasil enfatizando suas especificidades frente aos seus sucessores é uma opção consagrada que não pretendo questionar.¹ Em segundo lugar, existem razões encontradas na revisão bibliográfica para qualificar Fletcher como um “reformador social” mais do que como um “evangelizador”. Conforme já foi apresentado nessa dissertação, essas duas tendências missiológicas estiveram presentes no movimento missionário norte-americano, oferecendo estratégias e objetivos diferenciados para a ação missionária. Uma vez que os demais missionários podem ser previamente qualificados como “evangelizadores”, existe aqui a possibilidade de contrapor ao longo dos próximos capítulos a ação de missionários de duas vertentes distintas, procurando compreender a possibilidade de influência dessas duas tendências sobre as relações EUA-Brasil. Uma terceira razão para abordar James Cooley Fletcher em separado pode igualmente ser encontrada na revisão de literatura. Fletcher é o chamado “cupido do caso de amor entre D. Pedro II e Estados Unidos”. Essa afirmação, nem um pouco desprezível, merece uma análise especial. Conforme será visto ao longo desse capítulo, Fletcher foi um personagem histórico “muito comentado, mas pouco

¹ A respeito disso, ver os trabalhos de Boanerges Ribeiro, Alderi Matos, Júlio Ferreira e David Gueiros.

compreendido”, como escreveu David Gueiros. Uma tarefa proposta aqui é oferecer uma melhor compreensão desse personagem através de uma análise em separado, procurando inclusive destacar suas peculiaridades em relação aos demais missionários em atuação no Brasil em seu tempo.

Feita essa justificativa, cabe aqui introduzir algumas informações a respeito da estrutura deste capítulo. As seções estão organizadas de acordo com dois critérios: em primeiro lugar, buscando sistematizar a atuação de James Cooley Fletcher no Brasil de acordo com assuntos e eventos que podem ser mais diretamente ligados à aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Neste caso, eventos considerados por Lawrence Hill e outros autores como os mais marcantes nas relações entre Estados Unidos e Brasil no século 19 (a Guerra do Paraguai, o tráfico de escravos, a abertura dos rios brasileiros ao comércio internacional, a criação de linhas de vapores ligando os dois países, etc.) são destacados nas seções do capítulo. Em segundo lugar, embora não menos importante, as seções desse capítulo são organizadas buscando a articulação entre essa mencionada sistematização e a fundamentação teórica dessa dissertação. Nesse sentido, será analisado de que forma um ator transnacional (no caso, um representante de diferentes agências missionárias, como será observado) pode buscar afetar a realidade doméstica de um país, mais especificamente sua política externa. Será analisado também como um ator transnacional pode articular-se com outros atores, criando uma rede de influências internacional, no caso ligando dois países através de diferentes estratégias de atuação.

Seguindo estes critérios, as seções do presente capítulo estão na seguinte ordem: primeiro são estudados dados biográficos a respeito de Fletcher e seu papel como missionário no Brasil; em segundo lugar é analisado seu relacionamento com diplomatas e com os demais missionários presbiterianos no Brasil; a seguir são analisadas duas das principais estratégias utilizadas por Fletcher com o fim de aproximar Brasil e Estados Unidos: a aproximação com Dom Pedro II e a propaganda através de livros e artigos em jornais. Por último são estudados os posicionamentos de Fletcher frente a assuntos relevantes para o relacionamento entre EUA e Brasil ao longo do século 19.

6.1

DADOS BIOGRÁFICOS DE JAMES COOLEY FLETCHER E SEU PAPEL COMO MISSIONÁRIO

6.1.1

DADOS BIOGRÁFICOS

O pastor James Cooley Fletcher nasceu em Indianápolis, Indiana, em 15 de Abril de 1823, somente três anos após a fundação da cidade e sete após aquele Estado tornar-se parte da União.¹ Ele era o filho mais velho de Calvin Fletcher, um destacado cidadão local.² Após estudar em diversas escolas locais, o jovem Fletcher foi enviado para a Philips Academy, em New Hampshire, onde realizou

¹ As referências a datas, formação e áreas de atuação de James Cooley Fletcher neste capítulo seguem principalmente o *Biographical Catalogue of the Princeton Theological Seminary, 1815-1932*, de 1933. Obtido em

<http://digital.library.ptsem.edu/default.xqy?img=6&src=biographical1933.xml&div=14>. Acesso em 4 de novembro de 2008. Sobre a atuação de Fletcher no Brasil ver os capítulos 3 a 5 de *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, além de *O Brasil e os Brasileiros*.

² Calvin Fletcher foi um cidadão proeminente de Indianápolis de sua chegada em 1821 até sua morte em 1866. Ele foi Senador do Estado, advogado de sucesso, homem de negócios e fazendeiro. Era também membro ativo de diversas organizações da cidade. Fletcher nasceu em Ludlow, Vermont, em 4 de fevereiro de 1798. Deixou Vermont em 1815 e se estabeleceu em Urbana, Ohio, onde trabalhou como professor e estudou Direito sob James Cooley. Ali casou-se com Sarah Hill. Em 1821 o casal se mudou para Indianápolis. Pouco após sua chegada, ele foi eleito procurador para a jurisdição do Condado de Marion e começou a viajar através do estado. Em 1825 foi eleito senador e permaneceu no cargo até 1833. Embora não tenha concorrido a cargos públicos novamente, manteve seu interesse pela política defendendo legislações a favor de escolas públicas, participando em debates e participando de convenções públicas. Destacou-se como advogado, aposentando-se dessa atividade em 1845. Em 1834 foi designado diretor do Banco do Estado e comissário do fundo de amortização. Ele também se destacou como banqueiro, chegando a organizar seu próprio banco, o Indianapolis Branch Banking Co., também conhecido como Fletcher and Sharpe Bank, com Thomas Sharpe. Outros de seus negócios envolveram especulação fundiária e a presidência da Indianapolis and Bellefontaine Railroad.

Além da advocacia e dos bancos, envolveu-se com a agricultura, tornando-se um destacado fazendeiro. Participou da fundação da Marion County Agricultural Society, sendo seu tesoureiro no primeiro ano de atividade.

Fletcher apoiou diferentes igrejas de Indianápolis, comparecendo a seus trabalhos pessoalmente. Era participante em escolas dominicais, primeiro como professor e mais tarde como superintendente da Escola Dominical da Roberts Chapel. Contribuía também com palestras. Embora não tenha tido uma educação formal, passava boa parte do tempo lendo. Era um fervoroso defensor da educação pública. Em 1847 ele participou da Common School Convention, um encontro realizado em Indianápolis. Foi curador de escolas por sete anos, estabelecendo um sistema público de ensino. Também esteve envolvido em recrutar professores no Leste. Também foi membro da Indianapolis Benevolent Society, da Indiana Historical Society, do comitê local de temperança e outros grupos. Durante a Guerra Civil, ele foi dirigente da comissão mista da U.S. Sanitary Commission e da comissão local, realizando os preparativos para cuidado dos doentes e feridos.

Sua esposa faleceu em 1854. Um ano depois ele contraiu segundas núpcias com Mrs. Keziah Price Lister, uma professora de New Hampshire. Calvin Fletcher faleceu em 26 de maio de 1866.

Informações obtidas através da Indiana Historical Society.

http://www.indianahistory.org/library/manuscripts/collection_guides/M0108.html. Acesso em 13 de novembro de 2008.

os preparatórios para ingressar na faculdade. Ingressou na Brown University, de Providence, Rhode Island, onde graduou-se em 1846.

Em 1847, tendo decidido se dedicar ao ministério, Fletcher ingressou no Seminário de Princeton, onde estudou sob Charles Hodge e Archibald Alexander. Dois anos depois, em 1849, Fletcher transferiu-se para a Europa visando aperfeiçoar seu domínio da língua francesa a fim de tornar-se um dia missionário no Haiti. Completou seus estudos em Paris e Genebra - nesta última sob Jean-Henry Merle d'Aubigne, historiador da Reforma Protestante. Casou-se com uma filha de César Malan, teólogo calvinista de Genebra, e em 1850 retornou aos Estados Unidos com a esposa Henriette e a filha Julia Constance Fletcher.

Nas palavras do professor David Gueiros...

Autor muitas vezes citado, ainda que pouco compreendido, James Cooley Fletcher foi um pioneiro do trabalho protestante missionário no Brasil e um dos que, muito ativamente, contribuíram para o movimento de protestantização do Império e para a luta em favor da completa liberdade de culto.¹

Fletcher foi ordenado em 13 de fevereiro de 1851 pelo presbitério de Muncie, Indiana, e no mesmo ano foi enviado ao Rio de Janeiro como missionário da American and Foreign Christian Union² (ver nota de rodapé) e capelão da

¹ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 62.

² A União Cristã Americana e Estrangeira (American and Foreign Christian Union, AFCU) foi fundada em maio de 1849 como um grupo interdenominacional com o propósito de converter católicos romanos norte-americanos e estrangeiros ao evangelismo protestante. Os membros da AFCU consideravam essa tarefa um passo essencial em direção ao objetivo maior de converter o mundo ao protestantismo norte-americano e à democracia. A AFCU garantia seus fundos através das contribuições voluntárias, sobretudo de igrejas presbiterianas e congregacionais. Diversos membros da administração e do corpo docente da New York University (Universidade de Nova Iorque) eram afiliados a esta organização.

Sediada na cidade de Nova Iorque, a AFCU foi fundada a partir da união de três diferentes sociedades criadas em torno dos primeiros anos da década de 1840, período de migração irlandesa católica particularmente forte para os Estados Unidos: American Protestant Society (Sociedade Protestante Americana, 1844-1849), Christian Alliance (Aliança Cristã, 1842-1849), e Foreign Evangelical Society (Sociedade Evangélica Estrangeira, 1839-1849).

A AFCU empregou missionários domésticos, deu suporte a esforços missionários individuais e a sociedades associadas na Europa, Canadá e América do Sul. Em países onde organizações protestantes ou evangélicas não existiam, a AFCU patrocinava missionários individuais, embora isso fosse quase sempre feito em cooperação com agências similares, como a Sociedade Americana de Amigos dos Marinheiros, o que foi o caso de Fletcher.

A União também trabalhava com a American Bible Society e com a American Tract Society. A partir de 1850 a União publicou mensalmente um jornal, *The American and Foreign Christian Union*, rebatizado de *The Christian World* (O Mundo Cristão, 1850-1884). Na década de 1860 duas grandes denominações, a presbiteriana e a metodista, começaram estabelecer missões independentes para converter os católicos a suas respectivas doutrinas. Isso representou uma significativa perda financeira para a União, que fechou várias pequenas missões estrangeiras, incluindo a do Brasil, e limitou sua atuação para menos países a fim de centralizar seus esforços

American Seamen's Friend Society¹, em uma missão que duraria até 1854. Seu objetivo seria atender aos norte-americanos residentes na corte brasileira e aos milhares de marinheiros norte-americanos que passavam pelo porto do Rio de Janeiro indo em direção à Califórnia via Estreito de Magalhães. Desde 1832 a American Seamen's Friend Society batalhava sem grande sucesso para manter um capelão permanente no Rio de Janeiro, contando inclusive com a cooperação voluntária dos metodistas Daniel P. Kidder e Justin Spaulding na década de 1830, indo até 1842. Fletcher foi o primeiro missionário desta agência a aceitar o cargo permanente no Rio de Janeiro por um longo período de tempo, disposto a enfrentar todos os perigos tropicais que o Brasil, ao menos no imaginário norte-americano, tinha a oferecer.

6.1.2

O PAPEL MISSIONÁRIO DE FLETCHER

Conforme foi observado, Fletcher e os demais missionários acabaram por se compreender mutuamente como representantes de vertentes missiológicas diferenciadas, o que impediu uma cooperação mais estreita entre todos. Fletcher adotava uma visão missionária onde a reforma social era enfatizada, enquanto que os demais missionários a serem estudados nessa dissertação enfatizavam de modo geral conversões individuais. No entanto, é importante não perder de vista que Fletcher era primordialmente um missionário, e não um filantropo ou um político. Há um risco de se perder isso de vista, separando a atuação de Fletcher de suas idéias religiosas. Nesta seção será destacado esse ponto.

Apesar de suas idéias serem excêntricas aos olhos dos demais presbiterianos, Fletcher dava mostras de comprometimento e seriedade com sua missão. Como capelão dos marítimos, missionário e colportor, ele trabalhou arduamente nos anos em que esteve no Brasil. Para ficar somente em alguns exemplos, visitava com regularidade marinheiros e demais cidadãos norte-

neles, especialmente Itália e França. Em 1884 a AFCU interrompeu suas atividades missionárias, mas continua hoje dando suporte à American Church in Paris (Igreja Americana em Paris). <http://www.afcubridge.org/History%202.htm>. Acesso em 5 de novembro de 2008.

¹ Criada em Nova Iorque em 1828, a Sociedade Americana de Amigos dos Marinheiros (American Seamen's Friend Society, ASFS) era apenas uma das várias organizações religiosas estabelecidas no século 19 com o objetivo de melhorar as condições sociais e morais dos marinheiros. Foi em sua antiga sede que em 1912 receberam cuidados os tripulantes do naufrágio do Titanic.

americanos hospitalizados no Rio de Janeiro e adjacências, preocupava-se com imigrantes alemães desassistidos por seu país e envolveu-se profundamente na divulgação da Bíblia pelo Brasil. Seu objetivo parecia ser preparar o caminho para que futuros missionários encontrassem no Brasil as condições propícias para pregar aos nativos, e não somente a estrangeiros, como fazia ele próprio. Para isto, concentrava-se em formar um bom círculo de amigos entre membros da alta sociedade a fim de obter proteção para si e seus colegas. Sua ênfase era sempre a de que a evangelização do Brasil e seu “progresso” caminhariam juntos.

Lawrence Hill destaca em diferentes momentos de seu já citado livro a difícil vida dos marinheiros norte-americanos de passagem pelo Rio de Janeiro durante o século 19.¹ Fletcher destaca a presença de um grande número de norte-americanos residindo ou passando pelo Rio como marinheiros.² É difícil imaginar como seria a vida dessas pessoas, que não podiam casar, batizar e educar seus filhos, ou enterrar seus mortos. Em *O Brasil e os Brasileiros* o missionário cita o seu trabalho junto aos marinheiros como capelão da American Seamen's Friend Society e informa sobre a necessidade de ajudar a esta classe, os milhares de marinheiros ingleses e americanos que passavam pelo Rio de Janeiro todos os anos.³ Ainda em seu livro ele menciona que as igrejas luteranas dos EUA deveriam realizar um trabalho com os luteranos no Brasil, pois esta seria uma forma de ajudá-los e ao mesmo tempo evangelizar o Brasil.⁴

Uma tese defendida em diferentes momentos ao longo de *O Brasil e os Brasileiros* é a de que o único fator separando o Brasil do “progresso” é a falta de uma religião pura e uma moral sã.⁵ Tratando a respeito da imigração para o Brasil Fletcher faz a seguinte afirmação: “Deixe que o puro evangelho esteja no coração dessas pessoas [os imigrantes], e o Brasil, no futuro será uma terra em todos os aspectos sem igual na face da Terra”.⁶ Aproximando-se da conclusão de seu livro o missionário afirma que a primeira reforma a ser feita no Brasil para que este alcance o progresso seria a reforma religiosa.⁷ E embora tenha sempre buscado a proteção governamental para si e seus colegas missionários Fletcher afirma que...

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* pp. 40; 84.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 25, 106.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 96-97.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 341.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 181 por exemplo.

⁶ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 415.

⁷ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 587.

...a propagação da verdade, todavia, não depende dos atos legislativo ou da ajuda de estadistas, embora possamos saudar com prazer todos os movimentos dos poderes constituídos em favor da instrução e da religião.¹

Devido a problemas de saúde de sua esposa, Fletcher precisou retornar aos Estados Unidos entre 1853 e 1854. Seu retorno aos EUA, longe de significar o final de suas atividades a favor da aproximação entre Estados Unidos e Brasil, tornou-se uma oportunidade para intensificar e diversificar sua campanha. Neste período o missionário esteve em Washington, D.C. Em todas as suas atividades ali foi auxiliado por seu amigo Robert Schenck. Esteve junto ao presidente Millard Fillmore (um unitarista,² diga-se de passagem), a quem considerou “muito afável”. O presidente acompanhou ainda uma pregação do missionário. Neste período Washington ainda fervilhava com as notícias a respeito das idéias de Fontaine e da expedição Gibbon-Herndon. Conforme já vimos, o ministro Francisco Inácio de Carvalho Moreira encontrava-se consternado com o que considerava ser a ameaça de uma invasão de flibusteiros ao Amazonas.

A passagem de Fletcher pelos EUA naquele momento tornou-se apenas uma breve interrupção de suas atividades no Brasil. E cabe destacar, atividades estas orientadas por um pano de fundo primordialmente religioso, ainda que diferenciado em importantes aspectos daquele que orientava outros missionários no Brasil.

6.2

RELAÇÃO DE FLETCHER COM DIPLOMATAS E MISSIONÁRIOS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL

6.2.1

RELAÇÃO DE FLETCHER COM DIPLOMATAS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL

Nesta seção será analisado o relacionamento do missionário James Cooley Fletcher com os diplomatas norte-americanos em atuação no Brasil durante o Segundo Reinado. O objetivo é compreender de que maneira Fletcher envolveu-se

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 394.

² Unitaristas negam o dogma da Santíssima Trindade, e com isso o cristianismo como um todo, embora possam aceitar preceitos morais cristãos.

com a diplomacia entre os dois países, e especialmente de que forma esse envolvimento pode ter cooperado para a aproximação entre os dois países.

A missão de Fletcher e suas atividades religiosas foram negociadas com o governo brasileiro por Robert Cumming Schenck (1851-1853), Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário dos Estados Unidos para o Brasil e Argentina. Schenck nomeou Fletcher Capelão da Legação Americana, com o título de “Adido”, dando-lhe dessa maneira proteção oficial.

Pouco tempo após sua chegada, o missionário recebeu de seu vizinho e amigo Ferdinand Coxe, Secretário da Legação, o pedido de substituí-lo. Dessa maneira o pastor tornou-se Secretário Interino da Legação, trabalhando sob as ordens de Edward Kent, cônsul americano na corte e Charge d’Affaires na ausência de Schenck. Na interpretação do professor Gueiros, naquele momento, Fletcher parece ter chegado à conclusão de que seu dever e sua responsabilidade não eram apenas ser pastor dos marinheiros e dos americanos residentes no Rio, mas também evangelizar os brasileiros. Essa mudança de mentalidade de capelão de marítimos para a de missionário é claramente indicada em uma carta de doze páginas, escrita a Calvin Fletcher, seu pai.

Fletcher, nesta carta, começava a formular o que parece ter-se tornado seu plano de ação e por algum tempo sua grande obsessão: converter o Brasil ao protestantismo e ao “progresso”. A partir de seus escritos pode ser deduzido que para ele o protestantismo equalizava-se ao desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.¹

Os cargos ocupados na Legação entre julho de 1852 e outubro de 1853 deram-lhe a oportunidade de fazer amigos na Corte, quase todos indivíduos de tendências liberais que favoreciam causas que ele advogava, especialmente a liberdade de culto. O círculo de amizades de Fletcher no Rio de Janeiro chamado por David Gueiros de “brasileiros amigos do progresso” e sua influência sobre questões domésticas brasileiras é extensamente abordado pelo historiador no quarto capítulo de seu livro.

Robert C. Schenck, o amigo do missionário de Indianápolis, foi substituído em 1853 por William Trousdale (1853-1857) o diplomata norte-americano que conforme já foi visto, chegou ao seu posto com as instruções explícitas de que seu

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 63.

objetivo mais importante no Brasil seria assegurar aos cidadãos dos Estados Unidos o uso do rio Amazonas. Trousdale, ao contrário de Schenck, não foi de forma alguma acessível à Fletcher e aos seus conselhos. O missionário ficou pasmo com as maneiras grosseiras e com a desastrada atuação do novo diplomata. A falta de um amigo na diplomacia pesou para Fletcher. Ele encontrou-se não somente afastado da confiança do ministro americano, mas também demitido de seu emprego na Legação. O nome de Fletcher desapareceu completamente da lista diplomática da Corte Imperial do ano de 1854.¹

Conforme já foi visto, a diplomacia de Trousdale não alcançou seus principais objetivos. A má impressão deixada pelo tenente Matthew Fontaine e a desconfiança gerada pela expedição Gibbon-Herndon provaram ser desastrosos para as relações entre Brasil e Estados Unidos, justamente quando o Governo Imperial, apossado pelos ingleses por causa da questão do tráfico de escravos, tinha obviamente tomado a decisão de apelar para os Estados Unidos, sob a Doutrina Monroe. Fletcher teve uma maneira particular de analisar este quadro negativo. Como correspondente do *New York Daily Times* ele escreveu:

o Brasil estava se preparando para se atirar nos braços dos Estados Unidos da América do Norte e, provavelmente, sem consultar o Gabinete de Washington, revelou tal intenção ao Ministro Britânico.²

Fletcher foi claramente crítico de Trousdale. Descrevendo o ministro para seu pai, disse que este era “o palhaço de toda a Corte, do corpo diplomático e de seus próprios patrícios. É um homem que não pede conselho a ninguém e não toma o conselho de ninguém que tente dar-lho”.³

O envolvimento de Fletcher com a diplomacia dos Estados Unidos, com a política brasileira e com aventuras comerciais deve ser estudado dentro do contexto do seu conceito de “missões”. Para este pastor, tais atividades eram uma parte integral do seu “trabalho missionário”, como claramente afirmou em 1862, em carta ao *Journal of Commerce* de New York:

¹ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 64.

² VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 64. A declaração de Fletcher ao jornal norte-americano citada por Gueiros data de 3 de janeiro de 1853.

³ Carta de Fletcher ao seu pai em 16 de outubro de 1853, citada em VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 64.

...sei que alguns podem dizer que não é o papel de um clérigo missionário estar envolvendo-se com negócios. Mas creio que tenho uma visão mais alta do que o mero interesse mercantil do meu país, pois sou dos tais que crêem que a religião e o comércio são servos que, unidos com a benção de Deus, servem para a promoção dos interesses mais nobres e mais altos da humanidade.¹

Em outras palavras, pode-se classificar Fletcher na ala de “reformadores sociais” dos missionários norte-americanos. Em suas viagens e permanências no Brasil ele teve a oportunidade de conviver de perto com diplomatas de diferentes países, sobretudo norte-americanos. Além de sua já mencionada passagem pela legação norte-americana, observa-se que em diferentes ocasiões diplomatas de diferentes países foram seus vizinhos e amigos.² Suas observações em relação a diplomacia de seu país no Brasil geralmente são negativas. O missionário considera que o Brasil é bem representado por seus diplomatas, pessoas educadas, disciplinadas e destacadas academicamente, no mesmo nível dos seus colegas da Inglaterra e França (Carvalho de Moreira, representante do Brasil nos EUA entre 1852-1855 é citado como exemplo disso). Já os EUA são mal representados no Brasil em função de partidarismos políticos.³

Um dos poucos elogios de Fletcher a um diplomata norte-americano no Brasil dirigiu-se a Ethan Allen Brown, Chargé d'Affaires (1831–1834) há poucos meses no Brasil quando Dom Pedro I abdicou do trono a favor de seu filho. Enquanto outros diplomatas procuraram defender os interesses de seus países, assumindo uma postura desconfiada e defensiva em relação ao novo regime, Brown estendeu seu apoio ao novo governo, o que angariou atitude positiva dos brasileiros.⁴ Esta seria, de acordo com o pastor, a atitude correta, que os EUA deveriam recuperar em sua diplomacia. Porém, durante a regência que se seguiu, diversas nações elevaram os postos diplomáticos no Brasil à máxima categoria, coisa que se esperava dos EUA, mas que não aconteceu.⁵ Outro raro elogio é destinado a William Hunter, Chargé d'Affaires (1835–1842) e ministro para o Brasil (1842–1843). Em suas palavras, “no foreign diplomatist in brazil left warmer friends than honorable Mr. Hunter, of Rhode Island. His accomplishments

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 65. A citação data de 6 de setembro de 1862.

² KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, James Cooley. *Brazil and the Brazilians, Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857. pp. 133, 295.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 185-186.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 213-214.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 216.

as a scholar and his affability as a gentleman won the hearts of all”.¹ Lawrence Hill destaca positivamente este mesmo diplomata, especialmente por sua atuação em favor de melhores relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos – o eterno plano de tomar o lugar da Inglaterra. Hunter advogou também a necessidade de elevar a missão no Brasil a um nível diplomático superior, visando continuar na disputa com as potências européias que já haviam tomado esse passo. Por último, Hill relata que Hunter teve uma atuação positiva – em contraste com seu país - por ocasião da proclamação da maioria de Pedro II. Apesar de seus conselhos, Washington não mandou nenhuma congratulação oficial nesta ocasião, mais um episódio a azedar as relações entre Brasil e Estados Unidos.² Com essas informações compreende-se que Fletcher e Hunter possuíam idéias semelhantes, justificando-se os elogios do missionário ao diplomata.

Uma outra oportunidade de avaliação da diplomacia norte-americana em relação ao Brasil surge em Salvador, quando Fletcher encontrou-se com Mr. Gillmer, cônsul norte-americano na Bahia. Os elogios a Gillmer são feitos em contraste com a natureza dos demais representantes diplomáticos dos EUA no Brasil:

na casa do cônsul americano Sr. Gillmer está-se sempre seguro de encontrar brasileiros dos mais refinados e bem educados. Esse cavalheiro é um dos poucos cônsules americanos que, pelo conhecimento da língua da terra em que reside, pela sociabilidade de caráter e facilidade de maneiras, e pelo orgulho do seu país, representa devidamente uma grande nação. O Sr. Gillmer residia há muito na Bahia, e, por suas excelentes qualidades ganhou o coração dos brasileiros.³

Ainda na Bahia, em companhia do cônsul, Fletcher deparou-se com um cemitério para americanos “o único no Brasil que pertence aos cidadãos da União”. A ocasião serve para mais comentários negativos a respeito do descaso de Washington em relação ao Brasil:

O nosso país há muito tem sido devedor da cortesia dos cônsules ingleses pelos espaços de terra cedidos para o enterro de cidadãos norte-americanos. Este cemitério foi devido à generosidade particular, e especialmente à energia e à contribuição liberal do Sr. Gillmer. Mas, não era justo nem razoável que ele sustentasse toda a carga. Em vão apelou para o nosso governo para que ajudasse a conservar esse lugar de descanso para os nossos mortos, e o resultado é que, não conseguindo auxílio oficial, está o cemitério em tristes condições. A política da Grã-Bretanha é nobre a esse respeito [a esse respeito – talvez

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 227.

² HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* pp. 86-87; 93-94.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 484.

indicando não ser em outros assuntos]. Em qualquer lugar ergue capelas e estabelece cemitérios para tais fins; e, embora necessariamente os Estados Unidos não possam reconhecer qualquer ligação entre a Igreja e o Estado, mesmo assim, um lugar decente para enterro dos mortos em países estrangeiros, é assunto de comum humanidade que exige imediata atenção do governo. Conheci pais nos Estados Unidos que dariam milhares se pudessem ao menos saber o lugar onde descansam os restos de seus queridos filhos que, morrendo em hospitais, foram enterrados nas valas comuns daqueles cujo país não possui um cemitério para os seus.¹

O que se observa, portanto, é que Fletcher assumiu uma posição bastante crítica da diplomacia norte-americana em relação ao Brasil. Conforme ele avaliava, os EUA deveriam enviar ao Brasil diplomatas melhor preparados, e não aliados políticos dos indivíduos no poder. A crítica de Fletcher em relação aos diplomatas norte-americanos concentra-se especialmente no fato de estes não representarem dignamente sua nação, que de outra forma poderia gozar de relações mais amistosas (e mais rentáveis) com o Brasil.

6.2.2

RELAÇÃO DE FLETCHER COM OS DEMAIS PRESBITERIANOS

Feita a avaliação das relações entre Fletcher e os diplomatas norte-americanos, passamos agora para a avaliação das relações entre Fletcher e os demais missionários presbiterianos em ação no Brasil durante o Segundo Reinado. O objetivo é principalmente destacar as peculiaridades do missionário de Indianápolis em relação aos colegas.

Um primeiro ponto a destacar a respeito do relacionamento de Fletcher com seus colegas é o caráter pioneiro deste missionário. Porém, apesar de as pesquisas demonstrarem uma grande importância de Fletcher no estabelecimento do protestantismo no Brasil, seus colegas presbiterianos tiveram a tendência de ignorar esta participação, atitude refletida em estudos históricos posteriores. Alexander Latimer Blackford, o primeiro historiador do presbiterianismo brasileiro e um de seus grandes líderes no século 19, por exemplo, limitou-se a mencionar Fletcher como um dos escritos de *O Brasil e os Brasileiros*, juntamente com Daniel Parish Kidder, em seu livro *Sketches of the Brazil Mission*.²

A tendência de ignorar Fletcher pode ser oriunda de um menosprezo do papel desse missionário. De fato, missionários posteriores possuíam uma linha de

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 485-486.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 68.

ação bastante diferente deste primeiro pastor. Por exemplo, ao contrário de Fletcher, os missionários da PCUSA e da PCUS costumavam apelar para os políticos amigos somente em casos de verdadeira emergência, apesar de todo o auxílio que vários políticos liberais se dispunham a prestar à causa presbiteriana e ao protestantismo em geral. Essa opção certamente não se enquadrava nas estratégias ou nas bases ideacionais de Fletcher. Em diferentes ocasiões ele procurou aconselhar os colegas a respeito de alianças que poderiam obter com políticos brasileiros. No entanto, seus colegas rejeitaram seu conselho político e por fim rejeitaram-no também.¹

Não se pode afirmar, no entanto que o missionário de Indianápolis e seus colegas não tenham buscado uma convivência amistosa, ainda que sem sucesso. Fletcher chegou a pregar na recém fundada Igreja Presbiteriana do Rio, e procurou auxiliar os colegas em algumas ocasiões. No entanto, em 1863, depois que foi visitado por Fletcher, Simonton escreveu uma longa e amarga carta contra o colega, acusando-o de “mundanismo” e de não assistir aos serviços religiosos aos domingos. Simonton chamou a campanha de Fletcher para levantar fundos para sua obra missionária no Brasil de “maroteira religiosa” descreveu o colega como um “estorvo religioso” que devia ser afastado.² Blackford e o episcopal Richard Holden também tiveram diferenças com o capelão. Juntos escreveram diretamente a Fletcher uma carta com o intuito de expor-lhe o que acreditavam ser sua posição como missionário no Brasil. Blackford não entrou em detalhes sobre o que disse a Fletcher nessa pequena correspondência, mas parece que era da mesma opinião de Simonton.³

Apesar da rejeição, Fletcher ajudou a *Imprensa Evangélica*, conseguindo clichês de ilustrações de jornais dos Estados Unidos, e mais tarde mandou para seus colegas uma imprensa muito grande e completa que tiveram que vender, segundo alegaram porque a conservação da mesma era muito dispendiosa.⁴ Resumindo, Fletcher e os demais missionários aparentemente discordavam em muitas coisas, ou ao menos tiveram dificuldades em entender-se. É importante notar também que ao menos até a edição de 1866 de *O Brasil e os Brasileiros*,

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 161.

² Ibidem.

³ Ibidem. Infelizmente o professor Gueiros não informa de qual data é a carta de Blackford e Holden para Fletcher, e também não entra em maiores detalhes sobre o assunto.

⁴ Ibidem.

Fletcher pouco fala a respeito do estabelecimento de igrejas presbiterianas no Brasil, limitando-se quase a mencionar a circulação do jornal *Imprensa Evangélica*.

É possível que os demais missionários tenham assim recusado o auxílio de uma pessoa com suficientes ligações políticas no Brasil para promover a legislação com a qual seria beneficiada a causa protestante, embora possa ser observado também que Simonton e seus colegas tiveram grande progresso por conta própria, sem seguir os conselhos de Fletcher ou depender de sua assistência. De qualquer forma, fica óbvio que ao longo do período que estamos estudando havia missionários de diferentes convicções convivendo no Brasil.

6.3

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DE INFLUÊNCIA DE FLETCHER

6.3.1

FOCO EM DOM PEDRO II

Conforme foi visto até aqui, orientado por princípios religiosos em alguma medida diferentes dos demais missionários, Fletcher buscou uma maior aproximação entre Estados Unidos e Brasil. Um elemento chave dessa aproximação passava pelo destaque da figura de Dom Pedro II junto aos norte-americanos, bem como a tentativa de influenciar o imperador brasileiro no sentido de este buscar relações mais amistosas com os EUA. Nesta seção serão trabalhados esses aspectos do trabalho de Fletcher.

A imagem do imperador brasileiro é a primeira impressão vista pelo leitor de *O Brasil e os Brasileiros*, sendo a primeira das gravuras que ilustram o livro um retrato de Dom Pedro II. Não é por acaso. O principal objeto de Fletcher com seu livro é desfazer impressões equivocadas (e negativas) dos norte-americanos a respeito do Brasil, demonstrando que “a terra do cruzeiro do sul” é uma nação em muitos aspectos tão promissora quanto os Estados Unidos, não fosse o detalhe de ter lhe faltado a semente do protestantismo; e Pedro II é uma peça chave nesse

esforço. Não faltam no livro elogios ao monarca dos trópicos, que encantou o missionário norte-americano.¹

O primeiro capítulo de *O Brasil e os Brasileiros* descreve as impressões de um viajante vindo do frio hemisfério norte ao entrar no porto do Rio de Janeiro. Não faltam elogios destilados em bela linguagem poética às belezas da cidade portuária e sua baía – a cena mais bela já vista pelos viajados e cosmopolitas Kidder e Fletcher. No entanto a maior distinção do Rio de Janeiro está no fato de ser residência

do jovem e dotado Dom Pedro II, que une o sangue dos Habsburgo e dos Bragança, debaixo de cujo domínio constitucional a liberdade civil, a tolerância religiosa, e a prosperidade em geral estão melhor asseguradas do que em qualquer governo do Novo Mundo, com exceção dos locais onde vivem anglo-saxões.²

São muitos os elogios a Dom Pedro II espalhados ao longo do livro: o imperador destaca-se em suas aparições públicas (um “Saul”, de porte majestoso e mente privilegiada), é caracterizado como o governador mais esclarecido da América do Sul e um governante preocupado, que permanece ao lado de seu povo nas vicissitudes. É também classificado como um filantropo, desapegado ao dinheiro, um promotor de reformas religiosas e um estudioso ávido desde a infância, exemplo para a juventude brasileira. É considerado um monarca constitucional, “como na Inglaterra, e não um déspota como aqueles da Rússia”, respeitado por seu povo e digno da devoção que lhe prestam. De modo especial, Dom Pedro II é considerado o grande responsável pelas transformações que um dia haveriam de trazer equivalência de desenvolvimento entre Brasil e Estados Unidos.³ O missionário deixa ainda espaço para diferenciar o cidadão Pedro de Alcântara do Imperador Dom Pedro II,⁴ demonstrando a simplicidade do homem por trás do título.

Um capítulo inteiro (o décimo terceiro) é dedicado ao imperador, repleto de elogios que destacam especialmente seus dotes intelectuais, sua amabilidade com os súditos e sua simplicidade. O capítulo narra também a maneira como

¹ De maneira pitoresca, Fletcher batizou a iguana de estimação da família de Pedro. Ver KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 295.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 22-23.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 100-101; 115; 123; 139; 160; 181; 212; 223; 228-229; 242; 262; 434-435

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 235.

Fletcher e Dom Pedro II vieram a se conhecer. Em setembro de 1852, quando o pastor assumiu o cargo de secretário da legação, foi-lhe designada a tarefa de guiar o imperador em uma visita ao *City of Pittsburg*, um vapor mercante norte-americano ancorado no porto do Rio a caminho da Califórnia via Estreito de Magalhães.

Dom Pedro II ficou maravilhado com o navio, examinando os mínimos detalhes de seu funcionamento. A tudo isso Fletcher o seguia, usando seus dotes lingüísticos - ninguém na Legação além dele sabia francês ou português - para fornecer informações servindo de mediador entre o imperador e os oficiais norte-americanos. A ocasião parece ter sido bastante marcante para o missionário, pois neste capítulo ele menciona que em seu breve retorno aos Estados Unidos, em 1854, foi iniciado o trabalho que lhe tomaria muitos anos, o de aproximar os dois países, retirando os entraves da ignorância mútua que impediam contatos mais próximos.¹

David Gueiros deduz a partir da correspondência entre Fletcher e sua família que o missionário parecia estar fascinado com a idéia hipotética de exercer uma influência política e ética sobre o imperador. Isso era algo que um colega seu, o Reverendo Charles Stewart, capelão da Marinha dos Estados Unidos, alegava haver tido em relação a Luis Bonaparte enquanto este esteve exilado em Nova Iorque.² De fato, o missionário parece ter ensaiado uma evangelização do monarca na ocasião em que se encontraram no palácio em São Cristóvão. Ao entregar livros ao imperador, Fletcher afirma que “I called his attention particularly to the ‘Celestial Road’, which caused an allusion to Bunyan’s ‘guide and handbook to the Celestial City’”.³

Em sua segunda grande viagem internacional D. Pedro II escolheu visitar os Estados Unidos para assistir às festas do centenário da independência, cuja principal atração seria a exposição internacional de Filadélfia. Na avaliação de José Murilo de Carvalho, muito importante para essa dissertação, o “caso de amor [de Dom Pedro II] com os Estados Unidos se iniciou na década de 1850 e teve como cupido o reverendo James Cooley Fletcher”.⁴ Segundo José Murilo, a viagem aos Estados Unidos seria uma oportunidade para encontrar amigos que o

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 237-238.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 64-65.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 250.

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. pp. 157-159.

imperador conheceu graças a Fletcher: Longfellow, Elizabeth Agassiz e Whittier, além do próprio missionário. A própria viagem aos EUA havia sido uma sugestão de Agassiz, que falecera em 1873.¹ José Murilo relata ainda a maneira como os norte-americanos, a princípio desconfiados, acabaram por se encantar com D. Pedro II. Sua análise parece apenas reforçar o veredicto de Burns, vista em outra parte dessa dissertação: a visita do imperador brasileiro aos Estados Unidos foi um marco fundamental nas relações entre os dois países.

Pode-se mencionar ainda que a edição de 1857 de *O Brasil e os Brasileiros* é concluída com um discurso de Dom Pedro II a respeito das possibilidades de desenvolvimento ainda diante do Brasil,² algo que reforça o papel atribuído por Fletcher ao monarca brasileiro nesse processo. A vista dessas informações fica claro que a aproximação entre Dom Pedro II e os EUA, e conseqüentemente Brasil e EUA, teve importante participação e incentivo de Fletcher.

6.3.2

ESTRATÉGIAS GERAIS COMO PROPAGANDISTA

Talvez um dos aspectos de maior destaque na atuação de Fletcher no eixo Brasil-Estados Unidos tenham sido suas atividades filantrópicas, buscando de diferentes formas favorecer a aproximação entre os dois países, e seu papel como propagandista do Brasil nos EUA, especialmente através de seu livro *O Brasil e os Brasileiros*. Nesta seção serão destacados esses dois papéis. Há que se destacar também que *O Brasil e os Brasileiros* constitui-se como uma das principais fontes para compreensão da atuação de Fletcher no Brasil. Dessa forma, será feita também uma breve avaliação do livro e suas principais teses.

Entre 1855 e 1856 Fletcher estava de volta ao Brasil após uma breve passagem pelos EUA, desta vez como agente da American Bible Society.³ Neste período viajou quase cinco mil quilômetros Brasil adentro distribuindo Bíblias. Foi também um período no qual ele deixou seu lado filantropo falar mais alto, organizando com grande sucesso uma exposição industrial de produtos norte-

¹ CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. pp. 157-159.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 588-589.

³ Fundada em 1816, a American Bible Society (ABS) é um grupo que publica, distribui e traduz a Bíblia. É uma das mais antigas Sociedades Bíblicas em atuação. Obtido em <http://www.americanbible.org/pages/about-more-history>. Acesso em 6 de novembro de 2008.

americanos no Rio de Janeiro. A exposição foi ainda uma oportunidade para aproximar-se de Dom Pedro II, a quem os industriais norte-americanos enviaram presentes.

Após a exposição o pastor viajou para as províncias do sul do Brasil, onde distribuiu grande número de bíblias, inclusive entre imigrantes alemães luteranos. De volta o Rio encontrou-se mais uma vez com o imperador. Conforme descreve David Gueiros, sem nenhuma audiência marcada, Fletcher invadiu o palácio de São Cristóvão durante a festa de aniversário da princesa Leopoldina trazendo consigo vários livros que havia recebido de editores dos Estados Unidos. Para sua grande surpresa e alegria, Dom Pedro II o recebeu imediatamente. O imperador encontrava-se especialmente esperançoso de através de Fletcher travar contato com Henry Wadsworth Longfellow, um poeta norte-americano de sua predileção. Através do missionário, Dom Pedro II enviou ao poeta o recado “Diga-lhe o quanto prazer ele me tem dado, como lhe estimo, como lhe amo”.¹ Esta admiração por Longfellow ajudou Fletcher a manter contato com o imperador pelas duas décadas seguintes.

De volta aos Estados Unidos em 1856 Fletcher procurou aproximar-se de Henry Longfellow, Louis Agassiz e John Whittier, para quem serviu de intermediário daí em diante junto a Dom Pedro II. O missionário parece ter deliberadamente planejado tornar-se o mensageiro entre Longfellow e o Imperador. Aparentemente ele também foi responsável pela renovação do interesse do Professor Agassiz pela ictiologia brasileira.²

Fletcher permaneceu nos Estados Unidos de 1856 a 1862, e logo após seu retorno a pátria, atendendo a um pedido feito por Daniel P. Kidder anos antes, começou a trabalhar em *O Brasil e os Brasileiros*, livro que o tornaria famoso. A primeira edição saiu em 1857, e até 1867 já seriam mais seis. O livro foi escrito com a ajuda do jornalista e ex-editor do jornal *Cincinnati Daily Republican*, Dr. Thomas Rainey, que acabara de regressar do Brasil, onde havia visitado Belém e o vale do Amazonas.

David Gueiros considera que Fletcher não foi apenas “justo” em sua obra, mas desviou-se da realidade para dar um retrato favorável do Brasil, tornando-se quase um propagandista do Império. O professor Gueiros acrescenta ainda que

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 249-250.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 73.

alguns norte-americanos discordaram fortemente das opiniões do missionário.¹ John Codman, um militar e autor norte-americano, teceu comentários sobre como os escritos de Fletcher e Agassiz estavam colocando diante do público norte-americano, e especialmente sulista, um retrato do Brasil visto “através (...) de óculos cor-de-rosa”. Na opinião de Codman, Fletcher e Agassiz incentivavam com seus escritos uma impensada e arriscada migração sulista para o Brasil.²

É difícil julgar o caso entre Fletcher e Codman (conforme é observado em diferentes momentos dessa dissertação, parte dos sulistas que emigraram para o Brasil guardavam sentimentos negativos e nem sempre razoáveis a respeito da experiência), mas é um fato que contrapondo diversas informações fornecidas por Lawrence Hill às impressões de Fletcher sobre os mesmos assuntos, temos duas realidades diferentes. É possível que Fletcher em lugar de estar desviando-se da realidade estivesse propositalmente procurando desfazer más impressões deixadas pelo Brasil e pelos brasileiros em outros visitantes norte-americanos. Serão destacados aqui alguns tópicos relacionados com esse assunto, especialmente aqueles que poderiam cooperar mais diretamente para a aproximação política e econômica entre os dois países, começando pelos serviços alfandegários brasileiros.

Enquanto os norte-americanos em geral se queixavam dos serviços da alfândega brasileira no Rio de Janeiro e das condições comerciais oferecidas pelo império de modo geral,³ Fletcher considera a alfândega muito bem administrada, sendo necessária somente paciência com os costumes e burocracias locais, algo, aliás, comum a todos os lugares do mundo e que os norte-americanos apressados a seu ver nem sempre conseguiam ter. Ele não procurou esconder que os serviços prestados no passado estavam abaixo do nível de 1857 em diante, mas destaca que a melhoria da alfândega é um dos serviços prestados pelo governo de Dom Pedro II.⁴ Com outras burocracias aparentemente absurdas, com as quais se defrontou em outras partes do Brasil, Fletcher recomenda paciência, mas não se desanima apesar das muitas dificuldades pelas quais passou em viagens pelo interior do país.⁵

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 71.

² *Ibidem*. p. 212.

³ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* pp. 39-40; 81-83.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians*. pp. 31-33.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians*. pp. 303-304.

Uma outra reclamação dos norte-americanos em relação ao Brasil apontada por Hill dizia respeito ao sistema de correios do império, especialmente de sua capital.¹ Enquanto não nega a maneira inusitada de funcionamento do correio brasileiro e sua inconveniência, Fletcher faz a ressalva de que em sua experiência pessoal nunca testemunhou uma perda de correspondência sequer. O missionário cita também que o Sr. Gordon, um nativo de Boston e cônsul no Rio de Janeiro havia se oferecido para reformar o sistema de correio dentro dos padrões norte-americanos, uma oferta declinada pelo império. Fletcher atribui essa falha dos brasileiros ao seu passado colonial português, do qual os brasileiros herdaram uma aversão por mudanças.² Essa diferença de heranças coloniais é destacada também ao tratar sobre a civilidade dos brasileiros.

Enquanto o general Webb e Condly Raguet queixavam-se da incivilidade dos brasileiros,³ Fletcher destaca a civilidade dos cariocas.⁴ Considera também que brasileiros e norte-americanos possuem costumes diversos, fruto de suas heranças coloniais, o que não os coloca necessariamente em patamares diferentes de civilidade. Os americanos são enérgicos, agitados, os brasileiros calmos e pacientes.⁵ O Brasil é um país sem grandes agitações populares, herança portuguesa de observar o mundo girar sem a intervenção de ninguém e ter aversão por mudanças abruptas.⁶ Na verdade, os brasileiros são inclusive pacíficos e educados, ao contrário dos americanos.⁷ A principal função da polícia no Rio de Janeiro, diz Fletcher, é justamente tomar conta dos norte-americanos e ingleses bêbados que provocam arruaças. O missionário relata que nas ruas do Rio “inglês” já havia virado sinônimo de bêbado, algo aplicado a estrangeiros em geral, inclusive norte-americanos.⁸ A eficácia da administração pública brasileira também é destacada por Fletcher em uma questão mais profunda, as diferentes formas de governo de Brasil e Estados Unidos.

¹ HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* p. 83.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 34-35.

³ HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* p. 47.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 27-32.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 33.

⁶ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 34-35.

⁷ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 101.

⁸ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 166.

Em diversos momentos Fletcher toca no ponto da diferenças nas formas de governo de Brasil e Estados Unidos.¹ Sua conclusão a respeito do assunto é que a monarquia está tão boa para o Brasil quanto a república para os Estados Unidos. Conforme ele coloca, “the monarchical principle is deeply imbedded in the heart of the Brazilian, and, in its adaptation to them and their country, it is infinitely superior to republicanism”.² Essa opinião de Fletcher difere radicalmente de outros norte-americanos (incluindo o geralmente ponderado John Quincy Adams), que conforme já foi observado viam a monarquia brasileira como um problema, de maior ou menor importância, conforme o caso, mas ainda assim um problema para as relações entre EUA e Brasil. Fletcher, ao contrário, procura demonstrar que o governo monárquico não oferece qualquer entrave para a aproximação imediata entre os dois países, acrescentando sempre que esse governo monárquico, sob a liderança de Dom Pedro II, apontava o Brasil na direção inexorável do desenvolvimento.

Muitas das evidências de desenvolvimento brasileiro apontadas por Fletcher são semelhantes àquelas que a PCUSA menciona em sua proposta de missão para o Brasil.³ A semelhança pode significar que *O Brasil e os Brasileiros* serviu ao menos em parte como base de informação para os presbiterianos norte-americanos que formularam este documento. Já foram destacados aqui alguns dos elogios de Fletcher ao Brasil que, de forma mais contundente, diferem da impressão ou opinião dos demais norte-americanos. Outros aspectos positivos destacados por Fletcher incluem as diversas melhorias urbanas do Rio de Janeiro, com seu sistema de transportes e tráfego superiores às cidades norte-americanas,⁴ a construção da ferrovia Pedro II,⁵ as melhorias nas estradas ligando Rio de Janeiro a São Paulo,⁶ a medicina avançada do Brasil,⁷ o desenvolvimento humano humano e as riquezas naturais de Minas Gerais,⁸ e muitos outros.

Uma característica geral unindo estes elogios é a ênfase em melhorias. Fletcher insiste no ponto de que o Brasil sob o governo de Dom Pedro II estava em franco desenvolvimento, de certa maneira desautorizando relatos mais antigos

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 65, 96, 100, 259, entre outras.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 213.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 230.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 38-42.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 35

⁶ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 356.

⁷ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 342.

⁸ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 448,452.

que porventura tivessem feito um retrato negativo do Brasil. Neste caso o missionário cita alguns relatos mais antigos, procurando desacreditá-los. Cita por exemplo o Sr. McCulloch, que em seu livro afirmou que o Rio de Janeiro era bastante plano (o que não poderia estar mais longe da verdade). O missionário usa este e outros exemplos para demonstrar que muitas coisas que se dizia a respeito do Brasil não eram verdade. Ele estava consciente de que textos já escritos a respeito do Brasil em circulação nos EUA traziam informações nada lisonjeiras. Concluindo seu livro, argumenta que tais informações são generalizações e partem de observações isoladas. Conclui citando outro admirador do Brasil, o Sr. Ewbank, a seu ver citado incorretamente por jornalistas de modo a criticar o Brasil.¹

Na realidade Fletcher parece pronto a aceitar as maiores dificuldades e enxerga aspectos positivos em todos os percalços. Quando é obrigado a dormir em um rancho, afirma sentir-se mais confortável neste estado do que em uma cama confortável do melhor hotel de Nova Iorque.² Quando não há nada mais para elogiar, salva-se dizendo que viajar pelo Brasil é muito barato.³ Sua boa vontade em relação ao Brasil é tamanha que o leva a alimentar-se com gosto da farinha de mandioca, criticada por outros missionários de Jean de Léry aos presbiterianos do século 19.⁴ É importante observar que *O Brasil e os Brasileiros* parte do princípio princípio de que os norte-americanos tinham a tendência de pensar no Brasil como uma terra selvagem, repleta de animais perigosos e catástrofes naturais iminentes. O livro é escrito procurando desmistificar essa visão, voltando diretamente a ela em alguns pontos.⁵

Diante de todas as suas observações, Fletcher conclui que o Brasil é um país de grandes potencialidades, com o qual os EUA deveriam estabelecer laços mais próximos. A única real pendência Brasil, afirma Fletcher, é a de um evangelho genuíno, elemento que deveria ser fornecido tanto por ele e seus colegas missionários quanto pelo contato político e econômico mais próximo com os EUA. O missionário procura comprovar essa tese comparando Portugal e Holanda, dois países com um passado semelhante de grandes potências

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 582-583.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 296.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 296-297.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 190-191.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 507.

comerciais. Enquanto Portugal, marcado pelo catolicismo romano, encontrou o declínio de seu império e poder, a Holanda, marcada pelo protestantismo, continuou a prosperar.¹ O diferencial entre o Brasil e sua antiga metrópole (e entre o Brasil e seus vizinhos hispânicos) que potencialmente o salvará de um destino semelhante ao de Portugal é a sua constituição, que permite a liberdade de culto.² Em contraste com o catolicismo, de cuja idolatria Fletcher guarda profunda aversão (embora admire a filantropia de alguns católicos), o governo brasileiro é excelente (o mais esclarecido da América do Sul) e não deixa nada a dever ao americano.³

Fletcher, portanto, considerava que relações comerciais mais diretas seriam benéficas para ambos, Brasil e Estados Unidos. Essa é uma de suas preocupações mais constantes ao longo de *O Brasil e os Brasileiros*. Por praticamente cada lugar por onde passou em suas viagens pelo império o missionário observou as relações comerciais entre os dois países, destacando sempre o déficit norte-americano e as oportunidades que poderiam ser aproveitadas pelo governo e pelos negociantes dos EUA. Suas informações chegam a ser detalhadas ao ponto de o missionário se desculpar aos leitores por sua insistência no assunto, fazendo a ressalva de que esta é uma questão da maior importância, cabendo a ele fornecer as informações.⁴

A tese defendida pelo missionário a respeito desse assunto é explícita: os EUA deveriam se empenhar em ampliar suas relações comerciais com o Brasil, visando seus próprios benefícios e também a evangelização do império. Em diferentes momentos de seu livro, tratando a respeito de diferentes partes do Brasil, Fletcher relata seus encontros com empresários e trabalhadores norte-americanos estabelecidos no império. Estes compatriotas seus lhe informaram sobre as vastas possibilidades não aproveitadas de comércio entre os EUA e o Brasil. Baseado nessas informações ele conclui que os EUA poderiam facilmente substituir a Inglaterra, se para isso se empenhassem – algo que não estavam fazendo até então.⁵

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 52-60. Neste momento Fletcher questiona também qual teria sido o futuro do Brasil caso os huguenotes da França Antártica tivessem permanecido no Brasil.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 76-78.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 130, 139.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 525.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians*. pp. 501-502.

A propaganda de Fletcher não se limitou aos Estados Unidos. Seu livro teve ampla circulação, e de acordo com o professor Gueiros, seu público era quase universal. Gueiros exemplifica isto com dois interessantes casos de 1865 e 1866 em que abolicionistas europeus --no primeiro caso a Sociedade Britânica e Estrangeira Anti-Escravagista-- informados a respeito da situação da escravidão no Brasil através de *O Brasil e os Brasileiros* escreveram ao governo brasileiro pedindo a emancipação dos escravos no império. A primeira carta foi respondida por Tavares Bastos, e a segunda, endereçada a Dom Pedro II, foi respondida pelo próprio imperador. Esta correspondência entre o imperador e o grupo anti-escravocrata europeu teve grande influência sobre o movimento abolicionista no Brasil.¹

O que se procurou observar ao longo dessa seção, portanto, é que Fletcher exerceu um importante papel em aproximar Brasil e Estados Unidos, seja através de sua propaganda escrita, seja através de sua filantropia. Em ambos os casos observamos sua intenção de influenciar a realidade política doméstica, visando em última instância uma modificação nos parâmetros orientadores das políticas externas de EUA e Brasil, comportamento esse previsto pela teoria anteriormente observada.

6.4

POSICIONAMENTO DE FLETCHER EM RELAÇÃO A TEMAS IMPORTANTES PARA O RELACIONAMENTO EUA-BRASIL

6.4.1

FLETCHER E A GUERRA DO PARAGUAI

Conforme já foi mencionado nessa dissertação, a Guerra do Paraguai constitui-se como um dos destaques nas relações entre EUA e Brasil durante o século 19. Foi também um momento de tensão nas relações entre os dois países. Observa-se um profundo envolvimento de Fletcher com a guerra e seus desdobramentos para as relações EUA-Brasil.

O professor Gueiros conjectura que a maior publicidade em favor do Brasil realizada pelo pastor norte-americano (já mencionada aqui como uma de

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 71-72.

suas atividades mais importantes para os fins desse estudo) pode ter ocorrido justamente em relação à Guerra do Paraguai. A primeira edição de *O Brasil e os Brasileiros* saiu do prelo em 1857 e, portanto nada poderia dizer a respeito do conflito entre Brasil e Paraguai na Bacia do Prata (1864-1870). Já a edição de 1866 vinha com grande quantidade de informação sobre o conflito (especialmente em notas de rodapé acrescentadas ao texto original) nas quais o missionário defende o Brasil.¹ Ainda insatisfeito com seus esforços em favor do Império, Fletcher chegou a escrever repetidas vezes a Dom Pedro II desculpando-se pelo pouco que havia feito no livro, acrescentando que vinha nos EUA declarando francamente suas convicções a respeito da iniquidade do Paraguai. Aproveitava para remeter ao imperador matérias publicadas por ele em jornais norte-americanos defendendo o Brasil, acrescentando que estas tinham o efeito de fazer “baixar o tom” de outros jornais americanos a respeito do Paraguai.²

As opiniões de Fletcher a respeito da Guerra do Paraguai o colocaram em choque com o General James Watson Webb (já mencionado diversas vezes nesse estudo) e com Charles A. Washburn, ministro norte-americano no Paraguai. Conforme já foi avaliado, Webb e Washburn trouxeram problemas para as relações entre Estados Unidos e Brasil, pressionando o governo brasileiro por retribuições em casos de navios norte-americanos prejudicados pelo conflito no Prata. E não apenas isto: o público norte-americano possuía a tendência de atribuir a culpa pelo conflito ao Brasil, sendo incapaz de imaginar que o pequeno Paraguai pudesse ser o agressor; esta impressão era reforçada por declarações iniciais de Washburn.³

David Gueiros faz a avaliação de que, assim como ocorrera com Trousdale, as investidas de Fletcher para retirar Webb do Brasil possam ter sido motivadas por desaprovação da diplomacia e também por questões pessoais. Em 1861 o general havia pedido ao Secretário Seward que rescindisse a nomeação de Fletcher como Primeiro Secretário da Legação. Não se pode deixar de observar, no entanto que autores como Hill, Burns e Fontaine, escrevendo de uma distância

¹ KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os Brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. volume 2 pp. 56-58.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 72. As cartas mencionadas datam de 27 de janeiro e 20 de julho de 1866 e 23 de abril, 23 de maio e 23 de novembro de 1868.

³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 72.

cronológica segura, demonstram sentimentos e opiniões semelhantes aos de Fletcher em relação à Webb.¹

Gueiros conclui sua avaliação a respeito da participação de Fletcher em desdobramentos da Guerra do Paraguai ressaltando que o retorno de Washburn aos Estados Unidos em 1868 e seus relatos sobre as perdas de cidadãos norte-americanos sofridas nas mãos de Lopes ajudaram a modificar a opinião pública norte-americana, tornando-a mais favorável ao Brasil. O missionário por sua vez, manteve a opinião de que graças a seus esforços pessoais havia acontecido a mudança de opinião nos Estados Unidos a respeito da guerra. Gueiros ressalta que o pastor pode ter exagerado neste ponto, mas que certamente “deve-se atribuir-lhe o mérito de ter, por três anos, quase sozinho, batalhado em favor do Brasil, através da imprensa americana”.²

A Guerra do Paraguai não foi o único conflito no qual Fletcher defendeu o Brasil. Tratando de conflitos com a Argentina, ele mais uma vez defende o Brasil, culpando o “tirano” argentino Juan Manuel de Rosas.³

Não se pode deixar de lembrar mais uma vez que a Guerra do Paraguai foi um momento tenso nas relações entre EUA e Brasil, tensão essa ao menos em parte fomentada pelos próprios diplomatas norte-americanos em atuação nos dois países sul-americanos naquele momento. Nesse sentido, fica clara a intenção do missionário James Cooley Fletcher em estabelecer entre Brasil e Estados Unidos políticas externas diferentes daquela que seu próprio país implementava então. O resultado dessa empreitada, a julgar pelo relato do próprio missionário, foi positivo. A seguir será analisada a participação de Fletcher em outro evento de destaque nas relações entre EUA e Brasil no século 19, a abertura do rio Amazonas ao comércio e navegação internacionais.

6.4.2

FLETCHER E A ABERTURA DO AMAZONAS AO COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO INTERNACIONAIS

Entre 1862 e 1863 Fletcher esteve de novo no Brasil, desta vez como agente da American Sunday School Union.¹ Trabalhando como agente desse

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 73.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 73.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 351.

grupo missionário ele visitou seus colegas presbiterianos, Ashbel Green Simonton e Alexander Latimer Blackford, no Rio de Janeiro, assim como o missionário episcopal Richard Holden, em Belém do Pará.² Neste período, a pedido do professor Louis Agassiz ele navegou três mil e duzentos quilômetros pelo Amazonas recolhendo espécimes para estudos ictiológicos. O resultado desse trabalho foi a Expedição Thayer, comandada por Agassiz em 1865-1866, e que conforme já vimos, Lawrence Hill considera o “incidente fortuito” que finalmente desencadeou a abertura do Amazonas ao comércio e navegação internacionais. Um elemento nada desprezível ao considerar-se a aproximação entre EUA e Brasil, portanto.

David Gueiros considera a Expedição Thayer a grande vitória do missionário na sua posição de agente do “progresso”. Poderíamos colocar essa afirmação de outra forma, e dizer que foi uma grande vitória em sua posição de lobista por melhores relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos. De acordo com o historiador, o envolvimento de Fletcher com a expedição científica de Agassiz foi tal que a julgar pela documentação disponível “parecia aos seus amigos brasileiros que a mesma era mais um dos seus feitos”.³

Fletcher apressou-se em desfazer impressões exageradas sobre seu papel na visita de Agassiz ao Brasil – um jornal chegou a publicar a notícia de que ele estava no Rio para apresentar o cientista ao Imperador, o que ele negou afirmando que Agassiz dispensava apresentações. Ainda assim é claro que o missionário usou a Expedição Thayer e o prestígio de Agassiz para promover diversos dos projetos que havia anos defendia nos Estados Unidos e no Brasil: a emancipação dos escravos, a abertura do Amazonas à navegação internacional, a linha de vapores entre Nova Iorque e Rio de Janeiro e a Sociedade de Imigração Internacional (conforme pode ser observado, temas de grande relevância nas relações entre os dois países naquele período).

¹ Fundada na Filadélfia em maio de 1817, a American Sunday School Union surgiu como uma coalizão de grupos de escola dominical locais. Seus objetivos eram promover o estabelecimento de classes de escola dominical e prover comunidades com bibliotecas e material para instrução religiosa. Desde seu início foi uma organização interdenominacional, deixando de lado as diferenças doutrinárias para alcançar um número maior de pessoas. Após diferentes modificações em sua organização, continua em atividade com o nome de American Missionary Fellowship. <http://www.americanmissionary.org/whoweare.shtml> Acesso em 5 de novembro de 2008.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 97.

³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 78.

David Gueiros é menos dogmático na questão da abertura do Amazonas do que Lawrence Hill. Uma declaração mais afirmativa da participação de Agassiz – e de Fletcher – na mudança política brasileira provavelmente favoreceria suas teses a respeito do missionário. Apesar disso Gueiros relativiza o papel de Agassiz na abertura do Amazonas, uma vez que está foi “uma luta com numerosos protagonistas”.¹ É certo, no entanto que a presença de Agassiz foi usada politicamente por aqueles favoráveis à abertura do grande rio, sobretudo Tavares Bastos. O deputado alagoano recebeu com alegria a Expedição Thayer no Brasil e mais tarde foi pessoalmente visitá-la no Amazonas. Naquela ocasião, talvez pela primeira vez, o Brasil como um todo ficou realmente cômico dos verdadeiros sentimentos das províncias do Pará e do Amazonas, sobre a abertura de sua grande via fluvial ao comércio internacional. Tavares Bastos foi recebido com grande aplauso em Belém e especialmente em Manaus, onde um baile de gala foi oferecido em sua honra.²

Já em 1853 Fletcher suscitara a questão da Abertura do Amazonas e publicara artigos sobre o assunto nos jornais do Rio. O professor Gueiros argumenta que embora Tavares Bastos nunca tenha mencionado diretamente esses artigos de Fletcher em seus escritos (possivelmente porque o capelão escrevia sob um pseudônimo), a influência do missionário sobre o político alagoano se faz clara nas páginas das *Cartas do Solitário* e outros lugares onde Bastos argumenta a favor da abertura do Amazonas. Quando saíram os primeiros artigos de Bastos sob o pseudônimo de *o Solitário*, em 1861, o deputado já encontrava-se familiarizado com *O Brasil e os Brasileiros*, então em sua segunda edição, de 1859.³

David Gueiros também conjectura que, sendo Bastos um ávido leitor dos jornais, não deve ter deixado de se informar sobre a exposição industrial de 1855 organizada pelo missionário e suas demais ações em sua campanha pelo “progresso”. No entanto Tavares Bastos tinha apenas 14 anos em 1853, e não parece que os dois tenham se encontrado pessoalmente antes de 1862, quando Fletcher retornou ao Brasil após cerca de seis anos de ausência. O missionário encontrou então no deputado um fervoroso defensor de causas liberais,

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 78-79.

² *Ibidem*. p. 78-79.

³ *Ibidem*. p. 95-96.

especialmente a liberdade de culto e a defesa dos protestantes. Com isso, Fletcher parece ter conseguido um importante aliado dentro do governo brasileiro.¹ Essa ligação de Fletcher e Bastos na questão da abertura do Amazonas é da maior importância quando consideramos que Lawrence Hill atribui a Tavares Bastos a mudança de opinião dos brasileiros, tornando-os favoráveis à abertura do grande rio.²

Tavares Bastos possuía uma admiração irrestrita pelos Estados Unidos, e seus projetos políticos visavam aperfeiçoar o Brasil nos moldes daquela nação. Entre seus planos destacavam-se (para interesse da presente pesquisa) a abertura do Amazonas ao comércio internacional e o incentivo à imigração - especialmente de norte-americanos, mas também de protestantes em geral. Esses dois planos estavam intimamente ligados em sua mente, e conectavam-se por sua vez com a plena liberdade de culto e a criação de uma linha de vapores ligando Nova Iorque e Rio de Janeiro.³

Conforme já foi dito nesta dissertação, o clima geral no Brasil em relação à abertura do Amazonas era de extrema desconfiança. Mesmo os oficiais do governo brasileiro em Washington viam os norte-americanos como flibusteiros, interessados em apoderar-se de terras brasileiras. Tavares Bastos repudiava estas opiniões, considerando-as preconceito e propaganda criada por interesses individuais ocultos, que temiam a competição do estrangeiro.⁴

As diferenças de opinião entre o deputado alagoano e outros brasileiros eram ao menos em parte fruto da leitura de *O Brasil e os Brasileiros*, onde o autor afirma que “o Brasil certamente tem o direito, e todo o direito de controlar os rios dentro de seus limites”. Pela afirmação de Fletcher, Tavares Bastos compreendia que embora americanos flibusteiros tivessem emitido opiniões em tempos recentes, esse não era o espírito dos Estados Unidos de modo geral, nem do Partido Republicano, que assumira o governo recentemente.⁵

Fletcher claramente desaprovava o comportamento e a linguagem do tenente Matthew Fontaine Maury, assim como desaprovava a diplomacia de Trousdale e Webb. Conforme avalia o professor Gueiros, “Fez o que podia para

¹ Ibidem. p. 96-97.

² HILL, L. F.. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil* p. 235.

³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 98-100.

⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 101.

⁵ Ibidem.

abrandar as coisas, e parece ter convencido ao menos um estadista brasileiro, Tavares Bastos, de que os Estados Unidos não tinham más intenções em relação ao Amazonas”.¹

Fletcher considerava que a abertura do Amazonas seria um acontecimento sem igual para o comércio internacional.² De acordo com o missionário, não é por sua extensão que a região amazônica chama a atenção, mas por ser a região do globo mais propícia para a agricultura e para o sustento humano.³ Em diversos momentos de seu livro ele demonstra uma grande expectativa pela abertura do grande rio, por exemplo:

talvez não haja no planeta outra região que, possuindo tantas maravilhas, seja tão acessível e tão pouco explorada. Estamos porém, nas vésperas de grandes transformações: o vapor está cumprindo a sua legítima missão, e as gerações presentes poderão ainda ver o vale do Amazonas, se não como o do Mississipi, povoado por milhões de seres humanos, pelo menos conhecido na totalidade de seus vastos recursos.⁴

O pastor de Indianópolis não foi o primeiro missionário norte-americano no Brasil a demonstrar interesse pela região amazônica. Seu colega mais idoso e predecessor Daniel Parish Kidder também acompanhava o desenrolar da abertura do Amazonas à navegação.⁵

Em seu livro Fletcher procura demonstrar através de uma grande quantidade de informações e estatísticas que a navegação a vapor pelo Amazonas seria desejável e rentável.⁶ Ele afirma ainda que os vapores colocados em funcionamento no Peru não davam conta das necessidades de navegação, abrindo espaço para que norte-americanos investissem mais neste negócio.⁷ Em associação com este assunto menciona também a navegação de vapores no rio São Francisco⁸ e com admiração e expectativa de bons desdobramentos a expedição do tenente Thomas J. Page, da marinha norte-americana para a região do Prata em 1853.⁹

¹ Ibidem.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 570.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 434.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 539.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 569-570.

⁶ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 572-573.

⁷ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 577-578.

⁸ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 452.

⁹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 457-460.

O missionário e capelão menciona ainda uma série de expedições norte-americanas então já enviadas ao Amazonas, citando Alfred R. Wallace (e não Gibbon, Herndon ou Maury) como o maior explorador do vale do Amazonas,¹ e até mesmo em um determinado momento incluindo Herndon e Gibbon mas não Maury em sua lista de exploradores notáveis.² Auxiliado pelo Sr. Nesbitt, engenheiro chefe da companhia governamental peruana de vapores e seu guia em parte de sua viagem pelo Amazonas,³ Fletcher avalia que cientificamente as proposições de Maury a respeito do Amazonas e sua navegação estão corretas,⁴ mas que sua expedição e desdobramentos atrapalharam a aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Herndon e Gibbon por sua vez são considerados aqueles que despertaram no Brasil, EUA e Inglaterra o interesse pela navegação a vapor no Amazonas.⁵

Embora seja cavalheiro, Fletcher é também bastante direto em suas palavras: considera profundamente lamentável que Maury, ainda que acurado cientificamente, tenha usado palavras tão ofensivas, que não poderiam ter deixado nos brasileiros outra impressão que não a de pirataria. De acordo com o missionário, desde que o trabalho de Maury veio a lume, havia sido impossível negociar um tratado com o Brasil, um Estado com o qual os EUA tinham a extrema necessidade de estabelecer relações mais próximas. Ele também acusa Maury de possuir “curteza de vistas em relação ao seu próprio país”.⁶

Em 1857 Fletcher encontrava-se bastante pessimista a respeito da possibilidade de os EUA reconquistarem a simpatia que usufruíam no Brasil em 1850, quando as desavenças com a Inglaterra jogaram o Brasil para o lado dos EUA. Mencionando Thomas Rainey ele discute a possibilidade – não muito plausível de acordo com Rainey - de norte-americanos se estabelecerem na Amazônia. Fletcher conclui seu raciocínio com algum otimismo, lembrando que o Brasil é diferente de todos os outros países tropicais, o que acende alguma esperança para o futuro.⁷ De fato, na edição de 1866 de *O Brasil e os Brasileiros* o missionário já se mostra mais otimista, afirmando que as relações entre Brasil e

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 540, 544, 554.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 433.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 555.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 459, 577.

⁵ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 577.

⁶ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C.. *O Brasil e os Brasileiros*. p. 345.

⁷ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 578-580.

EUA já apresentavam sinais de melhora e que os laços comerciais entre os dois países vinham aumentando.¹

Resumindo sua opinião a respeito da abertura do Amazonas à navegação e comércio internacionais, Fletcher afirma que...

Da maneira como o caso está apresentado, o Brasil, e somente o Brasil, tem o direito de controlar os rios que estejam dentro de suas fronteiras, não importando que os mesmos nasçam ou não em outros países, e tanto quanto o tratado que deu aos Estados Unidos o direito de navegação sobre o São Lourenço, em que nenhum país, tem o direito de forçar a Inglaterra a abrir aos Estados Unidos aquele rio, pelo fato de muitos de seus tributários terem suas nascentes no território da União, também nenhuma justiça poderá forçar o Brasil a conceder a livre navegação do Amazonas.²

Estas colocações soam como críticas à diplomacia norte-americana encabeçada por William Trousdale (1853-1857) e seus argumentos baseados em *Elements of International Law*, de Henry Wheaton, que, conforme já foi visto, procurou a qualquer custo a abertura do Amazonas. Continuando, Fletcher afirma o seguinte:

Entretanto embora eu me rejubile em ver o Brasil progredir com seus próprios recursos, seria de incalculável benefício para essa nação, bem como para as nações vizinhas, que ela quisesse aplicar ao problema do Amazonas os princípios pelos quais lutou na questão do Prata, fazendo com que o poderoso rio se abra ao comércio do mundo.³

Em 1866 ele completa a frase acima mencionando os esforços de Tavares Bastos para abrir o Amazonas e adiciona uma nota na qual menciona suas viagens pelo rio em 1862, ajudando Agassiz.⁴ A questão da abertura do Amazonas à navegação e ao comércio internacionais parece por si só confirmar a hipótese desta dissertação: enquanto a diplomacia norte-americana em geral tinha em relação ao Brasil uma postura indiferente ou mesmo agressiva (representada aqui por Maury e Trousdale especialmente), Fletcher não apenas estava muito longe de ser indiferente ao Brasil como também criticava a agressividade ocasional de seus compatriotas. Seus esforços “diplomáticos” de abertura do Amazonas parecem ter tido um resultado positivo, o que certamente cooperou para a aproximação dos dois países em termos mais cordiais nos anos seguintes, desfazendo ao menos em parte as impressões negativas deixadas por alguns diplomatas e exploradores.

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C.. *O Brasil e os Brasileiros*. p. 345.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 580-581.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 580-581.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C.. *O Brasil e os Brasileiros*. p. 348.

Conforme já foi observado, intimamente ligado à abertura do Amazonas estava o estabelecimento de uma linha de navios a vapor ligando Estados Unidos e Brasil. Conforme será discutido a seguir, Fletcher também teve importante participação nesse evento.

6.4.3

FLETCHER E OS VAPORES ENTRE NOVA IORQUE E RIO DE JANEIRO

Gueiros também liga a linha de vapores Nova Iorque-Rio de Janeiro à presença de Agassiz no Brasil. Conforme ele escreve, “a abertura do Amazonas e o subsídio para a linha estavam ligados no Projeto de lei de Tavares Bastos, de 1862, e ainda que não tenha sido esse projeto específico, o que foi finalmente aceito pelo Parlamento, ambos os empreendimentos parecem ter sido ligados na mente de todos”.¹

William Wheelwright, fundador da Pacific Mail Steamship Line foi o primeiro a sugerir a criação de uma linha de vapores ligando Nova Iorque e Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1851-1852, um comerciante chamado John Gardiner, por muitos anos negociante no Rio de Janeiro, fez uma proposta semelhante ao Congresso norte-americano. A proposta não teve sucesso, mas interessou a Fletcher, que escreveu artigos ao *Journal of Commerce* de Nova Iorque comentando sobre o assunto. Através de discursos, artigos e contatos, o missionário prosseguiu defendendo a linha de vapores ao longo dos anos. Entretanto, a idéia a que Tavares Bastos se referia em suas cartas era a de outro presbiteriano, o Dr. Thomas Rainey, um jornalista, ex-seminarista, ex-político e, conforme já foi observado, associado de Fletcher.²

Em 1853, depois que Herndon e Gibbon voltaram de sua exploração amazônica, James C. Dobbin, Ministro da Marinha dos Estados Unidos, recomendou a Rainey que fosse para o Brasil, em sua opinião “o país que seria o segundo, depois dos Estados Unidos, em riqueza e poder”.³ O negociante presbiteriano esteve no Brasil, mais precisamente em Belém e Rio de Janeiro,

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 79.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 105.

³ Citado em VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 106.

seguidas vezes em 1854 e 1855. Nas duas viagens ofereceu seus serviços para criar linhas de vapores ligando diferentes pontos do Pará entre si e Belém com Nova Iorque. Apesar de despertarem o interesse de Sebastião do Rego Barros, governador do Pará, as propostas de Rainey foram ignoradas por legisladores naquela província e no Rio de Janeiro.¹

De volta aos Estados Unidos em 1856, Rainey iniciou uma campanha com intenso lobby junto ao Congresso visando o estabelecimento de uma linha de vapores ligando Brasil e Estados Unidos, passando por alguns lugares no Caribe. Amigos do negociante distribuíram entre os deputados e senadores 500 exemplares de seu livro *Ocean Steam Navigation and Ocean Post*. O mesmo livro foi citado copiosamente por Tavares Bastos nas *Cartas do Solitário* e junto ao parlamento brasileiro.² Por conta da instalação da linha de vapores Rio de Janeiro-Nova Iorque, Tavares Bastos mantinha estreito contato com o General James Watson Webb, Thomas Rainey, George N. Davis e Fletcher.

O Dr. Rainey contava com a ajuda de um amigo muito importante, o presidente James Buchanan. Segundo Rainey, Buchanan pediu-lhe que liderasse uma expedição flibusteira à Sonora ou ao Sul da Califórnia em 1857. Ele recusou o pedido, alegando que não gostaria de se envolver nesse tipo de empresa, ainda mais estando ocupado com sua linha de vapores. O presidente aparentemente não se ofendeu com a recusa, e ofereceu então ao negociante presbiteriano a vaga de Ministro Plenipotenciário no Brasil. Rainey aceitou o cargo, mas relata em seu livro *Some Notes* que ao preparar-se para embarcar para o Rio de Janeiro recebeu a notícia de que por motivos políticos seu nome havia sido substituído pelo de Richard Kidder Meade (assim como Buchanan, um simpatizante dos Estados do Sul, conforme Blackford observou).³ O presidente então ofereceu-lhe a embaixada de Portugal, a qual ele recusou. Conforme já vimos, a missão de Richard Kidder Meade se deu em um período no qual os EUA encontravam-se especialmente interessados em abrir o Amazonas e aproximar-se do Brasil. O presidente Buchanan apoiou então a linha de vapores de Rainey.⁴

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 106.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 106-107.

³ Essas e outras jogadas políticas parecem confirmar a opinião da Fletcher a respeito da diplomacia norte-americana para o Brasil. Isso se não forem justamente a fonte dos comentários elas mesmas.

⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 107.

Frustrado em suas tentativas de estabelecer uma linha de vapores, Rainey permaneceu nos Estados Unidos em 1857, ajudando Fletcher a escrever *O Brasil e os Brasileiros*, ao mesmo tempo em que escrevia seu próprio livro, *Ocean Steam Navigation and Ocean Post*. Portanto, com alguma ajuda de Rainey, Fletcher afirma em seu livro que o Brasil possuía desde 1839 linhas de vapores ligando diferentes pontos de sua costa, um claro sinal de seu avanço, considerando as dimensões do império.¹ O missionário queixa-se então de que os Estados Unidos vinham sendo os principais rivais da Inglaterra no comércio com o Brasil e não possuíam uma única linha de vapores ligando-os a América do Sul. Os Estados Unidos vinham enfrentando um grande déficit em seu comércio com o Brasil, e a causa disso seriam os vapores, a energia e os capitais britânicos, somados à negligência dos EUA em relação ao assunto. De acordo com ele, o governo e os negociantes norte-americanos não fizeram quase nada contra isso, quando poderiam facilmente substituir a Inglaterra se a isso se dedicassem. Sua queixa prossegue com a afirmação de que os EUA compravam metade da produção de café brasileira e grande parte de sua borracha, sem vender quase nada em retorno.

Fletcher usa então as páginas de seu livro para mencionar Rainey, “que altruisticamente” visitara o Brasil diversas vezes e havia levado a Washington a necessidade de uma linha de vapores que, ligando Brasil e Estados Unidos, reforçasse o hemisfério ocidental. De acordo com Rainey e Fletcher, uma linha de vapores seria não apenas uma vantagem comercial para Brasil e Estados Unidos, mas um avanço para os maiores interesses da humanidade em todas as nações do continente.² Na edição de 1866 o missionário demonstra que continuou acompanhando os progressos do amigo negociante, mencionando também Tavares Bastos e suas *Cartas do Solitário* no que diz respeito a este assunto.

Em 1858 Rainey teve uma espécie de compensação: comprou do Dr. Clinton van Tuyl, dentista norte-americano que conhecera no Rio, uma concessão para estabelecer um serviço de transportes de barcas *ferry* na Baía de Guanabara. Em 1859-1860 ele esteve envolvido com início das operações destas barcas, que tornaram-se uma atração na capital. Tavares Bastos e Tito Franco de Almeida usaram as barcas de Rainey como exemplo do que poderia ser feito no

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 547.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 194-198.

Amazonas.¹ Fletcher por sua vez continuou sua campanha no eixo Brasil-Estados Unidos a favor do estabelecimento de uma linha de vapores, favorecendo o projeto de Rainey por meio de seus métodos usuais. Abraham Lincoln, assim como Buchanan, seu antecessor, tornou-se favorável ao projeto da linha de vapores. Conforme já foi visto, o General James Watson Webb procurou enriquecer com a idéia, tentando retirar os projetos de Rainey e outros do páreo.²

O professor Gueiros informa que Fletcher envolveu-se com a proposta da companhia de vapores de Nova Iorque ao Rio de Janeiro ao ponto de seus colegas presbiterianos se referirem a esta como a “Mr. Fletcher’s steam project”. Esta impressão foi compartilhada pelo jornal *The Anglo-Brazilian Times*, que em 1865 de maneira irônica saudou a chegada do pastor ao Rio de Janeiro mencionando seu “falar blandicioso” com que iria persuadir deputados e senadores a votar a favor da linha de vapores.³

Segundo um de seus biógrafos, James Cooley Fletcher esteve no Brasil entre 1864 e 1865 como enviado do Departamento de Estado norte-americano para trabalhar como lobista junto ao Parlamento brasileiro, defendendo o estabelecimento da linha de vapores. Seu envolvimento no projeto era tal que, escrevendo ao conselho da missão, Ashbel Green Simonton informou que Fletcher havia derrubado o Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos por causa de sua oposição à linha de vapores. Conforme já vimos, o General Webb tinha uma opinião diferente a respeito desse assunto. Segundo ele, a recusa do Gabinete ao projeto se dera em consequência da demora de Lincoln em recomendar a dita proposta ao Congresso dos Estados Unidos.⁴ Mas Simonton aparentemente estava certo. O Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos chegou ao poder em franca oposição às idéias de Tavares Bastos, Tito Franco de Almeida e seus amigos a respeito da abertura do Amazonas e linhas de vapores. Estes e outros liberais reuniram-se para derrubá-lo. O Gabinete seguinte, liderado pelo Senador Francisco José Furtado aprovou a linha de vapores ligando Nova Iorque e Rio de Janeiro.⁵ Simonton escreveu então ao conselho da missão:

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 108.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 109.

³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 110.

⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 111.

⁵ *Ibidem*.

O projeto da linha de vapores foi aprovado em ambas as casas aqui e já é lei. Mr. Fletcher tem, sem dúvida, uma maravilhosa influência no Brasil...Espero que essa linha venha a ser um grande sucesso, mas não posso sentir-me confiante disto.¹

Ao que tudo indica, portanto, Fletcher teve uma formidável participação naquele que seria um dos eventos de maior importância na aproximação entre EUA e Brasil no século 19, o estabelecimento de uma linha de vapores que ligasse os dois países, facilitando sua comunicação, comércio e intercâmbio de pessoas. Ligado as questões da abertura do Amazonas e da linha de vapores está o caso da migração de veteranos confederados para o Brasil, que conforme será visto a seguir também teve importante participação de Fletcher.

6.4.4

FLETCHER E A IMIGRAÇÃO DE CONFEDERADOS PARA O BRASIL

O interesse dos sulistas pelo Brasil pode ser traçado a partir das notícias fornecidas por Maury, Herndon e Gibbon, mas a propaganda de Kidder e Fletcher em *O Brasil e os Brasileiros* certamente cooperou para que esse interesse fosse renovado e até mesmo incrementado. Conforme já foi visto, a propaganda de Fletcher gerou suficiente repercussão para que fosse refutada por John Codman e outros viajantes. Ademais, a recém-criada linha de vapores ligando Rio de Janeiro e Nova Iorque e a Expedição Thayer, comandada por Agassiz (com importante cooperação de Fletcher), podem ser também citadas como antecedentes do movimento migratório confederado para o Brasil:² Furquim de Almeida, um dos brasileiros incentivadores da imigração, debatera a favor da linha de Fletcher e Rainey visando com isso buscar os imigrantes “na fonte”, ou seja, buscar imigrantes europeus em Nova Iorque, onde estes eram abundantes. Idéia semelhante era defendida por Tavares Bastos.³

Na edição de 1866 de *O Brasil e os Brasileiros* Fletcher insere relativamente à emigração de sulistas uma circular publicada pelo Sr. Galvão, o agente oficial da migração no Rio, e referendada pelo cônsul geral brasileiro em Nova Iorque. Este documento estende diversas facilidades para os emigrantes,

¹ Ibidem.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 211.

³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 239.

com a exceção que exige deles o serviço militar ao naturalizarem-se.¹ Na mesma edição o missionário informa que a província de São Paulo e outras do sul ofereciam muitos atrativos para emigrantes dos EUA.²

Sendo a migração tão propícia e desejável para o Brasil, mas não efetivada, Fletcher em um raro momento se permite ser crítico ao Brasil. Ele culpa a burocracia do governo brasileiro e a quebra de promessas deste pelo fato de a imigração de confederados ainda não ter chegado aos níveis esperados.³ Assim como outros missionários presbiterianos, Fletcher envolveu-se na migração de confederados para o Brasil. Uma característica especial sua era que seu envolvimento era feito de maneira mais direta e explícita. Também seus amigos Agassiz e Tavares Bastos estiveram envolvidos na questão e cooperaram de maneira decisiva no processo.⁴

Tavares Bastos, o “amigo a toda prova” dos presbiterianos foi aparentemente o principal articulador brasileiro da migração confederada. Em princípios de 1866 ele participou da fundação da Sociedade Internacional de Imigração, um grupo composto por brasileiros liberais e banqueiros e corretores estrangeiros para tratar da questão da imigração. O alagoano parece ter sido a principal liderança da mencionada sociedade em seus anos de atividade.⁵ Dois grupos, com pontos de vista divergentes, tomaram parte na formação dessa sociedade. De um lado, um grupo favorável à imigração em geral. De outro, um grupo bem menor e estritamente pró-confederados, apoiado discretamente pelos presbiterianos e não tão discretamente por Fletcher.⁶

Observa-se, portanto que Fletcher teve participação na migração de confederados em duas etapas: em primeiro lugar despertando (ou despertando novamente) o interesse dos sulistas pelo Brasil através de sua propaganda nos EUA, e em segundo lugar participando de forma aberta da articulação política a favor da imigração. Nessa segunda etapa pode ser observada ainda a participação de elementos ligados a Fletcher ou até mesmo influenciados por ele, como Tavares Bastos.

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *O Brasil e os Brasileiros*. p. 33-34.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *O Brasil e os Brasileiros* p. 145.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *O Brasil e os Brasileiros*. p. 126.

⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil* pp. 79; 209-255.

⁵ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo...* pp. 223-224; 242-243.

⁶ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo...* p. 224.

Conforme é bastante conhecido, dentro da realidade brasileira o tema da imigração articulava-se intimamente com o tema da escravidão. Trazer imigrantes para o Brasil era quase sempre um sinônimo de substituir a mão-de-obra escrava. Sobre esse assunto, a escravidão, outro tema de destaque nas relações entre EUA e Brasil no século 19, Fletcher também emitiu opiniões e participou de ações a serem mencionadas aqui.

6.4.5

FLETCHER, A ESCRAVIDÃO NO BRASIL E OUTROS TEMAS RELEVANTES

Conforme já foi visto, Lawrence Hill considera o tráfico de escravos como o tema mais importante das relações entre Brasil e Estados Unidos e Brasil durante o século 19. Os diplomatas Henry Wise e David Todd procuraram consertar a situação, impedindo que os EUA fossem envolvidos no tráfico, mas não obtiveram apoio de Washington nisso.¹

A escravidão e o tráfico são também temas de interesse para Fletcher. O missionário demonstra ser um convicto anti-escravocrata e em muitos momentos de *O Brasil e os Brasileiros* defende a abolição e emancipação. Ele demonstra ser altamente crítico da postura norte-americana em relação aos negros, citando um caso de um religioso negro que o acompanhou em Paris em 1849, sendo inclusive recebido por Tocqueville, e que pouco tempo depois foi expulso de um ônibus nos EUA.² Fletcher afirma que ingleses, franceses e alemães residentes no Brasil possuíam escravos, centenas no caso dos ingleses.³

Fletcher considera a escravidão no Brasil um problema menos sério do que nos Estados Unidos. Ele observa que os negros possuíam no Brasil melhores oportunidades, e se libertos estavam em equivalência legal com os brancos. O missionário menciona que viu no Brasil vários mulatos e negros libertos em posições de destaque.⁴ Outros visitantes concordam com suas observações: uma comissão da English Society of Friends enviada ao Rio em 1852 e acompanhada por ele próprio mostrou-se muito satisfeita em ver que no Brasil os negros libertos

¹ HILL, L. F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. p. 110.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 138.

³ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 137.

⁴ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* pp. 132-138.

eram melhor tratados do que em outros lugares.¹ Fletcher menciona ainda que uma senhora sulista, “esposa de um cônsul muito popular no Rio durante a administração Pierce”, costumava dizer que o Brasil é o paraíso dos negros, pois se escolherem assim podem ascender socialmente de uma maneira impossível nos Estados Unidos.² Pode-se ressaltar também que a presença de Agassiz parece ter cooperado ainda para os planos de Fletcher e seus amigos brasileiros contra a escravidão no Brasil. O cientista de Harvard trouxe consigo diversos livros dos abolicionistas norte-americanos para distribuir no Brasil, perceptivelmente uma sugestão do missionário.

O professor Gueiros destaca ainda a participação de Fletcher como filantropo em uma série de questões menos desenvolvidas, aparentemente pela falta de fontes fiáveis, mas supostamente de grande interesse para a compreensão deste personagem histórico. O missionário norte-americano envolveu-se no estabelecimento de linhas férreas no Brasil, introdução de livros e pedagogia norte-americana em escolas brasileiras, e até mesmo em inovações nas indústrias cafeeira, algodoeira e na mineração de carvão no Império.³ Cada uma dessas questões parecia obedecer ao plano geral do missionário para as relações entre EUA e Brasil: aproximar os dois países em uma relação de benéficos gerais, ou seja, “progresso” para o Brasil (obedecendo a um compromisso providencial dos EUA) e fortalecimento comercial dos EUA.

Entre 1868 e 1869 Fletcher faria sua última viagem ao Brasil, dessa vez como agente da American Tract Society.⁴ Foi então enviado como cônsul para o

¹ KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 136.

² KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians* p. 133.

³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 75-77.

⁴ A American Tract Society é uma organização interdenominacional ainda em atividade. Tinha o objetivo de evangelizar através da circulação de panfletos religiosos, técnica ainda hoje empregada e muito difundida por várias organizações e denominações evangélicas. Esse propósito foi oficialmente descrito na ocasião de sua fundação em 11 de maio de 1825: To make Jesus Christ known in His redeeming grace and to promote the interests of vital godliness and sound morality, by the circulation of Religious Tracts, calculated to receive the approbation of all Evangelical Christians. (Fazer Jesus Cristo conhecido em Sua graça redentora e promover os interesses da religiosidade vital e sã moralidade pela circulação de panfletos religiosos, calculados para receber a aprovação de todos Cristãos Evangélicos).

A primeira sede da ATS foi um prédio de quatro andares no número 87 da Nassau Street em Nova Iorque. Mais tarde, em 1894, os fundos monetários já eram suficientes para prover a construção de um prédio de 23 andares próximo à Broadway e à Quinta Avenida, na época de sua construção um dos prédios mais altos da cidade de Nova Iorque e ainda hoje de pé. Os panfletos provavelmente utilizados por Fletcher encontram similares guardados na biblioteca Frank E. Gaebelein, situada na atual sede da ATS.

Assim como as demais associações responsáveis pelas visitas de Fletcher ao Brasil, a ATS foi motivada por três fatores: os Avivamentos religiosos, a rápida expansão norte-americana para o

Porto, em Portugal, onde permaneceria até 1873. Terminado seu trabalho diplomático em Portugal, ele retomou a carreira missionária em Nápoles, Itália, onde permaneceria entre 1873 e 1890, provavelmente outra vez trabalhando para a American and Foreign Christian Union. Faleceu em Los Angeles, Califórnia, em 23 de Abril de 1901.

6.5 CONCLUSÃO

Os planos de Fletcher em sua missão no Brasil parecem ter sido, sobretudo, aumentar o prestígio dos Estados Unidos, que ele apresentava no Brasil como uma nação “protestante” com leis, costumes, sistema educacional, economia e religião dignos de serem imitados, e criar um forte elo entre o Brasil e aquela nação. O progresso americano e o seu extraordinário desenvolvimento que, na mente de Fletcher fora produzido pelo protestantismo, fluiriam então para o Brasil na forma de comércio e emigração de empreendedores de todos os tipos, que trariam consigo sua religião, desse modo trazendo o “progresso” para o Império Brasileiro. Enfim, seria a conquista do Brasil pela cultura, “progresso” e comércio americanos.¹ Uma aproximação entre os dois países dentro de um quadro de providência divina, segunda a leitura do “reformador social” James Cooley Fletcher.

Fletcher também advogava a norma de que o comércio poderia produzir hospitalidade e cosmopolitismo entre os povos. Advogava também a favor da cooperação entre os países e da necessidade de países mais desenvolvidos auxiliarem os países menos desenvolvidos. Essa seria uma ajuda a ser prestada não apenas pelos Estados, mas, sobretudo pelos indivíduos dentro dos mesmos, seja pelo comércio, seja por atividades filantrópicas. Estas são normas que

oeste e a desenfreada imigração para os nascentes Estados Unidos. O objetivo especificamente da ATS nesse momento era encontrar uma forma rápida e eficaz de evangelização especialmente para o oeste americano, daí o uso de panfletos e folhetos contendo informações resumidas e de fácil assimilação. Entre os autores do material utilizado pela ATS em suas primeiras décadas e, portanto no período em que Fletcher para ela trabalhou, encontram-se Richard Baxter, Jonathan Edwards e Benjamin Rush, um dos mais jovens signatários da Declaração de Independência dos EUA. Além dos folhetos a que seu nome é devido, a ATS passou após poucos anos a publicar também livros, livretos e revistas. <http://www.atstracts.org/readarticle.php?id=4> Acesso em 5 de novembro de 2008.

¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 74.

7

**MISSIONÁRIOS PRESBITERIANOS E DIPLOMACIA ENTRE
EUA E BRASIL**

Neste capítulo chegamos de maneira mais direta ao objeto de estudo desta dissertação: a atuação de missionários das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil entre 1859 e 1888, e seu papel nas relações entre os dois países no mesmo período.

Dentro do arcabouço teórico desse estudo, observa-se que atores transnacionais (inclusive aqueles motivados principalmente por fins religiosos) e idéias (incluindo as religiosas) podem ter importante influência sobre o sistema internacional. A política externa de um país, por sua vez, não pode ser analisada como se esta fosse resultado dos cálculos de um ator monolítico e racional, sendo melhor definida como o resultado de intensos debates entre diferentes grupos e até mesmo indivíduos, cada um deles com seus próprios interesses, idéias, objetivos e estratégias.

Partindo desse arcabouço teórico e da avaliação preliminar da inserção do presbiterianismo no Brasil realizada no primeiro capítulo, assim como da avaliação da diplomacia norte-americana realizada no segundo, chegamos à seguinte pergunta: qual foi o papel das Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos nas relações entre estes dois países, Brasil e Estados Unidos?

De acordo com a avaliação preliminar realizada, os missionários parecem ter feito da busca pelo aprimoramento das relações entre Brasil e Estados Unidos uma de suas estratégias para que houvesse no Brasil as condições favoráveis para seus objetivos de evangelização. Portanto, essa dissertação como um todo e este capítulo em especial partem da hipótese de que as Igrejas Presbiterianas dos Estados Unidos no Brasil foram incentivadoras de melhores relações entre Brasil e Estados Unidos, tendo como objetivo a criação de um ambiente favorável à sua atuação. Com isso, teriam contribuído para a aproximação entre os dois países.

Já foi observado nessa dissertação que Ashbel Green Simonton, ao chegar no Brasil, estabeleceu a estratégia de aproximar-se dos norte-americanos residentes no Rio de Janeiro em busca de proteção para sua pregação. Porém, esta estratégia parece ter sido negligenciada posteriormente, na medida em que o comportamento não “puritano” dos seus compatriotas afastou Simonton, levando-

o a depender prioritariamente do apoio de seus colegas missionários. Ao que parece, Simonton e seus colegas evitaram tanto quanto possível depender do apoio da população norte-americana residente na corte ou de autoridades brasileiras para cumprir sua missão entre os brasileiros. Isso não quer dizer, no entanto, que algum contato em busca de apoio não tenha sido realizado, especialmente entre diplomatas norte-americanos e políticos liberais brasileiros.

Ao longo deste capítulo será analisada, sobretudo a influência dos missionários, um grupo transnacional, em duas instâncias: primeiro sobre a realidade doméstica brasileira, especialmente sua disposição política para com os Estados Unidos da América; segundo, sobre a política externa norte-americana em relação ao Brasil, representada aqui por seus diplomatas em serviço no Império.

Uma segunda tarefa a ser realizada neste capítulo, seguindo a abordagem teórica proposta para essa dissertação, consiste em analisar o papel dos missionários como disseminadores de normas.

7.1

DIPLOMATAS E MISSIONÁRIOS NORTE-AMERICANOS

Será analisado aqui qual foi a forma principal de relacionamento entre os missionários em atuação no Brasil e seus representantes governamentais no mesmo país, os diplomatas norte-americanos. Teria sido esse um relacionamento de barganha mútua, com os missionários em busca de seus interesses junto aos diplomatas, procurando alterar suas políticas, sobretudo através da prática do lobby político, sem um confronto direto com Estado? Teriam os diplomatas respondido a essa estratégia de forma semelhante, estabelecendo diálogo e buscando soluções onde interesses mútuos fossem beneficiados, ou mesmo procurando incluir os missionários em seus próprios planos, visando benefícios próprios? Ou teriam os missionários competido com seus supostos representantes governamentais, contestando sua legitimidade? Neste caso, teriam os missionários agido pacificamente ou teriam eles adotado o confronto direto e mesmo violento? Conforme foi exposto no quarto capítulo dessa dissertação, essa última hipótese, embora improvável, não está descartada pela doutrina presbiteriana. Neste caso, teria sido a resposta dos diplomatas hostil ou indiferente? Por último, resta a possibilidade de que os missionários tenham adotado uma postura inteiramente

indiferente aos diplomatas e à questões políticas (e diplomáticas, mais especificamente) entre Brasil e Estados Unidos. Neste caso, cabe perguntar também se os diplomatas teriam aceitado essa opção ou se procuraram trazer os missionários para alguma forma de interação direta, pacífica e cooperadora ou não. Exemplos históricos já mencionados nesse estudo demonstram que essa não é uma possibilidade a ser descartada. Deve ser lembrado que a pergunta mais ampla, englobando todas as anteriores, é a seguinte: qual foi o papel dos missionários em relação à diplomacia norte-americana para o Brasil?

O envolvimento entre diplomatas e missionários se deu cedo no recorte cronológico que está sendo adotado nessa dissertação. Logo que chegou ao Rio de Janeiro, como não dominava a língua portuguesa, Simonton decidiu servir por algum tempo como capelão voluntário para os mecânicos ingleses, escoceses e irlandeses no Bairro da Saúde, atualmente centro do Rio. Era somente um expediente temporário, pois seu objetivo real era pregar aos brasileiros. Ele também se ofereceu para servir como pastor para os norte-americanos residentes na corte. Para esse fim, Robert Wright, da firma Maxwell, Wright & co., exportadores de café, apresentou-o a Robert S. Scott, cônsul norte-americano a quem os missionários descreveram como um homem religioso. O cônsul Scott declarou formalmente a Simonton que protegeria a liberdade religiosa dos cidadãos norte-americanos,¹ e ainda o convidou para celebrar culto no consulado. Aparentemente essa foi a circunstância em que Simonton conheceu o ministro plenipotenciário Richard Kidder Meade, que freqüentemente assistia aos cultos do missionário no consulado,² cooperando ainda (ao menos em uma ocasião) com as visitas do missionário a seu ponto de pregação na Saúde.³

Pouco mais tarde Simonton escreveu ao Conselho da Missão informando que tanto Scott quanto Meade haviam se comprometido a protegê-lo, aconselhando-o, no entanto, a ser moderado e a não ofender a Igreja Católica. Apesar de toda a garantia oferecida, Simonton optou a princípio por não se afastar dos grandes centros urbanos, temendo que no interior a autoridade civil fosse

¹ FERREIRA, J. A.. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1.* p. 18; VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.* p. 137.

² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil.* p. 136.

³ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton.* p. 129. Anotação de 20 de setembro de 1859.

menos respeitada (acertou). Seus temores foram um pouco acalmados pela chegada de sua irmã Elizabeth e de seu cunhado Blackford em julho de 1860.⁴

Mais detalhes a respeito de como Simonton lidava com os diplomatas de seu país podem ser observados em seus contatos com o Dr. Robert Kalley. Conforme já foi visto nesse estudo, Kalley havia se tornado descrente da proteção que os diplomatas ingleses poderiam oferecer a ele e a sua pregação no Brasil. Porém, conversando com o Rev. Simonton ainda em agosto de 1859, julgou oportuna a missão do jovem colega norte-americano, entre outros motivos porque acreditava que as autoridades diplomáticas dos EUA protegeriam seus cidadãos no Brasil.⁵ Porém, o escocês recomendava ao missionário presbiteriano distância dos norte-americanos residentes no Rio de Janeiro. Neste último ponto Simonton discordou do colega. Não descartou, no entanto o conselho a respeito dos diplomatas. Assim ele se expressou em seu diário a respeito do encontro com o missionário escocês:

Quanto a serviços religiosos para os americanos, [o Dr. Kalley] inclina-se a desaconselhá-los. Não posso concordar com ele nesse ponto. Acredito que além de ser útil a eles, posso também adquirir uma posição segura e tê-los como aliados. Minha presença e meus objetivos aqui não podem ficar escondidos; portanto minha esperança está na proteção divina e *no uso de todos os meios prudentes de defesa* (grifo meu).⁶

Simonton assumiu, portanto, a estratégia de buscar a proteção dos norte-americanos residentes na corte e o apoio dos diplomatas. Em pouco tempo, porém, ele percebeu que Kalley tinha razão a respeito dos norte-americanos: “Esses homens [os marinheiros para os quais pregava] têm vida muito frívola. Não posso invejá-los no presente; quanto ao seu futuro, se é que se preocupam com ele, apenas promete amargura”;⁷ “Não acho bom misturar-me muito com os ingleses e americanos que vivem aqui. Depois de conhecê-los, ganhar sua confiança e amizade, sinto a necessidade, por escolha e por dever, de me afastar deles”.⁸

Quanto aos diplomatas, Simonton dá indicações de que seguiu caminho diverso. Ao que parece manteve boa amizade com Scott e Meade e continuou

⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 138.

⁵ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 137.

⁶ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. p. 127. Anotação de 31 de agosto de 1859.

⁷ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. p. 128. Anotação de 12 de setembro de 1859.

⁸ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. p. 132. Anotação de 8 de novembro de 1859.

preocupado em obter sua proteção: “Tive uma conversa com S. [aparentemente Scott] e me arrependi. Foi sobre escravidão; ele é absurdamente à favor e eu, contrariando-o, acabo perdendo poder e influência sobre ele”.⁹ O missionário ainda fez a seguinte anotação em seu diário:

Tive longa conversa com o Sr. S. [Scott] e o Sr. W. sobre a liberdade religiosa no Brasil; tive uma noção muito interessante das opiniões e sentimentos dos homens de negócios a respeito de tentativas de pregar o Evangelho. Os missionários não devem contar com muita simpatia ou apoio dessa classe de homens. O Sr. S. tomou uma posição mais elevada e declarou o seu propósito de proteger todo cidadão americano no exercício de sua liberdade religiosa.¹⁰

Kalley confidenciou ainda ao colega norte-americano que acreditava que havia sinais de que era chegada a hora de evangelizar o Brasil. Sabia de brasileiros prontos a aceitar a pregação evangélica, mas recomendava extrema prudência na pregação pública. Sobre esse último ponto, Simonton concluiu que havia um certo exagero da parte do pastor mais idoso, uma vez que logo encontrou grande receptividade entre os brasileiros e pouca oposição.¹¹ Essa impressão inicial de segurança, no entanto, não seria confirmada pelos missionários em todas as ocasiões, conforme será visto a seguir.

Em junho de 1866, na cidade de Lorena, São Paulo, uma perseguição contra os missionários teve seu início. A princípio, em um evento bastante curioso, um mesmo delegado proibiu a pregação do Rev. Conceição, aparentemente seguindo exigências de autoridades locais, para logo depois ir ele mesmo ouvir a pregação do pastor brasileiro.¹² O caso não parece ter tido maior repercussão. Porém, em pouco tempo a pregação em Lorena começou a sofrer impedimentos muito mais sérios e constantes do que em outros lugares aonde os missionários haviam ido até então. Em novembro de 1868 os revs. Chamberlain e Conceição foram pregar nessa mesma cidade. Diversas pessoas instigadas pelo vigário local procuraram impedir as reuniões: em uma ocasião um indivíduo armado de pistola e em outra ocasião uma turma armada de porretes, que espancou os crentes na saída do culto. A maior perseguição aparentemente devia-se à presença do ex-padre Conceição. Chamberlain imediatamente dirigiu-se para

⁹ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. p. 129. Anotação de 28 de setembro de 1859.

¹⁰ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. p. 138-139. Anotação de 24 de fevereiro de 1860.

¹¹ RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 20-21.

¹² RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 115.

a corte, onde comunicou ao Cônsul e ao Ministro dos EUA a respeito do ocorrido. Blackford procurou Tavares Bastos. Imediatamente as mais altas autoridades do Império intervieram em Lorena e garantiram a segurança dos missionários e dos brasileiros crentes.¹³ O caso repercutiu nos EUA; em 21 de fevereiro de 1869 o Rev. Fletcher escreveu de Nova Iorque ao Imperador Dom Pedro II nos seguintes termos: “Ficamos contentíssimos de ler nos jornais que o senhor Alencar, Ministro da Justiça, tão prontamente atendeu ao caso de Loreno (*sic*). Eu sabia que V. Majestade providenciaria para que se fizesse justiça”.¹⁴ Percebe-se, portanto, que ao menos em situações extremas, os missionários estavam dispostos a buscar a ajuda dos diplomatas. E os diplomatas a protegê-los.

Pouco após chegar ao Brasil, em suas primeiras avaliações do país, os missionários encontravam-se até mesmo eufóricos com a garantia geral de liberdade de culto que encontravam no Brasil,¹⁵ sentimento que ocasiões como essa de Lorena não parecem ter apagado totalmente. Isso não quer dizer que não houvesse problemas: quase metade das cartas enviadas pelos missionários à Junta de Missões entre 1859 e 1869 faziam menção das dificuldades financeiras por que passavam. Em 1861 e 1862 a crise financeira experimentada pelos missionários se aguçou; pensou-se no encerramento da missão. Simonton se dispôs a deixar o Brasil para que a Junta pudesse empregar os fundos somente em Blackford.¹⁶ A penúria dos missionários produziu aquele que talvez seja um dos mais interessantes casos de ligação entre eles e a diplomacia norte-americana para o Brasil: por alguns meses, em 1861 (entre Abril e Outubro, ao que parece), Blackford empregou-se como Secretário da Legação Americana no Rio de Janeiro.¹⁷

O emprego de Secretário da Legação foi oferecido a Blackford pelo Ministro Plenipotenciário Richard K. Meade, que já era amigo de Simonton.¹⁸ Mais tarde no mesmo ano, Blackford assumiu o lugar de Meade, que precisou

¹³ RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 116-117.

¹⁴ Ministério da Educação e Saúde, *Anuário do Museu Imperial*, XIII, 1952, p. 202. citado em RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 117.

¹⁵ RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 118.

¹⁶ RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*, p. 121

¹⁷ RIBEIRO, B.. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 121; MATOS, A. S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil*. p. 32; VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 139.

¹⁸ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 139.

retornar aos Estados Unidos.¹⁹ Colocando de maneira mais clara, ainda que por um curto período de tempo, um missionário presbiteriano ocupou o cargo máximo da diplomacia norte-americana no Brasil naquele momento.

Por orientação da Junta de Missões, Blackford não deu continuidade a seus serviços na diplomacia.²⁰ Embora a literatura utilizada não nos permita conhecer maiores detalhes a respeito desse interessante episódio e as fontes originalmente utilizadas para descrevê-lo estejam presentemente inacessíveis, é possível arriscar algumas conclusões: conforme já foi visto nessa dissertação, a Junta de Missões de Nova Iorque tendia para o modelo Velha Escola.²¹ Blackford e seus colegas tendiam a ser conservadores quando o assunto era a participação da Igreja em reformas sociais. Aparentemente o emprego na diplomacia deveu-se às necessidades financeiras e nada mais, sendo prontamente abandonado sob as ordens da Junta e nunca mais comentado. Seria muito interessante, no entanto, saber como foram aqueles meses de 1861 com Blackford à frente da Legação.

Além desses episódios mais dramáticos, outros de natureza mais corriqueira indicam que missionários e diplomatas mantinham contatos regulares. Em primeiro lugar havia a convivência dentro da “colônia” de norte-americanos em geral: logo ao chegar ao Brasil Simonton tornou-se professor dos filhos de um certo Sr. Ewbank,²² possivelmente um parente ou o próprio Thomas Ewbank (um grande crítico daquilo que os evangélicos consideram idolatria católica romana na forma de imagens), autor de *A Vida no Brasil*, obra que o missionário indica, juntamente com o livro de Kidder, para norte-americanos interessados em estudar a respeito do Brasil.²³ Mary Dascomb, educadora que iria cooperar com os missionários, ao chegar ao Brasil pela primeira vez, em 1866, também empregou-se como preceptora, porém, dos filhos de James Monroe, cônsul norte-americano no Rio de Janeiro, que era presbiteriano. Ela voltaria ao país em 1869, como missionária.²⁴ Numerosos registros no diário de Simonton indicam que ele e seus colegas com alguma frequência visitavam a sede da diplomacia norte-americana

¹⁹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 139.

²⁰ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*, p. 121

²¹ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 199.

²² SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. p. 138. Anotação de 21 de janeiro de 1860.

²³ *The Foreign Missionary*, March 1864. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 173.

²⁴ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 261; MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. p. 67.

no Rio de Janeiro, por variadas razões. Portanto, a convivência entre as duas classes, diplomatas e missionários, parecia ser de fato coisa comum.

Por último, cabe ressaltar que os missionários da PCUSA e da PCUS não foram os primeiros a serem defendidos por diplomatas de seu país. Conforme já vimos, Fletcher também estabeleceu relações com os diplomatas dos EUA (na verdade, relações aparentemente muito mais íntimas do que aquelas dos pioneiros do presbiterianismo no Brasil). Também o missionário metodista Daniel Parish Kidder pôde contar com a ajuda da diplomacia norte-americana, ao menos em uma ocasião. Em sua passagem pelo Pará ele sofreu algumas ameaças do bispo local, porém o cônsul norte-americano interveio junto ao presidente da província resolvendo caso e garantindo sua segurança.²⁵

Aparentemente o relacionamento de missionários e diplomatas gravitou entre a barganha mútua e a indiferença. Embora os planos de Simonton tenham sido de buscar proteção de representantes que considerava legítimos (seguindo nisso princípios observados na Teologia de Princeton), as Igrejas nos EUA preferiram deixar clara a diferença entre sua missão e a presença norte-americana no Brasil (algo que também pode ser compreendido à luz da Teologia da CFW na leitura de Princeton). Dessa forma, a troca de favores entre diplomatas e missionários esteve presente, mas ao que parece de maneira esporádica. Uma análise mais extensa de fontes, indisponíveis no momento, poderia responder melhor a essa questão.

7.2

A INFLUÊNCIA DOS MISSIONÁRIOS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS NO IMPÉRIO

7.2.1

A RELAÇÃO ENTRE OS MISSIONÁRIOS E AS AUTORIDADES BRASILEIRAS

Os diplomatas não eram as únicas autoridades civis com as quais os missionários interagiam. Políticos brasileiros também estavam entre seus interlocutores. As perguntas a respeito da relação entre missionários e autoridades governamentais brasileiras (e seu impacto sobre as relações entre EUA e Brasil) são basicamente as mesmas feitas a respeito da relação entre missionários e

²⁵ FLETCHER & KIDDER. *Brazil and the Brazilians*. p. 561.

diplomatas. Qual teria sido o tipo de relacionamento entre missionários e governantes brasileiros: normal, competitivo ou transcendente?

Em primeiro lugar, cabe observar que as evidências indicam que o contato dos missionários da PCUSA e da PCUS com autoridades brasileiras era realizado de maneira muito diversa do modelo adotado por James Cooley Fletcher. Apesar de serem ambos filhos de políticos,²⁶ pastores da PCUSA e missionários, Simonton e Fletcher seguiram caminhos muito diferentes, especialmente no que diz respeito ao contato com autoridades. Um interessante contraste entre os dois pode ser observado na primeira impressão de Simonton a respeito do Imperador Dom Pedro II: “Ele é um homem alto e bem formado, mas de feições um tanto impassíveis”.²⁷ E é só. Ao chegar ao Brasil, Simonton trazia consigo cartas de apresentação fornecidas por Fletcher, dirigidas a “pessoas de alta classe”. Entretanto, essas cartas não foram utilizadas senão em duas ocasiões, logo após a chegada do missionário ao Brasil, e depois nunca mais.²⁸

Um traço comum entre Fletcher e os demais missionários, porém, pode ser ressaltado. Assim como havia ocorrido com Fletcher, Tavares Bastos tornou-se uma companhia constante dos missionários. Mais de uma vez o alagoano defendeu Simonton e seus colegas junto ao governo brasileiro, combatendo autoridades civis inclinadas a manter o monopólio católico sobre o sistema religioso brasileiro.²⁹ A amizade com Tavares Bastos, porém, parece ter se dado de maneira independente de Fletcher. Blackford conheceu o alagoano quando estava à frente da Legação dos Estados Unidos. Daí em diante Bastos tornou-se amigo, confidente, advogado e protetor dos missionários.³⁰

É importante notar, no entanto que as relações com as autoridades brasileiras não foram amistosas em todas as ocasiões. Em relatório datando de 22 de janeiro de 1862, o Rev. Blackford reportou à PCUSA suas experiências

²⁶ O pai de Simonton, o Dr. William Simonton (1788-1846), era médico e foi eleito deputado federal “Whig” pela Pensilvânia em duas legislaturas (1839-1843). Assim como Calvin Fletcher, pai de Fletcher, era defensor das escolas públicas. Precisou se afastar da política por motivos de saúde. Faleceu quando Simonton, nascido em 20 de janeiro de 1833, tinha apenas 13 anos de idade (Ver VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 135, notas e “Biographical Directory of the United States Congress”. Obtido em <http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=S000427>. Acesso em 30 de dezembro de 2008). Simonton parece ter herdado o interesse por política do pai. Em seu diário as observações a respeito da política, sobretudo norte-americana, são constantes.

²⁷ SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton*. Pp. 127-128.

²⁸ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 135.

²⁹ Ver por exemplo RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 107.

³⁰ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 139.

explorando as condições de inserção da religião evangélica em Minas Gerais. Lembrando, a Proposta de Missão no Brasil da PCUSA incluía em seus objetivos “explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso a mente dos naturais da terra, e testar até que ponto a legislação favorável à tolerância religiosa será mantida”. Neste relatório o missionário descreve a experiência negativa de ser interpelado por um vigário que queria lhe proibir o trabalho. Segui-se um jogo de empurra entre vigário e autoridades civis, que resultou no seguinte comentário da parte de Blackford:

Aí está um grande mal, e um de nossos maiores perigos no sistema brasileiro: o poder arbitrário de autoridades na execução da lei. E somente se obtém amparo pela influência de amigos poderosos, ou a poder de dinheiro. Consta que são raríssimas as exceções à corrupção oficial.³¹

O comentário de Blackford parece combinar com a idéia que o Dr. Robert Kalley fazia das autoridades civis em geral. Porém, essa atitude negativa nem sempre estava presente. É possível que em alguns casos o temperamento dos pastores tivesse algum papel: Blackford costumava ser mais enérgico ou mais zeloso de suas funções.³²

A despeito dessas possíveis variáveis, o certo é que independentemente da vontade dos missionários as circunstâncias políticas levaram a um contato cada vez mais intenso entre estes e os políticos brasileiros com o passar dos anos. Em 1863, com o crescimento no número de conversões, Simonton considerou que havia chegado a hora de construir um templo para acomodar o crescente número de membros. Até então as reuniões eram realizadas em espaços alugados: de 12 de janeiro de 1862 a setembro de 1863, na Rua Nova do Ouvidor (hoje, Travessa do Ouvidor), 31, 2º andar; a partir de 5 de setembro de 1863 na Rua do Cano (atual rua Sete de Setembro), 72, 2º andar.³³ O número de reuniões semanais aumentava e a frequência variava entre sessenta e noventa pessoas, com picos de cento e

³¹ Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 35.

³² RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*, p. 165,167.

³³ A Igreja do Rio passaria ainda pela Rua do Regente (atual Regente Feijó), 42 – A e pelo Campo da Aclamação (atual Campo de Santana - Praça da República), 49 antes de chegar a sua sede definitiva na Travessa da Barreira, 11 em 9 de outubro de 1870. Ver “Um Pouco de História” em http://www.catedralrio.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=39. Acesso em 22 de Dezembro de 2008; FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992, pp. 78-79.

cinquenta. A sala de reuniões lotava.³⁴ Escrevendo aos irmãos nos EUA o missionário assim se expressou:

Temos amigos e temos apoio; o governo e o povo nos consideram favoravelmente, se tivermos prudência a oposição do clero não nos prejudicará. Somos chamados a nos levantarmos diante da comunidade e da nação, como testemunhas da verdade de Cristo – e não devemos falhar (...) Ninguém nos negaria licença para construir Já estamos registrados pelo governo como pastores da Igreja Evangélica Presbiteriana do Rio de Janeiro.³⁵

Em 1873 Dom Pedro II interveio pessoalmente junto aos missionários na ocasião em que estes realizaram sua primeira aquisição de uma propriedade no Brasil, o terreno para construção do templo mencionado acima. Tratava-se do terreno na Travessa da Barreira, atual Silva Jardim, onde está localizada até hoje a Igreja Presbiteriana do Rio, ou Catedral Presbiteriana, em referência a seu estilo arquitetônico. A concessão da escritura dependeu da intervenção direta do imperador em razão do ineditismo do episódio. No ano anterior três missionários haviam se entrevistado com D. Pedro II e apresentado o caso: era até então impossível para um grupo evangélico adquirir terreno para construção de um templo. O caso foi, portanto, da maior importância para as transformações que se observavam no cenário religioso brasileiro,³⁶ e também um excelente exemplo das boas relações que os missionários tinham com as autoridades brasileiras.

É importante destacar que esse bom relacionamento com as autoridades civis era encarado pelos missionários como um princípio a ser seguido. A investigação mencionada na *Proposta de Missão* da PCUSA a respeito da “legislação [brasileira] favorável à tolerância religiosa” e sua eficácia não incluía um confronto direto com opositores. Conforme pode ser exemplificado pelo caso de Blackford em Minas Gerais, os missionários adotaram uma atitude precavida diante da ameaça de perseguição religiosa. No caso da conversão do ex-padre José Manuel da Conceição, as precauções foram ainda maiores, para evitar a violência contra o novo evangélico e pastor. O que se pretendia com a investigação mencionada era “fazer uso discreto das franquias legais, e verificar, quando

³⁴ The Foreign Missionary, XXII; March 1864, p. 255. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 57.

³⁵ The Foreign Missionary, XXII, 8; Jan. 1864, p. 204. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 59-60.

³⁶ FERREIRA, J. A.. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. pp. 137-140.

alguém as violasse, se as autoridades as mantieram”.³⁷ Os missionários logo concluíram que a proteção com a qual podiam contar era bastante extensa. Em 1862 Simonton reportou aos irmãos nos EUA: “não houve impedimento à livre e plena pregação da Palavra na cidade do Rio; qualquer intenção do clero intolerante de interferir conosco, foi barrada pela decisiva atitude do Governo, favorável à tolerância religiosa”.³⁸

Verdade é que nas províncias do interior essa proteção falhava em algumas ocasiões, sendo a tolerância dependente do arbítrio de autoridades locais. Os missionários da PCUS no Nordeste, onde a perseguição inflamada por clérigos da Igreja Católica Romana assumiu contornos mais dramáticos, logo perceberam esse detalhe.³⁹ Também observa-se que alguns indivíduos parecem ter sido alvos preferenciais da perseguição pelo clero: Kalley e Conceição. Mas o fato é que o Império Brasileiro manteve uma atitude bastante favorável em relação aos missionários norte-americanos e sua pregação. Casos de perseguição aberta foram de modo geral rapidamente por ele sanados. Para citar um exemplo, Blackford, acompanhado de Antônio Bandeira Trajano e posteriormente de outros ministros do evangelho, procurou pregar em Bragança. Nos primeiros meses de 1865 pregou a bons auditórios, chegando a cerca de 100 pessoas, aparentemente satisfeitas. Porém logo sofreu uma interpelação pelo delegado local e pelos meirinhos, que atendiam a uma denúncia de que o missionário pregava contra a religião do Estado. Blackford informou ao delegado que caso necessário poderia recorrer ao presidente da província, ao ministro da agricultura do império e outros conhecidos seus. O delegado deixou a questão como estava e até interessou-se em assistir às pregações.⁴⁰ Em dezembro de 1869, tendo em vista que as denúncias de impedimentos à pregação se multiplicavam nos jornais, o próprio Ministro do Império interveio junto ao presidente da província de São Paulo ordenando-lhe que fizesse valer a lei e defendesse os ministros em seu direito de pregação.⁴¹

³⁷ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 109-110.

³⁸ *The Foreign Missionary*, XXI, 18; May, 1863, p. 312. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 110.

³⁹ FERREIRA, J. A.. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. pp. 224-236.

⁴⁰ Blackford, *Journal Record*. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 112-113.

⁴¹ Correspondência do Ministro do Império ao Presidente da Província de São Paulo em 11 de dezembro de 1869. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 114-115.

É importante comentar mais uma vez nessa dissertação que a despeito de todo o auxílio que vários políticos liberais se dispunham a prestar à causa presbiteriana e ao protestantismo em geral, os missionários da PCUSA e da PCUS costumavam apelar para os políticos amigos somente em casos de verdadeira emergência.⁴² Ainda assim, pode-se concluir essa seção com o seguinte comentário: os missionários parecem ter experimentado uma ótima reputação junto às autoridades brasileiras, algo muito diverso dos diplomatas e norte-americanos em geral residentes no Brasil.

As evidências demonstram, portanto, que houve intenso contato entre missionários e autoridades brasileiras em busca de benefícios mútuos. Seguimentos liberais do governo brasileiro acreditavam possuir nos missionários aliados para suas causas contra a Igreja Católica e favor do “progresso”. Os missionários, por sua vez, embora não totalmente convencidos do ideal liberal de “progresso” (e dos expedientes para obtê-lo), acreditavam ter nos liberais bons aliados para suas causas particulares. Em outras palavras, embora possuindo objetivos diversos, liberais e missionários encontraram um campo de ação comum no qual podiam auxiliar-se, o que pode ter cooperado no melhoramento das relações entre EUA e Brasil.

7.2.2

A INFLUÊNCIA DOS MISSIONÁRIOS PRESBITERIANOS SOBRE IMIGRAÇÃO DE CONFEDERADOS PARA O BRASIL

Tendo chegado a uma conclusão a respeito da relação entre missionários e autoridades governamentais brasileiras e norte-americanas, cabe a esse estudo questionar também qual teria sido a relação entre missionários e Sociedade Civil, bem como quais teriam sido as implicações desse relacionamento para as relações entre os dois países.

Esta seção será trabalhada a partir das três opções apresentadas no capítulo teórico desse estudo a respeito da relação entre atores transnacionais e Sociedade Civil: *reactive linkages* (correlações reativas), com a Sociedade Civil reagindo espontaneamente (e de forma não prevista) aos atores transnacionais; *emulative linkages* (correlações emuladoras), com a Sociedade Civil emulando o

⁴² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 161.

comportamento dos cidadãos de outro país; e por último, *penetrative linkage* (correlação penetradora), com os missionários apresentando uma intenção deliberada de influenciar a Sociedade Civil.

Conforme já observado nesse estudo, a opção de *penetrative linkage* parece a princípio ser a mais válida para reações do governo brasileiro à atuação de missionários estrangeiros em seu território, e a opção de *reactive linkage* pode corresponder à possibilidade de reações norte-americanas à atuação de missionários oriundos dos EUA no Brasil. No entanto, nenhuma das opções deve ser previamente descartada, uma vez que cada uma delas contém elementos que a princípio as tornam bastantes viáveis para nosso caso de estudo.

Conforme também já foi visto nessa dissertação, um dos episódios de maior destaque nas relações entre Brasil e Estados Unidos durante o século 19 foi a emigração de ex-confederados para o Brasil após a Guerra de Secessão nos EUA. Este foi também um episódio de grande importância para a implantação do presbiterianismo no Brasil, conforme provavelmente já pôde se notar, especialmente pelos planos da Missão da PCUS.

Aparentemente, ao contrário de Fletcher, Simonton, Morton e seus colegas não estavam interessados em envolver-se profundamente em todas as questões das relações entre Brasil e EUA. Também não estavam interessados em questões políticas, e sim naquilo que entendiam como questões espirituais. Mas tiveram envolvimento em algumas importantes questões diplomáticas, conforme possivelmente pôde ser visto ao longo do capítulo dedicado a Fletcher. As evidências indicam que a imigração dos confederados teve grande destaque entre essas. Considerando-se essas evidências e trabalhando dentro dos limites que o acesso às fontes impõe à pesquisa, faço a escolha de utilizar o exílio de confederados como caso de estudo para analisar as relações entre missionários e Sociedade Civil e seu impacto sobre as relações entre EUA e Brasil.

Passado pouco tempo de sua chegada no Brasil, Simonton comunicou à Junta de Nova Iorque que estava de acordo com o Dr. Kalley: os tempos eram propícios para a pregação evangélica no Brasil. Entre outras razões observadas pelo missionário estava o fato de que, com a proibição do tráfico em 1850, o Brasil clamava por imigrantes. Por amor a imigração, prosseguia Simonton, o

governo estaria pronto à oferecer liberdade religiosa aos protestantes.⁴³ Porém, assim como Kalley, Simonton não se deixava levar pelos políticos brasileiros. Da mesma forma que o pastor mais idoso, ele acreditava que a defesa do protestantismo feita pelos políticos liberais era feita por razões particulares (a imigração e diferenças com a Igreja Católica), e não por amor do protestantismo ou da liberdade religiosa em si.⁴⁴

Tanto quanto se pode supor, os exilados eram em sua maioria (senão todos) evangélicos (ao menos nominalmente). Diversos pastores e “leigos”⁴⁵ batistas, metodistas e pelo menos um episcopal (o já mencionado Rev. Ballard S. Dunn) envolveram-se com a migração sulista para o Brasil. Os presbiterianos eram, no entanto, o maior grupo envolvido nesse processo. Entre os mais diretamente envolvidos na migração sulista podem-se citar os seguintes nomes: o Rev. Robert Lewis Dabney, Rev. Thomas C. Carter, Rev. William Curdy Emerson, o presb. Dr. Gaston, William McFadden e L. Holmes Harvey, que se estabeleceu em Santarém, no Pará.⁴⁶ Portanto, entre os imigrantes vieram alguns pastores, que pelo menos em algumas ocasiões foram os principais líderes das colônias.

Convém lembrar também que a imigração de sulistas para um Brasil foi ao menos um dos fatores que levaram a PCUS a estabelecer uma Missão em terras brasileiras, e que a localização final da sede desta missão, a cidade de Campinas, em São Paulo, foi escolhida em função da proximidade com as colônias mais numerosas de confederados. Pouco antes de a PCUS estabelecer sua missão no Brasil, dois pastores presbiterianos dessa denominação já haviam iniciado um trabalho entre os imigrantes confederados em caráter particular: o Rev. William Curdy Emerson e o Rev. James Robison Baird. Aproximadamente em 1870, Emerson e Baird organizaram junto aos imigrantes em Santa Bárbara uma igreja presbiteriana, a Hopewell Church. O William McFadden mencionado acima foi outro fundador desta igreja. Logo após, a Hopewell Church organizou uma congregação em Água Branca, entre os rios Tietê e Tatuí, que aparentemente

⁴³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 137.

⁴⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 137.

⁴⁵ Reforçando que em função da Doutrina do Sacerdócio Universal dos Crentes não há propriamente um “clero” e “leigos” nas igrejas evangélicas históricas.

⁴⁶ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 213-214.

também se tornou uma igreja.⁴⁷ Em diferentes momentos na década de 1860 Emerson e Baird escreveram à sua denominação pedindo para que fosse iniciada uma Missão no Brasil e que eles fossem nomeados missionários da mesma. Os pedidos desses dois pastores aparentemente tiveram alguma influência sobre a decisão final da PCUS em estabelecer a dita Missão. Com a chegada de George Nash Morton e Edward Lane ao Brasil, os pastores Emerson e Baird e as igrejas que haviam organizado se uniram aos esforços missionários da PCUS. As famílias de ambos, bem como os membros de suas igrejas em São Paulo, tiveram grande participação no trabalho missionário no Brasil. O Dr. James McFadden Gaston, um presbítero⁴⁸ auxiliar de Emerson e Baird, cooperou decisivamente com a evangelização de brasileiros e com a imigração de confederados. Em 1867 ele publicou o livro *Hunting a Home In Brazil*, e liderou a vinda de mais de sessenta famílias sulistas para o interior de São Paulo.⁴⁹

O Rev. Robert Lewis Dabney, já mencionado nesse estudo como incentivador da Missão da PCUS no Brasil, foi também um incentivador da migração norte-americana no mesmo eixo internacional. Embora fosse uma pessoa de grandes qualidades cristãs, Dabney criou um sentimento de extrema aversão pelos *yankees*, algo que dividia com diversos outros presbiterianos sulistas. Aparentemente Dabney gostaria de transplantar a Virgínia inteira para o Brasil.⁵⁰ É importante observar aqui que a Guerra de Secessão, embora tenha sido um conflito principalmente político, não deixou de possuir um elemento religioso associado a si: ambos os lados beligerantes acreditavam estar defendendo o princípio cristão correto em relação à escravidão. As diferentes posições teológicas predominantes entre nortistas e sulistas também podem ser observadas, por exemplo, na polarização velha/nova escola ou PCUSA/PCUS já discutidas aqui. Apesar de toda a sua propaganda, Dabney nunca veio ao Brasil. Seu

⁴⁷ Em geral nas igrejas presbiterianas uma “igreja” é uma comunidade de cristãos com um certo grau de autonomia local, expresso especialmente em sua independência financeira e administrativa. Várias igrejas juntas podem formar presbitérios e sínodos, conforme já foi visto. “Congregação” é um nome geralmente usado para indicar uma pequena comunidade de cristãos em fase de crescimento e organização, sendo dependente de uma igreja já plenamente organizada. Suponho que este seja o caso das comunidades de Santa Bárbara e água Branca mencionados aqui.

⁴⁸ Nas igrejas presbiterianas presbíteros e pastores foram os concílios que governam as igrejas. Criteriosamente falando, as igrejas presbiterianas possuem apenas dois tipos de oficiais: presbíteros, responsáveis pela pregação, ensino e organização administrativa, e diáconos, responsáveis pela ação social. Pastores são também presbíteros, ou mais precisamente, presbíteros docentes, enquanto que os outros são presbíteros regentes.

⁴⁹ MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. pp. 165-170.

⁵⁰ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 212-215.

sobrinho John L. Dabney, no entanto, chegou ao país em 1879, como missionário da PCUS (embora não seja certo que o sobrinho e o tio tivessem as mesmas opiniões a respeito da imigração e dos *yankees*).

Vemos que de modo geral a atuação dos primeiros missionários da PCUS e a imigração de confederados caminharam bem próximas. Já os brasileiros encontravam-se divididos quanto à pertinência da chegada de um grande número de norte-americanos ao império. Um grande número de liberais, encabeçados por Tavares Bastos, recebeu os confederados de maneira entusiástica, acreditando que aquele grupo seria a solução dos problemas de “atraso” do Brasil e a chave para o “progresso” que tanto almejavam. A boa recepção pode ser explicada ainda por uma série de outros fatores: pela necessidade de ajuda militar na Guerra do Paraguai, pela simpatia que os escravocratas brasileiros guardavam pelos sulistas e até mesmo, conforme Simonton observou, pela insatisfação de parte do clero católico brasileiro com as relações entre a Coroa e a Igreja. Antes mesmo que qualquer sulista colocasse seus pés no Brasil, o missionário observou que importantes representantes da Igreja Católica no Brasil estavam ansiosos pela chegada dos confederados, uma vez que “os americanos trariam a república” e com isso acabariam com “a opressão do império” sobre os conventos.⁵¹ Essa observação obviamente não se aplicava ao clero ultramontano e seus associados, que movimentaram-se intensamente contra o exílio dos confederados no Brasil, conforme será visto aqui.

Deve ser levado em conta que grande parte da propaganda anti-americana perpretada no Império era na verdade antes anti-protestante do que contra os EUA propriamente. Essa propaganda contra a imigração de confederados era levada a cabo principalmente por elementos ultramontanos, que tinham mais problemas com o protestantismo e com os protestantes do que com os EUA em si. De qualquer forma, o resultado dessa propaganda era a disseminação de um sentimento negativo que de maneira não distintiva atacava o protestantismo, os protestantes, os EUA e a imigração dos confederados. Deve ser considerado, no entanto, que o regalismo de Dom Pedro II e a ação dos liberais evitaram de várias formas que os partidários de Pio IX e de sua encíclica *Quanta Cura* tivessem uma maior influência sobre os rumos da política de imigração brasileira. Católicos

⁵¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 209-211.

ultramontanos procuraram combater a migração de protestantes norte-americanos oferecendo a alternativa da migração católica polonesa ou irlandesa. Ambos os projetos fracassaram, cada um de seu modo peculiar. A migração polonesa parece ter gerado conseqüências piores para os ultramontanos, com a vinda de prostitutas “polacas” para o Brasil em lugar de imigrantes que pudessem reforçar a posição contra o protestantismo e os EUA.

Conclui-se que os confederados chegaram ao Brasil em um delicado momento de disputas entre ultramontanos e liberais, e que logo foram inseridos pelas partes litigiosas na discussão – contra sua vontade, ao que tudo indica.⁵² Em 1876 George Nash Morton observou que, do ponto de vista dos brasileiros liberais, a Igreja Católica, com seu conservantismo, era “uma barreira ao progresso do Brasil”, especialmente ao barrar a imigração de protestantes.⁵³

Essa oposição católica à imigração de confederados pode ser observada em janeiro de 1868, quando o Arcebispo da Bahia, Dom Manuel Joaquim da Silveira, escreveu uma longa carta ao Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, Ministro do Império, queixando-se do descaso do governo em relação aos seminários, especialmente tendo em vista a “ameaça protestante” que se materializava no Brasil com a chegada dos missionários. Na carta o Arcebispo fazia ainda referência à sua teoria de que os Estados Unidos pretendiam apoderar-se das terras do Brasil.⁵⁴ Em uma carta ao Conselho da Missão Blackford observou que o ministro replicou “com ironia severa, mas delicada”, descartando os argumentos do Arcebispo contra os missionários.⁵⁵

Elementos religiosos relacionados à imigração podiam ser vistos do lado confederado também. Parte dos imigrantes desejava justamente manter a “pureza” de sua religião, longe das influências negativas dos nortistas. Já outros sulistas opunham-se à imigração, considerando que “somente amargura poderia advir de lançarem eles sua sorte num país papista”.⁵⁶ De qualquer maneira, passados os

⁵² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 221, 223; 244-246.

⁵³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 239.

⁵⁴ Aparentemente este tipo de teoria ainda manteve seu peso por muitos anos. Veja-se em relação a isso as declarações de Moniz Bandeira já mencionadas nesse estudo a respeito dos missionários como “cabeças-de-ponte” do imperialismo norte-americano.

⁵⁵ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 246-247. Com referências a carta de Blackford ao Conselho da Missão de 14 de junho de 1868.

⁵⁶ WEAVER. “Confederate Immigrants and Evangelical Churches”. JSH, novembro de 1952, p. 452. Citado em VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 253.

primeiros anos após a Guerra, os sulistas parecem de modo geral ter concluído que sua situação nos EUA não era tão ruim que justificasse o exílio,⁵⁷ o que provavelmente é uma das melhores explicações para o número relativamente reduzido de imigrantes confederados, em comparação com as primeiras estimativas.

Ainda em 1859 (ou seja, logo que chegou ao Brasil), Simonton observou que os brasileiros ansiavam pela imigração. Escrevendo ao Conselho da Missão ele reportou que a imprensa vinha reagindo contra ataques feitos aos evangélicos no Brasil. A razão disso, ele explicou, era que os brasileiros sentiam que tinham que incentivar a imigração a qualquer custo, pois desde a proibição do tráfico de escravos o país encontrava-se sob a ameaça de estagnação econômica. A imigração de germânicos protestantes parecia ser a solução desse problema àquela altura dos acontecimentos. Por essa razão, o missionário continuava, os brasileiros ficavam “nervosamente sensíveis sob qualquer acusação de intolerância mostrada a um colono”. Ainda, Simonton informava que esse era “um poderoso argumento a favor da tolerância e é o fio da meada para entender-se muito do que ocorre aqui”.⁵⁸

A associação entre presbiterianos e liberais nas décadas de 1860 e 1870 em torno da imigração de confederados possuía um antecedente na história brasileira. Na década de 1830 uma associação semelhante já havia se estabelecido entre o Regente Padre Diogo Antônio Feijó e o missionário metodista Daniel Parish Kidder. Feijó desejava afastar Roma daquilo que considerava “questões brasileiras”, solicitando inclusive a ajuda dos Irmãos Morávios⁵⁹ nesse processo. Um programa semelhante foi proposto pela Sociedade Internacional de Imigração na década de 1860.⁶⁰

Conforme já foi visto nessa dissertação (quando a trajetória de James Cooley Fletcher no Brasil era analisada), os presbiterianos discretamente apoiaram a ala estritamente pró-confederados da Sociedade Internacional de

⁵⁷ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 253.

⁵⁸ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 234. Contendo referências à relatório de Simonton ao Conselho da Missão.

⁵⁹ Os Irmãos Morávios, juntamente com a Igreja Valdense, são os únicos grupos protestantes atuais de origem anterior à Reforma Protestante do século 16. A origem dos Irmãos Morávios remonta aos pré-reformadores John Wycliff (da Inglaterra) e mais especificamente a João Hus (da Boêmia), no final século 14 e início do 15.

⁶⁰ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 239.

Imigração de 1866.⁶¹ Convém lembrar que Tavares Bastos, o “amigo a toda prova” dos presbiterianos foi aparentemente o principal articulador brasileiro da migração confederada.⁶² O político alagoano era crítico de outros fomentadores da imigração, que a seu ver serviam apenas como “guias turísticos” para os confederados, sem oferecer condições reais de colonização. A sociedade por ela liderada, e pelos presbiterianos apoiada, propunha, sobretudo, modificações nas leis do Império concernentes à liberdade religiosa, ao casamento e ao registro civil. Estas eram, no entender dos membros da Sociedade Internacional de Imigração, mudanças essenciais para atrair os confederados. Para os missionários, eram mudanças particularmente benéficas para a evangelização dos brasileiros. A mesma liberdade religiosa que beneficiaria os confederados beneficiaria também os brasileiros que se tornassem evangélicos.⁶³

Diante das circunstâncias, os missionários acompanharam com grande interesse as atividades da Sociedade Internacional de Imigração e a movimentação em geral em torno do exílio dos confederados. Durante o ano de 1866 Simonton esteve presente a todas as reuniões da Sociedade. Em relatório à Junta de Nova Iorque, ele observou que o Dr. Antônio Francisco de Paula e Souza, o Ministro da Agricultura brasileiro, havia se comprometido “a dar urgência à liberalização das leis” que restringiam as atividades religiosas, civis e políticas dos acatólicos. Curiosamente, o missionário reportou também que o ministro era assinante da *Imprensa Evangélica*. Ele registrou ainda que Paula e Souza havia demonstrado interesse na pregação evangélica.⁶⁴

Para alguns membros da Sociedade Internacional de Imigração e outros liberais, o aspecto racial desempenhava um papel importante dentro dos argumentos favoráveis à imigração. De acordo com David Gueiros Viera, percebe-se também no Dr. Gaston uma insinuação racial em *Hunting a Home in Brazil*. Entre os brasileiros, eram numerosos aqueles que atacavam os latinos e exaltavam os anglo-saxões. Newton Bennaton, a despeito do nome enganador, era um desses brasileiros racistas. Em 1866, Simonton relatou ao Conselho da

⁶¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 224.

⁶² VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 223-224; 242-243.

⁶³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 224-227; 230-231.

⁶⁴ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 225-226; 235.

Missão, escrevendo a respeito das reuniões da Sociedade Internacional de Imigração que freqüentara naquele ano, que “era divertido ouvi-lo [Newton Bennaton] condenar a raça latina, seus preconceitos religiosos e seus viços sociais”. E, sobretudo, Simonton relatava que “os anglo-saxões, e especialmente os americanos, eram grandemente elogiados”.⁶⁵

Ainda em 1866, Simonton observou que no Brasil um grande movimento social e político estava ocorrendo, provocado pela chegada dos imigrantes confederados. Segundo ele dizia “o Brasil é muito parecido com os Estados Unidos em recursos naturais e elementos de grandeza”. Entretanto, porque era tão “diferente da República do Norte no seu progresso e prosperidade”, os brasileiros tinham sempre “olhado com inveja para o povo americano”. Assim sendo, os “homens pensantes” haviam aberto o Brasil à imigração, temendo que com o fim da escravidão o país viesse a se tornar um deserto.⁶⁶

Em 1867 o Rev. William Curdy Emerson fundou um jornal, o *Emigration Reporter*, onde muitas das exigências dos confederados foram relatadas aos brasileiros. Logo no início de sua publicação, Simonton associou-se ao Rev. Emerson na produção deste jornal. Em abril de 1867, ele enviou uma carta ao Conselho da Missão na qual incluiu um artigo seu publicado no *Emigration Reporter* e explicou que estava ajudando Emerson para que “o órgão dos imigrantes americanos [mostrasse] uma visão correta das questões morais e religiosas”. Acrescentou ainda que o jornal lhe dava “a oportunidade de colocar essas questões [de liberdade religiosa] perante o Governo Brasileiro”.⁶⁷

Além da Sociedade Internacional de Imigração, diversos agentes privados procuraram fomentar a imigração confederada. Entre estes estava a Wright &

⁶⁵ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 234-235. Em 1863, Simonton já havia feito observações a respeito das aparentes tensões raciais do Império. Durante a Questão Christie, ele escreveu ao Conselho da Missão observando que em sua opinião o maior temor do governo brasileiro era a possibilidade de um “levante dos negros e da plebe contra as classes mais altas, tanto estrangeiras como nacionais”. Ele ponderava que esta havia sido a razão de o Império se submeter a todas as exigências da Inglaterra, ao passo que “a honra e a dignidade nacionais tinham sido inteiramente reivindicadas”. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 238. Contendo referências a relatório de Simonton. A Questão Christie (1862-1865) constitui-se em um conflito entre Brasil e Inglaterra, fruto de um conjunto de incidentes diplomáticos, culminando no rompimento das relações diplomáticas por iniciativa do Brasil (1863). Um dos principais fatores envolvidos no processo foi a inábil atuação do embaixador britânico no Brasil, William Dougal Christie.

⁶⁶ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 238.

⁶⁷ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 228. Com referências à relatório de Simonton à Junta de Nova Iorque de 25 de abril de 1867.

Company,⁶⁸ que conforme já foi observado recebeu Simonton no Rio de Janeiro com grande cordialidade. Logo no dia em que desembarcou no Brasil (12 de agosto de 1859), o missionário jantou na casa de Robert C. Wright, que o apresentou ao cônsul Scott. A Wright & Company ainda ajudou Simonton a conseguir suas primeiras acomodações no Brasil.⁶⁹ Portanto, observa-se que os missionários foram beneficiados por agentes da colonização de confederados e pela Sociedade Internacional de Imigração, por grupos de liberais e de especuladores. Aparentemente, estes grupos partiam do princípio de que ajudando os missionários a organizar suas igrejas estariam também incentivando a imigração.⁷⁰

Apesar de todas as promessas feitas pelo governo, de todos os esforços feitos pelos liberais e agentes de imigração, e de todo o apoio e expectativa dos missionários, a liberalização da legislação religiosa brasileira andou a passos lentos e insatisfatórios para os evangélicos imigrantes. Em 1872 o Rev. William Curdy Emerson formulou aquela que parecia ser a reclamação geral, tanto dos confederados em São Paulo como dos protestantes de todas as nacionalidades por todas as partes do Brasil. O sentimento expresso por ele (e aparentemente compartilhado pelos liberais brasileiros) era de que os protestantes estrangeiros haviam sido responsáveis por uma série de novas idéias que vinham favorecendo o “progresso” brasileiro. De acordo com o pastor, “Todas essas idéias novas foram admiradas e adotadas pelos brasileiros, de modo que, poucos países podem dizer que possuem maior liberdade e que estão progredindo mais nesse momento”. No entanto, continuava Emerson, essa liberdade não era tão grande como deveria ser. Cada vez que os evangélicos estrangeiros perguntavam por que eram forçados a sepultar seus mortos “como cães nas matas”, respondiam-lhes que era porque eles “tinham a religião do demônio”. Em outras palavras, os protestantes estrangeiros, inclusive (ou principalmente) os norte-americanos, acreditavam ser responsáveis pelo “progresso” brasileiro, sem com isso serem beneficiados com a liberdade religiosa e os direitos civis que acreditavam lhes ser devidos.⁷¹

⁶⁸ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 240.

⁶⁹ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton (1852-1866)*. p. 126.

⁷⁰ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 240.

⁷¹ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. pp. 254-255.

O que se pode concluir a respeito da imigração de confederados no Brasil é que, embora não tenha influído especialmente para melhorar ou piorar as relações entre Brasil e Estados Unidos nos anos posteriores, serviu para intensificar essas mesmas relações. Pode-se concluir também que a participação de missionários, e especialmente de missionários presbiterianos, foi fundamental nesse processo.

Ao que tudo indica, portanto, missionários procuraram deliberadamente influir sobre um movimento surgido na Sociedade Civil norte-americana. Este movimento, por sua vez, teve profundo impacto sobre as relações entre EUA e Brasil durante alguns anos e sobre a penetração e consolidação presbiteriana no Brasil. Uma estratégia não totalmente prevista pela teoria, mas que se aproxima das correlações reativas entre Estado e Sociedade Civil.

7.3

MISSIONÁRIOS COMO DISSEMINADORES DE NORMAS

Conforme já foi observado nesse estudo, missionários podem ser avaliados dentro da teoria de Relações Internacionais como atores transnacionais ideológicos, cujo comprometimento primordial é promover idéias e formas de pensar através das fronteiras nacionais (ou, nesse caso específico, promover o cristianismo). Em teoria, sua promoção de valores e práticas coopera na construção de discursos comuns através das fronteiras dos Estados. Embora não tenham acesso aos mesmos mecanismos de poder dos Estados, os missionários em teoria possuem diversas formas de alcançar seus objetivos, usualmente interagindo com (e até mesmo influenciando de diferentes maneiras) o Estado e a Sociedade Civil.

Nesta seção serão avaliadas exatamente quais normas os missionários procuravam promover ou quais idéias pretendiam transmitir e de que forma. Conforme já foi observado, Fletcher pretendia disseminar no Brasil um protestantismo que equivalia ao “progresso”, ou ao menos servia como chave para obtenção deste. Essa ação era levada a cabo principalmente em associação com liberais brasileiros, filantropos, políticos e capitalistas americanos. Serão avaliadas aqui quais seriam exatamente as idéias e estratégias dos demais missionários.

Ao contrário do que ocorria com Fletcher, a igreja inicialmente organizada por Simonton não visava uma reforma social, e sim a conversão religiosa radical de indivíduos, que conseqüentemente seriam “forasteiros e peregrinos” na sociedade onde estavam inseridos, membros de um novo grupo com características muito peculiares. O comportamento desses indivíduos e sua propagação poderia eventualmente gerar a reforma de toda a sociedade.

Simonton era um republicano convicto e um anti-escravagista entusiasta, mas não estava no Brasil para subverter a monarquia ou libertar os escravos. Estava no Brasil para inserir no sistema religioso nacional uma nova denominação formada por pessoas que tivessem uma experiência pessoal transformadora com Deus.⁷² Nas primeiras anotações em seu diário a respeito do Brasil, ele descreve algumas pessoas a quem era apresentado. Seus comentários a respeito dos novos amigos são tanto políticos quanto religiosos (aparentemente dois de seus assuntos favoritos), mas os *elogios* sempre tendem para os aspectos religiosos da personalidade das pessoas. Ser liberal não era suficiente. Era necessário ser piedoso.⁷³

Analisando a relação entre Reforma Social e conversão individual, Boanerges Ribeiro faz menção a uma anotação no diário de Simonton datada de 21 de fevereiro de 1855, poucos meses antes de o futuro missionário realizar sua pública profissão de fé e ingressar no seminário:

Não me parece que mudança seja progresso, ou que revolução seja reforma. Além do mais, reformar passou a ser um negócio e muitos charlatães fazem disso seu meio de vida. O Dr. Riddle, que fez umas palestras e pregou para nós há pouco tempo, defende essa doutrina tão firmemente como Cummings em seus apontamentos sobre o Apocalipse. Eles acham que a motivação dessas propaladas reformas, particularmente as que tocam as condições morais e sociais do homem, está inteiramente errada; que são anti-religiosas, sugerindo que o cristianismo fracassou na regeneração da raça humana e que deve ceder lugar a alguma agência mais poderosa.⁷⁴

O comportamento de Simonton nos anos seguintes parece refletir suas anotações de 1855, o que possivelmente explica a rejeição experimentada por Fletcher entre seus colegas no Brasil. De alguma maneira Fletcher havia ingressado em uma campanha religiosa bastante centrada em reformas sociais e

⁷² RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 26-27.

⁷³ VIEIRA, D. G.. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. p. 139-140.

⁷⁴ SIMONTON, A. G.. *O Diário de Simonton*. pp. 81-82.

morais. Os demais missionários aparentemente preocupavam-se, sobretudo com reformas individuais.

Em 1868, conforme já foi visto, a PCUS decidiu iniciar sua missão no Brasil. Nomeou para tal dois missionários: George Nash Morton e Edward Lane. Morton foi enviado para pesquisar o país e escolher um lugar para sede da missão. No Rio confraternizou-se com os missionários da PCUSA que lhe recomendaram Recife ou Porto Alegre. Em lugar disso Morton seguiu para Campinas, onde foi ver os imigrantes sulistas. Tanto ele quanto Lane acreditavam que uma sede próxima desses imigrantes era a melhor opção. Assim Morton se expressou sobre o assunto: “julgávamos que o relacionamento social e comercial desses desbravadores com os nativos facilitaria muitíssimo nossa comunicação com estes, e nos daria valiosa oportunidade de ensinar nossas verdades evangélicas aos adeptos de uma igreja apóstata”.⁷⁵ Em 26 de outubro do mesmo ano Morton embarcou de volta aos EUA, antes de retornar em 1869 para o estabelecimento definitivo da missão da PCUS. Curiosamente, viajou no mesmo navio que levava James Cooley Fletcher de volta aos EUA.⁷⁶

É interessante notar que Morton e Lane envolveram-se profundamente no *Colégio Internacional* (fundado em 1873, decadente em 1880 e modestamente se reerguendo em 1890), a “visão gloriosa de Lane”.⁷⁷ Projeto de ambos, Morton e Lane, o colégio visava educar uma elite brasileira nos moldes norte-americanos. Em outras palavras, um projeto francamente voltado para a reforma social (e não a reforma de indivíduos pela conversão religiosa) levado a cabo por missionários da (teoricamente) mais conservadora PCUS. É bem verdade que os altos gastos e o declínio do sucesso, assim como problemas administrativos, levaram o Colégio a um fim precipitado, mas sua breve existência marcou profundamente os rumos do presbiterianismo brasileiro em seus primeiros anos. Foi visitado e elogiado por Dom Pedro II e atendeu à elite paulista.⁷⁸

Em 1893, devido aos contínuos surtos de febre amarela que atingiam a região de Campinas, e que vitimaram o próprio Edward Lane, o colégio foi transferido para Lavras, Minas Gerais, sob a liderança de um novo missionário,

⁷⁵ MORTON, G. N. *The Missionary*, II, 24. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 200.

⁷⁶ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 199-200.

⁷⁷ FERREIRA, J. A.. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. pp. 115-118.

⁷⁸ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 199-221.

Samuel Rhea Gammon, cujo nome mais tarde foi dado à instituição.⁷⁹ Divergências quanto ao lugar da educação no programa de missões levariam à divisão da Missão da PCUS em 1906. O principal motivo foi a criação da escola de agricultura em Lavras. Os dois grupos ficaram conhecidos como Missão Leste, sediada em Lavras, favorável à criação de escolas seculares, e Missão Oeste, sediada em Campinas, partidária da evangelização direta.⁸⁰ De qualquer forma, o fracasso do Colégio Internacional marcou profundamente as atitudes da Junta missionária da PCUS. Na década de 1870 a Junta recomendava ao Rev. James Rockwell Smith, “O Simonton do Norte”, recém-chegado ao Recife (em 1873), que não se envolvesse em disputas políticas, mas se limitasse a pregar o evangelho, embora a situação política de disputas entre ultramontanos, maçons e liberais estivesse, do ponto de vista do missionário, tendo repercussões sobre a pregação evangélica.⁸¹

Talvez uma das observações mais curiosas (e quem sabe ousadas) a respeito do Colégio de Campinas tenha sido feita por J.C. Alves de Lima em 1926:

Naquele tempo [Morton foi] o fundador, por assim dizer, da geração que veio a influir diretamente sobre os destinos de minha terra, para a mudança do novo regime (...) [entre os alunos e amigos de Morton estavam aqueles que] chegaram às mais altas posições da República (...) [assim sendo, Morton foi] um dos motores mais silenciosos na organização do partido republicano de São Paulo (...) amigo de Prudente de Moraes, de Campos Salles, de Francisco Glicério e outros.⁸²

Os missionários da PCUSA, por sua vez, estabeleceram seu próprio projeto educacional de grande porte, o Colégio Protestante de São Paulo/Escola Americana/Mackenzie College, embrião da atual Universidade Presbiteriana Mackenzie.⁸³ De origens modestas, o Mackenzie teve suas primeiras aulas como *Escola Americana*, na sala de jantar da Sra. Mary Ann Annesley Chamberlain, esposa do Rev. George W. Chamberlain. As aulas eram voltadas para crianças

⁷⁹ FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. pp. 487-502.

⁸⁰ MATOS, A. S. *O Colégio Protestante de São Paulo*. Obtido em <http://www.mackenzie.br/10283.html>. Acesso em 24 de dezembro de 2008.

⁸¹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 303; VIEIRA, David Gueiros. *Missionary Letters from Brazil, 1872-1875*. p. 347; MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900)*. p. 189.

⁸² ALVES DE LIMA, J.C. *Recordações de Homens e Causas do Meu Tempo*. p. 57-59. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 208.

⁸³ Sobre o Mackenzie e sua trajetória no século 19 ver RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 223-256 e MATOS, A. S. *O Colégio Protestante de São Paulo*.

evangélicas constrangidas por motivo de religião nas demais escolas do império. Porém, logo a escolinha do casal começou a receber mais alunos protestantes, e a atrair também adeptos de outras vertentes ideológicas “alternativas” do Império: republicanos, abolicionistas e até mesmo positivistas. Entre os pais dos novos alunos encontrassem-se indivíduos ligados à nobreza imperial, bem como bacharéis da Academia de Direito de São Paulo. Eventualmente, a escola também passou a contar com professores não protestantes, como o jornalista Rangel Pestana e o poeta Teófilo Dias. Rangel Pestana por sua vez já havia se manifestado positivamente a respeito do projeto educacional da PCUS em Campinas:

Penso desassombrado no futuro da província de São Paulo, todas as vezes que assisto a uma festa no *Collegio Internacional*, de Campinas; parece que minha alma rasga para si própria novos horizontes, e, daí, eu meço o porte respeitável dos homens que hão de suceder os enfezados políticos do presente.⁸⁴

O próprio nome “Escola Americana” foi sugerido por um conhecido liberal e amigo dos protestantes, José Carlos Rodrigues. Entre os personagens ilustres que fizeram donativos para custear os estudos de alunos carentes na escola dos missionários estavam, além de Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Prudente de Moraes e Campos Sales.⁸⁵

A Escola cresceu vertiginosamente até que em 1891 tornou-se o Colégio Protestante de São Paulo, tendo o Dr. Horace M. Lane como seu primeiro presidente. Assim como o Colégio Internacional de Campinas, a Escola Americana recebeu a visita do imperador, em 1878,⁸⁶ quando D. Pedro II travou um interessante diálogo com o Rev. Chamberlain e D. Adelaide Molina, uma das primeiras professoras da Escola:

Imperador: Que doutrina se ensina aqui?

Adelaide: O Evangelho só.

Chamberlain: Julguei ser de meu dever oferecer a Vossa Majestade exemplares dos compêndios de Doutrina Cristã de que a Escola se serve...*Doutrina Cristã para Meninos; Breve Catecismo de Doutrina Cristã.*

⁸⁴ BRAGA, Erasmo. *O Collegio Internacional e seus Fundadores*. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, III, 44, 1916, p. 42. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 206; FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. Volume 1*. p. 116.

⁸⁵ MATOS, A. S. *O Colégio Protestante de São Paulo*; RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 233.

⁸⁶ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 245-246.

Imperador: Já sei, já sei, é a doutrina protestante... O ensino religioso seja confiado aos pais, nas casas, e à igreja.

Chamberlain: A Bíblia tem estado aberta na escola desde o primeiro dia de sua abertura, e quando fechar-se, fechar-se-ão também as portas da Escola Americana.

Imperador: Cada um tem direito à sua opinião.⁸⁷

No mesmo ano de 1878 a instituição inaugurava o Kindergarten (Jardim da Infância), o primeiro do Brasil.

Os anos de 1870 a 1888 (e talvez mais ainda os de 1888 a 1903 – ano do cisma da IPB) foram marcados por tensos debates a respeito da Escola Americana, ou de forma mais ampla, sobre as prioridades da Missão da PCUSA no Brasil. Embora possa ser corretamente observado que o ensino sempre foi uma parte importante da Reforma Calvinista (especialmente no caso norte-americano: ver as origens de Harvard, Princeton, Yale e outras), a existência de instituições assim no Brasil provocou controvérsias. Conforme já foi observado, os anos de pioneirismo do presbiterianismo no Brasil foram marcados por escolas paroquiais junto às igrejas. O Colégio Internacional de Campinas e a Escola Americana, no entanto, não se enquadravam nessa categoria. Eram instituições maiores, voltadas para a sociedade como um todo, e não somente para os filhos dos evangélicos.

É importante observar que a criação de escolas protestantes de grande porte foi um plano presente desde os primeiros anos da atuação dos missionários no Brasil, com o próprio Simonton já considerando essa possibilidade. Assim ele se expressou em seu Diário, no dia 21 de janeiro de 1860: “O plano de uma escola protestante aqui [no Rio de Janeiro], de grau elevado, para ingleses e brasileiros que quisessem freqüentá-la, tem ocupado muito meus pensamentos ultimamente”.⁸⁸ Mais tarde, Simonton sugeriu ao seu irmão James que viesse abrir tal escola. James de fato veio em junho de 1861, mas a escola projetada não foi aberta e ele limitou-se a lecionar num colégio em Vassouras, por alguns anos. No já citado estudo que leu diante do Presbitério do Rio de Janeiro em 15 de julho de 1867, Simonton falou da criação de escolas como um “meio indispensável para assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil”.⁸⁹

⁸⁷ CHAMBERLAIN. Imprensa Evangélica, 4 de julho de 1885. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 223-224.

⁸⁸ SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton*. p. 138. Anotação de 21 de janeiro de 1860.

⁸⁹ SIMONTON, A. G. “Os Meios Necessários e Próprios para Plantar o Reino de Jesus Cristo no Brasil”, em SIMONTON, A. G. *Diário*, Apêndice II, p. 184.

No que concerne à religião, a filosofia da Escola Americana era não fazer qualquer proselitismo direto. A escola era nitidamente cristã e evangélica, mas as convicções religiosas dos alunos não evangélicos, de acordo com seu projeto, seriam respeitadas. A Bíblia ocuparia um lugar de destaque e também a transmissão dos valores éticos do protestantismo. No entanto, a Escola Americana (e posteriormente o Mackenzie College) gerou debates na Junta de Nova Iorque que seriam herdados pela IPB. O centro da controvérsia estava nas prioridades da Missão: conversão de indivíduos ou reforma social?

Apesar de ter sido um dos mais operosos evangelizadores dos primórdios do presbiterianismo no Brasil, Chamberlain também achava necessário influenciar as novas gerações através da educação. Seus colegas, todavia, desde o princípio tiveram reservas quanto a essa preocupação. Tanto a Junta de Nova Iorque quanto o Presbitério do Rio de Janeiro desejavam que a nova escola atendesse prioritariamente aos interesses da igreja e da obra missionária, formando pastores, evangelistas e professores para as escolas paroquiais. É ao governo brasileiro que caberia oferecer escolas a seus súditos, pensava o pessoal da Junta. O pessoal em Nova Iorque dispôs-se a cooperar com donativos *para a formação de pastores* (grifo meu, seguindo Ribeiro).⁹⁰ Entre as condições estabelecidas pela Junta de Nova Iorque para dar seu apoio à Escola estavam:

Sendo a precípua finalidade da “Brazil Mission” *a pregação do Evangelho* (grifo meu), os missionários prestarão concurso à obra educacional leiga, a título de eventual cooperação, sendo pagos pela *Board* (Junta).

Como recomendações transitórias, lembra ainda a Junta:

- a) Atendendo à origem da Escola recomenda-se que as bolsas de estudo, no que for possível sejam concedidas a futuros candidatos ao ministério evangélico;
- b) que as instalações na Escola sirvam também para a alfabetização de adultos, aspirantes ou não ao ingresso no rol das igrejas presbiterianas locais.⁹¹

Portanto, o que a Igreja Presbiteriana implantada no Brasil nas décadas de 1870 e 1880 buscava prioritariamente era converter indivíduos à Cristo. Reformas sociais eram na visão do primitivo Presbitério do Rio de Janeiro e da maioria dos missionários (com Blackford e o Rev. John Beatty Howell⁹² despontando nessa

⁹⁰ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 228, 230.

⁹¹ GARCEZ, B.N. *O Mackenzie*. pp. 45-46. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 231, nota.

⁹² Howell esteve em São Paulo entre 1874 e 1884, auxiliando Chamberlain na igreja e na escola, além de preparando futuros ministros.

opinião) um objetivo secundário, compreensível somente a partir da Reforma Religiosa. A Escola Presbiteriana deveria seguir a mesma lógica.⁹³

As escolas não foram o único instrumento dos missionários na promoção de normas de comportamento influenciadas pela ética protestante. Sermões e publicações também exerceram esse papel. Além da *Imprensa Evangélica*, “o grande integrador da jovem denominação religiosa”,⁹⁴ outros periódicos foram criados por missionários. *O Pregador Cristão*, um quinzenário fundado em 1877 pelo Rev. Vanorden em Rio Grande, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul seguia em parte o estilo do jornal pioneiro de Simonton, mas apresentava a peculiaridade em relação a este último de ser mais combativo, mais preocupado com a reforma da sociedade brasileira (e não só dos indivíduos).⁹⁵

De acordo com Alderi Matos, “a mensagem dos pioneiros presbiterianos no Brasil foi influenciada pelas ênfases da teologia de Princeton, pela experiência dos avivamentos e pelas necessidades do próprio trabalho”. Os sermões pregados pelos pioneiros tinham como matriz a Bíblia, interpretada de acordo com “a hermenêutica protestante e reformada clássica”. Os objetivos principais dessa pregação eram a evangelização e “a consolidação da fé daqueles que já haviam respondido à mensagem evangélica”. Havia da parte dos pregadores uma tendência de negligenciar temáticas sociais nos sermões: “a relação do crente com a sociedade deve limitar-se ao cumprimento das leis e à pregação do evangelho”.⁹⁶ No entanto, nos sermões pregados, ocasionalmente os pregadores abordavam temas sociais. No dia 14 de agosto de 1884, na época em que se intensificava a luta abolicionista, o Rev. James Theodore Houston pregou na Igreja do Rio de Janeiro um sermão que demonstrava o conflito entre a escravidão e a fé cristã, exortando os fiéis a se empenharem na libertação dos escravos.⁹⁷

A própria evangelização, embora focada principalmente na reforma de indivíduos a partir de encontros pessoais com Deus, deixava-se ocasionalmente influenciar por questões sociais. Por exemplo, ao tratarem a respeito do envio do missionário Francis Joseph Christopher Schneider, alemão nacionalizado norte-

⁹³ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 250-251; RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 215.

⁹⁴ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 100.

⁹⁵ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 103-105.

⁹⁶ MATOS, Alderi S. “A Pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: Uma Análise Preliminar”, In.: *Fides Reformata IX*, Nº- 2 (2004). p. 69-70.

⁹⁷ MATOS, Alderi S. “A Pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: Uma Análise Preliminar”, In.: *Fides Reformata IX*, Nº- 2 (2004). p. 65.

americano, à população de origem alemã, os missionários fizeram alguma concessão à reforma social:

Poderá imediatamente dedicar-se à salvação dessa gente negligenciada [os alemães], muitos dos quais são protestantes; naturalmente Schneider aprenderá português, pois *sua principal missão é pregar a brasileiros*; contudo seu trabalho entre alemães será essencialmente missionário, *pois quase todos são muito pobres*. Consideramos importante que eles sejam colocados sob o poder de Evangelho, pois *eventualmente seus hábitos industriais, econômicos e enérgicos lhes darão influência sobre os nativos do país, que são menos empreendedores* (grifos meus).⁹⁸

Em resumo, os missionários não eram indiferentes em relação aos movimentos sociais, mas os enxergavam pelo prisma de seus objetivos religiosos.⁹⁹ Valorizavam a ética protestante identificada por Max Weber em seu clássico estudo, incentivadora do trabalho e de uma vida ascética. A disseminação dessa ética através especialmente das escolas poderia ser vista como a propagação de novas normas na sociedade brasileira. Apesar disso, aparentemente apenas Kidder e Fletcher concluíram que a linha de menor resistência do catolicismo brasileiro à pregação evangélica poderia estar em parte do clero regalista e em alguns homens públicos reformistas dispostos a transformar os cânones religiosos brasileiros, tendo em vista transformações sociais nas quais os missionários e sua pregação religiosa poderiam servir de instrumentos. Conforme já foi visto, Simonton e seus colegas não seguiram os conselhos do missionário de Indianápolis; Fletcher pregou algumas vezes à nascente congregação presbiteriana no Rio de Janeiro sem que Simonton ou Blackford se empolgassem com seus planos de propaganda religiosa indireta, levada a cabo através de uma reforma da sociedade brasileira nos moldes da sociedade protestante norte-americana.¹⁰⁰

7.4 CONCLUSÃO

O que se pode concluir a partir do que foi explicado neste capítulo é o seguinte: os missionários presbiterianos enviados ao Brasil não pareciam possuir um plano sistematizado visando influenciar positiva ou negativamente as relações

⁹⁸ Minutes of the General Assembly of The Presbyterian Church in the United States of America, A.D. 1862 – Report, Board of Foreign Missions. Citado em RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. pp. 43-44.

⁹⁹ RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira*. p. 286.

¹⁰⁰ RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. p. 9.

entre Brasil e Estados Unidos. Mas sua visão de mundo, baseada na leitura da Bíblia pela Teologia Calvinista de Princeton, os compelia a lidar com o Estado e a Sociedade de formas onde essa influência poderia ser gerada.

Conforme foi observado, o relacionamento de missionários e diplomatas parece ter gravitado entre a barganha mútua e a indiferença. Essa barganha pode ter estado presente de maneira mais significativa no relacionamento entre missionários e políticos brasileiros de orientação liberal. Seja como for, a presença dos missionários no Brasil e sua atuação parecem de fato ter cooperado para o aprimoramento das relações deste país com os Estados Unidos, o que pode ser também observado na participação dos missionários na migração confederada.

Para concluir, resta dizer que embora não fossem por definição (de suas propostas de missão) propagadores de normas sociais, pode-se conjecturar que a longo prazo o cristianismo protestante e os valores a ele associados tenham exercido algum tipo de influência sobre os brasileiros.

8 CONCLUSÃO

O protestantismo histórico, especialmente em sua vertente calvinista ou reformada, sempre constituiu-se como importante elemento de transformação política, econômica e social. Esse aspecto da religião reformada pode ser observado em diferentes contextos e eventos históricos, tais como a ascensão do capitalismo moderno na Europa e América do Norte, no desenvolvimento da democracia parlamentar moderna e na formação cultural, política e econômica norte-americana.

O declarado propósito deste estudo foi o de investigar a hipótese de que missionários presbiterianos estiveram envolvidos no aprimoramento das relações, especialmente diplomáticas, entre Brasil e Estados Unidos durante o período de 1859 a 1888, que culmina com a proclamação da república no Brasil e a inauguração de uma fase muito mais amistosa de relações entre os dois países que se perpetuou praticamente sem interrupções durante todo o século 20, enfoque este até agora praticamente esquecido pelos estudiosos das relações Brasil-Estados Unidos. Era também escopo desta dissertação, dentro ainda dessa hipótese, determinar até que ponto esse aprimoramento de relações correspondeu a uma estratégia utilizada pelos missionários, tendo como objetivo a criação de um ambiente favorável à sua atuação, ou mesmo se esse aprimoramento de relações correspondeu por seus próprios méritos a um objetivo perseguido pelos missionários em sua atuação no Brasil.

Dentro do embasamento teórico adotado destaca-se em primeiro lugar que grupos e idéias religiosas podem atuar de maneira relevante nas relações internacionais. Em segundo lugar, nota-se a necessidade de contemplar a política externa de um país como um fenômeno complexo, possivelmente não analisável com base nos modelos “tradicionais” da disciplina, influenciados por pressupostos da economia neoclássica. Análises mais abrangentes, que contemplem os diversos fatores de natureza política, econômica e geopolítica que favorecem a adoção de diferentes estratégias de atuação externa se fazem necessários. Além disso, deve-se destacar o estudo das variáveis subjetivas que incidem na formulação de políticas, sob a forma das *percepções* dos *policymakers*. Dentro do embasamento teórico observa-se também que grupos de missionários, analisados sob a forma de

atores transnacionais religiosos, são atores importantes no cenário mundial, agindo paralelamente ou transversalmente aos Estados, e potencialmente influenciando o comportamento destes, seja através de interações diretas, seja pela disseminação de normas que eventualmente irão constranger os tomadores de decisão em tempos futuros. Nisso tudo destacou-se a importância de “cultivar um senso de empatia histórica com o papel conferido à religião no passado, ao invés de projetar suas características posteriores sobre um período anterior”.¹

Na análise de casos realizada dentro dessa base teórica observou-se em primeiro lugar que os presbiterianos encontraram no Brasil um ambiente de modo geral favorável para seu trabalho missionário. Perseguições por parte de elementos mais radicais do clero católico romano se deram de forma isolada, em grande parte devido ao papel protetor ou mesmo incentivador exercido por políticos liberais em favor dos missionários. Simonton, Blackford, Morton, Lane e seus colegas encontraram no início da década de 1860 um Brasil onde o elemento religioso protestante era praticamente ausente. Ao final do século 19, no entanto, o presbiterianismo encontrava-se fortemente inserido no cenário nacional, fato que se confirma 150 anos depois.

A respeito das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, afirma-se que um processo de contínua aproximação (ainda que lenta e acidentada) se deu entre os dois países, especialmente durante o período de atuação dos missionários presbiterianos. Estados Unidos e Brasil partiram de um quadro marcado pela indiferença e mesmo pela hostilidade no início do período estudado para uma situação de manifesta cordialidade e aproximação que, embora desigual, se confirmou ao longo do século 20. Nessa etapa do estudo foi de grande importância a adoção de uma perspectiva teórica englobando fatores de natureza política, econômica, geopolítica e especialmente os fatores subjetivos, sob a forma das *percepções*.

Estudando a identidade religiosa dos presbiterianos e suas possíveis formas de atuação junto ao Estado e a Sociedade Civil dentro do escopo dessa dissertação foi observado que cristãos ligados a essa denominação de modo geral professam suas crenças através de documentos específicos, as confissões de fé reformadas, destacando-se a Confissão de Fé de Westminster. Recorrendo a esta

¹ MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. p. 14..

fonte foi observado que presbiterianos, ao menos quando ortodoxos, defendem uma separação bastante clara entre Igreja e Estado. Defendem também a necessidade da influência positiva (em termos cristãos reformados) dos cristãos sobre os rumos do Estado e da Sociedade. Em outras palavras, utilizando o arcabouço teórico da História da Igreja e da História da Doutrina observou-se a importância da doutrinas presbiterianas históricas dentro do escopo dessa dissertação.

Outro fator associado a este último observado ao longo da dissertação foi a existência durante o século 19 de tensões doutrinárias dentro do presbiterianismo norte-americano. Embora a Confissão de Fé de Westminster tenha permanecido formalmente como símbolo de fé de todos os presbiterianos no período, diferentes interpretações e práticas puderam ser observadas a respeito do papel missionário da Igreja. Enquanto um primeiro grupo defendia o menor envolvimento possível de missionários em questões não diretamente ligadas à sua pregação religiosa, outros presbiterianos defendiam um maior envolvimento da Igreja em questões políticas e sociais de seu tempo. A análise realizada ao longo do estudo demonstrou que a opção pela conversão de indivíduos (na leitura da Teologia de Princeton e da Velha Escola) prevaleceu sobre a vertente de reforma social entre os missionários enviados ao Brasil entre 1859 e 1888, havendo, porém, pastores de ambas as convicções em atuação no Império.

Conhecendo de antemão as convicções doutrinárias dos missionários, pudemos observar que sua atuação no Brasil não versava primariamente sobre a aproximação entre dois Estados em um contexto diplomático. No entanto, as pesquisas demonstraram que em diferentes circunstâncias e de diferentes formas os missionários atuaram a favor da aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

Em primeiro lugar confirmou-se para James Cooley Fletcher a alcunha de “cupido”. Todas as evidências apontam para o fato de que este missionário trabalhou incansavelmente para aproximar Brasil e Estados Unidos em momentos nos quais a diplomacia de ambos os países seguia rumos bastante diferentes dos propostos por ele. Ao que tudo indica, Fletcher tomou essa tarefa quase como um fim em si, acreditando que a aproximação entre os dois países era ao mesmo tempo um compromisso dos cristãos norte-americanos para com o Brasil e um benefício comercial indubitável para os EUA. É de grande importância ressaltar que Fletcher não agia como um político ou como um filantropo, mas como um

agente religioso cumprindo o que entendia como sua missão religiosa, no que encontrou oposição dos demais missionários.

Os demais missionários presbiterianos, afastados das tensões doutrinárias entre a PCUSA e a PCUS nos EUA, agiram no Brasil de maneira bastante coesa no período estudado, sendo a distinção entre as duas igrejas pouco relevante para o trabalho missionário no Brasil. Agindo de forma declaradamente contrária a Fletcher, Simonton, Blackford e os demais concentraram-se na pregação evangélica e na conversão de indivíduos. Porém, a despeito dessa diferença, foi observado que (também) eles tinham certo interesse em uma aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Conforme entendiam, o interesse de setores liberais da sociedade brasileira por uma aproximação com os EUA favorecia sua liberdade de pregação e a liberdade religiosa dos brasileiros convertidos. Quanto à diplomacia norte-americana, observação semelhante pode ser feita: a boa convivência entre diplomatas e missionários constitui-se ao longo do período como mais uma garantia de segurança frente a possíveis oposições à pregação evangélica, e assim, como um objetivo a ser alcançado sempre que não contradizendo aspectos vistos como mais fundamentais na pregação e na vida religiosa dos missionários. Agiram nisto de maneira condizente com a Teologia que adotavam.

Observa-se, portanto, que tanto Fletcher quanto os demais missionários agiram basicamente dentro de suas convicções missiológicas específicas: o primeiro defendendo a reforma social e os demais a conversão de indivíduos. Na prática, no entanto, e conforme entendiam, todos se beneficiavam da aproximação entre Brasil e Estados Unidos, e viam nisto um objetivo a ser alcançado, seja como um fim em si, seja como uma possível estratégia entre outras visando a evangelização.

As evidências apresentadas parecem suficientes para confirmar a hipótese inicial: a atuação dos missionários teve um peso a se considerar no nascimento do “americanismo” da política externa brasileira. Em relação ao lado norte-americano desta questão, uma pesquisa mais aprofundada poderia ainda ser realizada. Fica claro, porém, que os missionários analisados nessa dissertação tiveram um papel expressivo na migração de confederados para o Brasil. Fica claro também que Fletcher através de *O Brasil e os Brasileiros* e outros textos exerceu um profundo e duradouro impacto sobre a sociedade norte-americana em sua visão do Brasil. A atuação desse missionário específico em eventos como a

abertura do Amazonas à navegação internacional, o estabelecimento de uma ligação via navios a vapor entre Brasil e Estados Unidos e principalmente a visita de Dom Pedro II aos EUA também corroboram com a hipótese de que a visão dos EUA a respeito do Brasil (e possivelmente sua política externa) foram afetados em alguma medida pelos missionários estudados.

Confirma-se assim a tese de José Murilo de Carvalho e a hipótese desse estudo: Fletcher foi um cupido para as relações entre Estados Unidos e Brasil. E não apenas ele. Os demais missionários também, ainda que de forma menos direta e intencional. Embora não estejamos estabelecendo uma correlação estrita, confirma-se a hipótese inicial desse estudo: os missionários presbiterianos contribuíram para a aproximação entre Brasil e Estados Unidos ao longo da segunda metade do século 19.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOLI, John & THOMAS, George M. *Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

BOOTH, Ken; ZELEWSKI, Marysia (Orgs.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BRAGA, Erasmo & GRUBB, Kenneth G. *The Republic of Brazil: A Survey of the Religious Situation*. Londres: World Dominion Press, 1932.

BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. New York and London: Columbia University Press, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DUNCAN, Alexander Reily. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1993.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. 2 Vls. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992.

FONTAINE, Roger W. *Brazil and the United States Toward a Maturing Relationship*. Stanford: AEI-Hoover Policy Studies, 1974.

FOX, Jonathan & SANDLER, Samuel. *Bringing Religion into International Relations*. New York: Palgrave-Macmillan, 2004.

FOX, Jonathan. *A World Survey of Religion and the State*. New York: Cambridge University Press, 2008.

GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONZALES, Justo L. *E Até os Confins da Terra: uma História Ilustrada do Cristianismo. Volume 9 – A Era dos Novos Horizontes*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2005.

- HACK, Osvaldo Henrique. *Sementes do Calvinismo no Brasil Colonial*. São Paulo: cultura Cristã, 2007.
- HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. Durham: Duke University Press, 1932.
- HUTCHISON, William R. *Errand to the World: American Protestant Thought and Foreign Missions*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little-Brown, 1977.
- KERR, Guilherme. *A Assembléia de Westminster*. São José dos Campos: Fiel, 1992.
- KRATOCHWIL, F. V.. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- LÉONARD, Emile G. *O Protestantismo Brasileiro*. São Paulo: Aste, 1963.
- LESSA, Vicente Themudo. *Anais da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo*. São Paulo: Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, 1938.
- MANSBACH, Richard W. & VASQUEZ, John A.. *In Search of Theory: Toward a New Paradigm for Global Politics*. New York: Columbia University Press, 1981.
- MANSBACH, Richard W.; FERGUSON Y.H.; LAMPERT D.E.. *The Web of World Politics: Nonstate Actors in the Global System*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc., 1976.
- MATOS, Alderi S. *Fundamentos da Teologia Histórica*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2008.
- MATOS, Alderi S. *Os Pioneiros Presbiterianos do Brasil (1859-1900): Missionários, Pastores e Leigos do Século 19*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.
- MCGRATH, Alister E. *Teologia Histórica: uma Introdução à História do Pensamento Cristão*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.
- MCGRATH, Alister. *A Vida de João Calvino*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

- MCGRATH, Alister. *Origens Intelectuais da Reforma*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.
- MENDONÇA, A. G. *O Celeste Porvir: a Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1994.
- MEYER, David S. & TARROW, Sidney (eds). *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*. Lanham, Maryland and Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- MILNER, Helen V. *Interests, Institutions and Information: Domestic Politics and International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1948.
- NASCIMENTO, Adão Carlos & MATOS, Alderi Souza de. *O que todo presbiteriano inteligente deve saber*. Santa Bárbara d'Oeste, SP: SOCEP, 2007.
- NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NYE, Joseph & KEOHANE, Robert. *Transnational Relations and World Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1935, vol. 3.
- REID, W. Stanford (Ed.). *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1990.
- REILY, Duncan Alexander. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE, 1993.
- REIS, Álvaro. *O Martyr Le Balleur*. Rio de Janeiro: s/Ed, 1917.
- RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil, da Autonomia ao Cisma*. São Paulo: Livraria O Semeador, 1987.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo e Cultura Brasileira: Aspectos Culturais da Implantação do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1981.
- RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.
- RODRIGUES, J.C. *Religiões Acatólicas no Brasil, 1500 - 1900*. Rio de Janeiro: Escriptorio do "Jornal do Commercio", 1904.
- ROSENAU, J. N. (ed.). *Linkage Politics*. New York: Free Press, 1969.

- ROSENAU, James N.. *Turbulence in World Politics: A Theory of Change and Continuity*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- TARROW, Sidney. *The Social Movement Society: Contentious Politics for a New Century*
- VERNON, R. *In the Hurricane's Eye: the Troubled Prospects of Multinational Enterprises*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Fontes históricas:

- Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de Março de 1824).
- CRESPIN, Jean. *A Tragédia da Guanabara*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- HODGE, A.A. *Confissão de Fé de Westminster comentada por A.A. Hodge*. São Paulo: Editora Os Puritanos, 1999.
- KIDDER, D. P. & FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians, portrayed in Historical and Descriptive Sketches*. Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.
- KIDDER, Daniel Parish & FLETCHER, James Cooley. *O Brasil e os Brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- SIMONTON, Ashbel Green. *O Diário de Simonton (1852-1866) 2ª Edição revisada e ampliada com mapas e fotos*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2002.

Artigos e capítulos de livros:

- “Biographical Directory of the United States Congress”. Obtido em <http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=S000427>.

“The Origin and Formation of the Westminster Confession of Faith”. Obtido em http://www.pcanet.org/general/cof_origin.htm.

“Transgovernmental Relations and International Organizations,” *World Politics*, vol. 27, no. 1 (October 1974).

ALLISON, Graham T. “Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis”. 1969. *American Political Science Review* 63(3): 689-718.

BARBOSA, Geraldo. *Quase Um Século e Meio de História*. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/11872.html>. Acesso em 6 de agosto de 2008.

CAMPOS, H. C. . “A Relevância dos Credos e Confissões”. *Fides Reformata*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 97-128, 1997.

CARLSNAES, W., “Foreign Policy”, in: CARLSNAES, W., RISSE, Th. & B. Simmons (eds.), *Handbook of International Relations*, Sage, Londres, 2002.

CHABBOTT, Colette. “Development INGOs”.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. “Os Símbolos de Fé na História”. *Fides Reformata*, São Paulo, v. IX, n. 1, , 2004.

FERREIRA, Franklin. "A Presença dos Reformados Franceses no Brasil Colonial".

FINNEMORE, M. & SIKKINK, K. “International Norm Dynamics and Political Change”. In: *International Organization*, vol. 52, no. 4, 1998.

FOX, Jonathan, “Religion as an Overlooked Element of International Relations”, *International Studies Review*, vol. 3, no. 3, 2001;

GEERAERTS, Gustaaf. “Analyzing Non-State Actors in World Politics”. In: *Pole Paper Series*, vol.1, no. 4, October 1995.

GRIECO, Joseph. “Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism”. *International Organization*, 42(3), 1988.

HASENCLEVER, Andreas & RITTBERGER, Volker. “Does Religion Make a Difference: Theoretical Approaches to the Impact of Faith on Political Conflict.” In: *Millennium: Journal of International Studies* 29, no. 3, 2000.

HERZ, Mônica. “Análise Cognitiva e Política Externa” In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 16, nº 1, jan/jul 94.

HUDSON, V., “Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations”, *Foreign Policy Analysis*, vol., 1, no. 1, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. “Transnational Organizations in World Politics”. *World Politics*, Vol. 25, No. 3. (Apr., 1973).

- JEPPERSON, Ronald L., WENDT, Alexander, & KATZENSTEIN, Peter J..
 “Norms, Identity, and Culture in National Security”. In: KATZENSTEIN, Peter
 (ed.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in International
 Politics*. New York: Columbia University Press, 1996.
- KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. “Transgovernmental Relations and
 International Organizations,” *World Politics*, vol. 27, no. 1 (October 1974).
- KOWERT, Paul & LEGRO, Jeffrey. “Norms, Identity, and their Limits: a
 Theoretical Reprise” In: KATZENSTEIN, P. (ed.). *The Culture of National
 Security*. NY: Columbia University Press, 1996.
- MATOS, A. S. . “A Confissão de Genebra (1536)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano
 49 / Nº 623, Agosto de 2006.
- MATOS, A. S. . “A Primeira Confissão de Basileia (1534)”. In.: *Brasil
 Presbiteriano*, Ano 49 / Nº 621, Junho de 2006.
- MATOS, A. S. . “As Confissões Reformadas - Confissão Galicana (1559)”. In.:
Brasil Presbiteriano, Ano 50 / Nº 639, Fevereiro de 2007.
- MATOS, A. S. . “As Dez Conclusões de Berna (1528)”. In.: *Brasil Presbiteriano*,
 Ano 49 / Nº 618, Março de 2006.
- MATOS, A. S. . “Catecismo De Genebra (1542)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano
 49 / Nº 625, Outubro de 2006.
- MATOS, A. S. . “Confissão de Fé de Westminster (1646)”. In.: *Brasil
 Presbiteriano*, Ano 50 / Nº 635, Agosto de 2007.
- MATOS, A. S. . “História da Confissão de Fé de Westminster”. Obtido em
<http://www4.mackenzie.com.br/7060.html>.
- MATOS, A. S. . “Instrução na Fé (1537)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano 49 / Nº
 624, Setembro de 2006.
- MATOS, A. S. . “O Colégio Protestante de São Paulo: Um Estudo de Caso sobre
 o Lugar da Educação na Estratégia Missionária da Igreja”. *Fides reformata*, São
 Paulo, v. IV, n. 2, p. 59-86, 1999.
- MATOS, A. S. . “O Consenso de Zurique (1549)”. In.: *Brasil Presbiteriano*, Ano
 49 / Nº 626, Novembro de 2006.
- MATOS, A. S. . “O Legado Duradouro das Confissões”. In.: *Brasil Presbiteriano*,
 Ano 50 / Nº 638, Novembro de 2007.
- MATOS, A. S. . “Os 67 Artigos de Ulrico Zuínglio (1523)”. In.: *Brasil
 Presbiteriano*. Ano 49 / Nº 617, Fevereiro de 2006.

MATOS, A. S. . “Robert Reid Kalley: Pioneiro do Protestantismo Missionário na Europa e nas Américas”.

<http://www.presbiterianismo.com.br/Historia/Funchal.htm>

MATOS, A. S. “A Pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: Uma Análise Preliminar”, In.: *Fides Reformata* IX, Nº- 2 (2004).

MATOS, Alderi Souza de. “Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil”.. Disponível em: <http://www4.mackenzie.com.br/7102.html>. Acesso em 2 de outubro de 2008.

PUTNAM, Robert D. “Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games”. In: *International Organization*, 42, 1988.

SIKKINK, Kathryn & SMITH, Jackie. “Infrastructures for Change: Transnational Organizations 1953-93”. In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER James V. &

SIKKINK, Kathryn. *Restructuring World Politics: Transnational Social Movements, Networks, and Norms*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

SILVA, Wilson Santana. “Memórias de Uma Ausência: História da Igreja – Disciplina Ausente nos Manuais de História do Brasil” In: *Fides Reformata* X, Nº 2 (2005).

THOMAS, Caroline & WILKIN, Peter. “Still Waiting After All These Years: ‘The Third World’ on the Periphery of International Relations”. In: BJPIR: 2004 Vol 6.

THOMAS, George M. “Religions in Global Civil Society”. In: *Sociology of Religion: A Quarterly Review*. Association for the Sociology of Religion, 2001.

WEAVER, Ole. “The rise and fall of the inter-paradigm debate”. In.: SMITH, Steve;

WILLETTS, Peter. “What is a Non-Governmental Organization?” IN.:UNESCO Encyclopedia of Life Support Systems.

10

ANEXO: COMPARAÇÃO ENTRE A CFW (1646) E A CFW (1788)¹

CFW (1646)	CFW (1788)
<p>Capítulo XX:4</p> <p>Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas, <i>e pelo poder do magistrado civil.</i></p>	<p>Capítulo XX:4</p> <p>Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.</p>

¹ Os textos em itálico na coluna da esquerda destacam as partes da CFW modificadas pela PCUSA em 1787-1788 e são de minha tradução. O texto como um todo representa a tradução utilizada pela Igreja Presbiteriana do Brasil.

<p>Capítulo XXIII:3</p> <p>Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu: <i>porém ele tem autoridade, e é seu dever, tomar ordem, que unidade e paz sejam preservadas na Igreja, que a verdade de Deus seja mantida pura e completa, que todas as blasfêmias e heresias sejam suprimidas, todas as corrupções e abusos de louvor e disciplina prevenidos ou reformados, e todas as ordenanças de Deus devidamente estabelecidas, administradas, e observadas. Para melhor efeito disto, ele possui poder de convocar sínodos, estar presente neles, e providenciar para que o que for discutido neles seja de acordo com a mente de Deus.</i></p>	<p>Capítulo XXIII:3</p> <p>Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembléias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.</p>
---	--

<p>Capítulo XXXI:1-2</p> <p>1. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas sínodos ou concílios.</p> <p>2. <i>Assim como os magistrados civis podem legalmente convocar um sínodo de ministros, e outras pessoas aptas, para consultar e aconselhar sobre matéria de religião; assim se os magistrados forem inimigos abertos da igreja, os ministros de Cristo, por si mesmos, no exercício do seu ofício, ou eles, com outras pessoas aptas sob delegação de suas igrejas, podem se reunir juntos em tais assembléias.</i></p>	<p>Capítulo XXXI:1</p> <p>Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembléias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.</p>
---	---

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)